

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES E SOCIEDADE**

**A PARTICIPAÇÃO NOS BAIRROS DE ELITE: O CICLO DE
CONFLITO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE**

Marcelo Rubin de Lima

Orientador: Dr. Emil A. Sobottka.

Porto Alegre - RS
2012

Marcelo Rubin de Lima

**A PARTICIPAÇÃO NOS BAIRROS DE ELITE: O CICLO DE
CONFLITO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Dr. Emil A. Sobottka.

Marcelo Rubin de Lima

**A PARTICIPAÇÃO NOS BAIRROS DE ELITE: O CICLO DE
CONFLITO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em _____ de _____ de _____

Professor Doutor Luís Gustavo Mello Grohmann

Professora Doutora Fernanda Bittencourt Ribeiro

Professora Doutora Maria Izabel Mallmann

Professor Orientador Doutor Albert Emil Sobottka

Porto Alegre, 2012

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela acolhida em especial a Rosane por sua importante ajuda nestes dois anos. Um especial agradecimento aos professores deste programa que me acompanham desde o início de minha jornada nas Ciências Sociais.

Aos meus amigos e colegas que sempre me apoiaram nesta empresa. Agradeço também a todos meus familiares que sempre me apoiaram em especial a minha esposa Ana Laura, meu filho Gabriel e ao meu pai Noli pelo incentivo diário.

Ao meu orientador Emil Albert Sobottka pela paciência e dedicação nestes dois anos de trabalho, em especial, pelos conselhos e sugestões que foram determinantes para estruturar esta dissertação.

Resumo

A presente dissertação descreve a participação política dos moradores dos bairros da região central da cidade de Porto Alegre, suas dinâmicas associativas e as relações destes atores com a administração municipal e as empresas da construção civil. A análise da participação destes atores ocorre a partir da perspectiva teórica que contemple um modelo de sociedade dividida em três partes: o Estado, o mercado e a sociedade civil. A reflexão sobre a participação dos moradores dos bairros centrais, entre eles bairros das classes mais abastadas da cidade ocorre sob o arcabouço teórico da teoria da sociedade civil de Cohen e Arato e os conceitos derivados da ideia de confronto político de Tarrow. Para analisar a participação destes atores utilizamos a observação participante nas reuniões do fórum de planejamento da cidade de Porto Alegre. Este fórum é regido pelos princípios do Estatuto das Cidades que prevê uma ativa participação da sociedade civil nos desígnios das cidades como forma de superar as desigualdades sociais e proporcionar uma cidade mais justa, equânime e sustentável. Também foram realizadas entrevistas com moradores e lideranças dos bairros. A pesquisa revelou que há uma ativa participação dos moradores em suas conflituvas relações com as demais esferas sociais. Esta relação conflituva é sustentada por pequenos grupos organizados que conseguem acionar amplas redes interpessoais que sustentam grandes conflitos contra oponentes poderosos, como a indústria da construção civil e a governança municipal.

Palavra Chave: Participação, conflito, Sociedade Civil.

Cette thèse décrit la participation politique des habitants des quartiers en centre-ville de Porto Alegre, ses dynamiques associatives et leurs relations avec les acteurs des collectivités locales et des entreprises de construction civile. L'analyse de la participation de ces acteurs est de la perspective théorique qui comprend un modèle de société divisée en trois parties: la société d'État, marché et civile. Réflexion sur la participation des résidents des quartiers centraux, y compris les quartiers les plus riches de la ville se produit dans le cadre théorique

de la théorie de la société civile de Cohen et Arato et des concepts provenant de l'idée de Tarrow confrontation politique. Pour analyser la participation de ces acteurs utilisés observation participante aux réunions du forum de planification à Porto Alegre. Ce forum est régi par les principes du Statut de la ville prévoit que la participation active de la société civile dans les plans des villes comme un moyen de surmonter les inégalités sociales et de fournir une ville plus juste, équitable et durable. Ont été également mené des entrevues avec les résidents et les chefs des quartiers. L'enquête a révélé qu'il ya une participation active des résidents dans leurs relations conflictuelles avec d'autres sphères sociales. Cette relation conflictuelle est soutenue par de petits groupes organisés qui peuvent déclencher de vastes réseaux de relations interpersonnelles qui prennent en charge les conflits de grande envergure contre des adversaires puissants, tels que l'industrie de la construction et la gouvernance municipale.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIC – Áreas de Interesse Cultural

CAUGE – Comissão de Acompanhamento Urbanístico e Gerenciamento

CMDUA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação

EVU – Estudo de Impacto Urbanístico

FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul

HIS – Habitação de Interesse Social

MP – Ministério Público

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

OSPA – Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

PD – Plano Diretor

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RGPs – Regiões de Gestão e Planejamento

RP 1 – Região de Planejamento Um

SINDUSCOM – Sindicato da Indústria da Construção Civil

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio

SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação

STICC – Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Construção Civil

SPM – Secretaria do Planejamento Municipal

UAMPA – União das Associações de Moradores de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, 10

PRIMEIRA PARTE

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, 16

3 SOCIEDADE CIVIL E TEORIA POLÍTICA, 27

3.1 A Esfera Pública, 27

3.2 A Sociedade Civil, 29

3.3 A Ética do Discurso por Cohen e Arato, 31

3.4 O Domínio da Ética do Discurso, 32

3.5 A Acusação de Autoritarismo, 35

3.6 A Ética do Discurso e a Sociedade Civil, 37

4 O CONFRONTO POLÍTICO, 41

4.1 A Sociologia Histórica e o Confronto, 41

4.2 O Poder em Movimento, 43

4.3 O Conceito de Oportunidade Política, 45

4.4 O Conceito de Repertório de Confronto, 46

4.5 O Conceito de Quadros Interpretativo, 48

4.6 O Conceito de Estruturas de Mobilização, 49

4.7 O Conceito de Ciclos de Confronto, 49

4.8 Considerações Sobre o Conceito de Elites, 51

SEGUNDA PARTE

5 A PARTICIPAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO, 55

6 O CICLO DE CONFLITO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE, 61

7 AS REUNIÕES DA RP1, 73

7.1 A Apresentação da Comunidade Autônoma Utopia e Luta, 82

7.2 A Demanda da ONG Integração dos Anjos, 85

7.3 A RP1 e o V Congresso da Cidade, 87

8 A PARTICIPAÇÃO NAS RUAS PADRE CHAGAS E GONÇALO DE CARVALHO, 94

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 104

10 REFERÊNCIAS, 109

11 ANEXOS, 120

PRIMEIRA PARTE

1 INTRODUÇÃO

Historicamente o Brasil é um país com grande desigualdade social, onde muitos possuem pouco e poucos possuem muito. Mesmo com o avanço econômico dos últimos anos, a distância entre o “polo da riqueza” e o “polo da pobreza” continua acentuada. O efeito desta separação extrema se reflete em diferentes aspectos da vida cotidiana, com implicações na economia, na violência urbana e no desenvolvimento social como um todo.

No Brasil, as ciências sociais dedicam maior atenção para o estudo dos movimentos sociais populares. A predominância dos estudos sobre os movimentos populares deriva, entre outros motivos, de posições políticas e ideológicas e da emergência em resolver problemas sociais urgentes como a miséria, a falta de moradia digna, saúde, segurança, educação entre outros. Neste contexto, o estudo dos movimentos sociais é visto como uma forma de resolver estes problemas, pois embute a noção de que o debate político possa ser o motor de um processo democrático capaz de propiciar um novo cidadão que lute por seus direitos.

Para David Cattani (2007), a desigualdade socioeconômica da sociedade brasileira é uma das mais importantes questões das ciências sociais na atualidade. Cattani observa que, se por um lado, o polo da pobreza é bem estudado, com diversas pesquisas sobre o comportamento político e as organizações dos mais pobres, o mesmo não ocorre com o polo da riqueza. Assim, o autor detecta um “*déficit*” explicativo nas Ciências Sociais sobre o polo da riqueza. Um dos motivos deste “*déficit*” explicativo decorre da visão estreita das ciências sociais no Brasil que considera os estudos do polo da pobreza um problema e o estudo do polo da riqueza não. Esta noção é apoiada na falsa ideia de que quem estuda a riqueza é elitista e quem estuda a pobreza é progressista.

Neste mesmo sentido, Marcelo Kunrath Silva (2010) percebe como uma das principais características das ciências sociais nacionais o seu engajamento, onde as posições político-ideológicas dos pesquisadores, isto é, seus pré-conceitos, terminam por restringir o campo de pesquisa. Assim sendo, temos uma concentração de pesquisas em segmentos populares contestatórios, onde

as dinâmicas associativas das camadas que ocupam o topo da pirâmide social ficam obscurecidas. Segundo Silva (2010, p. 7): “um amplo segmento do universo associativo é praticamente ignorado e pouco se sabe sobre o papel dessas organizações na reprodução das desigualdades e hierarquias da sociedade brasileira”. Ou seja, a falta de estudo das organizações dos mais ricos, ou das classes abastadas, deixa uma lacuna na compreensão da configuração geral das organizações na sociedade, deixando de lado um importante setor da sociedade. Ajudar a preencher esta lacuna é uma das intenções deste trabalho.

Charles Wright Mills (1975) considera que as extremidades da estrutura social são de difícil compreensão por serem, frequentemente, inacessíveis ou ocultas. Assim, a percepção sobre os as classes abastadas e, principalmente, suas formas de organização, segue embaçada e oscila entre dois extremos: em alguns momentos eles são mistificados e venerados como seres portadores de habilidades e competências que legitimariam seus privilégios, em outros momentos, são percebidos como ausentes do contexto social, vivendo em enclaves exclusivos e isolados. Daí decorre a percepção de que a vida dos mais ricos é desolada e triste. Mills comenta, com certo sarcasmo, que a ideia de que os ricos norte-americanos tenham uma vida isolada em um lugar triste no alto da sociedade, onde os nascidos muito ricos não possuem liberdade de ir e vir ou vivem sem saber o que fazer com o dinheiro é equivocada, Segundo Mills (1975, p. 198): “a riqueza na América é agradável, e leva a muitos prazeres”.

Neste trabalho, nosso esforço será o de procurar responder a pergunta: Como é a participação nos bairros centrais da cidade e quais as suas dinâmicas associativas?

Os objetivos específicos desta dissertação são:

- Descrever como são os procedimentos das associações de moradores da região central de Porto Alegre nos espaços de participação do planejamento da cidade de Porto Alegre. Nossa intenção é descrever como os instrumentos do Estatuto da Cidade proporcionaram novas oportunidades e formas de ações para estas associações;
- Verificar se os espaços participativos previstos no Plano Diretor da cidade atingem seus objetivos democráticos participativos. Desejamos saber é se o fórum de planejamento da cidade de Porto Alegre

proporciona um espaço social diferenciado das esferas do poder e da economia, onde a intersubjetividade comunicativa oriente a ação dos movimentos sociais e proporcione a defesa de uma sociedade plural e democrática;

- Identificar elementos da vida associativa dos movimentos de bairro do centro que se aproximam dos conceitos de oportunidades políticas, repertório de ação, quadros interpretativos, estruturas de mobilização e ciclos de confronto.

Este trabalho busca uma maior compressão sobre um dos extremos da nossa sociedade e assim, contribuir para a redução do *déficit* explicativo das Ciências Sociais sobre o papel destes atores na produção e reprodução da exclusão social nas cidades.

Trabalhamos com a visão de que os conceitos desenvolvidos por Tarrow pressupõem uma sociedade civil ativa e garantida por um catálogo de direitos mínimos. O mesmo ocorre com o Estatuto da Cidade, o destaque dado à participação popular pressupõe uma sociedade civil vigorosa que consiga sustentar e ampliar direitos e participação democrática. Esta conceituação aproxima o Estatuto da Cidade e a teoria da sociedade civil desenvolvida por Cohen e Arato.

Assim, Tanto os procedimentos previstos no Estatuto da Cidade quanto os conceitos desenvolvidos por Tarrow trazem consigo a ideia de que a livre associação entre indivíduos, coordenada comunicativamente, consegue influir nos desígnios políticos da sociedade. Ou ainda, a visão de que a intersubjetividade comunicativa produz significados que emergem da vida social e, canalizados pelos movimentos sociais, influem na dinâmica social a partir do confronto entre opositores em um jogo político. Neste sentido as hipóteses deste trabalho são:

- Por baixo da aparente tranquilidade dos bairros centrais há um ativo processo de mobilização e de conflito dentro e fora de seus limites. Ou seja, os moradores destes bairros contam com uma participação ativa e conflitiva frente aos sistemas do poder e do dinheiro;
- Que os bairros da região central da cidade de Porto Alegre são bairros

abertos, no sentido de que eles favorecem amplos ciclos de convivências e inovações, não representando assim, enclaves isolados;

- Que as associações de moradores do centro e os movimentos sociais destas regiões interagem com diversos atores sociais. Com isso, possuem e compartilham diversos enquadramentos interpretativos em comum, o que possibilita maior propagação de suas ideias, demandas, ações e argumentos durante os conflitos políticos.

Este trabalho está dividido em duas partes, uma teórica e outra empírica. No primeiro capítulo da parte teórica daremos os esclarecimentos necessários sobre os apontamentos metodológicos que guiaram a pesquisa de campo. A seguir, no segundo capítulo, abordaremos a teoria da sociedade civil de Jean L. Cohen e Andrew Arato (2000) a partir da obra de Habermas para melhor situar o contexto teórico que serve de suporte para a teoria da sociedade civil que usaremos para analisar os espaços participativos do Plano Diretor da cidade. Assim, descreveremos primeiramente a teoria de Jurgen Habermas com quem os autores travam um intenso diálogo, em especial em sua ética discursiva. No terceiro, e último capítulo da primeira parte, abordaremos a “*contentious politics*” destacando o itinerário de Charles Tilly e o trabalho de Sidney Tarrow, “O Poder em Movimento” buscando descrever seus principais conceitos. Estes conceitos serão usados para analisar os conflitos e as interações entre as associações de moradores dos bairros da região central da cidade de Porto Alegre. No final deste capítulo descreveremos alguns aspectos do conceito de “altas rodas”, da obra de Charles Wright Mills, para melhor localizar e identificar estes atores sociais e seus conflitos.

Na segunda parte, o quarto capítulo apresenta aspectos do planejamento e da participação da sociedade civil nos desígnios da cidade. Este capítulo destaca algumas características da lei 10.257, o Estatuto da Cidade, em especial sua ligação com a ideia de participação da sociedade civil no planejamento da cidade. No quinto capítulo descreveremos os conflitos entorno do Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Descreveremos os principais momentos do confronto que envolve a sociedade civil, o Estado e o sistema econômico. Este ciclo de confronto de dez anos coloca em oposição duas visões sobre a cidade e seu futuro. A seguir, no sexto capítulo, descreveremos as reuniões da Região de

Planejamento Um – a RP1 – e sua relação com os movimentos sociais da região central da cidade de Porto Alegre. Estes movimentos participaram ativamente do ciclo de confronto entorno das alterações do Plano Diretor e de outros conflitos que envolvem a Governança Municipal e a indústria da Construção Civil. Identificamos a RP1 como o espaço democrático institucional de participação previsto no Estatuto das Cidades e na teoria da sociedade civil. Este espaço deve ser capaz de captar os impulsos da sociedade e, por isso, deve ser um espaço regido comunicativamente, segundo os procedimentos discursivos da teoria da sociedade civil. Assim, descreveremos os principais conflitos deste fórum e, principalmente, os argumentos contrários às propostas do Estado, representado pela governança municipal e as propostas do sistema econômico, representado pelas empresas da indústria da construção civil. Mais do que descrever os atores, queremos destacar os procedimentos e os argumentos apresentados neste espaço democrático institucional. No sétimo capítulo, descreveremos os conflitos que envolvem as associações de moradores de duas ruas dos bairros da região central da cidade de Porto Alegre, a Rua Padre Chagas, 2001 e 2002, e a Rua Gonçalo de Carvalho, 2005 e 2006. Estas duas ruas estão localizadas em tradicionais bairros das classes abastadas da cidade. As principais mobilizações, conflitos e conquistas das associações destas duas ruas iniciam o ciclo de confronto que dará origem ao conflito maior do Plano Diretor. Destacaremos as demandas e as formas de ação destas associações para percebermos seus repertórios de confronto e o quanto estes repertórios são compartilhados pelos demais movimentos sociais envolvidos no ciclo de conflito maior do Plano Diretor.

No período entre 2001 e 2010 os movimentos sociais e associações de moradores dos bairros centrais da cidade se envolveram em uma série de conflitos de diferentes proporções entorno de questões sobre o planejamento urbano, em especial questões sobre a altura dos edifícios. Neste período os movimentos destes bairros, entre eles os considerados redutos das classes abastadas, mantiveram um longo confronto com as empresas da construção civil e a Prefeitura. Para fazermos o itinerário dos procedimentos deste conflito partimos da descrição do conflito mais amplo, que envolve toda a cidade, o conflito do Plano Diretor entre 2006 e 2009, para, no segundo momento, descrever um cenário menos amplo, as reuniões da RP1 que congrega 19 bairros localizados na região cen-

tral da cidade. Por último, descreveremos a mobilização e participação que se inicia entre os anos de 2001 e 2005 em duas ruas deste conjunto de bairros.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Nosso suporte teórico trás consigo a noção de que a democracia pode ser aperfeiçoada com novas formas de participação. Neste trabalho vamos descrever os argumentos e os principais conflitos dos moradores de bairros localizados na região central da cidade de Porto Alegre. Devemos destacar que não estamos interessados em descrever estes atores, muito menos analisar o conteúdo de suas reivindicações. A escolha de nosso suporte teórico direciona nosso olhar para os procedimentos discursivos adotados por estes atores e a dinâmica de seus conflitos.

Nos próximos capítulos vamos descrever e analisar as reuniões da Região de Planejamento um, RP1, como o espaço participativo institucional aberto aos moradores da região central da cidade. Este é um espaço participativo consolidado no cenário político da cidade de Porto Alegre. Estas descrições e análises serão realizadas com apoio de gravações das reuniões, observação participante e pesquisas nos principais veículos de comunicação da cidade de Porto Alegre.

ARP1 contempla 19 bairros da cidade de Porto Alegre e possui 257.188 habitantes, o que representa 20% da população do município. Os bairros da RP1 são:

- Marcílio Dias
- Floresta
- Centro
- Auxiliadora
- Moinhos de Vento
- Independência
- Bom Fim
- Mont'Serrat
- Rio Branco
- Bela Vista
- Farroupilha
- Santana
- Petrópolis
- Santa Cecília

- Jardim Botânico
- Praia de Belas
- Cidade Baixa
- Menino Deus
- Azenha

Dos 19 bairros da região - segundo dados da Secretaria de Planejamento do Município, SPM, disponível no site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?pg=1&p_secao=131 – apenas um bairro possui rendimento médio mensal do chefe de família de 1,5 salários mínimos, sendo que onze possuem rendimento médio mensal do chefe de família entre 10,73 e 16,66 salários mínimos, e sete bairros possuem rendimento médio mensal do chefe de família entre 19,57 e 34,68 salários mínimos¹.

Nestes bairros também se encontram as sedes dos principais poderes do Estado, a Assembleia Legislativa, O Palácio Piratini, sede do Poder Executivo e, é claro, a sede do Poder Judiciário. Na realidade todas as Instituições do Estado localizam-se na região central, a sede da Polícia Federal, a sede da Receita Federal, a Universidade Federal o Palácio da Polícia Civil, a sede do Ministério Público, Estadual e Federal. Também estão neste perímetro os melhores e maiores teatros, escolas, bibliotecas públicas, igrejas, templos e os principais grupos de empresariais e de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, esta região conta com a melhor infraestrutura disponível na cidade, com pontes, túneis e viadutos, amplas avenidas e belas ruas asfaltadas que formam um sistema viário complexo. As estações de tratamento de água e esgoto e os melhores e maiores Hospitais do Estado, portanto a melhor rede de saúde disponível também se encontra nesta região. É neste perímetro que se localizam os maiores, melhores e mais bem cuidados parques e praças da cidade e, porque não, do Estado do Rio Grande do Sul. Também é neste espaço onde se concentra o maior número de pessoas ligadas ao poder, a religião, a intelectualidade e a economia. Pessoas que encarnam os conceitos morais considerados os mais elevados e usufruem o melhor que a cidade pode ofe-

¹ Dados do site da Secretaria de Planejamento Municipal, SPM, disponíveis no site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?pg=1&p_secao=131

recer. Este perímetro é onde circulam, trabalham e reside a maior parte das pessoas que se localizam nos estratos mais altos de nossa sociedade, pessoas que ocupam posições de destaque em suas atividades. É por isso que estes bairros despertam a atenção do sistema econômico e do sistema político. Devido a estas características, esta região chama a atenção da indústria da construção civil. Este especial interesse da construção civil geralmente materializa-se em grandes edificações, shoppings, hospitais e altas torres residenciais.

Nesta pesquisa nos apoiaremos em dados de sites oficiais, como da Prefeitura Municipal, em notícias de jornais com circulação diária, os jornais O Sul, Jornal do Comércio, Correio do Povo e o Jornal Zero Hora. Também pesquisamos e analisamos as informações de sites e blogs da internet das principais associações e ONGs que interagem nos conflitos políticos desta região. Contudo, devemos destacar que nossa intenção neste trabalho não é o de descrever estes atores, mas sim descrever seus argumentos e os espaços onde estes atores discursam. Desta forma, não temos a pretensão de analisar o conteúdo destes discursos, muito menos a validade dos argumentos usados nas discussões empíricas. Partimos da premissa que todos os argumentos e posições destes atores tem uma pretensão de validade que se dirige a uma sociedade futura que este indivíduo que fala pretende legitimar.

Optamos por utilizar entrevistas abertas e a observação participante durante a pesquisa de campo. A entrevista aberta possui claras ligações com os princípios discursivos que serão expostos na parte teórica do trabalho, em especial a busca pelo compartilhamento de sentido com o outro e a pretensão de validade das falas. Esta ênfase deve-se a aspectos teóricos que descrevem os indivíduos em uma interligação subjetiva constante que ocorre pela compreensão da linguagem. Esta influência mútua entre pesquisador e entrevistado evidencia os valores sociais e códigos do grupo social do entrevistado. Segundo Fraser e Gondim (2004) a entrevista apresenta a vantagem de:

[...] favorecer a relação intersubjetiva do entrevistador com o entrevistado, e, por meio das trocas verbais e não verbais que se estabelecem neste contexto de interação, permitir uma melhor compreensão dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de situações e vivências pessoais.

A conversação que caracteriza a entrevista aberta proporciona a troca de informações necessárias para desvelar os significados que os atores sociais atribuem a si mesmos e aos demais atores. Esperamos assim, também desvelar os quadros interpretativos que estes atores usam para guiar suas ações. O conceito de quadros interpretativos será descrito com maior precisão na parte teórica deste trabalho.

Já a observação participante foi utilizada para perceber como os atores sociais, individuais ou coletivos, agem no fórum da RP1, que se caracteriza por ser um local aberto à participação, com total liberdade de fala a todos os interessados em participar das discussões empíricas que ocorrem neste espaço. Segundo Fraser e Godim (2004) a observação participante caracteriza-se pela:

Premissa de que a apreensão de um contexto social específico só pode ser concretizada se o observador puder imergir e se tornar um membro do grupo social investigado. Só então, poderá compreender a relação entre o cotidiano e os significados atribuídos por este grupo.

Neste procedimento o pesquisador deve seguir três passos, primeiro buscar desprender-se de seus conceitos buscando o estranhamento inicial com o grupo pesquisado para, a partir deste estranhamento, buscar compreender a lógica deste grupo, o segundo passo é o processo de entranhamento, quando o observador participa da lógica de ação do grupo observado. Após este processo, no terceiro passo, o observador pode novamente voltar ao ponto inicial de sua observação para analisar os dados observados no convívio com o grupo.

Nossa inserção no campo de pesquisa foi como morador da região da RP1. Optamos por esta inserção por estarmos pesquisando um espaço aberto à participação, ou ainda, um espaço aberto que proporcione a livre conversação sem nenhum impedimento, como os impedimentos ligados a questões de poder, dinheiro ou de alguma tradição aceita de forma tácita. Contudo, também nos apresentamos aos membros da RP1 como pesquisador de Ciências Sociais.

O que queremos desvendar na observação participante das reuniões da RP1 é se este espaço participativo consegue propiciar aos atores da sociedade civil um fórum discursivo livre dos imperativos sistêmicos que veremos na parte teórica desta pesquisa. Um espaço onde os impulsos da sociedade se-

jam captados e onde se expressem os diferentes valores de uma sociedade moderna e plural. Este espaço deve ser capaz de questionar as normas vigentes que regem a cidade e seu planejamento. Um espaço diferenciado e socialmente aberto. Neste trabalho utilizamos a noção de que quem discursa neste espaço é um indivíduo detentor de um catálogo mínimo de direitos, entre estes a liberdade de expressão e a igualdade jurídica. Estes indivíduos devem discursar, falar, em um local aberto e livre de qualquer tipo de constrangimento que possa representar um obstáculo a livre expressão de ideias e opiniões.

Para analisar as objeções, os argumentos contrários usados durante o procedimento discursivo utilizaremos o conceito de “não-conformidade” desenvolvido por Karl Polany. O trabalho de Polany influencia de forma contundente a obra Teoria Política e Sociedade Civil que é um dos pilares teóricos desta pesquisa. A “não conformidade” é o conceito que vamos trabalhar para tornar visível a participação da sociedade civil nos processos participativos da cidade de Porto Alegre. Segundo Karl Polany, (2000):

Quanto à liberdade pessoal, ela existirá na medida em que criarmos deliberadamente salvaguardas para a sua manutenção, e até para a sua ampliação. Numa sociedade estabelecida, o direito a “não conformidade” deve ser protegido institucionalmente. O indivíduo deve ser livre para seguir a sua consciência, sem recear os poderes incumbidos das tarefas administrativas em algumas áreas da vida social. A ciência e as artes deverão permanecer sempre sob a guarda da “república das letras”. A compulsão jamais será absoluta; ao “contestador” deverá ser oferecido um refúgio no qual poderá se abrigar, o direito de escolher um “segundo melhor” conforme lhe agrade. Assim o direito a “não conformidade”, como marco da sociedade livre, ficará garantido.

O trabalho de coleta de dados, notícias de jornais e da internet foi realizado durante dois anos em um trabalho de formação de um arquivo que buscou unir as experiências pessoais as atividades profissionais e estudos planejados de pesquisa.

Desta forma este arquivo é composto de diversas pastas eletrônicas que contém anotações como as de um diário, recortes colhidos de jornais com circulação em Porto Alegre, os jornais pesquisados foram o Jornal Zero Hora, o Jornal

do Comércio, o Jornal Correio do Povo e o Jornal O Sul. Também realizamos audição das principais notícias matutinas de rádios. As rádios ouvidas foram a Rádio Gaúcha AM/FM, a Rádio Guaíba AM/FM e a Rádio Band News FM. Ainda, pesquisamos os principais sites de notícias, entre eles os sites o Clic RBS, UOL, Estadão e Terra. Também analisamos as intensas trocas de e-mails que ocorrem entre os participantes das reuniões da RP1. Este trabalho foi realizado de forma metódica durante todos os dias do período de pesquisa, dois anos. A intenção deste procedimento foi de aguçar imaginação sociológica com um trabalho minucioso que lembra o do um artesão.

Esta perspectiva foi desenvolvida por Charles Wright Mills (1980), nela o trabalho do pesquisador é visto como o trabalho de um artesão que busca de forma devotada, contínua e livre organizar em arquivos suas experiências, suas pesquisas intelectuais e suas vivências no campo de pesquisa. Assim, tentamos desenvolver constantemente a autorreflexão e “sempre que experimentamos forte sensação sobre acontecimentos ou ideias, procuramos não deixá-las fugir, e ao invés disso formulá-las para nossos arquivos”. É desta forma que buscamos controlar as experiências em campo, separando os sentimentos e ideias que não contribuem para a pesquisa e as que apontam para a perspectiva que possa tornar visível o que está ofuscado ou encoberto. As anotações e os textos escritos sobre os dados coletados ajudam a nomear estas experiências e serve como estímulo a reflexão constante. Este fato nos convida a explicar e compreender o objeto observado. Segundo Mills (1980, p. 138):

O artesão clássico não elabora, habitualmente, um grande plano para um grande estudo empírico. Sua política é deixar estimular a oscilação constante entre as concepções macroscópicas e as exposições detalhadas. Assim, age planejando seu trabalho como uma série de estudos empíricos de menor escala (o que pode, naturalmente, incluir o trabalho microscópico e estatístico), cada qual parecendo central a uma parte ou outra da solução que está criando. Essa solução é confirmada, modificada ou refutada, segundo os resultados destes estudos empíricos.

Este trabalho de artesanato intelectual proporciona um armazenamento crescente de dados, ideias, fatos e textos sobre teorias e livros que osci-

lam entre os mais vagos até os mais importantes para o escopo do trabalho. Assim, todo e qualquer texto desenvolvido em exercícios de alguma cadeira ou seminário, as leituras de lazer e mesmo as breves anotações de campo proporcionam um mosaico que estimula a imaginação sociológica e, como todo mosaico, termina por destacar uma realidade partir da união de diversos elementos distintos que ainda mantêm suas características originais.

Cercamo-nos de todos os textos, autores e pessoas que pudessem contribuir para a tarefa de descrever a participação nos bairros onde circulam as pessoas que se destacam em suas atividades. Este movimento nos leva a autores diversos que se envolvem com a temática da ação humana, a agência e o conflito. Autores como Faoro, Freyre, Marx, Hegel, Weber, Pareto, Hobsbawm, Taylor, Habermas, Cohen, Arato, Tilly, Tarrow, Honneth, Garland e o próprio Mills. De Faoro destacamos seu relato da página 548 de “Os Donos do Poder” onde o autor descreve uma revolta de escravos na cidade de Campinas e os comentários de Joaquim Nabuco sobre o fato. De Freyre a perspectiva econômica de sua obra que pode ser percebida pela narrativa a partir do pondo de vista da Casa Grande. De Marx as teses 6 e 8 de Feuerbach. De Hegel, as possibilidades, extensão e tradução dos conceitos de *gesellschaftsbürgerlich* e *sittlichkeit*. De Weber a questão do status. De Pareto, seu conceito de elite. De Hobsbawm, seus comentários sobre as revoluções de 1848. De Taylor sua explicação do conceito de *sittlichkeit*. De Habermas suas considerações sobre os discursos práticos morais, apresentados em sua conferência no Brasil em 1989. De Cohen e Arato a questão da desobediência civil que finaliza a obra Teoria Política e Sociedade Civil. De Tilly o resgate dos aspectos conflitivos de Weber e Marx. De Tarrow os quadros interpretativos amplos e a atenção a formas de ação “menos edificantes” dos movimentos sociais. De Honneth sua descrição da Escola de Frankfurt. De Garland sua crítica ao funcionalismo.

Neste processo passamos por temas como o estudo dos movimentos sociais e suas teorias, a escola de Frankfurt ou ainda os estudos sistêmicos de Luhmann. Também nos cercamos de fatos da vida cotidiana, como os crimes, de um lado, e de outro, amenidades da vida diária das colunas sociais.

Neste constante manejo de ideias, teorias e fatos, organizamos pastas e listas de estudos, argumentos e raciocínios que nos aproximam ou afastam do

objeto de estudo. Desta forma, novos contornos e diferentes nuances dos fatos observados emergem da pesquisa. Para Mills, a imaginação sociológica consiste em (1980, p. 227):

A imaginação sociológica consiste em grande parte na capacidade de passar de uma perspectiva a outra, e no processo estabelecer uma visão adequada de uma sociedade total e seus componentes. É esta imaginação que distingue o cientista social do simples técnico[...] A imaginação sociológica também pode ser cultivada; ela dificilmente ocorre sem um grande volume de trabalho, que com frequência é de rotina. Não obstante, há uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja uma combinação de ideias que não supúnhamos combináveis – digamos uma mistura de ideias da filosofia alemã e da Economia britânica. Há certo estado de espírito alegre atrás dessa combinação, bem como um interesse realmente muito grande em ver o sentido do mundo, que falta aos técnicos. Talvez estes sejam demasiado bem treinados, treinados com demasiada precisão. Como ninguém pode ser treinado apenas no que já é conhecido, o treinamento por vezes incapacita-nos de aprender novos modos, leva-nos a rebelar-nos contra o que deveria ser, a princípio, espontâneo e desorganizado mesmo. Mas temos que nos apegar a imagens e noções vagas, se forem nossas, e devemos desenvolvê-las, pois quase sempre as ideias originais se apresentam assim, inicialmente.

Para processar e interpretar esta contínua acumulação de dados e fatos autocontrolados pela reflexão, buscamos misturar listas e arquivos, misturamos conteúdos e lhe damos nova ordem. Nesta lógica da combinação o “acaso” por vezes desempenha um papel curioso, que pode levar a uma nova classificação e uma evolução proveitosa da pesquisa.

Para analisar as entrevistas utilizaremos uma “atitude lúcida” com relação às palavras e frases dos entrevistados. Buscando perceber suas repetições, contextos e semântica para que possamos escolher uma classificação que nos leve a um denominador comum e nos afaste das interpretações do senso comum. Tentaremos compreender quais são as repetições e contextos que ocorrem por coincidência ou expressam um sentido que contribui para a descrição das práticas associativas dos

entrevistados. Nas entrevistas destacaremos os principais argumentos e suas contradições para perceber suas extensões. Este é o caso do argumento de que o centro das cidades possuem uma infraestrutura ociosa e sua melhor utilização pode ser uma solução sustentável para famílias sem moradia digna. Este mesmo argumento, em sua extensão máxima, também pode validar a verticalização das construções em uma região com boa infraestrutura e densamente ocupada por casas.

Na análise das gravações e também dos dados do arquivo que construímos nos valemos da “classificação cruzada” sugerida por Mills. Assim buscamos considerar os extremos opostos dos argumentos apresentados buscando contrastar várias oposições de pensamentos para podermos ter uma melhor compreensão dos fenômenos envolvidos. Esta “construção de “tipos polares” que se oponham em várias dimensões” norteou nossa busca por esclarecer diferentes pontos de vista e contextos sociais envolvidos entorno do nosso objeto de pesquisa, a participação nos bairros centrais da cidade de Porto Alegre.

Buscaremos inverter deliberadamente as proporções e, afastando-nos do senso comum, ao invés de perceber certo bairro como bucólico e tranquilo, buscamos percebê-lo como conflitivo e urbano. Ao invés de pensarmos uma região pequena com casas, a imaginamos grande e verticalizada com enormes edifícios. Nas análises e interpretações dos dados de arquivo buscaremos a classificação cruzada entre os tópicos colhidos, nos anos de 2010 e 2011, buscando perceber quais as frequências entre um ano e outro, para assim, formarmos temas que possam compor parágrafos ou capítulos. Desta forma, aglutinaremos as notícias do ano de 2010 e as compararemos com as do ano de 2011. Para simplificar a narrativa utilizaremos apenas os temas mais frequentes do ano de 2010 que também se manifestaram no ano de 2011. Para explicar a “classificação cruzada” Mills comenta (1980, p. 230):

Para o sociólogo, a classificação cruzada é o que a diagramação de uma sentença é para o gramático. Sob muitos aspectos, a classificação cruzada é a gramática mesma da imaginação sociológica. Como toda a gramática, deve ser controlada, não se lhe permitindo escapar aos seus objetivos.

Contudo, devemos sempre notar, como destaca Mills, a “influência mútua entre a escrita e o pensamento”, ou seja, quando tentamos apresentar nosso pensamento na escrita ao mesmo tempo o modificamos tanto em sua forma quanto seu conteúdo. É nesta movimentação que procuramos refletir mais uma vez sobre o caminho a ser percorrido e sua forma de apresentação.

Adotamos esta metodologia por dois motivos, primeiro pelas claras ligações com o estudo das “altas rodas” segundo, porque desta forma esperamos ter uma forma criativa e sensível para analisar e descrever as práticas participativas de uma sociedade complexa, plural e democrática como a nossa.

Assim, nosso objeto de pesquisa é delimitado por uma linha imaginária que destaca os movimentos e a participação dos membros da classe média até os estratos mais altos de nossa sociedade que residem nos bairros centrais da cidade de Porto Alegre. Este amplo gradiente se apoia na ideia de que as estruturas sociais de nossa sociedade possuem uma graduação de poder que se intensifica a partir dos estratos médios da sociedade. Este pensamento também deriva de Mills, e prevê que se o poder em uma sociedade fosse dividido de forma absolutamente igual, não teríamos graduação alguma de poder, pois todos teriam o mesmo poder. Ao contrário, no extremo oposto, se o poder fosse apenas de um pequeno grupo, uma elite do poder, também não teríamos graduação de poder, porque as decisões seriam tomadas por este pequeno grupo e todos os demais não teriam poder algum. A sociedade brasileira não representa nenhum destes extremos, mas concebê-los faz com que compreendamos mais claramente onde está localizado nosso recorte de pesquisa, das classes médias para o alto da estrutura social.

Para deixar mais claro as perspectivas metodológicas propostas por Mills, destacamos o que o autor busca dizer com o preceito (1980, p. 240):

Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual desprezioso, e devemos tentar ser, nós mesmos, esse artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista; que cada homem seja seu próprio técnico; que a teoria e o método se tornem novamente parte da

prática de um artesanato. Defendemos o primado do intelectual individual; sejamos a mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e da sociedade.

3 SOCIEDADE CIVIL E TEORIA POLÍTICA

3.1 A Esfera Pública

Andrew Arato (1994) situa o ressurgimento do conceito de sociedade civil, em meados da década de 1970, como uma iniciativa de pensadores pós-marxistas. Estes pensadores opunham-se aos princípios marxistas que inevitavelmente conduziram a um totalitarismo nos moldes do socialismo soviético. A reconstrução da teoria marxista clássica contempla a interpretação do jovem Marx a partir de Hegel e inclui pensadores marxistas e não marxistas como Gramsci, Weber e Freud entre outros. Segundo Arato, o pensamento pós-marxista inclui pensadores como Lukács, Gramsci e a antiga Escola de Frankfurt.

O modelo de sociedade civil proposto por Cohen e Arato em “Sociedade Civil y Teoria Política” é sustentado no interior da obra de Jürgen Habermas, em especial no seu conceito de “mundo da vida” e sua ética discursiva.

Habermas foi influenciado, em seus estudos sobre a linguagem, por Wittgenstein, pela antropologia filosófica, a hermenêutica e o pragmatismo. Estas influências teóricas permitiram a Habermas perceber que todos os indivíduos estão, desde sempre, ligados pela linguagem, ou seja, pela busca da compreensão da língua. Esta “virada linguística” permitiu a Habermas fazer uma crítica ao funcionalismo marxista a partir da noção de que a prática linguística dos indivíduos socializados também é responsável pela ação social.

A nova abordagem da teoria crítica² proposta por Habermas contempla duas diferentes esferas de ação social. A primeira esfera de ação é regida pela racionalidade instrumental, onde a intenção da ação está voltada para um fim. Esta concepção de racionalidade foi inspirada em Weber e possui ligação com a teoria dos sistemas de Luhmann³. A racionalidade instrumental rege os sistemas não mediados pela linguagem, mas pelo poder e pelo dinheiro, ou seja, os

² Para uma apresentação da “teoria crítica” ver: HONNET, Axel. Teoria crítica. In GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). Teoria social hoje, São Paulo, UNESP, 1999.

³ Para uma exposição sistêmica da obra de Luhmann ver: BECHMANN, Gotthard; STEHR, Nico. NiklasLuhmann. Tempo social, revista de sociologia da USP, v. 13, n. 2, p. 185-200, 2001. COHN, Gabriel. As diferenças finais: de Simmel a Luhmann. RBSCRevista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.13, n. 38, 1998.

sistemas político-administrativos e econômicos que visam à reprodução material da sociedade. Porém, Habermas percebe uma insuficiência nesta racionalidade para dar conta da reprodução cultural, e assim concebe uma segunda esfera de ação social regida pela racionalidade comunicativa, a qual é responsável pela reprodução simbólica da sociedade. A visão onde a intersubjetividade linguística é responsável pela coordenação das ações dos indivíduos. Temos assim o famoso modelo de sociedade dividido em duas partes, uma sistêmica e outra comunicativa, que é o mundo da vida. Sua crítica social é ancorada na percepção de que as patologias sociais derivam da influência da racionalidade instrumental dos sistemas no mundo da vida, regido pela racionalidade comunicativa⁴.

Assim, o modelo Habermasiano contempla, segundo Trejo-Mathys (2008): 1 - uma visão fenomenológica de integração social que é o mundo da vida, e 2 - uma compreensão reificada funcionalista de integração sistêmica, onde encontramos o conceito de sistema. Deste modo, o modelo de Habermas consegue superar o funcionalismo das primeiras análises da Escola de Frankfurt. Contudo, sua análise ainda carrega uma visão pessimista da sociedade, onde o “mundo da vida” é apenas reativo a ação dos sistemas.

Leonardo Avritzer (1993) destaca que, para Habermas, a mediação entre as esferas sistêmicas e o mundo da vida ocorre na esfera pública, neste caso, os movimentos sociais são os atores que reagem à reificação e burocratização do mundo da vida. Segundo Avritzer (1993, p. 217):

Neste sentido, eles disputam tanto com o Estado de bem estar social quanto com as grandes corporações capitalistas a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização e reprodução da cultura e de formação de identidades e solidariedades.

O modelo de sociedade civil proposto por Cohen e Arato é capaz de mediar à relação entre sistemas, mundo da vida e ação dos movimentos sociais. Destacando o aspecto ofensivo destes movimentos. O resgate do conceito de sociedade civil, a partir da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas,

⁴ Para uma exposição da trajetória da teoria crítica ver TREJO-MATHYS Jonathan. The Idea of a critical theory, past, present and future. Civitas-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.20-45, 2008.

parte da ideia do “mundo da vida” dividido em duas partes. A primeira parte corresponde à dimensão simbólica, linguística e cultural, onde os movimentos sociais atuam de forma defensiva contra os imperativos sistêmicos. Já a segunda parte, corresponde à dimensão institucional do mundo da vida, os espaços institucionais sustentados pela ética do discurso onde os movimentos sociais agem politicamente visando influenciar os sistemas de forma autolimitada com auxílio do direito, neste sentido, os movimentos sociais possuem uma dimensão ofensiva.

3.2 A Sociedade Civil

O conceito de sociedade civil representa um ideal utópico perseguido por diversos pensadores desde Aristóteles até Marx. Este ideal contempla a visão de uma livre associação entre indivíduos estruturada de forma democrática e coordenada comunicativamente. Para Sergio Costa (2002, p. 38), “o conceito de sociedade civil ganha seu estatuto teórico efetivo em Hegel”. Na teoria social hegeliana as sociedades modernas caracterizam-se por apresentar um processo contínuo de alienação e busca de integração social. Neste modelo, a sociedade civil surge como a responsável pela mediação entre a família e o estado.

A chave do conceito de sociedade civil desenvolvido por Cohen e Arato (2000) também está na obra de Hegel, em especial no conceito de *sittlichkeit* ou vida ética. Este conceito compõe junto com a “moralidade” e o “direito abstrato” as três dimensões da argumentação moral do espírito objetivo. A “vida ética”, *sittlichkeit*, é descrita por Arato (1994, p. 46) como “uma forma de razão prática que deve elevar, pela auto-reflexão, o conteúdo normativo e a lógica das instituições e tradições, a um nível universal”.

Para Cohen e Arato (2000), o conceito de vida ética descrito por Charles Taylor (2005), refere-se às obrigações morais do indivíduo com relação a sua comunidade, por sua vez, estas obrigações são sustentadas por normas e condutas já estabelecidas. Assim, Taylor (2005, p. 108) percebe que “a característica crucial da *Sittlichkeit* é que ela nos impele a realizar aquilo que já é”. Nesta perspectiva, não temos na vida ética o conflito entre o ser e o dever ser. Para Taylor (2005, p. 108):

Esta é uma maneira paradoxal de colocar as coisas, mas, com efeito, a vida comum que é a base de minha obrigação *sittlich*⁵ já existe. É precisamente pelo fato de que eu as realizo é o que as sustenta e as mantém em existência. Por conseguinte, na *Sittlichkeit* não há lacuna entre o que dever ser e o que é, entre *Sollen* e *Sein*.

Arato (1994) destaca que esta concepção é parcialmente correta por não alcançar o núcleo contraditório do conceito de Hegel. Para o autor, a “vida ética” pode ser concebida não apenas como as normas sociais herdadas sem questionamentos que proporcionam aos indivíduos formarem suas identidades, mas ao contrário, na percepção de Arato, há espaço na “vida ética para o questionamento e a crítica das normas da comunidade herdadas, fato que possibilita uma forma de vida verdadeiramente moderna”.

O conceito hegeliano de *Sittlichkeit*, “vida ética”, corresponde ao espaço entre a família e o estado, ou seja, a sociedade civil. A sociedade civil contempla os sistemas de necessidades - a economia -, o direito, a autoridade geral, a legislatura, a opinião pública e as corporações/associações. Sérgio Costa (2002) destaca que a corporação descrita por Hegel representa a “instituição fundadora” da vida ética. Onde a família representa a socialização do indivíduo que se dilui ao entrar no mundo da alienação e só reencontram sua “segunda família” nas corporações, associações da sociedade civil que reintroduzem os laços de solidariedade social. Este é o espaço onde os indivíduos formam laços solidários. Neste sentido, temos um contraponto entre o particularismo da ação individual, orientada pela superação das necessidades, e a formação de uma nova “vida ética” no interior das corporações/associações.

A interpretação de Hegel proposta por Arato mostra a sociedade civil como estruturante da solidariedade e identidade coletiva nas sociedades modernas. Desta forma, estes aspectos não se limitariam apenas ao Estado.

⁵ Charles Taylor comenta que não há uma tradução do termo *Sittlichkeit* que consiga contemplar “o sentido do conceito hegeliano”. Por isso, ele propõe usar o termo original, para fazer uma ligação com sua origem etimológica, que é a mesma do termo *Sitten* que pode ser traduzido como “costumes”. Contudo, neste trabalho, optamos por usar o termo “vida ética” como a tradução de *Sittlichkeit*. TAYLOR, Charles. Hegel e a sociedade moderna. São Paulo, SP, Edições Loyola, 2005.

3.3 A ética do discurso por Cohen e Arato

A distinção feita por Habermas entre sistema político e econômico e o mundo da vida permite que Cohen e Arato (2000) localizem seu conceito de sociedade civil como a esfera institucional do mundo da vida, responsável pela produção e reprodução de identidades e solidariedades.

Nesta perspectiva, o mundo da vida possui duas dimensões, onde a primeira dimensão contempla as tradições já existentes, ligadas a linguagem e a cultura, que são utilizadas pelos indivíduos nas suas inter-relações cotidianas.

A segunda dimensão, por sua vez, corresponde aos resultados destas interações que envolvem processos comunicativos de transmissão da cultura e proporcionam aos indivíduos a participação em um grupo social para desenvolver suas identidades sociais.

Cada sociedade possui instituições que são as responsáveis pela transmissão cultural e a socialização dos indivíduos. A existência destas instituições só é possível com o apoio dos direitos, como a liberdade de comunicação, associação, privacidade e inviolabilidade do indivíduo. Desta forma, Cohen e Arato promovem uma complementação na obra de Habermas. Para Costa e Arvitzter (2004), tem-se assim um processo paralelo à “colonização do mundo da vida” pelos imperativos sistêmicos da esfera do poder e do dinheiro. Neste processo paralelo, verifica-se uma modernização do mundo da vida, com o surgimento de novos públicos e locais de interação comunicativa que possibilita segundo Costa e Arvitzter (2004, p. 711):

[...] contextos de difusão de subculturas, movimentos sociais, micro espaços alternativos etc. Trata-se aqui de meios culturais marcados pela produção e circulação de ideias e formas de vida pós-tradicionais, as quais colocam em movimento dinâmico de inovação cultural e contestação dos padrões sociais estabelecidos no plano, por exemplo, das representações de gênero, das relações étnicas etc.

Esta formulação da sociedade civil é sustentada por uma interpretação da ética discursiva desenvolvida por Jürgen Habermas e Karl Otto-Apel. A ênfase dada pelos autores à ética do discurso procura demonstrar que tanto os direitos

quanto a legitimidade democrática só são viáveis a partir de sua inter-relação conceitual e normativa nos espaços institucionais da sociedade civil. Neste sentido, os direitos são uma pré-condição para garantir os princípios democráticos.

A ética do discurso é, para os autores, o marco teórico capaz de unir os conceitos de legitimidade democrática e direitos básicos a partir da sua formulação de sociedade civil como um campo social diferente do Estado e da economia que possui os seguintes componentes, para Cohen e Arato (2000, p. 396):

- Pluralidade: famílias, grupos informais e associações voluntárias cuja pluralidade e autonomia permitem uma variedade de formas de vida.
- Publicidade: instituições de cultura e comunicação.
- Vida Privada: o domínio do autodesenvolvimento e eleição moral do indivíduo.
- Legalidade: estruturas de leis gerais e direitos básicos que são necessários para demarcar a pluralidade, a vida privada e a publicidade ao menos no que se refere ao Estado e “tendencialmente”, a economia.
- Juntas, estas estruturas asseguram a existência institucional de uma sociedade civil moderna e diferenciada.

3.4 O domínio da ética do discurso

A melhor maneira de localizar a ética do discurso é interpretá-la apenas como uma teoria política e não como uma teoria moral universal. O domínio da ética do discurso na interpretação proposta é o político, mesmo que para Habermas sua teoria possua um aspecto moral com pretensões universais.

Para melhor compreendermos a posição proposta por Cohen e Arato devemos destacar a formulação filosófica da ética do discurso desenvolvida por Karl-Otto Apel e Habermas. Em entrevista concedida a Jesus de Paula Assis (1992, p. 178) Apel define de forma sucinta a ética do discurso como:

Primeiro devo dizer que isso se liga a meu enfoque (e de Habermas) à filosofia teórica (pura) e à filosofia da ciência. Está intimamente ligado à hermenêutica e às ciências sociais reconstrutivas. A noção está

ligada a um enfoque novo da filosofia transcendental. Não pretendo recuar até, por exemplo, uma consciência solitária, a um solipsismo do tipo “eu penso”, como o que está em Descartes e em Kant ou Husserl. Acho que o a priori que não podemos evitar, que é em última instância requerido, é que sempre estamos discursando. Nunca penso solitariamente. Posso, é claro, pensar solitariamente em minha sala, mas sempre pretendo validade intersubjetiva. Assim, a estrutura de meu pensamento é sempre a estrutura de um discurso realmente argumentativo. Desenvolvi com Habermas a noção de que, sempre que tenho pretensões de validade, tenho de seguir: a) pretensão de sentido (compartilhamento de sentido com outros, com uma comunidade ilimitada de comunicação), b) pretensão de sinceridade e, também, c) pretensão de direito moral. Essa é uma nova característica da ética do discurso: ela nasce do mesmo ponto em que nasce a filosofia teórica. Pois, agora, a pressuposição metodológica não é mais o “eu penso”, mas o “eu argumento”, pois sou membro de uma comunidade real e estou, ao mesmo tempo, antecipando estruturas de uma comunidade ideal, pois devo dirigir meus argumentos a essa sociedade. Devo supor a pretensão à verdade para todo componente dessa sociedade ideal. Quando tenho essas pressuposições, contrariamente às suposições de Descartes ou Kant ou Husserl, tenho também as fundações da ética. Pois não posso pensar, ter pretensões à verdade, argumentar seriamente, sem pressupor as normas éticas fundamentais de uma sociedade ideal livre. Devo, desde o início, reconhecer que todos os componentes têm direitos iguais para perguntar, responder, etc. Eles são corresponsáveis comigo em qualquer questão relevante. Todos têm de ser iguais em termos de deveres e direitos. Assim, a ética aparece logo no início quando procuramos o que é pressuposto no estudo de teorias. Esse é o ponto principal.

Cohen e Arato (2000, p. 400) consideram que o aspecto filosófico puro da ética do discurso “sobrecarrega demasiadamente a teoria” ao promover um intenso debate com pensadores de diferentes campos e tradições. Com isso, os autores pretendem defender a ética do discurso como “uma ética política e como uma teoria da legitimidade democrática e dos direitos básicos”.

A ética do discurso apresenta um procedimento para a validação de normas, e assim, não possui um conteúdo específico, uma substância. A ética do

discurso trata das condições de possibilidade de se chegar a um acordo racional legítimo a partir dos discursos reais entre os indivíduos na sociedade. Habermas (citado por Cohen e Arato, 2000, p. 397) define este procedimento legítimo como “a meta-norma que prescreve o único procedimento válido para fundamentar ou justificar as normas de ação”, ou seja, são os procedimentos para validar uma norma, o consenso formado pelo discurso público e aberto entre todos os interessados, que tornam as normas legítimas.

Para demonstrar a profundidade destes procedimentos os autores afirmam que: um governante ditador, um “déspota esclarecido”, pode impor uma lei justa, que tenha aceitação popular, que seja orientada segundo o ponto de vista moral majoritário e que consiga realizar o “bem comum”. Contudo, mesmo observando um princípio moral amplamente aceito, mesmo representando uma vontade de todos e mesmo a lei promovendo o bem comum, ainda assim, esta lei não seria uma lei justa. Cohen e Arato (2000, p. 408) destacam: “porque a justiça requer que os que se veem afetados determinem esta lei por si mesmo, em um procedimento discursivo de formação de uma vontade coletiva”.

Para chegar a um procedimento discursivo os participantes do discurso empírico devem respeitar uma situação ideal, até mesmo utópica, entre os participantes que proporcione a simetria, reciprocidade e refletividade. Assim, a participação deve ser pública, no sentido de ser aberta a todos, e deve respeitar as precondições de simetria, reciprocidade e refletividade para proporcionar um reconhecimento “mútuo e recíproco”, sem limitações, entre todos os participantes.

Desta forma, a participação nas discussões públicas que visam à formação de um consenso racional não deve ser afetada por aspectos políticos, econômicos ou ligados a uma tradição “aceita de forma tácita”, ou seja, Cohen e Arato (2000, p. 398) percebem que: “nada pode ser tabu para o discurso racional, nem os domínios do poder, nem da riqueza, nem das tradições ou das autoridades”. Temos assim, a “condição ideal de fala”, onde os procedimentos discursivos empíricos podem ser considerados como uma base legítima de uma norma política ou legal. Os autores destacam ainda que as metas-normas do discurso, a condição ideal de fala, só são válidas para os participantes do processo discursivo empírico.

3.4 A acusação de autoritarismo

O enfoque sobre a necessidade de um consenso racional empírico é alvo de críticas porque pode implicar no sufocamento de formas de vida independentes e diferentes e, assim, sufocar a própria sociedade civil.

A ética do discurso proposta por Habermas sofre de acusações de autoritarismo e de um “excessivo formalismo” no sentido de que, comentam Cohen e Arato (2010, p. 409): “ou a ética do discurso é tão formalista que não tem consequências institucionais ou, se as tem, inevitavelmente possui implicações autoritárias”.

Contra estas dúvidas os autores argumentam que um consenso racional empírico não é um procedimento que garanta sempre a verdade absoluta ou um resultado correto. Pelo contrário, este consenso deve respeitar a possibilidade de falha e, por isso, qualquer consenso racional empírico deve estar aberto a revisões ou a novos argumentos. O principal motivo para que todo o consenso deva estar sempre aberto a uma revisão é que nunca saberemos ao certo se a mudança de valores de uma minoria hoje pode transformar-se, em um futuro próximo, em um novo consenso geral que legitime novas normas e formas de vida.

Na tentativa de evitar as acusações de autoritarismo que a ética do discurso pode contemplar Cohen e Arato propõem uma mudança, ou uma diminuição de ênfase, do conceito de “interesse geral” pelo conceito de “identidade comum”.

Afinal, em uma sociedade moderna e plural, a tentativa de descobrir um “interesse geral” implica em descobrir antes quais são as diferenças que existem entre os indivíduos e seus discursos e de que maneira estes diferentes grupos reafirmam seus laços de identidades para torná-los, mesmo com diferenças latentes entre eles, membros de uma mesma sociedade. Assim, a partir da descoberta da identidade comum, que deve ser “crítica com relação as suas próprias tradições”, teremos as condições de compreender os interesses gerais de uma comunidade.

Nesta concepção, o conceito de “identidade comum” pode mediar as metanormas dos processos discursivos e os “interesses variáveis” de um grupo, ou “conjunto de grupos distintos e plurais”, estabilizando as normas acordadas. Em sociedades modernas e plurais é possível estabelecer uma “identidade política

coletiva mínima ou débil” que seja capaz de expressar os interesses diversos desta comunidade.

No nível institucional, a democratização que os princípios da ética do discurso pressupõem, deve contemplar um aprendizado “autocontrolado” que possibilite mudanças institucionais nas próprias organizações, pois de acordo com Cohen e Arato (2000, p. 438).

[...] qualquer consenso dado, incluindo o que existe sobre as estruturas organizacionais para se chegar ao consenso, é, em princípio, aberto ao aprendizado e a revisão, orientadas pelos critérios articulados pela ética do discurso e pressupostos por ela como as condições constitutivas do discurso. A democratização entendida como um processo de aprendizagem autocontrolado significa precisamente isso.

Ou seja, a qualquer momento, as próprias formas de se chegar a um consenso podem ser questionadas ou podem sofrer alterações. Pois os participantes de um discurso empírico são autônomos para revisar seus consensos acordados e as formas que levaram a estes consensos.

Podemos perceber que os processos de legitimidade democrática são anteriores a qualquer forma de organização institucional democrática. Como Habermas, os autores destacam que os processos democráticos são abertos em “suas extremidades” e por isso, nenhuma instituição deriva diretamente da ética do discurso, nem mesmo um sistema democrático baseado em um “conselho de conselhos”⁶.

Por outro lado, a ética do discurso também proporciona “levantar o véu” que encobre as práticas políticas insuficientemente democráticas das democracias de massas. Neste sentido, é uma ilusão falar de legitimidade democrática sem a presença de instituições com um comprometimento intrínseco com as normas e procedimentos de validação de discursos que a ética do discurso contempla. Sem processos de discussão empíricos dentro das organizações não é possível chegar às condições mínimas necessárias que a legitimidade democrática exi-

⁶ Como é o caso da CDMUA que é um conselho de conselhos regionais de planejamento.

ge, sem isso teremos apenas a “ilusão” de que estamos falando de princípios democráticos.

A ética do discurso prescreve assim as condições de validação para todas as formas e sistemas democráticos, pois ela contempla uma ampla gama de “formas de vida”. Os autores destacam ainda que, mesmo que a ética do discurso não represente uma “forma de vida específica”, nenhuma forma de vida existente “pode fugir do ser potencial crítico”. O conceito de “forma de vida” refere-se a todo padrão socializador, institucional e cultural de uma sociedade. Deste modo, o potencial crítico da ética do discurso pode ser dirigido apenas a esferas específicas sem a necessidade de uma avaliação total da “formação social”. Neste trabalho buscamos dirigir este potencial crítico as formas de participação popular no planejamento da cidade de Porto Alegre.

3.5 A ética do discurso e a Sociedade Civil

A proposta de Cohen e Arato de usar um modelo de sociedade de três partes, o do mundo da vida, contemplando a sociedade civil, o estado e economia, faz com que os autores percebam seu modelo como “centrado na sociedade” e não no estado ou na economia. Portanto, o modelo de sociedade civil proposto por Cohen e Arato é pensado em uma estrutura social diferenciada onde a sociedade civil se diferencia não só do estado, como também da economia. Um modelo tripartite.

Assim, este modelo não está totalmente centrado no estado como em Hegel, nem na economia como em Marx. Este é um modelo centrado em uma noção de sociedade descentralizada e não pensando a sociedade como um corpo unificado, nem mesmo como uma sociedade composta de coletividades, mas sim, a sociedade civil vista como uma dimensão institucional diferenciada e plural do mundo da vida.

A ética do discurso, proposta por Habermas, é vista como a única ética política capaz de conciliar as intenções do “liberalismo clássico com os da democracia radical”. Com isso, diferentes modelos de organização democrática são compatíveis com os princípios da ética do discurso para além de uma dicotomia entre democracia direta e representativa.

A ética do discurso proporciona a manutenção das formas democráticas já existentes e, ao mesmo tempo, pode apoiá-las, complementá-las ou torná-las

ainda mais democráticas. Esta afinidade com uma ampla gama de formas de democracia relaciona a ética do discurso diretamente com a sociedade civil de duas formas, para Cohen e Arato (2000, p. 458): “Primeiro, a sociedade civil e as formas existentes da democracia representativa pressupõem política e juridicamente uma a outra. Segundo, só sobre a base da sociedade civil pode conceber-se a pluralidade institucionalizada de democracias”.

A primeira afirmação refere-se ao fato de que a sociedade civil moderna e a sociedade política democrática e representativa compartilham duas instituições “chaves” para mediar suas relações: “a esfera pública e as associações voluntárias”. Isso implica que a sociedade política deve estar aberta à influência da sociedade civil para mediar os interesses rivais em discussão no contexto de uma democracia representativa. O mesmo ocorre na esfera jurídica, onde os direitos à comunicação e o direito à participação política são constituintes de uma democracia representativa. No mesmo sentido, o direito à comunicação e os direitos individuais constituem a base de uma sociedade civil moderna.

A demanda por democracia adicional é justificada pela complexidade e diversidade da sociedade civil moderna, a qual necessita de processos democráticos e espaços diferenciados para conseguir responder aos princípios da ética do discurso pois, segundo Cohen e Arato (2000, p. 540):

Na realidade, a sociedade civil moderna é o terreno em que pode emergir uma pluralidade institucionalizada de democracias. Podemos identificar dois conjuntos de distinções como as mais importantes neste aspecto. A primeira tem a ver com as possibilidades estruturais e os limites para a democratização específica de cada esfera diferenciada: a sociedade civil, a política e a econômica. A segunda se refere à pluralização das formas democráticas dentro de cada esfera.

Segundo esta afirmação, se a democracia ficar limitada a uma esfera apenas, no caso a política representada pelo estado, enquanto na economia e nas associações civis prevaleçam formas “despóticas de governança”, isso pode implicar em uma ameaça à própria democracia da esfera política.

Se colocarmos de forma clara os contextos estruturais, em especial as questões administrativas no caso da esfera econômica, das empresas, podemos pensar

que a democracia pode estender-se às demais esferas sem interferir em seus sistemas de funcionamento. Para isso, temos que levar em conta as formas específicas de democratização para cada esfera, a política a sociedade civil e a econômica.

Na esfera política, a democracia representativa apresenta as condições mínimas de participação segundo os princípios de cidadania. Porém, neste caso, a participação do cidadão é restrita às instituições da própria sociedade política, como os partidos. O cidadão não consegue influir diretamente no estado. Daí ser necessário construir uma democratização adicional que permita a participação direta do cidadão, com estruturas locais ou regionais, que respeitem os limites da sociedade política que já estejam institucionalizados. Este é o caso das instâncias participativas do planejamento da cidade de Porto Alegre, como veremos com maior clareza adiante.

Na esfera econômica, as formas de democratização adicional, segundo Cohen e Arato (2000, p. 462), não necessitam ser “tão inclusivas como nas formas de democratização política”. Isso porque, a democratização da esfera econômica deve ser compatível com o seu funcionamento eficiente. Entre a pluralidade de formas democráticas adicionais possíveis e desejáveis na esfera econômica estão as cooperativas de consumo e de produção, representantes sindicais dentro dos corpos organizacionais administrativos⁷, os comitês de queixas e, inclusive, novas formas de propriedade e novos conceitos de economia, como a economia solidária. A institucionalização destas formas democráticas, contudo, deve observar o limite da administração eficiente das organizações econômicas, as empresas.

A sociedade civil é descrita assim, como o lócus da legitimidade democrática e dos direitos. É o lugar onde os indivíduos se encontram para discutir e associarem-se em torno de temas comuns que os afetam política e econo-

⁷ Recentemente o Governo Federal criou uma lei que determina a inclusão de um representante dos trabalhadores, eleito de forma direta, nos Conselhos Diretivos das Empresas Públicas no Brasil. Esta lei visa tornar mais democrática e transparente a administração das empresas públicas. A Lei que determina a participação de representante dos empregados no Conselho é Lei nº 12.353/2010 que pode ser acessada no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12353.htm, esta lei é regulada pela Portaria nº 26/2011 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que está disponível no site: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portariamp26_2011.htm, ela respeita o disposto na Lei nº 6.404/76 que está no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm.

micamente. O objetivo desta ação é influir na sociedade política e econômica, visando ampliar e defender direitos e princípios democráticos. Desta forma, as discussões e os consensos formados na sociedade civil passam a ter uma dupla característica, uma defensiva e outra ofensiva, visando proteger e ampliar direitos e princípios democráticos.

Os movimentos sociais, em sociedades democráticas modernas, têm um papel de destaque neste processo. Eles representam uma dimensão extra institucional da política. O que move estes movimentos é a visão de que uma democracia constitucional moderna não pode ser considerada totalmente democrática nem totalmente garantidora de direitos, ou seja, uma sociedade mais democrática e justa é um princípio utópico em si, porque nunca chegaremos a seu fim. Afinal, uma democracia constitucional sempre poderá ser mais democrática e mais justa.

A democracia vista como um processo em constante aprimoramento, uma “Verité à Faire”, como algo a ser provado. É este aprendizado constante que proporciona o acúmulo de experiências democráticas. Isso faz com que os autores argumentem a favor de uma pluralidade de formas democráticas como a institucionalização ideal da sociedade civil moderna. Isso porque, as formas de participação já existentes devem ser aprimoradas e apoiadas por novas formas de participação.

É justamente este princípio utópico, de constante aperfeiçoamento e aprendizado da democracia e dos direitos, que impulsiona os movimentos sociais contemporâneos, segundo a teoria da sociedade civil proposta por Andrew Arato e Jean Cohen.

4 O CONFRONTO POLÍTICO

4.1 A sociologia Histórica e o Confronto

Ao analisar longos períodos históricos com dados quantitativos, arquivos e notícias de jornais Charles Tilly busca perceber como a ação coletiva de diversos atores é influenciada pelas mudanças estruturais da sociedade.

A obra de Tilly destaca a inter-relação entre o surgimento dos estados modernos e o desenvolvimento do capitalismo e como estas mudanças de larga escala interferem nas formas de ação coletivas. Tilly analisa desde processos de protestos violentos, como as revoluções, até movimentos comunais de barganha envolvendo diferentes atores sociais, ou seja, as formas mais sutis de ação coletiva em diferentes épocas e locais. Segundo Tilly (2004, p. 299) o objetivo é “a interpretação sistemática e cética das interações humanas em qualquer escala, desde os encontros furtivos dos amantes até a ascensão e queda dos impérios”.

Este conjunto de eventos analisados por Tilly revela que as formas de protesto, a mobilização popular, petições, greves entre outras formas de ação coletivas são fenômenos ligados a contextos históricos relativamente recentes. Isso permite aos sociólogos históricos identificarem falhas na teoria da modernização, em especial com relação aos países mais pobres que não necessariamente caminham no sentido de uma economia industrial democrática como verificada nos países desenvolvidos do ocidente. Como comenta Gohn (1997), esta abordagem é percebida como uma nova versão da teoria da modernização, onde qualquer sequência de eventos altera e abre novas possibilidades para a ação social que não apontam necessariamente para o caminho percorrido pelos estados europeus. Neste sentido, buscaremos perceber, neste trabalho, se a ação organizada dos grupos observados segue este princípio de aprendizado e se suas diversas possibilidades, em especial a internet, ocorrem em sintonia com as formas de protestos do presente.

Em cada época temos um “repertório de ações coletivas” que é característico de um determinado contexto histórico e social. Cabe aos indivíduos usarem o repertório disponível em determinado contexto para fazerem reivindicações aos poderosos. Como este repertório é limitado, a ação coletiva envolve um aprendizado constante destes repertórios de ações.

No século XVIII, as manifestações populares, os protestos, ficavam restritas a um determinado local. Todas as reivindicações da comunidade eram dirigidas aos mandatários regionais. Neste contexto, os protestos eram violentos ou não, com caráter ofensivo ou defensivo e visavam apenas às demandas da comunidade. Os principais protestos deste período são dirigidos contra os impostos, a armazenagem de grãos, problemas relativos às guildas e congregações religiosas entre outros tipos de protestos. Em comum, estas manifestações sempre estavam limitadas a contextos especificamente locais. Este quadro muda no decorrer do século XVIII com o desenvolvimento dos Estados e do Capitalismo.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento do Estado e a evolução do capitalismo, observou-se uma maior concentração do capital e uma maior centralização do poder estatal. Estes acontecimentos terminam por alterar o repertório de ações coletivas. Estes processos de longa duração e de grande escala de mudança social produzem não só a mudança no repertório de ação quanto também interfere no conteúdo das reivindicações. Afinal, as decisões do poder que afetavam as pessoas migraram do plano local para o nacional.

No século XIX temos um novo ciclo de protestos que possui novas formas de ação e também novos conteúdos. Estas novas formas de protestos são amplas e não se desenvolvem apenas no contexto local rural, mas sim, migram para o contexto urbano. Para Gohn (1997), os grandes eventos de protestos, como a greve e a competição eleitoral mobilizaram públicos específicos onde a mensagem escrita ganha destaque na forma de panfletos e petições.

A originalidade desta perspectiva teórica está na fecunda união promovida entre a sociologia e a história. Suas influências teóricas são, portanto, amplas e contemplam os clássicos sociológicos como Marx e Weber, historiadores marxistas ingleses como Eric Hobsbawn, E. P. Thompson, Albert Soboul e historiadores franceses da Escola dos Annales como Fernand Braudel. Deste último devemos destacar a concepção de eventos de “longa duração”.

Monsma descreve que os sociólogos históricos perceberam em Parsons uma análise restrita de Weber, com ênfase nos aspectos dos consensos e da estabilização social em detrimento dos aspectos de poder e conflito que a obra de Weber também pode contemplar. Por outro lado, quanto à influência de Marx, Monsma (1996, p.15) destaca que, os sociólogos históricos percebem

estarem dirigindo suas pesquisas de um modo mais fiel “ao espírito do marxismo do que aqueles que gastavam seu tempo analisando os escritos de Marx”.

Esta perspectiva teórica recebeu a atenção de diversos cientistas sociais, entre eles está Sidney Tarrow. A seguir apresentaremos sua obra “O poder em movimento” onde o autor descreve os movimentos sociais e o confronto político.

4.2 O Poder em Movimento

Para Tarrow uma revolução não é um evento isolado, comparável apenas a outras revoluções. No quadro teórico proposto, as revoluções fazem parte de um ciclo de confronto político maior. Isso implica na análise de um grande período histórico, um quadro mais amplo, capaz de perceber o ciclo de confrontos políticos no qual, em uma de suas extremidades, encontram-se as revoluções. Ou seja, a ação coletiva mínima e uma revolução fazem parte de um mesmo ciclo de confrontos políticos que é sustentado pelos movimentos sociais.

Embora o confronto político entre opositores seja uma constante na história, os movimentos sociais não o são. Os movimentos sociais descritos por Tarrow são um fenômeno histórico recente, que se inicia na idade moderna e está ligado ao surgimento do Estado e ao desenvolvimento do capitalismo. Os movimentos sociais são um fato distinto de um simples conflito político ou uma revolta por envolverem uma articulação entre pessoas para sustentar uma ação questionadora durante um longo período sobre uma elite mais forte que detém o poder. Esta contestação é uma ação coletiva minimamente organizada de indivíduos que conta com “redes sociais de apoio” e “vigorosos esquemas de ação coletiva”. Assim, uma minoria mais fraca consegue sustentar um ciclo de conflitos onde os reflexos desta contestação é sentido para além das demandas dos próprios movimentos que iniciaram o ciclo de conflito.

Em “O poder em movimento”, Sidney Tarrow (2009, p.18) propõe-se a “situar os movimentos sociais e a sua dinâmica particular, histórica e analiticamente, no universo do confronto”.

Neste sentido, para Tilly, Tarrow e McAdam⁸ não há distinção entre os movimentos sociais e as políticas institucionais. O que temos é uma continuidade entre ação coletiva em comunidades, movimentos e revoluções. Os movimentos sociais são percebidos como resultado de oportunidades contextuais, neste caso, não há atores inerentemente orientados para movimentos sociais, como uma classe operária. Pois é o contexto de oportunidades que irá determinar a ação dos atores e os repertórios escolhidos. O conceito de movimento social proposto por McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 21) é fluído e sem fronteiras analíticas precisas:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso.

Para Tarrow (2009), os elementos necessários para manter e sustentar os movimentos sociais em condições de contestação contra seus oponentes são as oportunidades políticas, os repertórios de confronto, os quadros interpretativos amplos e as estruturas de mobilização. O argumento mais forte da obra “O poder em movimento” de Tarrow (2009, p. 38) contempla a seguinte síntese:

As pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais.

A seguir apresentaremos com mais detalhes os conceitos de oportunidade política, repertórios de confronto, quadros interpretativos amplos, estruturas de

⁸ Neste artigo os autores localizam os principais fundamentos do “contentious politics”. McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político, Lua Novarevista de cultura política, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009

mobilização e ciclos de confronto para ver se estes conceitos se aplicam ao confronto verificado entre as associações de moradores da região da RP1 e o poder administrativo municipal.

4.3 O Conceito de Oportunidades Políticas

O conceito de oportunidades políticas é o elo mais claro entre a teoria dos processos políticos, “*contentious politics*”, e a teoria da escolha racional de Marcur Olson. Porém, para Tarrow, embora este conceito contemple principalmente aspectos externos ao movimento social, o conceito pode ser usado também internamente, como incentivos para líderes e membros dos movimentos sociais intensificarem suas ações.

A questão que Tarrow busca compreender não é o “porque” das mobilizações, mas sim, porque as pessoas saem à rua para protestar mesmo arriscando suas vidas. Ou ainda, porque alguns conflitos são sustentados com mais intensidade em determinados locais e não em outros.

Tarrow (2009) percebe que o confronto político não está relacionado apenas a fatores socioeconômicos existentes, mas sim, está ligado de forma direta “as estruturas de oportunidades políticas” que representam um conjunto de indícios de uma cadeia causal de eventos que pode resultar em confrontos políticos entre oponentes poderosos e os movimentos sociais.

As oportunidades políticas estão ligadas a determinados contextos e, por isso, possuem uma grande variação. Para Tarrow (2009, p. 105) o conceito de oportunidades políticas é pensado “como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou o fracasso”. Com isso, as oportunidades são percebidas por alguns grupos e não por outros, são mais expressivas em algumas regiões e menos em outras. Este conceito possui a vantagem de mostrar como a mobilização se expande das pessoas diretamente envolvidas nos movimentos sociais na direção de pessoas sem queixas ou oportunidades semelhantes.

As oportunidades para a ação surgem em determinadas situações políticas que revelam divisões nas elites dominantes, a existência de contra elites, uma

fraca reação do estado entre outros fatores. Durante o processo de abertura de oportunidades políticas os movimentos sociais envolvidos no conflito descobrem e revelam novos aliados e apoiadores que minimizam os custos do conflito. Com a intensificação deste processo, as oportunidades se abrem para outros movimentos sociais, para partidos ou mesmo para as elites. Esta difusão de oportunidades pode gerar um ciclo de confronto onde, no seu ápice, estão as “revoluções e aberturas democráticas”.

Porém, apenas as oportunidades políticas não bastam para sustentar os movimentos sociais em conflito. Junto da estrutura de oportunidades os movimentos devem possuir e formar um conjunto de mensagens que proporcione quadros interpretativos amplos, também é necessário manter estruturas de mobilização e escolher um repertório de confronto.

4.4 O Conceito de Repertório de Confronto

Com a formação do Estado moderno e o desenvolvimento do capitalismo, novos repertórios de confrontos surgem no cenário de político. Esta mudança de repertório ocorreu de forma lenta, em um longo período histórico. Durante este período, os atores deixam os antigos repertórios de confronto, caracterizados por Tilly (citado por Tarrow 2009, p. 52) como “estreito, bifurcado e particular”, e passam a adotar novas formas de ação coletiva, formas mais “cosmopolita, modular e autônoma”. Esta mudança nos repertórios de confronto é descrita por Tilly como uma distinção entre, repertórios voltados para o contexto local, e por isso “estreitos”, onde existe uma grande variação de repertórios, o que os torna “particulares”. Além disso, os repertórios no passado eram “bifurcados” porque as questões nacionais eram mediadas por “patronos locais”, ou seja, apenas as questões eminentemente locais possuíam formas de ação direta.

Ao contrário, o novo repertório que nasce com a modernidade é “cosmopolita” porque suas reivindicações possuem um alcance mais amplo, “afetando centros de poder”, são “autônomas” porque as reivindicações não são mediadas por “patronos locais”, neste momento, “os próprios reclamantes” dirigem suas reivindicações aos centros de poder. Por fim, a característica “modular”, refere-se à capacidade de adaptação de um mesmo repertório em diferentes locais e contextos.

Tarrow localiza o início do desenvolvimento do conceito de repertório de confronto em “From mobilization to revolution” de Tilly, na passagem (citado por Tarrow 2009, p. 51):

Em qualquer momento, o repertório disponível de ações coletivas para uma população é surpreendentemente limitado. Em princípio, é surpreendente, dadas as inúmeras maneiras das pessoas poderem usar os seus recursos na busca de objetivos comuns e dados os muitos modos que os grupos reais utilizaram na busca de seus objetivos comuns em algum momento.

Tarrow, seguindo Tilly, percebe que o repertório de confrontos é limitado por um conjunto de rotinas que são lentamente compartilhadas pelos atores sociais. Este lento aprendizado limita as “opções de escolhas” e, também, oferece as bases para novas escolhas⁹. Desta forma, o conceito de oportunidades políticas possui um caráter estrutural e cultural, isso porque, o conceito se refere tanto ao que as pessoas “fazem” durante o conflito, quanto, segundo Tarrow (2009, p. 51) “o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam”.

Assim, com o passar do tempo, diversos repertórios de confrontos que no início possuíam características novas, que colocavam seus oponentes em situação desfavorável, passam a ser incorporados por outros atores nos cenários de confronto. Neste processo de aprendizado, inovação e adaptação dos repertórios algumas formas de ações coletivas são destacadas, outras esquecidas e algumas institucionalizadas. Entre os repertórios que passaram por este processo estão à greve e os repertórios da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos na década de 1960. Onde o primeiro exemplo foi, paulatinamente, assimilado e institucionalizado, transformando-se de ação ilegal em ação legal, e o segundo, foi largamente utilizado por outros movimentos sociais em diferentes locais e contextos.

⁹ Para uma melhor exposição deste longo e lento processo ver a obra de Elias “O processo civilizador” onde o autor descreve uma carta de 1546 do embaixador veneziano Marino Cavalli sobre as peculiaridades do governo Frances da época, em especial os “novos” sistemas de impostos, p. 185. ELIAS, Norbert. O processo civilizador, vol. 2, Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro, editora Zahar, 1993.

4.5 O Conceito de Quadros Interpretativos

Tarrow mostra-se atento às questões culturais e percebe que os movimentos sociais necessitam de identidades e significados compartilhados, que inspirem as pessoas a participar, porém, Tarrow (2009, p. 145) destaca que:

Mas não é uma simples questão de convencer pessoas tímidas de que as indignidades da vida diária não estão escritas nas estrelas – que elas podem ser atribuídas a algum agente e de que as ações empreendidas coletivamente podem mudar aquela condição.

O conceito de enquadramento interpretativo amplo afirma que os atores em conflito (elites, movimentos sociais, mídia etc...) interpretam e reinterpretem constantemente as transformações sociais. Neste processo são determinados os atores em disputa, a diferença entre “nós e eles”, e, principalmente, são determinados as noções que determinam uma situação de injustiça, de imoralidade ou a gravidade de uma condição social.

Nesta visão, o que move as pessoas rumo ao movimento social e ao conflito são as emoções, as quais determinam as disputas em torno do que é aceitável ou não. Emoções como o “amor, lealdade e reverência” promovem a mobilização mais que o “desespero, resignação e vergonha”. Já, “emoções como a raiva, são vitalizadoras”, por outro lado, emoções como depressão são “desvitalizadoras”. Assim, para Tarrow (2009, p. 146):

A cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos. Os símbolos são extraídos seletivamente de um reservatório cultural pelos líderes do movimento e combinados a crenças orientadas para a ação, de modo a navegar estrategicamente em meio a um paralelogramo de atores, que vai desde estados e oponentes na sociedade até militantes e populações-alvo. O mais importante é que a eles é dada uma valência emocional que visa converter a passividade em ação.

4.6 O Conceito de Estruturas de Mobilização

Os movimentos sociais não possuem uma estrutura de organização única. A falta de uma homogeneidade nas estruturas de mobilização não é vista como um problema para a teoria do conflito político. Pelo contrário, a heterogeneidade e a interdependência entre os atores são os grandes estímulos para ação coletiva.

A partir da década de 1960 os movimentos sociais foram influenciados pelas novas tecnologias da comunicação e mudanças sociais que possibilitaram tempo livre para os atores sociais, principalmente os jovens. Este fato possibilitou a sustentação de mobilizações e ampliou o alcance das redes de apoio dos movimentos. Ainda, a partir desta década, inicia-se uma nova etapa no financiamento das mobilizações com o surgimento no cenário mundial de fundações e instituições não governamentais que distribuem recursos para os movimentos sociais, em especial os do “terceiro mundo”. Tarrow (2009, p. 171) percebe assim um novo padrão de organização de movimentos:

Uma combinação de pequenas lideranças profissionais, um apoio de massa amplo, mas principalmente passivo e redes impessoais de estruturas conectivas. Neste padrão, os membros da organização se comunicam pelo correio, fax ou e-mail com os líderes e participam, por procuração, de greves-relâmpagos pequenas, mas eficientes, realizadas por núcleos militantes. O protótipo deste modelo é, naturalmente, o Greenpeace, que diz ter milhões de membros, mas que, de fato, limita o seu papel principalmente a contribuições financeiras e depende de um pequeno núcleo de militantes profissionais para suas incursões dramáticas no mar.

4.7 O Conceito de Ciclos de Confronto

Um ciclo de confronto representa um período de intensificação dos confrontos em uma sociedade que contempla a rápida difusão da ação coletiva de atores sociais mais mobilizados em direção aos menos mobilizados. Durante um ciclo de confronto temos o surgimento de novos repertórios de ações, a construção de novos quadros interpretativos amplos, a combinação de diferentes estruturas de mobili-

zação, desde as mais organizadas até as menos organizadas. Durante o ciclo de confronto ocorre uma profusão de oportunidades, ameaças e constrangimentos que proporcionam o surgimento de novos movimentos sociais e inovações políticas.

Os ciclos de confrontos descritos por Tarrow possuem uma fase de mobilização, um ápice do conflito e sua difusão que colocam os pesquisadores diante de “aspectos menos edificantes da ação coletiva”, como a “turba” e a “insurreição armada” e, por fim, entram em uma fase de desmobilização, ou seja, a exaustão do ciclo.

No entanto, o final de um ciclo não representa uma volta ao passado, pois os movimentos sociais não desaparecem simplesmente. Tarrow (2009) destaca que é um mito pensarmos que o final dos ciclos gere apenas desilusão nas pessoas envolvidas. Mas é claro que alguma desilusão existe. Contudo, no final de um ciclo permanecem os efeitos indiretos e de longo prazo, como as redes de ativistas, um novo padrão de socialização política, novas práticas na cultura política entre outros fatores.

Assim, temos resultados amplos e matizados que influenciam as pessoas, produzindo desde a desilusão até o profissionalismo dos atores envolvidos no ciclo. No final de um ciclo, mesmo em um ciclo fracassado, ou ainda, em um ciclo que não tenha atingido o ápice de uma revolução, que mesmo nestes casos, os ciclos de protestos podem proporcionar “faíscas bem-sucedidas” a espera de um novo ciclo de confrontos.

Os conceitos desenvolvidos por Tarrow são criados para avaliar as ações dos movimentos dos setores mais pobres da população europeia. Contudo, em nossa pesquisa estamos interessados nas formas de ação e participação dos setores que se situam no topo da nossa estrutura social. Por isso, na sequência deste trabalho, faremos um recorte que permite esclarecer o conceito de “altas rodas” que utilizaremos em nossa pesquisa empírica.

4.8 Considerações sobre os Conceitos de Elites e Altas Rodas

Existem diversos conceitos para se referir aos mais ricos ou ao estrato social mais alto da sociedade. Dentre eles podemos citar o conceito de elite e de classe dominante. A escolha de um ou outro destes conceitos possui diversas

implicações teóricas. Neste trabalho utilizaremos o conceito de altas rodas para denominarmos os moradores dos bairros centrais da cidade. Isso porque a desigualdade social brasileira é de tal ordem que possibilita considerar privilegiado mesmo quem não possui muitos bens ou quem tenha curso superior ou ainda, quem consegue, de alguma forma, viver em regiões com infraestrutura superior à mínima. Por isso, acreditamos que o conceito de altas rodas é suficientemente amplo para localizarmos nele, quem vive e usufrui da infraestrutura das zonas centrais da cidade de Porto Alegre.

Para Mills o conceito de classe dominante, ligado à teoria marxista, encerra a visão da sociedade dividida em dois grupos, os dominantes e os dominados. O critério desta distinção é operacionalizado entre os que detêm ou não os meios de produção. Mills destaca que, neste caso, temos um determinismo econômico, onde o poder decisório da sociedade é concentrado nos detentores do poder econômico, firma-se aí a premissa de que os mais ricos decidem unilateralmente os rumos políticos da sociedade. Segundo Mills (1975, p. 328) “classe dominante é uma expressão cheia de conotações indesejáveis. Classe é um termo econômico; dominante é político. A expressão encerra, portanto, a teoria de que uma classe econômica domina politicamente”. Ao não concordar com este determinismo, o autor também se afasta do funcionalismo que este conceito contempla. Em sua obra, Mills tem a intenção de elucidar e descrever como a interação entre os diferentes grupos dá lugar às decisões políticas que interferem na dinâmica social. Assim sendo, sua obra entra em sintonia com outros trabalhos que buscam superar o funcionalismo marxista, como é o caso da obra de Habermas e também da teoria da sociedade civil desenvolvida por Cohen e Arato.

Segundo Mills (1975) o conceito de elite encerra diversas noções que apontam para diferentes direções. Muitas vezes temos a tendência de pensar que as elites não formam um grupo coeso na sociedade e não são socialmente localizados. Esta ideia de uma elite difusa e enfraquecida, com pouco poder na sociedade, é ligada ao pensamento liberal. Ela nos remete ao pensamento de que, assim como no mercado, a sociedade é autorregulada e nenhum grupo social possui poder e organização suficientes para determinar a formação e transformação das estruturas sociais. Uma noção onde as soluções dos problemas

enfrentados pela sociedade são derivadas de um equilíbrio natural de forças que se produz por designo superior e abstrato.

Ainda segundo Mills, outra noção que o conceito de elite contempla é a ideia, associada a ideais humanistas, que coloca as elites não como um nível ou categoria, mas sim como pessoas portadoras de padrões morais e psicológicos considerados superiores. Desta forma a elite seria composta por pessoas de diferentes posições sociais que atingem determinado padrão moral e psicológico, não importando se são pobres ou ricos. Para Mills, esta noção moral do conceito de elite se bifurca em dois sentidos amplamente aceitos pelo senso comum. O primeiro é oriundo da tradição cristã, que preconiza que os estratos mais pobres da sociedade são compostos de pessoas moralmente superiores que são oprimidas e exploradas por estruturas sociais injustas. Esta ideia é usada comumente para gerar uma imagem utópica de um futuro melhor do qual esta elite moral oprimida seria a portadora.

A segunda noção, gerada pelo conceito moral de elite, é ligada a ideia de que as pessoas que possuem privilégios e vantagens na sociedade são naturalmente merecedoras destes privilégios porque constituem um nível moral e psicológico superior, constituem assim uma elite natural da sociedade. Sua posição privilegiada seria uma extensão natural desta posição moral superior. Mills destaca que esta noção proporciona uma ideologia da elite que avaliza seus privilégios. O que este sentido moral de elite esconde é que, com o tempo, quem possui e usufrui destes privilégios e vantagens, ganham experiências e aprendizados que os aproximam do caráter e condicionamento moral que eles pretendem personificar¹⁰.

Mills reflete sobre as diversas possibilidades do conceito de elite para compreender como são tomadas as principais decisões na vida política dos Estados Unidos da década de 1950. Para realizar sua análise Mills utiliza o conceito de “altas rodas” para identificar quais os grupos responsáveis pelas principais decisões deste período. As “altas rodas” representam o encontro destes principais grupos situados no alto da estrutura social que conseguem com esta interrelação

¹⁰ Um bom exemplo deste processo está na dissertação “Polícia Federal: a elite policial traçando identidades e distinções” que descreve de forma clara como se constrói a noção de elite entre os membros da polícia federal. BAJOTTO, Caroline Cancian. “Polícia Federal: a elite policial traçando identidades e distinções”. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

influir nas principais decisões. Segundo Mills (1975, p. 20), o conceito de altas rodas contempla:

As pessoas das altas rodas também podem ser consideradas como membros de um estrato social elevado, como um conjunto de grupos cujos membros se conhecem, se veem socialmente e nos negócios, e por isso, ao tomarem decisões, levam-se mutuamente em consideração. A elite, segundo esse conceito, se considera, e é considerada pelos outros, como o círculo íntimo das classes sociais superiores. Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes tornaram-se membros conscientes de uma classe social... Têm certa consciência de si como uma classe social e se comportam, uns para com os outros, de modo diverso daquele que adotam para com os membros de outras classes. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante.

O conceito de altas rodas será utilizado para estudar os contextos onde ocorrem os processos de estruturação da ação organizada dos moradores dos bairros centrais da cidade. Nestes bairros se localizam alguns dos mais tradicionais locais de encontro das classes mais abastadas. Mesmo percebendo que estes atores sociais possam estar no topo da estratificação social isso não significa que suas ações organizadas ocorrem de forma espontânea e firme, ou ainda, que tenham uma organização permanente e duradoura com um plano pré-definido. Por isso, o que buscamos compreender é como estes atores sociais se organizam e quais suas formas de ação.

SEGUNDA PARTE

5 A PARTICIPAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO

Em Porto Alegre, no início dos anos 90, uma série de administrações municipais estimulou a participação popular direta através do Orçamento Participativo. Passados 22 anos da primeira administração que impulsionou a participação direta da população nos rumos da cidade, o orçamento participativo é visto como uma conquista consolidada no cenário político-social da cidade.

Os movimentos sociais e a luta pela ampliação da participação popular nas estruturas de poder municipais são alvo de diversas pesquisas empíricas. Em alguns momentos estas pesquisas destacam a importância do apoio do governo municipal nos procedimentos democráticos diretos, em outros são destacados a persistência de formas não democráticas de participação, como nos estudos de Costa (2002) e Ottmann (2006).

Sérgio Costa (2002) analisou os movimentos sociais e a participação popular em três cidades mineiras, Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares entre 1983 e 1988. Neste período a administração municipal criou instrumentos participativos via associações de moradores de bairros. Assim, em bairros onde as Associações de Moradores não existiam, a prefeitura “induziu” a formação destas associações. No primeiro momento, a escolha das associações de bairro como interlocutores prioritários na relação entre o poder municipal e a comunidade resultou em uma maior participação popular nas diretrizes municipais. Contudo, Costa constata que, paulatinamente, houve uma hierarquização das demandas das associações de bairro, onde as associações ligadas ao grupo político que detinha o poder passaram a ter prioridade em detrimento das demais. Outro problema destacado pelo autor foi que as novas associações de moradores, que haviam recebido incentivo da prefeitura para se organizarem, não conseguiram a legitimidade e representação necessárias junto a suas comunidades. Estas associações eram percebidas pela população como um “poder exterior” mediador dos interesses do bairro com o poder local. Por fim, em 1989, quando novas forças políticas assumem o poder, a experiência participativa foi abandonada e, com isso, poucas associações de moradores conseguem prosseguir seus trabalhos.

Goetz Ottmann (2006), ao analisar as experiências de democracias participativas nos moldes do Orçamentos Participativo (OP) em três cidades, São

Paulo, Porto Alegre e Itabuna, percebe que as práticas clientelistas que medeiam à relação das populações mais pobres destes municípios com o poder municipal são transformadas e não suplantadas do cenário político. Este retorno de práticas clientelistas ocorre com novos aspectos e formatos. Mesmo o OP apresentando importantes avanços em termos democráticos e participativos, estas experiências, paulatinamente, foram adquirindo o perfil clientelista e patronal que pretendiam combater. As experiências analisadas apontaram que as práticas clientelistas ainda persistiam nestes modelos participativos. Para Otmann (2006, p. 174): “o processo de democratização não erradica as práticas políticas como o clientelismo e a patronagem: antes, transforma-as ao incorporá-las”. Assim, o acesso à cidadania plena das camadas da população mais pobre segue mediado por agentes políticos.

O Estatuto da Cidade¹¹ entra em vigor com a aprovação da Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001. O Estatuto foi concebido com a intenção de combater práticas clientelistas do poder público, para regular os processos de ocupação do espaço urbano e combater sua estrutura excludente, além disso, o Estatuto das Cidades visa impedir práticas tecnocráticas de planejamento urbano.

O Estatuto das Cidades pode ser descrito como uma caixa de ferramentas capaz de proporcionar uma cidade mais justa, equânime e sustentável. Grande parte destas “ferramentas” do Estatuto das Cidades é operacionalizada a partir da mobilização da sociedade civil em instâncias participativas do Plano Diretor. Como vimos na primeira parte deste trabalho, a teoria da Sociedade Civil desenvolvida por Jean Cohen e Andrew Arato descreve a necessidade de instâncias democráticas complementares a democracia representativa onde, com apoio do direito, anseios de uma sociedade moderna e plural sejam captados por organizações grupos ou indivíduos que lutem por ampliar e defender direitos e participação democrática.

Entre os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para atingir o objetivo de proporcionar uma cidade mais justa e democrática está a possibilidade

¹¹ O Estatuto da Cidade entra em vigor com a aprovação da Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001, disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Para um guia comentado sobre a lei acessar: <http://rgp1poa.files.wordpress.com/2010/07/estatuto-da-cidade.pdf>

do cidadão ou dos atores da sociedade civil de utilizarem ações civis públicas contra os agentes e representantes públicos e privados que não respeitarem as diretrizes e as funções sociais da administração das cidades previstas no Estatuto. A principal intenção do estatuto é, portanto, ampliar a participação direta do cidadão nos destinos da cidade, o que representa uma democracia complementar nos moldes propostos na teoria da sociedade civil. Por isso, o conteúdo regulatório do Estatuto da Cidade é complexo, e envolve a sociedade civil, o poder público executivo, judiciário e legislativo.

Janaína Rigo Santin (2005) destaca que o principal objetivo do Estatuto é garantir uma cidade mais democrática que consiga combinar instituições representativas com instituições participativas. Para garantir participação nos desígnios da cidade o Estatuto da Cidade conta com o artigo segundo, inciso II, que prevê como diretriz geral a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. O capítulo IV é inteiramente dedicado aos mecanismos de participação. Neste capítulo o artigo 44 trata da gestão orçamentária participativa do município. Este artigo prevê que a cogestão orçamentária é a única forma de aprovação do orçamento anual do município na Câmara Municipal. Para a autora, a ênfase dada à participação popular no Estatuto da Cidade requer uma sociedade civil participativa democraticamente. Ainda, segundo a autora, isso liga a ética do discurso Habermasiana às diretrizes de gestão democrática previstas no estatuto. Santin considera que as fronteiras que separam o cidadão do sistema político administrativo podem ser rompidas com estes procedimentos, segundo Santin (2005, p. 218):

É uma proposta procedimental, indicativa de um método democrático e discursivo de concepção das tutelas jurídico-políticas, mais legítimo, em que cada cidadão, individual ou coletivamente, será considerado não apenas destinatário, mas coautor das normas municipais que serão a ele aplicadas.

No município de Porto Alegre os instrumentos de participação dos cidadãos no planejamento urbano da cidade remontam ao final dos anos 30 do século XX.

Segundo o site da Secretaria do Planejamento Urbano¹² o primeiro conselho do Plano Diretor foi realizado pelo prefeito Loureiro da Silva em 1939 com o objetivo de ser um fórum de caráter consultivo composto por “homens que convivem, tem inteligência, cultura e amem sua cidade”. Neste primeiro momento o conselho do plano diretor era composto por representantes das camadas mais elevadas da sociedade. Seus 16 membros eram integrantes de entidades representativas da indústria, comércio, médicos sanitaristas, engenheiros e proprietários.

A partir de 2003, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA, passa a ser formado por 28 membros. A presidência do fórum fica a cargo do Secretário do Planejamento Municipal. Além do presidente, o fórum conta com a participação de nove representantes de entidades governamentais – do município, estaduais e federais -, nove entidades de classe e nove representantes da comunidade; sendo oito escolhidos pelos fóruns regionais de planejamento e um pelo Orçamento Participativo.

Segundo este modelo, o município de Porto Alegre é dividido em oito Regiões de Gestão do Planejamento, RGP. Estas regiões são compostas por delegados e conselheiros eleitos a cada dois anos. A RGP1 é composta pelos bairros centrais da cidade, entre eles bairros com renda média do chefe do domicílio superior a 19 salários mínimos mensais, o que coloca a maior parte destes moradores nos estratos mais altos de nossa sociedade. Segundo dados do site da Prefeitura estes bairros são: Auxiliadora com 19,57; Bela Vista com 34,68; Independência com 21,98; Moinhos de Vento com 29,33; Mont Serrat com 24,07; Petrópolis com 20,37 e Rio Branco com 20,50 salários mínimos de rendimento médio mensal do chefe do domicílio.

São atribuições dos representantes das RGP a análise e detalhamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, PDDUA, e da participação na aprovação de Projetos Especiais, estes são projetos que não constam das diretrizes gerais do planejamento urbano e que provocam mudanças na vida cotidiana dos cidadãos. Ou seja, grandes projetos que não estão previstos na lei.

A grande ênfase dedicada à participação da sociedade civil no Estatuto das Cidades é tributária da visão da sociedade dividida em três partes, o Estado, o

¹² Site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=168#

mercado e a sociedade civil. Segundo Emil Sobottka (2002), este modelo faz parte de uma longa tradição que remonta a antiga filosofia grega e a filosofia moral escocesa, inclui nomes como Adam Smith, Marx, Durkheim, Gramsci, Parson entre outros pensadores. Sobottka percebe neste modelo tripartite uma conceituação relativamente precisa das esferas política e econômica e uma conceituação menos precisa, porém mais complexa, da terceira parte, esta responsável segundo Sobottka (2002, p. 82): “em agrupar e definir o que restou de importante na ordem social”.

Para Sobottka, este aspecto “residual” também é notado na obra de Jürgen Habermas, onde o mundo da vida representa o espaço de reprodução cultural da sociedade que se sobressai após a distinção entre os sistemas econômicos e políticos. O autor destaca que o modelo Habermasiano é ampliado pela obra de Cohen e Arato (2000) quando estes autores diferenciam o mundo da vida em duas partes, uma contendo uma esfera privada e outra uma esfera pública, esta última contemplando a sociedade civil. Segundo Sobottka (2002, p. 90):

Com sua proposição, estes autores resgatam para a teoria um espaço predominantemente público com organizações articuladoras e condensadoras das vontades individuais em coletivas e com a possibilidade de intensa participação política no sentido da afirmação dessas vontades. Outra importante contribuição desse modelo ampliado é que permite superar criativamente a dicotomia liberal público-estatal e privado-econômico

Para Sergio Costa (2002), a construção de uma esfera pública influente capaz de ampliar os princípios democráticos passa pelo “enraizamento” das associações da sociedade civil no tecido social. Estas relações são, portanto, pré-políticas, e sua principal contribuição para ampliação da participação democrática residem nas formas como estas associações articulam os impulsos captados na sociedade com as instâncias institucionais de participação segundo Costa (2002, p. 35): “O espaço público deve ser representado como uma arena que também medeia os processos de articulação de consensos normativos e de reconstrução reflexiva dos valores e das disposições morais que orientam a convivência social”. Contudo, o autor salienta que este papel desempenhado pe-

las associações da sociedade civil não podem ser cooptados politicamente pelo poder estatal. Ou seja, a interação das associações e o Estado não podem ser pautados por uma institucionalização extremada porque, neste caso, estaremos rompendo a principal característica destas associações que são seu perfil autônomo, descontínuo e poroso frente à propagação dos discursos da sociedade. São estas características que garantem o caráter renovador dos valores democráticos que estas associações encarnam.

6 O CICLO DE CONFLITO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

Em 1999 a lei complementar 434/99¹³ redefine o papel da prefeitura na elaboração do plano diretor da cidade de Porto Alegre, a partir deste momento o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, PDDUA, determina que o planejamento urbano da cidade deixe de ser eminentemente técnico e passe a prever a participação da sociedade nas decisões sobre o planejamento urbano. O poder público municipal assume assim um papel de articulador dos interesses privados e do planejamento participativo em um processo continuamente reavaliado e adaptado a realidade social do município. O artigo 33 do PDDUA cria o Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, SMGP, que fica responsável por “criar canais de participação da sociedade na gestão municipal... e instituir um processo permanente e sistematizado de atualização da PDDUA”.

A participação da sociedade civil no planejamento da cidade fica ligada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, CMDUA, uma instância consultiva que é composta por representantes governamentais, entidades não governamentais e representantes das oito Regiões de Planejamento da Cidade, as RP, estas são também instâncias consultivas, porém locais. No biênio de 2010 e 2011 os 28 membros do CDMUA eram¹⁴:

Representantes de entidades governamentais:

- Um membro da Secretaria de Planejamento Municipal, SPM;
- Um membro do Departamento de Municipal de Habitação, DEMHAB;
- Um membro da Secretaria Municipal de Transportes, SMT;
- Um membro da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico, SMGAE;
- Um membro da Secretaria Municipal de Obras e Viação, SMOV;
- Um membro do Gabinete do Prefeito, GP;
- Um membro da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, SMAM;

¹³ A integra da lei complementar 434/99 está disponível no site: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/lei_434_com_alt_de_2009.pdf

¹⁴ Dados obtidos no site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=169

- Um membro da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, METROPLAN;
- Um membro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

Representantes de entidades não governamentais

- Um membro da Associação Gaúcha dos Advogados do Direito Imobiliário Empresarial, AGADIE;
- Um membro da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB/RS;
- Um membro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, STICC;
- Um membro do Sindicato dos Corretores de Imóveis, SINDIMÓVEIS;
- Um membro da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, SERGS;
- Um membro da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, ASBEA;
- Um membro do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul, SINDUSCON/RS;
- Um membro do Instituto de Planejamento e Estudos Socioambientais, IPES;
- Um membro Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, ABES/RS.

Representantes das Regiões de Planejamento e do Orçamento Participativo

- RP 1 (Centro) - Conselheiro: Ibirá Santos Lucas;
- RP 2 (Humaitá/Navegantes/Ilhas Noroeste) - Conselheiro: Lotar Markus;
- RP 3 (Norte e Eixo Baltazar) - Conselheira: Ana Paula Borges Alves;
- RP 4 (Leste e Nordeste) - Conselheira: Clarita Parizotto;
- RP 5 (Glória/Cruzeiro/Cristal) - Conselheiro: Jorge Pereira de Lima;
- RP 6 (Centro Sul e Sul) – Conselheira: Anadir Lourdes Alba;
- RP 7 (Lomba do Pinheiro/Partenon) - Conselheiro: Eduíno de Mattos;
- RP 8 (Restinga e Extremo-Sul) – Conselheira: Dalcina Vargas da Cunha;
- Representante do Orçamento Participativo - Valdir Diego Brazeiro.

Vale destacar que os fóruns das Regiões de Planejamento, RP, são autônomos e possuem regimento interno próprio criado pelos participantes¹⁵.

O CMDUA é a responsável pela aprovação dos projetos construtivos de grande porte, com significativo impacto urbano¹⁶. O CMDUA também é responsável pelas áreas especiais de interesse Institucional, Urbanísticas e Ambientais¹⁷.

O funcionamento do sistema de aprovação dos projetos especiais na prefeitura é complexo e burocrático. O caminho para aprovação de um projeto de grande porte deve respeitar os seguintes passos: primeiro, os projetos especiais devem ser protocolados na Secretaria de Planejamento Municipal, SPM, junto com o Estudo de Viabilidade Urbanística, EVU, para serem remetidos para a avaliação da Comissão de Acompanhamento Urbanístico e Gerenciamento, CAUGE, que é composto por representantes de onze secretarias indicados pelo prefeito. O segundo passo é o encaminhamento para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, SMAM, para obter o licenciamento ambiental via realização de audiência pública. Após isso, o processo retorna a CAUGE para mais um parecer para em seguida ser remetida ao CMDUA para a discussão e deliberação para, enfim, ser encaminhado ao prefeito que pode vetar ou não o parecer da CMDUA.

O sistema tripartite do CMDUA, com representantes das secretarias da prefeitura municipal e entidades não governamentais, que no período de pesquisa eram ligadas ao setor da construção civil, deixa em evidente minoria os representantes dos bairros que compõem as RP, as Regiões de Planejamento. Sendo assim, Filho (2009)¹⁸ observa que nos anos de 2006/2007/2008 o CMDUA apreciou 304 projetos e apenas um foi rejeitado, segundo Filho:

Uma série de problemas relativos à aprovação dos projetos especiais e das liberações dos índices construtivos para a construção civil vem à tona logo após a aprovação do PDDUA. Algumas áreas economicamente “atrativas” da cidade como os bairros Rio Branco,

¹⁵ O Regimento Interno da RP1 está no Anexo 2.

¹⁶ Artigos 39, 55, 56, e 57 da PDDUA.

¹⁷ Artigo 73, 86 e 92 da PDDUA.

¹⁸ Para uma melhor descrição sobre o plano diretor de Porto Alegre ver a tese de doutorado de João Telmo de Oliveira Filho, “A participação popular no planejamento urbano: A experiência do plano diretor de Porto Alegre”. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/000712303.pdf

Petrópolis, Menino Deus e Moinhos de Vento¹⁹ passaram a sofrer gradativa descaracterização arquitetônica, impactos sobre a infraestrutura e o aumento da densidade populacional, o que mobilizou moradores a as associações de moradores.

Entre o ano de 1999 e 2002 grandes edifícios foram construídos em diversos bairros com alta valorização imobiliária, houve uma significativa verticalização de áreas consideradas nobres para a indústria da construção civil. Este fato gerou diversos conflitos nos bairros atingidos pela verticalização dos edifícios. As mobilizações dos moradores dos bairros atingidos pelo crescimento dos lançamentos imobiliários fez surgir em 2002 os Movimentos Moinhos Vive²⁰ e Petrópolis Vive²¹ que lutam contra o processo de descaracterização arquitetônica e pelo detalhamento dos regimes urbanísticos das Áreas Especiais de Interesse Cultural e Ambiental. A mobilização dos moradores em diferentes bairros da região central da cidade, que compreende os bairros da RP1, tem uma importante conquista em 14 de abril de 2004. Nesta data, a prefeitura municipal editou o Decreto Municipal número 14.530, de 14 de abril de 2004²² congelando as construções em 78 áreas protegidas.

Entre as formas de protestos deste início de ciclo de confronto podemos destacar a manifestação dos moradores nos bairros, Anexo 04, e cartas abertas a população, veiculadas nos principais jornais de bairro, convocando para a participação nas escolhas das Áreas de Interesse Cultural de cada bairro, como podemos ver na carta de Janete Barbosa, Anexo 05, veiculada no jornal “Mais Petrópolis” da edição de Abril de 2004²³:

Você, morador, reconhece outros lugares especiais no bairro? Sabia que é possível incluí-los na relação das Áreas de Interesse Cultural, com direito a proteção e maior cuidado nas intervenções urbanísticas! Basta fazer a solicitação no Fórum da Região de Planejamento 1,

¹⁹ Todos estes bairros fazem parte da RP1.

²⁰ O blog do Moinhos Vive é: <http://moinhosvive.blogspot.com/>

²¹ Neste mesmo período inicia o Movimento POA Vive, que possui o blog: <http://poavive.wordpress.com/>

²² Decreto Municipal número 14.530, de 14 de abril de 2004 esta no Anexo 3.

²³ A integra da carta está no Anexo 05.

ligada à Secretaria do Planejamento ou diretamente à Câmara de Vereadores. Depois, é aguardar pelo parecer técnico que apreciará a solicitação. Não hesite, ajude a cuidar do que você conhece bem e valoriza. Quem melhor conhece o bairro são os moradores.

Como não poderia deixar de ser, o decreto do Prefeito Municipal de Abril de 2004, congelando a construção em áreas protegidas, gerou reações contrárias. Houve uma forte reação das empresas ligadas ao setor da construção civil. O Sindicato das Empresas da Construção Civil, Sinduscom, e mais 13 entidades, entre elas a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, FIERGS, e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Porto Alegre, STICC, ajuizaram uma ação civil pública no Ministério Público solicitando a suspensão do decreto. Porém, a solicitação não foi aceita.

Este conflito tem sequência em 2007, na audiência pública para a revisão do Plano Diretor da cidade²⁴. Em pauta, a discussão e aprovação das sugestões das oito RP no processo de revisão do Plano Diretor. Também estavam na pauta propostas para os limites máximos de altura dos prédios. Para Filho (2009) “os fatos ocorridos na audiência do dia 26 de maio de 2007 merecem ser relatados”.

As associações de bairro continuaram sua mobilização contra a elevação dos índices construtivos convocando a população dos bairros mais afetados pela especulação imobiliária para comparecer a audiência pública do dia 26 de maio de 2007. Nesta etapa do conflito entre moradores dos bairros da RP1 e a indústria da construção civil o repertório de ações era composto de abaixo-assinados, passeatas, palestras, reuniões em praças, passeios e eventos. No Anexo 6 um panfleto de divulgação dos moradores da região da RP1.

Sob o argumento de que a alteração nos índices construtivos na cidade provocariam demissões em massa entre os trabalhadores da construção civil, as entidades do setor mobilizaram ou aliciaram centenas de trabalhadores que chegaram de ônibus logo nas primeiras horas da manhã, do dia 26 de maio de 2007, ao salão de atos da reitoria da UFRGS.

²⁴ No site do Movimento POA Vive há três vídeos sobre esta audiência, um deles é uma matéria do jornalismo da RBS TV, estas imagens transmitem a situação caótica desta audiência; em outro vídeo, temos o sistema de votação pelos crachás, no link: <http://poavive.wordpress.com/audiencia-publica/>

Os participantes dos movimentos de bairro que chegavam formavam filas para se inscrever na audiência, Anexo 7. Porém, a capacidade de mobilização da construção civil foi maior. Durante a audiência, os participantes dos movimentos de bairro e da RP1 vieram o plenário lotado, com capacidade para 1.350 pessoas, aprovar sem discussões e com um simples levantar de crachá todas as propostas que favoreciam as empresas da construção civil. As imagens desta audiência foram repercutidas nos telejornais de todas as redes de televisão do estado do Rio Grande do Sul. As imagens da audiência podem ser conferidas no site: <http://poavive.wordpress.com/a-audiencia-publica/>. Após diversos tumultos a audiência foi interrompida e transferida para outra data e local a serem marcados.

Neste momento, foram os movimentos sociais que encaminharam ao Ministério Público Estadual um pedido solicitando a anulação da audiência. Uma nova audiência foi marcada para o dia 16 de junho de 2007 no Ginásio da Brigada Militar, desta vez, uma série de medidas foram tomadas para evitar a manipulação de votos. Neste encontro participaram 382 pessoas. Filho (2009) destaca que, na soma das duas audiências, a SPM contabilizou 1.784 participantes, sendo que 625 declararam serem “funcionários de construtoras, incorporadoras, sindicato da construção civil e afins” e 323 declararam serem representantes comunitários. Este episódio revela para Filho (2009) que:

[...] o modelo de decisão do Sistema de Gestão do Planejamento do Município é pseudo-participativo. Configura-se o sistema como de prevalência por um tipo de planejamento estratégico, com viés empresarialista, tendencialmente tecnocrático, burocratizado, parcialmente democrático e de participação restrita.

Após estes incidentes, moradores de diversos bairros iniciaram uma ativa militância em suas comunidades e na internet. O site POA VIVE, <http://poavive.wordpress.com/>, é um exemplo desta mobilização. Entre as estratégias adotadas neste período merece destaque o envio de cartas aos Vereadores e a Secretários Municipais, Anexos 8 e 9 respectivamente.

O conflito sobre os índices construtivos nas áreas especiais é retomado

em 2008 com o projeto conhecido como “Pontal do Estaleiro”, um grande empreendimento imobiliário às margens do Rio Guaíba com edifícios comerciais e residenciais. Mais uma vez, a discussão remete a questão da altura das edificações e do uso dos prédios, se apenas comerciais ou de uso misto, comerciais e residenciais, Anexo 10.



Este é um debate que atinge proporções maiores, temos uma expansão do ciclo de confronto que envolve novos atores na contenda. Assim foi criado o “Movimento de Defesa da Orla do Guaíba”. Além disso, a Câmara de Vereadores, veículos de comunicação, em especial os jornais Correio do Povo²⁵ e Zero Hora, a Prefeitura Municipal, Movimentos Sociais, Ministério Público e diversas entidades não governamentais embalarão o debate que tomou conta da cidade após sessões tumultuadas na Câmara de Vereadores, denúncias na imprensa e ações no MP de ambos os lados da disputa.

Neste momento, temos uma ampliação das oportunidades políticas que

²⁵ O colunista do jornal Correio do Povo Juremir Machado da Silva publicou um texto incisivo no dia 18/11/2008 que está disponível no site: <http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A114/N49/HTML/>

assim proporcionam o envolvimento de outros atores no ciclo de conflito entre os movimentos sociais, entre eles os movimentos de bairro, e a indústria da construção civil. Também neste momento ampliam-se as estruturas de confronto e os repertórios de ação usados nos primeiros conflitos. Este processo permite o compartilhamento por diferentes atores sociais dos mesmos quadros interpretativos amplos. Desta vez, os argumentos contra a altura das edificações são alinhados com discursos ligados a questões ambientais como a preservação das orlas dos rios entre outros argumentos defendidos pelos que não estão em conformidade com o projeto do Pontal do Estaleiro. No Anexo 11 os materiais distribuídos, via internet, pelos movimentos contrários ao projeto do Pontal do Estaleiro.

A mobilização contrária a construção de edifícios residenciais nas margens do Rio Guaíba envolveu diferentes repertórios de ação, entre eles os protestos e locais públicos de grande circulação de pessoas, praças e parques, e abaixo assinados, como o que pode ser conferido no site: <http://abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571>. Também foram realizadas audiências públicas para debater o tema na Câmara de Vereadores e reuniões das entidades contrárias ao projeto com a governança municipal, Anexo 12. Outro repertório usado foi a promoção de palestras para esclarecer e divulgar os argumentos contrários ao projeto do Pontal do Estaleiro, como a palestra do dia 18 de outubro de 2008 realizada na UFRGS, Anexo 13.

Mesmo com a mobilização de moradores e suas associações a Câmara de Vereadores, em uma tumultuada sessão, aprovou o projeto do Pontal do Estaleiro na quarta feira dia 12 de novembro de 2008. Segundo o projeto aprovado os 60 mil metros quadrados nas margens do Rio Guaíba poderiam ser ocupados com a construção de quatro prédios residenciais com 13 pavimentos, um edifício comercial com 12 pavimentos, totalizando 195 salas comerciais, e um hotel com 12 pavimentos, noventa quartos. Além disso, o projeto prevê garagens subterrâneas, praças públicas, ciclovias, marina e acesso público as partes internas do empreendimento.

Foi neste momento que a pressão popular ficou mais forte, o debate se intensificou e todas as atenções se voltaram para a Prefeitura Municipal. A decisão de vetar ou não o projeto aprovado na Câmara de Vereadores fica a cargo

do Prefeito. Para resolver este impasse, no dia 05 de dezembro de 2008, sexta-feira, o Prefeito propõe um “veto técnico” para a proposta aprovada na Câmara de Vereadores, no Anexo 14. Ao devolver o projeto para a Câmara com um veto técnico o prefeito também propõe a realização de um referendo para que a opinião da população determine a aprovação ou não do projeto²⁶. Assim, a governança municipal fica responsável por encaminhar, via consulta pública, o destino da área do Pontal do Estaleiro.

No dia 16 de março de 2009 a Câmara de Vereadores aprova a proposta do prefeito para a realização da consulta pública. A data marcada para a votação foi o dia 23 de agosto de 2009. A votação contava com apoio do Tribunal Regional Eleitoral que disponibilizou 330²⁷ urnas eletrônicas distribuídas em 89 locais de votação, ver lista dos locais de votação no Anexo 15. No mesmo momento, sites dos principais jornais²⁸ divulgaram a pergunta e a ordem da resposta da consulta pública:

O que será perguntado
Além da atividade comercial já autorizada pela Lei Complementar nº 470, de 02/01/2002, devem também ser permitidas edificações destinadas à atividade residencial na área da Orla do Guaíba onde se localiza o antigo Estaleiro Só?
1- não 2 - sim (ordem definida por sorteio)
QUANDO SERÁ
23 de agosto (das 9h às 17h).

A desavença gerada pelo projeto do Pontal do Estaleiro atinge seu ápice durante campanha organizada pelos dos grupos envolvidos na consulta pública. Neste período ampliam-se ainda mais as estruturas de mobilização e novos atores entram em cena. O que estava em jogo neste momento são projetos ou modelos de cidade opostos. Estes modelos de cidades foram discuti-

²⁶ Fonte site da Prefeitura de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=100299&p_secao=3&di=2008-12-06

²⁷ Dados do site da Prefeitura Municipal disponíveis em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=112727&POPULACAO+DEFINE+NO+DOMINGO+O+FUTURO+DO+PONTAL+DO+ESTALEIRO

²⁸ Como o Blog do André Machado, disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer,getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=203566&blog=273&coldir=1&topo=3994.dwt>

dos nas alterações propostas ao Plano Diretor. As empresas e organizações ligadas a indústria da construção civil defendiam a permissão de construir torres residenciais na orla, a verticalização. Já o grupo que se colocava em oposição a esta ideia, organizou-se pelo voto do “não”. Entre os movimentos contrários ao processo de verticalização da orla estavam as associações de bairros da RP1, as associações de moradores dos bairros da região central da cidade, entre eles Independência, Auxiliadora, Moinhos de Vento, Menino Deus, Petrópolis. Também faziam parte da “Frente do Não” o Movimento Viva Gasômetro e Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho. O nome de todos os participantes e apoiadores está no Anexo 16, abaixo um dos materiais gráficos dos contrários ao projeto do Pontal do Estaleiro que foi distribuído nos protestos e via internet.



A campanha do não é intensa neste ápice de conflito, especialmente em sites. Suas ações contam com apoio de artistas plásticos, músicos, cineastas entre outras celebridades da cidade, como podemos notar nos sites²⁹ RS Urgente e a Eco Agência de Notícias Ambientais. O material de divulgação dos defensores do “não” pode ser visto no Anexo 17. Também constava no repertório de protestos dos defensores do “não” ações na Câmara de Vereadores, reuniões com autoridades e entrega de cartas abertas a Secretários da Prefeitura. No dia 25 de junho de 2009 o Movimento de Defesa da Orla do Guaíba participou de uma reunião com o vice-prefeito, nesta oportunidade o movimento entregou uma

²⁹ Os endereços dos sites são: <http://rsurgente.opsblog.org/2009/07/28/casa-de-cinema-promove-gravacao-publica-em-defesa-da-orla-do-guaiba/> e <http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id===AUUJlcWxGZXJIVZpXTWJVU>

carta questionando diversos pontos obscuros do processo de consulta pública, Anexo 18, entre os questionamentos podemos destacar dúvidas quanto a legislação municipal:

Sabedores, pelas páginas dos jornais, do conteúdo da pergunta que será feita na Consulta Pública de 23 de agosto, relativa à Lei Complementar 614, causou-nos estranheza a referência à Lei Complementar 470, que não é objeto da Consulta. Considerando que o nível de informação da opinião pública sobre a legislação municipal é precário, a confusão de leis na cédula tornaria ainda mais difícil a compreensão. Além do que, na forma como foi veiculada pela imprensa, a consulta sobre uma lei estará referendando à outra.

Esta carta aberta revela a desconfiança de ambos os lados da contenda. Até o último momento os atores em conflito usaram todos os repertórios de ações conhecidos, incluindo ações no MP. No dia 20 de agosto de 2009 os defensores do Projeto do Pontal do Estaleiro tentaram via poder judicial uma última ação que interrompesse o processo de consulta pública. Mas o poder judiciário não aceitou o pedido, nota disponível no site da prefeitura³⁰.

No dia 23 de agosto de 2009³¹ foi realizada a consulta popular para decidir o futuro do projeto do Pontal do Estaleiro. Com a participação de 22.619 eleitores, a proposta que limita a altura dos prédios e prevê apenas o uso comercial dos imóveis venceu com 80,7% dos votos, 18.212 votos pelo não, e 19,3% dos votos pelo sim, 4.362 votantes. Ocorreram ainda 22 votos nulos e 23 em brancos. A votação da consulta popular mobilizou os militantes do “não” que compareciam aos locais de votação com adesivos da frente, Anexo 19.

Contudo, o conflito quanto aos índices construtivos e as Áreas de Interesse Cultural e Ambiental prosseguem. No dia 21 de novembro de 2010, o Movimento Moinhos Vive realizou um protesto no bairro contra os “espigões”. Este protesto

³⁰ Site da Prefeitura: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=112643&DECISAO+JUDICIAL+NAO+ACEITA+SUSPENSAO+DA+CONSULTA+PUBLICA

³¹ Fonte site da Prefeitura de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=112861&PORTO-ALEGRENSES+DECIDEM+PELO+NAO+NA+CONSULTA+PUBLICA

é a favor de uma ação civil pública no MP para impedir a demolição de um conjunto de casas construídas entre os anos de 1920 e 1930 na Rua Luciana de Abreu. Estas casas foram projetadas pelo arquiteto alemão Franz Filsinger para abrigar mestres cervejeiros que vieram da Alemanha. Este conflito teve início em 2002 com o movimento Moinhos Vive, no Anexo 20 imagens do protesto e a íntegra da matéria do Jornal do Comércio disponível no site do Moinhos Vive. Em entrevista para a TV Foca da PUCRS um dos líderes do Movimento Moinhos Vive, Paulo Vencato, comenta que a comunidade espera uma audiência com a prefeitura há dois anos e que o movimento possui dez mil assinaturas contra a verticalização do bairro³². A capa do Jornal Correio do Povo³³ do dia 22 de novembro trás a notícia com destaque: Moinhos, guerra aos espigões.

³² A TV FOCA, da faculdade de comunicação da PUCRS, Rodrigo Pizolotto fez uma matéria com o líder do Moinhos Vive, Paulo Vencato, em 18 de junho de 2010, disponível no site: <http://www.youtube.com/watch?v=FsFFhwruu78>

³³ A matéria na íntegra está disponível no site: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=53&Caderno=0&Noticia=225133>

7 AS REUNIÕES DA RP1

As mudanças no Plano Diretor da cidade de Porto Alegre em 1999 previam uma valorização da participação no sistema de planejamento urbano. No atual arranjo institucional do Plano Diretor a participação do cidadão ocorre institucionalmente no âmbito do CDMUA. O espaço institucional onde ocorre esta participação são as reuniões das Regiões de Planejamento, as oito regiões que dividiram a cidade em grupos de bairros. A RP1 corresponde aos bairros centrais. Lá, os projetos que possuem impactos no cotidiano da cidade são debatidos e avaliados. Este é um espaço destinado a captar os impulsos e anseios da sociedade civil. Um espaço onde diferentes opiniões sobre a cidade podem ser confrontadas, um espaço onde discursa o cidadão ou um conjunto de cidadãos.

As reuniões da RP1³⁴ ocorrem na sede da SPM e a maior parte dos dezenove delegados eleitos na eleição de 2009 comparece as reuniões, Anexo 21. As reuniões são coordenadas conforme o regimento interno e todos os participantes tem direito a fala, porém, apenas delegados podem votar.

A maior parte dos participantes parece ter mais de 60 anos. Esta observação corresponde com os dados do censo 2010, onde alguns bairros da região central apresentam uma grande proporção de moradores idosos. Como é o caso do Bairro Moinhos de Vento, este é o bairro, entre as capitais, que possui o maior número de moradores com 60 anos ou mais, dos 7.264 moradores do bairro, 2.487 são idosos. Esta grande presença de idosos também é notada nos bairros próximos, como Independência, Bom Fim e Rio Branco. Os participantes da RP1 possuem um longo histórico de militância em Movimentos Sociais e na própria RP1, muitos se vangloriam de sua trajetória nos movimentos sociais, em especial os ligados ao período da redemocratização nas décadas de 70 e 80 do século XX. Alguns participantes são casais e há empresários, profissionais liberais, aposentados, funcionários públicos entre os participantes. Todos demonstram domínio da linguagem técnica da gestão pública, das questões jurídicas envolvendo o espaço urbano e dos problemas arquitetônicos e urbanísticos que afetam a cidade. Aliás, é grande a movimentação de arquitetos nas reuniões.

³⁴ O endereço blog da RP1 é: <http://rgp1poa.wordpress.com/>

Também podemos notar muitos participantes com conhecimentos jurídicos e políticos aguçados. Desta forma, as discussões ocorrem de modo intenso, porém respeitando as opiniões individuais e a cordialidade procedimental. No Anexo 21 imagens das reuniões da RP1.

Este aspecto dos encontros merece destaque. Conforme vimos na primeira parte, não há nenhum constrangimento nas discussões, nem aspectos financeiros, nem aspectos de poder ligada a governança municipal, muito menos tradições aceitas de forma tácita. Tudo pode ser questionado a qualquer momento. Contudo, é certo que cada participante possui suas próprias motivações para a ação e a participação. Da mesma forma cada participante possui outras ligações, pessoais ou profissionais, com grupos políticos, igrejas, ideologias, partidos, associações profissionais, empresas, associações e ONGs, porém, não vamos nos ater a estes aspectos porque o que caracteriza as condições ideais de fala não é o conteúdo dos discursos, sua substância, mas sim, seu procedimento.

Chama a atenção também o grande envolvimento dos delegados com as causas sociais e a ativa participação dos membros das RP1 em reuniões, fóruns, seminários e congressos destinados a discutir a questão urbana na cidade de Porto Alegre. Assim, o jargão dos militantes políticos de todos os matizes é usado com precisão durante as discussões paralelas e os comentários mais ácidos que ocorrem nos diálogos antes e depois das reuniões.

Embora a maior parte dos projetos especiais seja aprovada, todos passam por debates durante sua apresentação na RP1. Como foi exposto na primeira parte deste trabalho, nosso objetivo na observação participante das reuniões da RP1 não é perceber os conteúdos dos discursos, as propostas apresentadas e suas virtudes, mas sim, perceber os discursos que conflitam com os discursos da governança municipal ou da indústria da construção civil. Como veremos nos exemplos a seguir, o projeto do Hospital Moinhos de Vento e a questão do Viaduto Otávio Rocha.

Entre os projetos discutidos no ano de 2011 está o projeto de ampliação do Hospital Moinhos de Vento. Esta ampliação envolve significativo impacto no bairro Moinhos de Vento. O Hospital Moinhos de Vento atende a população mais abastada do Estado do Rio Grande do Sul. Os comentários sobre a situação do Hospital destacavam a visão de que a capacidade de atendimento estava no limite. Mesmo sendo privado, este hospital durante o inverno apresenta uma situação semelhan-

te a qualquer outro hospital da rede pública, ele fica lotado. Para a população dos bairros próximos e da cidade de Porto Alegre como um todo, o Hospital Moinhos de Vento é uma referência em saúde, um orgulho para muitos. Contudo, mesmo neste caso, houve um amplo debate entre os conselheiros da RP1 e o corpo técnico do hospital. Nesta reunião o arquiteto responsável e o administrador do Hospital apresentaram aos membros da RP1 detalhadamente cada ponto do projeto de ampliação do hospital: a duplicação do número de leitos a preservação das áreas verdes, a contratação de quatro profissionais da área da saúde por leito novo, as contrapartidas ambientais e sociais realizadas no Bairro Restinga, os ganhos financeiros para o comércio local entre outros detalhes arquitetônicos e urbanísticos.

Após a apresentação, a RP1 argumentou que as contrapartidas deveriam ser maiores no bairro, afinal, é ali que será gerado o maior impacto. Para os representantes da RP1 quanto maior o número de veículos e de pedestres, maiores serão as necessidades de mobiliário urbano, calçadas, semáforos, bancos nas praças etc... Uma delegada comenta que são importantes as contrapartidas do empreendimento, porém, o transtorno causado seria no bairro e a contrapartida é longe, onde não se pode vigiar. Ela argumenta que são as ruas e calçadas do bairro que sofrem. Este, entre outros argumentos derivados de diferentes projetos de cidade foram expostos e debatidos na reunião.

Os temas discutidos nas reuniões da RP1 são amplos, transcendem o contexto dos bairros e envolvem questões de interesse nacional e global. Entre os temas debatidos no ano de 2011 estão questões ligadas a Copa do Mundo de 2014, a venda de cervejas nos estádios, a possibilidade de Porto Alegre sediar um evento automobilístico como a Fórmula Indy, o planejamento da cidade e discussões sobre experiências urbanísticas de outros países, como Dubai por exemplo. Porém, a maior parte das questões debatidas é com relação à cidade e seus modelos de gestão e participação.

Nas reuniões, podemos perceber que há uma animosidade por parte dos conselheiros da RP1 com relação aos técnicos da prefeitura, aos partidos e os grandes grupos empresariais. Uma desconfiança quanto aos reais interesses destes atores. Um ceticismo com relação aos projetos e intenções destes atores. De fato, o histórico de conflitos e as tentativas de manipulação dos fóruns e conselhos da cidade justificam estas hostilidades, de ambas as partes.

Outro tema muito debatido em diversas reuniões da RP1 é a questão da restauração do Viaduto Otávio Rocha. Este viaduto é um dos cartões postais da cidade, sua imponência e estilo arquitetônico único no contexto da cidade fazem do viaduto um dos cenários preferidos de cineastas e dos telejornais da cidade. Porém esta obra, inaugurada em 1932, teve sua última reforma no ano de 2001. Devido sua importância sociocultural a defesa do viaduto envolve diversos movimentos sociais. No dia 25 de março de 2008 os movimentos Viva Gasômetro, o Teatro de Arena, Permissionários e Moradores e o Fórum de Entidades promoveram, em conjunto com a SMOV e DMLU, um ato com shows e um mutirão para a limpeza e preservação do viaduto. Neste dia, faixas da mobilização foram colocadas na estrutura do viaduto. Após este ato, foi realizado um “Culto Inter-religioso”, a favor da multiplicidade de religiões. No Anexo 22, o convite e imagens desta ação.

Nas reuniões da RP1 a discussão sobre a manutenção e revitalização do viaduto passa por questões como as condições técnicas das secretarias municipais em realizar uma obra deste porte. Ou ainda, quais os materiais e as técnicas de restauração que serão utilizadas no processo de recuperação do viaduto? Se as modernas técnicas ou as antigas, da época da sua construção?

Em muitas reuniões os representantes das entidades dos moradores do centro e de defesa do patrimônio histórico e cultural reclamam que as soluções propostas para o problema restringem-se a aplicação de tinta, lavagem a jato e a colocação de cimento nos buracos, fato que descaracterizariam ainda mais o viaduto.

No dia 17 de agosto de 2011 a OSSIP Defender³⁵, Defesa Civil do Patrimônio Histórico, juntamente com a Associação Representativa Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha, ARCCVOR, e o Movimento “Utopia e Luta” realizaram um protesto para chamar a atenção da população que circula pelo centro da cidade sobre as condições de manutenção do viaduto. Neste dia, mais uma vez, foi instalada uma grande faixa na parte superior do viaduto com

³⁵ O site da Defender é: <http://www.defender.org.br/>

a palavra “SOCORRO”³⁶, Anexo 22. No site da Defender, <http://www.defender.org.br/acao-viaduto-otavio-rocha/>, há uma série de nove vídeos com gravações de depoimentos dos líderes do movimento e dos permissionários. Esta ação provocou grande repercussão na internet e nos veículos de comunicação local³⁷, rádios e jornais noticiaram o protesto. Como não poderia deixar de ser, mais uma vez, o MP foi acionado.

No dia 02 de novembro de 2011 o poder judiciário determina que a Prefeitura deva restaurar o Viaduto Otávio Rocha³⁸. O prazo para elaboração do projeto técnico da reforma é de nove meses. No final do ano foi criado o Movimento Amigos do Viaduto. No início de dezembro de 2011 foram comemorados os 79 anos do Viaduto Otávio Rocha.

A questão do Viaduto Otávio Rocha ressalta uma questão importante, a interação entre diferentes movimentos sociais via RP1. Antes e depois das reuniões da RP1 podemos perceber que a troca de informações entre os diferentes movimentos é intensa. Líderes comunitários, militantes de ONGs, OSSIP entre outros movimentos trocam informações constantemente. Isso permite a divulgação e ampliação dos repertórios de ação e o compartilhamento de quadros interpretativos entre os participantes dos protestos.

Contudo, isso não quer dizer que exista um grande fluxo de pessoas nas reuniões. Pelo contrário, na verdade, parece que existem mais movimentos e siglas que militantes. Isso porque, muitos dos participantes possuem “militâncias múltiplas”³⁹ onde a mesma pessoa atua em diversos movimentos, como o mo-

³⁶ Este protesto gerou um belo vídeo mostrando o protesto e as condições estruturais do viaduto no link: <http://www.defender.org.br/dia-do-patrimonio-historico-video-do-protesto-no-viaduto-otavio-rocha-em-porto-alegre/>

³⁷ Matérias nos links: <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=116&Numero=322&Cadermo=0&Noticia=328163> e <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/08/faixa-com-a-palavra-socorro-protesta-contras-condicoes-do-viaduto-otavio-rocha-na-capital-3452100.html>

³⁸ Notícia da Rádio Gaúcha no link: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/11/justica-determina-restauracao-do-viaduto-otavio-rocha-em-porto-alegre-3547966.html>

³⁹ O conceito de “militância múltipla” foi desenvolvido por Ann Mische para descrever o fenômeno da múltipla militância entre os participantes do movimento estudantil no Brasil dos anos 90. No caso da RP1 parece ocorrer o mesmo, porém com adultos. O artigo de Mische, “De estudantes a cidadãos, redes de jovens e participação política”, pode ser acessado no link: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a12.pdf>

vimento comunitário, ONGs culturais e associações profissionais. Desta forma, um dos problemas da RP1 é como atrair mais pessoas para suas reuniões. Este é um questionamento constante entre os membros da RP1, o que fazer para incentivar a participação dos moradores da região nas reuniões.

No dia 9 de julho de 2011 foi publicado no caderno de bairro do jornal Zero Hora, ZH Moinhos, página seis, a seguinte manchete: “Participe das decisões sobre o bairro”. Abaixo um texto da “blogueira” Marília Costa Cardoso e um quadro com explicações sobre como participar das reuniões da RP1. A informação destacava que todos os moradores dos bairros da RP1 são convidados a participar e opinar sobre os assuntos em pauta que envolve os bairros da região. O convite era para participar da reunião do dia 16 de junho, às 19h, na sala de reuniões da SPM na Avenida Borges de Medeiros, 2.244, sexto andar. No seu texto Marília Cardoso argumenta sobre as necessidades da região⁴⁰:

As prioridades de cada região se diferenciam exatamente pelas características dos moradores dessas regiões. Nos lugares em que os moradores são idosos, os valores mais importantes são calçadas de qualidade, praças com segurança, regras e sinais de trânsito bem claros e visíveis. Idosos dão valor ao patrimônio cultural e gostam de passear, revivendo momentos prazerosos. Em uma região de muitos hospitais, os usuários precisam de informações, acessibilidade para quem usa cadeira de rodas, bengalas ou muletas. As ruas devem ter um traçado bem estudado para o fácil acesso das ambulâncias. As noites devem ser tranquilas, pois os doentes internados merecem isto. Em uma região com escolas e cursos pré-vestibulares, o importante é que eles estejam centrados na educação, convivência e participação nos assuntos do bairro: isto não é só saber, mas o caminho para a cidadania. Quando falamos em Independência, falamos em tudo isso. Temos aqui três tipos de pessoas: idosos, necessitados de atendimento médico e estudantes. Perto de nós, temos o Bom Fim, que é um corredor de cultura, e o bairro Floresta, que guarda toda uma história das indústrias, hoje com comércio crescente. E então

⁴⁰ Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/zhmoinhos/2011/06/01/participe-das-escolhas-para-a-regiao/?topo=13,1,1,,13>

o que precisamos? > Preservar nossa história > Incentivar ações culturais > Respeitar e incentivar o comércio. Não estamos pedindo estádios, viadutos, túneis, espigões. O que pedimos é bem simples: queremos algumas tintas para pintar nossos casarios, limpeza nas ruas, poda das árvores, bancos e flores em nossas praças, trânsito com sinais e faixas de pedestres respeitados e, principalmente, acessibilidade. Então, Participe.

A expectativa quanto ao número de novos participantes da reunião do dia 16 era grande por parte dos membros assíduos das reuniões da RP1. Contudo, mesmo com uma página inteira em um dos maiores jornais do Brasil, a reunião do dia 16 iniciou com apenas três novos participantes. O representante da RP1 na CMDUA e coordenador das reuniões da RP1 comentou, com ironia, antes do início da reunião: “eu esperava fazer a reunião no estacionamento com um megafone”. Em seguida, ele se dirige para a representante da SPM que participa das reuniões para apoiar a RP1 e pergunta: Como está o pedido de audiência com o prefeito para tratar da questão da remoção do MiniZoo da Redenção, o Parque Farroupilha. A secretária afirma que está solicitando uma agenda há seis meses, e conclui: “eu não esqueço”. A reunião prossegue com as comunicações e o representante do Conselho de Usuários do Parque Farroupilha informa que quatro pessoas entraram com ações no Ministério Público contestando a remoção do MiniZoo da Redenção⁴¹.

A seguir, após a apresentação dos três novos participantes a reunião prossegue com a discussão sobre as alterações viárias na Rua Ramiro Barcelos e Tiradentes que visam facilitar o acesso de automóveis ao Supermercado Zaffari, ao Shopping Total e ao Hospital Moinhos de Vento⁴². Os membros da RP1 são contra estas modificações devido ao intenso fluxo de veículos na região e a segurança dos pedestres ao atravessar a rua.

⁴¹ O Minizoo inaugurado na década de 1930 foi retirado no dia 19/12/2011 sob protestos de diversos frequentadores do parque. O integrante do Conselho de Usuários do Parque classificou a ação como “sorradeira” e pediu uma discussão pública maior, disponível no site: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/12/isso-tem-de-ser-discutido-com-a-populacao-reclama-frequentador-da-redencao-sobre-o-fim-do-minizoo-3601231.html>

No dia 5 de outubro de 2011 foi realizado um protesto com alunos de escolas contra o fechamento do MiniZoo, o Jornal do Comercio publicou uma matéria sobre o protesto que está disponível no site: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=74882>

⁴² A alterações no sentido do tráfego na Rua Tiradentes foram concluídas em dezembro de 2011.

No calor do debate sobre as alterações nas esquinas da Rua Tiradentes e Ramiro Barcelos, os integrantes da RP1 comentaram que seria necessário “fazer uma barreira pneus” para trancar a via e chamar a atenção para o problema. A RP1 decide então pedir para a SPM um estudo de mobilidade urbana na região central da cidade e uma audiência pública para discutir a questão do trânsito no local. Contudo, o coordenador da reunião comenta que a prefeitura pode fugir da responsabilidade de realização de uma audiência pública argumentando que a alteração é limitada a esquina da Rua Tiradentes com a Rua Ramiro Barcelos. E, assim sendo, não seria necessária uma audiência pública para discutir todo o trânsito da região. Em seguida, os participantes voltam a comentar sobre a possibilidade de trancar a rua na sexta-feira à tarde e comentam: “o que funciona é o povo na rua”, “a mobilização é a melhor forma de ação”, “fechar a rua com cavaletes na sexta-feira a partir das 17h, afinal, as coisas só funcionam com pressão”.

A luta pelas mudanças no sentido de tráfego da Rua Ramiro Barcelos também representa uma longa disputa que ocupa os moradores da região durante o ano de 2011. No dia 26 de janeiro de 2012 a edição do Jornal Zero Hora, no caderno de bairro, ZH Moinhos, trás a manchete: “Novas mudanças nas imediações da Ramiro. Foram atendidos os apelos dos moradores da região para garantir mais segurança na travessia”. Na matéria a informação que após diversas reuniões entre moradores e representantes da Empresa Pública de Transporte e Circulação, EPTC, foram atendidas as reivindicações dos moradores com a instalação de uma sinalização para pedestres na Rua Ramiro Barcelos de frente ao Hospital Moinhos de Vento e foi implantado sentido único de tráfego na Rua André Puente. Além disso, foram pintadas novas faixas de segurança e instaladas 18 novas placas de regulamentação na região. A matéria também destaca que este tema foi manchete de quatro edições do jornal durante o ano de 2011⁴³, Anexo 23.

Na sequência da reunião de 16 de junho de 2011, um dos novos participantes, o senhor Libino, com mais de 80 anos, faz um discurso inflamado sobre os problemas de segurança na Avenida Independência e sobre o barulho provocado por uma casa noturna. Segundo o senhor Libino, os moradores não conse-

⁴³ Disponível no site: <http://wp.clicrbs.com.br/zhmoinhos/2012/01/26/zh-moinhos-nas-bancas-2/?topo=13,1,1,,13>

guem dormir devido à agitação dos frequentadores desta casa noturna durante as madrugadas. Ele prossegue seu relato e diz que já cansou de ligar para o 190 e nada. Ainda, ele foi avisado de que o dono da boate é parente de ministro, membro da polícia civil e amigo da brigada militar. Segundo ele, os moradores dos prédios da região tem medo de assinar uma petição no Ministério Público devido as prováveis represálias dos donos da casa noturna. Ele segue expondo o seu drama e argumenta que já tentou de tudo, EPTC, vereadores, 190 e nada de soluções para o problema do barulho nas madrugadas.

Em respostas aos questionamentos do senhor Libino os membros da RP1 indicam para ele buscar ajuda no MP: “tem que ir ao MP, não interessa se os caras são da polícia ou não, tem que falar com a Ministra, ou seja, não é possível se encolher nestas coisas, pois tem as leis e a justiça”. Outro integrante da reunião diz: “Tem o MP, eles são obrigados aceitar este tipo de denúncia”. Por fim, uma participante da reunião discursa com mais ênfase:

O senhor não desista, não existe ninguém que tenha mais poder que o senhor. Simplesmente o que senhor tem que fazer é pegar as leis e ir ao MP e dizer: eu quero que cumpra a lei, não interessa se é coronel ou o que for! Só que o senhor tem que pegar e botar no papel, marcar com o MP e ir lá e dizer: eu quero que cumpra isso! Prefeito nenhum vai atender o senhor. Só em época de eleição. Escreva o que o senhor está dizendo aqui e vá ao MP, não desista, não existe ninguém que é superior ao senhor, nem o Presidente da República. O senhor não desista, não adianta os caras falarem que são da polícia, não acredite nisso.

A teoria de sociedade civil, descrita na primeira parte deste trabalho, prevê a combinação de princípios democráticos, segundo a ética do discurso, apoiados por um catálogo de direitos mínimos. Deste modo, o discurso dirigido ao senhor Libino lembra que a “não conformidade” deve ser sustentada mesmo contrariando a força policial ou a Prefeitura.

Contudo, o que estamos buscando na pesquisa são os espaços institucionais que permitam a manifestação da sociedade civil, que possibilitem o enraizamento dos movimentos sociais no tecido social de forma autônoma. Espaços capazes de captar a identidade comum em uma sociedade comple-

xa e plural com diferentes conceitos de boa vida, diferentes formas de viver e se relacionar com a cidade. Espaços porosos e fluídos que possibilitem uma cidade regida comunicativamente, democrática e sustentada por um catálogo de direitos. Isto requer uma sociedade civil vigorosa que consiga ampliar os direitos e os princípios democráticos com o questionamento das normas vigentes.

Pois estes espaços são percebidos nas reuniões da RP1. Como nos exemplos dos projetos apresentados durante o ano de 2011 da Comunidade Autônoma Utopia e Luta, nas demandas e pedidos de ajuda da ONG Integração dos Anjos e no intenso debate entre a RP1 e outras instâncias participativas da cidade que veremos a seguir.

7.1 A Apresentação da Comunidade Autônoma Utopia e Luta

A iniciativa de trazer o Arquiteto Marcelo Gotuzzo para uma apresentação partiu do representante de RP1 no CDMUA e coordenador das reuniões, Ibirá Lucas. Entre os motivos que justificaram o convite, está o fato de que nenhum projeto de Habitação de Interesse Social, HIS⁴⁴, foi aprovado na região da RP1 no ano de 2011.

Participaram da apresentação quatro membros da “Comunidade Autônoma Utopia e Luta”⁴⁵. A comunidade Utopia e Luta ocupou em 2005 um antigo hospital do INSS, desocupado há dezesseis anos, localizada na Av. Borges de Medeiros 727, acima do viaduto Otávio Rocha, Anexo 25. Esta iniciativa faz parte dos objetivos deste movimento social autônomo que luta pela melhor ocupação dos espaços abandonados do centro da cidade, esta luta observa os princípios da sustentabilidade e autonomia de gestão. Com estes princípios o movimento transformou um prédio abandonado em um espaço de cultura que interage com a população do centro da cidade e, ao mesmo tempo, serve de casa para pessoas sem moradia digna na região central da cidade.

Segundo um dos convidados da comunidade “Utopia e Luta”, o movimento trabalha com o conceito de rede, suas ações e princípios são divulgados nas redes sociais e assim são compartilhadas por músicos, ativistas sociais, escri-

⁴⁴ Site do Ministério das Cidades: <http://www.cidades.gov.br/>

⁴⁵ O blog do Utopia e Luta é: <http://utopia-e-luta.blogspot.com/>

tores e artistas nos quatro cantos do planeta. Este ativismo global permite a propagação de suas ações e de outros movimentos. Como é o caso do grupo Somos⁴⁶ e do Movimento Fora do Eixo⁴⁷ que interliga 160 cidades de norte a sul do país com o princípio “de que a cultura tem que estar entrelaçada com todos os poderes, a cultura é um caminho para que a sociedade atinja melhores padrões de saúde e de satisfação pessoal”. Entre as atividades deste movimento podemos destacar os centros autônomos comunitários e o intercâmbio entre os membros destes centros. Desta forma, um morador da Vila Chocolateiro, em Porto Alegre, pode morar em um centro comunitário em Recife para compartilhar experiências de vida e de outras realidades sociais. O conceito trabalhado neste caso é o de que os saberes não estão confinados apenas nas universidades. Aí está presente a visão de que a circulação de pessoas pode gerar conhecimento.

Neste ponto, fica clara a semelhança da forma de organização destes movimentos com os descritos por Sidney Tarrow, o Greenpeace, na primeira parte deste trabalho, a organização da Utopia e Luta parece reunir “uma combinação de pequenas lideranças profissionais, um apoio de massa amplo, mas principalmente passivo e redes impessoais de estruturas conectivas”. Sua forma de ação via internet e com ações de forte impacto nos meios de comunicação também apontam na mesma direção. Mas o principal aspecto é que o grupo Utopia e Luta representa sim um conceito plural de boa vida que só é possível em uma sociedade democrática constitucional moderna.

O primeiro projeto apresentado pelo arquiteto Gotuzzo foi o projeto de Floresta Vertical que deverá ser implantado acima do prédio da comunidade Utopia e Luta. O conceito de Floresta Vertical faz parte do conceito de reciclagens urbanas⁴⁸ e integra hidropônia, cultura e economia solidária. Este projeto prevê a geração de renda para a comunidade com a comercialização dos produtos da horta hidropônica vertical a ser construída na cobertura do prédio ocupado. A renda da comercialização dos produtos desta horta permitiriam a criação e manutenção dos centros culturais da comunidade. Além disso, o projeto possui diversas vanta-

⁴⁶ O site do grupo Somos é: <http://www.somos.org.br/>

⁴⁷ O site do Fora do Eixo é: <http://foradoeixo.org.br>

⁴⁸ Para o conceito de reciclagens urbanas ver artigo no site: http://www.portoimagem.com/colunistas/marcelo_gotuzzo.html

gens arquitetônicas como uma obra limpa e rápida e a manutenção das estruturas prediais pré-existentes. O segundo projeto apresentado por Gotuzzo é o projeto de reciclagem do prédio “esqueleto”⁴⁹ localizado na Praça XV com a Av. Otávio Rocha. Este projeto prevê a construção de uma horta-hidropônica escalonada no edifício. O projeto também contempla a criação de centros culturais e moradias autogeridas para a população de baixa renda do centro da cidade, Anexo 26.

Entre os argumentos apresentados na reunião para a execução destas obras está o fato de que as classes abastadas abandonaram os espaços centrais da cidade como locais de moradia⁵⁰. Assim, estas áreas apresentam muito fluxo durante o dia e pouco a noite. Ainda, a infraestrutura destas áreas pode ter um melhor aproveitamento com a transformação de construções abandonadas em moradias, centros culturais e espaços para hortas hidropônicas. Gotuzzo destaca que, o benefício de se inserir em um contexto já consolidado é a redução dos índices de violência e criminalidade, o aumento da renda, e o exercício de cidadania. Em sua apresentação Gotuzzo citou Sidney Tarrow: “pode-se compreender que os movimentos sociais urbanos são uns dos principais catalizadores da mudança social e por decorrência da mudança espacial das cidades”.

No dia seguinte, o site do Centro Comunitário Autônomo Auto Géré, <http://autogere.blogspot.com.br>, destacou que todos os delegados da RP1 eram favoráveis aos projetos apresentados por representarem soluções “concretas” para os problemas do Centro Histórico.

⁴⁹ Para maiores detalhes ver o site do projeto Autogéré: <http://www.autogere.blogspot.com/>
Um vídeo do projeto está postado no link: <http://www.youtube.com/watch?v=D29H8F-nlqY>

⁵⁰ Apenas como local de moradia e, aparentemente apenas no centro histórico, vale destacar. Um dos participantes desta reunião, que acompanhava o grupo Utopia e Luta, é um morador da Vila Chocolatão que se localizava no centro da cidade de Porto Alegre e foi removida para um novo local no dia 12 de maio de 2011. Em sua fala, seu Luiz comunicou que os traficantes da nova “Vila Chocolatão” forçaram a saída dos líderes comunitários do novo local de moradia. Assim, o que parece estar saindo da região central da cidade são justamente as vilas. Fotos da remoção da Vila Chocolatão podem ser vistas no site: http://www.clicrbs.com.br/swf/especial_vila_chocolatao/index.html Já um vídeo desta remoção pode ser conferido no site: <http://pelamoradia.wordpress.com/2011/05/16/video-remocao-da-vila-chocolatao-rs/>

7.2 A Demanda da ONG Integração dos Anjos

Os conselheiros da RP1 são favoráveis a não remoção das vilas da região central da cidade. Esta luta faz parte de uma luta maior, que é luta para proporcionar que a região central da cidade e sua infraestrutura sejam usadas por toda a população da cidade e não apenas pelas classes mais abastadas.

A ONG Integração dos Anjos⁵¹ possui um longo histórico de lutas sociais nas comunidades que se localizam nas proximidades da Av. Ipiranga em Porto Alegre. Seu passado é ligado à luta pela moradia das comunidades da região. A grande conquista desta comunidade foi o Condomínio dos Anjos⁵² localizado na Av. Ipiranga 3340. Sua última grande conquista foi a construção da creche comunitária Integração dos Anjos no ano de 2008 que hoje atende 187 crianças da região, Anexo 27. Sua demanda, portanto, está ligada a questões materiais, a luta pela moradia digna, acompanhada de melhores condições de saúde e educação. Estas são as grandes motivações para a ação deste movimento.

Na reunião de 28 de abril de 2011 foram à reunião do RP1 os moradores do Condomínio dos Anjos e os membros da ONG Integração dos Anjos, para reivindicar maior agilidade por parte do poder público na liberação do terreno que deverá abrigar famílias que atualmente moram em vilas da região central da cidade. Passados mais de vinte anos da primeira conquista, a comunidade local segue sua luta por moradia digna. Desta vez, sua luta é para construir em um campo de futebol ao lado do Condomínio dos Anjos mais um conjunto de prédios residenciais para abrigar famílias de outras vilas da região central da cidade. Ocorre que o processo de liberação da área e de recursos por parte da prefeitura não avança. Sempre há um entrave burocrático de última hora que retarda o início do projeto. São dez anos de luta pela ampliação do Condomínio dos Anjos.

Na reunião da RP1 os moradores argumentam que já possuem o projeto arquitetônico aprovado pelo município, que o financiamento do projeto já está aprovado pelo plano “Minha Casa, Minha Vida”, porém eles vivem uma situação

⁵¹ O site da ONG Integração dos Anjos é: <http://www.integracaodosanjos.com.br/>

⁵² O projeto do Condomínio dos Anjos recebeu reconhecimento internacional com o prêmio Habitat das Nações Unidas: http://www.portoalegre.rs.gov.br/noticias/ver_imprimir.asp?m1=21829

Kafkiana, pois quando tudo parecia certo, surge a notícia de que o terreno onde está projetada a obra é na verdade projetado para ser uma praça para lazer dos moradores. Além disso, há árvores no local, fato que requer uma compensação ambiental por parte dos moradores.

O líder comunitário da região afirma que esta praça não necessita existir porque já há uma praça a cem metros do local. Para ele esta praça foi uma manobra da prefeitura para impedir a construção do novo loteamento. A partir da defesa dos moradores diversas manifestações dos conselheiros foram feitas. Todas elas respeitam a linguagem técnica do urbanismo. Afinal, os conselheiros da RP1 conhecem os meandros burocráticos e jurídicos que ordenam o planejamento urbano da cidade. Assim, o coordenador da RP1 defende as secretarias municipais explicando que os “gravames” de praças são feitos com grande antecedência, durante os projetos de planejamento urbano. Portanto, o local indicado deveria sim ser uma praça. Neste caso, a solução seria “desgravar” este projeto de praça, um procedimento rotineiro na prefeitura. Afinal, grandes construções, em geral, alteram o que foi planejado inicialmente pelos técnicos.

No fim, outra questão que se coloca era como seria feita a compensação ambiental das árvores retiradas do local. Neste momento outros conselheiros argumentaram que esta compensação deveria ser feita na própria região e não no extremo sul da cidade como fazem todas grandes incorporadoras imobiliárias. A solução seria os moradores entrarem com uma ação no Ministério Público para exigir o andamento do processo por parte da prefeitura, o “desgravame” da praça e a compensação ambiental seria determinado pela justiça. Ocorre que, segundo alguns conselheiros da RP1, a justiça considera muitas vezes “árvores e praças como pessoas”.

Como sempre, os conselheiros apoiam a iniciativa dos moradores comentando que as tramitações por diversas secretarias são propositais, visam sim atrasar o projeto. Ainda, segundo os conselheiros, a prefeitura quer retirar 50 mil pessoas das vilas da região central da cidade. Comentam ainda que, o projeto da prefeitura é realizar um corredor tecnológico na Avenida Ipiranga e que construções populares não ficariam bem neste corredor tecnológico. Muitos membros da RP1 também argumentam que a região central da cidade não pode ser exclusiva de uma classe

social apenas e que, se fosse para construir um edifício com apartamentos de R\$ 300.000,00 ou um supermercado Zaffari o “gravame” seria retirado com rapidez. No fim, um conselheiro comenta que esta situação é sim uma questão de classe social.

Passados 15 dias os representantes da ONG retornam a reunião da RP1 para reclamar que o processo de “desgravame” foi encaminhado, mas que, por algum motivo, ele foi parar em uma secretaria que indeferiu o projeto. O que os representantes da ONG esperam é uma solução do problema por parte da RP1, e o que eles conseguem são indicações dos procedimentos que devem realizar para acelerar o processo. Mais uma vez, ouvem as explicações técnicas dos procedimentos burocráticos complexos e partem.

Na reunião de 17 de novembro de 2011, mais uma vez, os representantes da ONG Integração dos Anjos estiveram presentes na reunião da RP1. Mas nesta oportunidade não puderam falar devido ao intenso debate travado, mesmo antes do início da reunião, entre os conselheiros da RP1 e os consultores técnicos responsáveis pelas reuniões de preparação para o V Congresso da Cidade.

7.3 A RP1 e o V Congresso da Cidade

Na reunião da CDMUA do dia 22 de março de 2011 foi apresentado aos conselheiros o novo projeto do V Congresso da Cidade. Este novo modelo de congresso contempla um redesenho do Congresso das Cidades, onde o foco, agora, serão os territórios, para além das dimensões representativas das Regiões de Planejamento e do OP. Neste modelo, primeiramente serão realizadas reuniões preparatórias nos 84 bairros da cidade para no final realizar as reuniões com as oito regiões de planejamento e as regiões do OP.

Para os encontros nos bairros foi desenvolvido um novo indicador, “A Bússola do Desenvolvimento”, que combina indicadores anuais geo-referenciados por bairro, unidos a percepção das lideranças locais com relação ao desenvolvimento do seu bairro. Assim, este indicador tem duas funções uma de diagnóstico outra de indicador de gestão, porque possibilita avaliar o impacto das ações do poder público. Os indicadores da Bússola de cada bairro e região serão apresentados para votação no congresso que será realizado no final do ano.

Além da Bússola da Cidade o V congresso terá as dimensões temáticas que serão mediadas pelas quatro grandes universidades da região, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, será responsável pelo eixo temático “Desenvolvimento da Cidadania”, a Pontifícia Universidade Católica, PUC, “Desenvolvimento Urbano Ambiental”, a Universidade Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, “Desenvolvimento Humano” e a Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, o “Desenvolvimento Econômico”. O secretário da prefeitura que expos as diretrizes do V Congresso da Cidade explica desta forma a inserção das universidades neste processo democrático participativo:

Nós temos também uma discussão temática ao lado da territorial, porque, por exemplo, pessoas da área econômica da cidade, os empresários, economistas, enfim pessoas que mexem na economia da cidade. É difícil de você conseguir que muitos deles vão para reuniões territoriais nos seus bairros, mas eles querem incidir na discussão, olhando a economia da cidade. Então o que nós pensamos, no eixo desenvolvimento econômico nós vamos fazer uma programação temática sobre a economia da cidade ao longo do ano, e convidamos para coordenar esta discussão uma grande universidade... Então nós entendemos que uma universidade ela tem esta capacidade de unificação porque é uma instância reconhecida porque tem todos os saberes...

O redesenho institucional do V Congresso da Cidade e o indicador da Bússola do Desenvolvimento não foram apresentados para os conselheiros da RP1. Isso provocou uma grande desconfiança nos conselheiros desde as primeiras reuniões do ano de 2011 realizadas nos bairros da região central. Questões como sobreposição de funções foram logo levantadas por alguns membros da RP1. Outro ponto foi com relação aos horários das reuniões nos bairros da região centro da cidade, nas quintas feiras às 19h, o mesmo horário das reuniões da RP1, o que constituiria, para muitos, mais um indicativo da sobreposição de funções. O ápice da desconfiança com relação às intensões da governança municipal ocorreu com os relatos da reunião do Bairro Farrapos. Nesta reunião, participaram alguns membros da RP1, moradores, frequentadores e trabalhadores do bairro,

ou seja, a reunião não ficou circunscrita aos moradores. Isso foi logo notado pelos membros da RP1. Contudo, o que mais chamou a atenção dos membros da RP1 foi a presença de mediadores ou facilitadores e psicólogos para coordenar a reunião do Bairro. No decorrer do ano de 2011, muitos relatos de reuniões de bairro chegavam a RP1, isso causava desconforto entre os delegados da RP1. Havia um sentimento de desconfiança quanto as reais intenções da governança municipal em realizar reuniões mediadas por facilitadores e psicólogos com as lideranças dos bairros. Um dos grandes questionamentos era quanto aos critérios usados para determinar as datas das reuniões e os participantes.

A reunião da RP1 do dia 17 de novembro de 2011 contou com a presença de dois consultores técnicos das reuniões preparatórias para o V Congresso da Cidade. Os consultores se apresentaram como os responsáveis pelo redesenho da governança solidária local e comentaram que são contratados pela UNESCO. Foi neste momento que um dos conselheiros da RP1 pergunta: “O congresso está sendo financiado pela UNESCO”? O consultor responde que a prefeitura possui um convênio com a UNESCO. Em seguida os consultores são questionados quanto a sua formação profissional. O que os conselheiros da RP1 querem saber é se estes consultores são técnicos em Planejamento Urbano. Os consultores respondem que não, que seu foco é o desenvolvimento territorial. O que eles fazem são encontros moderados de governança, com objetivo mobilizar as lideranças dos territórios de Porto Alegre para criar uma proposta de desenvolvimento local. Estes encontros são realizados a partir de um pré-mapeamento das lideranças locais formais e informais. Para estas lideranças foi enviado um convite para participar de um encontro moderado de governança. Assim, foi realizado em todos 84 bairros, destes resultaram 51 comitês, reunindo as lideranças de cada bairro. Os encontros são moderados porque participam moderadores imparciais que fazem a moderação dos grupos.

Em seguida o coordenador das reuniões da RP1 abre espaço para a inscrição de conselheiros que querem se manifestar. A seguir, as duas primeiras manifestações dos conselheiros da RP1⁵³. O primeiro conselheiro a manifestar-se diz:

⁵³ Vale notar que os conselheiros da RP1 são mais velhos que os consultores técnicos da prefeitura.

Eu gostaria de colocar, ou queremos Governança ou queremos Planejamento! São duas coisas diferentes. A governança surgiu no Canadá, onde junta lideranças e estas discutem suas opiniões e entregam para a prefeitura aceitar ou não. O planejamento, não é assim, ele é participativo, e ele tem poder de decisão, um poder mediado, por controles legais. Aí está a diferença. Por isso que vocês escolhem as lideranças, por isso o objetivo de vocês é chegar a um acordo, depois isso vai para a prefeitura e ela vai se posicionar sobre isso. O correto seria o planejamento participativo, ou seja, a comunidade dizer, o que nós queremos é isso.

O segundo conselheiro a manifestar-se é mais contundente e diz:

Eu estive naquela reunião, fiquei muito mal impressionada, inclusive com a presença das psicanalistas que estavam lá para nos psicanalisar. Eu achei aquilo meio KGB, para falar com fraqueza, eu achei aquilo meio policiaisco. Hoje por exemplo, quando cheguei aqui e o companheiro ali falou: Nós temos que começar já. Eu disse: “mas não pode ser, nós não temos quórum e a reunião tem que ser aberta pelo coordenador. Ele está atualmente sem suplentes. Sem chegar o coordenador não tem reunião, não se começa nada. Ou então, tem que ter um quórum legal”. Porque isso não é um grupo que se juntou na calçada. Essa é uma instância legal, perfeitamente definida que tem a suas atribuições. Não é um grupo de garotos que fica fazendo um blábláblá e precisa vir o professor para orientá-los como se faz uma discussão. Nós temos feitos dúzias de discussões, temos divergido, temos convergido e temos quem coordena esta reunião, sempre temos uma coordenação. Esta coordenação se comporta com eficiência, pois como diz: “não é um grupo de garotos na calçada que estão querendo fazer seu clubinho”. São cidadãos que querem participar. Às vezes concordam com coisas da prefeitura, às vezes, se colocam numa posição de oposição as propostas da prefeitura. Não tem cabimento que tenha um moderador da prefeitura dentro destas reuniões. Porque, se a gente considera que é um simples auxiliar, há a instância dos conselhos temáticos. Os conselhos temáticos são grupos “auxiliares” que fazem sugestões para determinados temas: segurança, criança, política da mulher... Aqui é uma instância de planejamento. Então ela tem que ser autônoma e independente. Nós aqui, tiramos resoluções que vão ser levadas ao CDMUA, que é a

instância que aprova ou não aprova as coisas que discutimos aqui. Eu não vejo o que um moderador do poder público vai... estar usurpando... ele vai estar em um lugar que não é o dele. Totalmente inadequado e muito infeliz. Totalmente antidemocrático.

Assim, deu-se o início da discussão que, em alguns momentos, convergia para um acordo, em outros não. Concordaram quando detectaram que é baixa a participação nas reuniões da região. O consultor argumentou que embora a participação seja pequena ela é suficiente para iniciar a mobilização, e comentou: “mas eles são autônomos para revisar as ações e os modos” fato que todos concordaram. Porém, discordaram quando os consultores comentaram que não são tutelados pela política, que seu trabalho é independente. Neste momento um conselheiro questiona:

– “Como tu vai separar a política da governabilidade e do poder de decisão. Isso é um trabalho político. Mesmo que seja de um conjunto de partidos, é político. Não é meramente técnico”.

O consultor imediatamente responde que ele se referia a “política partidária”, no sentido de não representar nenhum partido nem o poder público. Mas outro conselheiro argumenta:

– “Olha a situação da Itália, o primeiro ministro não é de partido algum, mas ele vai aplicar uma política, que é um neoliberalismo”.

Na reunião do dia 1 de dezembro de 2011 ocorreu o segundo encontro entre os conselheiros da RP1 e, desta vez, apenas um consultor do V Congresso da Cidade se fez presente. O resultado desta segunda discussão determinou a participação da RP1 no V Congresso da Cidade⁵⁴. A pergunta: “Qual o principal desafio para o desenvolvimento da região”? Teve como resposta consensual dos conselheiros da RP1: “Formalizar e dinamizar a troca de informações entre o Fórum da RP1 e o poder público”. Desta forma, a proposta de “mote” de desenvolvimento da região ficou: “Ter um planejamento estratégico técnico construído com a população através das regiões de planejamento”⁵⁵.

Estas respostas foram construídas na discussão entre os conselheiros.

⁵⁴ Anexo 32

⁵⁵ Disponível no blog: <http://rgp1poa.wordpress.com/>

Como sempre, o debate girou em torno das questões de como ampliar a participação da população nas reuniões do fórum, de como ampliar o diálogo com o poder público e outros espaços participativos, quais as melhores estratégias para fazer as reivindicações, do excessivo uso de ações junto ao MP e a maior mobilização das empresas e entidades ligadas ao setor da construção civil. Neste momento, surge a dúvida se é ou não democrática a mobilização de sindicatos patronais para defender os interesses da indústria da construção civil. Foi quando um dos participantes do debate declara:

Claro que é democrático que o pessoal se organize em proveito deles, isso é lógico. O que a gente não pode confundir é que grande parte das conquistas da cidade de Porto Alegre vieram com movimentos de associações de moradores. Lá no Moinhos o pessoal pôs na justiça aquele negócio da demolição das casinhas, e onde estão as casinhas? Derrubaram? É claro que não! O problema é que é muito difícil tu fazer uma mobilização em um espectro maior, como uma região de planejamento. O que acontece de mobilização e de vitória, quando acontece, é de pequenos grupos, a região não tem esta capacidade de ativismo e de mobilização. Lá na associação... se eu quero mil e-mails para enviar ao Ministério da Cultura, eu mando via e-mail uma solicitação para o meu pessoal e vem assinaturas da Inglaterra e tudo mais, e funciona.

No próximo capítulo vamos descrever os conflitos e as formas de ação de pequenos grupos de moradores das Ruas Padre Chagas e Gonçalo de Carvalho. Estas ruas estão localizadas nos Bairros Moinhos de Vento e Independência e fazem parte da RP1. Como vimos, as mudanças no Plano Diretor de 1999 proporcionaram um ciclo de expansão da indústria da construção civil em bairros da região central da cidade de Porto Alegre. O aumento das construções nestes bairros provocaram reações contrárias de moradores dos bairros mais atingidos pela especulação imobiliária. Segundo Quevedo, a mobilização dos moradores contra a descaracterização arquitetônica dos bairros inicia no segundo semestre de 2002 com o Movimento Moinhos Vive. Para Quevedo (2010, p. 57) “Esta iniciativa foi seguida e no final do ano bairros como o Menino Deus, Petrópolis, Bela Vista e Três Figueiras criaram seus movimentos Vive.

Em 2013, a união de esforços destas lideranças originou o Movimento Porto Alegre Vive”. Entre os conflitos mais representativos deste período estava o conflito entorno do casario da Rua Luciana de Abreu, no Bairro Moinhos de Vento. Este conflito se inicia em 2003 quando os moradores do bairro se opuseram a demolição de seis casas construídas na década de 1930 para dar lugar a uma torre residencial. Este casario fica próximo a Rua Padre Chagas, uma pequena rua que no início de 2001 apresentava alguns conflitos que mobilizavam moradores e empresários. A Rua Gonçalo de Carvalho é uma pequena rua arborizada localizada na região central da cidade de Porto Alegre. Esta pequena rua foi a primeira rua tombada como patrimônio histórico, cultural e ambiental de Porto Alegre. Essa conquista nasceu da mobilização de um pequeno grupo de moradores que se opunham a um empreendimento imobiliário de grande porte que envolvia um Shopping Center, a Prefeitura e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a OSPA. Este movimento contribuiu para a ampliação do ciclo de confronto do Plano Diretor de Porto Alegre nos anos de 2006 e 2009.

8 A PARTICIPAÇÃO NAS RUAS PADRE CHAGAS E GONÇALO DE CARVALHO

No sábado dia 30 de julho de 2011 a Rádio Gaúcha divulga a notícia⁵⁶: “Policial federal reage e mata assaltante em Porto Alegre”. No site a notícia é desdobrada da seguinte forma:

Abordado por dois homens quando chegava em casa na Rua Luciana de Abreu, no bairro Moinhos de Vento, na madrugada deste sábado, em Porto Alegre, um policial federal matou um dos assaltantes. Ao reagir, sacou a própria pistola e acertou um tiro na cabeça de um deles, que morreu na hora. A vítima, identificada como Ezequiel Pereira de Sousa, portava uma pistola calibre .40, a qual é de uso restrito. O outro rapaz fugiu do local.

No dia 8 de setembro de 2011 o suplemento de bairro que circula no jornal Zero Hora, o ZH Moinhos, veiculou na coluna “Conheça seu Vizinho” uma entrevista com a Primeira Dama do Estado⁵⁷. Na entrevista a primeira dama comenta que inicia seu dia com uma caminhada com o marido no Parque Moinhos de Vento, o “Parcão”.

As duas notícias acima nos apresentam uma parcela da vida social em um bairro da região central da cidade de Porto Alegre. Nestas notícias podemos perceber uma característica dos bairros centrais e um de seus problemas. A característica é que os bairros centrais possuem praças e parques que são um local de encontro e lazer de quem vive ou circula pela região central da cidade, o problema é a violência, Anexo 28.

A Rua Padre Chagas⁵⁸ é um tradicional reduto de moradia e passeio das classes abastadas. Na dissertação “A constituição de espaço para as classes abastadas”, Caroline Souza de Quadros descreve o Bairro Moinhos de Vento e

⁵⁶ A notícia foi veiculada no site: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policial/noticia/2011/07/policial-federal-reage-e-mata-assaltante-em-porto-alegre-3423266.html>

⁵⁷ Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/zhmoinhos/files/2011/09/capinha.jpg>

⁵⁸ Para uma descrição histórica do Bairro Moinhos de Vento e da Rua Padre Chagas ver a Dissertação de Mestrado “A constituição de espaço para as classes abastadas”, de Caroline Souza de Quadros, disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31732/000782405.pdf?sequence=1>

busca assim contribuir para o “conhecimento das dinâmicas e das relações das camadas mais ricas estabelecem com o espaço urbano, criando ou redefinindo áreas privilegiadas”.

A Rua Padre Chagas sofreu uma grande transformação a partir de meados da década de 90, paulatinamente, a rua se transforma de rua eminentemente residencial para uma rua comercial. Assim, além das classes abastadas que lá residem e circulam, a rua atrai diversos segmentos sociais. Contudo, como observa Quadros (2011):

Embora tenha certa diversificação, esse público costuma ser identificado como pertencente às classes abastadas, ou seja, um público A-B, ou classe média-alta, público de profissionais liberais, altos funcionários, de formação superior. Isso significa dizer que há uma homogeneidade do ponto de vista socioeconômico no local (Quadros, 2011 p.101).

A partir de 1999 esta região vivencia uma intensa mobilização de seus moradores na tentativa de evitar a construção de grandes torres residenciais no bairro, os espigões. Entre estes grandes empreendimentos imobiliários se destaca o projeto de construção de torres residenciais em um terreno ocupado por seis casas geminadas na Rua Luciana de Abreu nas proximidades com a Rua Padre Chagas. Entorno deste conflito outros atores sociais se mobilizaram. Este foi o caso de um grupo de pequenos empresários que, neste mesmo período, se mobilizou para tornar a Rua Padre um local que consiga combinar com harmonia características comerciais e residenciais. Tentar evidenciar as características de bulevar da Rua Padre Chagas, com mesas na calçada e segurança para os frequentadores da rua foi o motivo que levou este pequeno grupo de empresários a se mobilizar. Estes empresários organizaram a Padre Chagas Comerciantes Associados com ação centrada em dois eixos principais: a luta contra a violência e a liberação de mesas nas calçadas. Desta forma, uma de suas reivindicações era sintonizada com as reivindicações dos mora-

dores, a questão da violência, e outra não, a questão das mesas na calçada⁵⁹.

Realizamos cinco entrevistas não estruturadas com empresários locais e moradores que participaram ou vivenciaram as mobilizações contra os espigões, pelas mesas na calçada e pela ampliação das ações contra a violência. Nestas entrevistas constatamos que, mesmo sem a participação direta ou mesmo sem conhecer os líderes do movimento Moinhos Vive, os moradores e empresários locais compartilham um quadro interpretativo comum que os coloca em sintonia com a luta contra os grandes empreendimentos imobiliários na região, contudo, divergem quanto aos benefícios ou malefícios de se viver em um bairro que combina características comerciais e residenciais ao mesmo tempo.

Segundo relatos, os bares e cafés da Rua Padre Chagas já utilizavam mesas nas calçadas antes mesmo da regulamentação por lei. Isso era motivação para os constantes conflitos entre os moradores da região e os proprietários dos estabelecimentos comerciais. A situação das mesas ficava ainda mais crítica nos finais de semana, devido ao fato da Rua Padre Chagas ser um tradicional local de encontro das classes abastadas da cidade. Ainda, segundo um dos entrevistados, em um sábado pela manhã, durante a realização de um evento conhecido como “café filosófico”, um fiscal da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, SMIC, autuou o estabelecimento, por ele estar utilizando mesas na calçada, sem perceber que entre os participantes do evento estava o próprio prefeito da cidade. Esta situação, de contornos cômicos, foi resolvida em 24 de outubro de 2001 pelo decreto lei que regulariza a utilização de mesas nas calçadas da cidade de Porto Alegre⁶⁰, Anexo 29.

No início, a associação dos empresários da rua aglutinava apenas seis pessoas. Para resolver o problema da violência a associação dos empresários marcou uma reunião com o Secretário de Segurança do Governo do Estado que

⁵⁹ A disputa entre moradores e donos de cafés, bares e restaurantes devido às mesas nas calçadas data de 1995 e estende-se até hoje. Como pode ser verificado nos sites: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=2516>; e <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a3265024.xml&template=3898.dwt&edition=16841§ion=997> ; e: <http://zero-hora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/05/mesa-de-bar-na-rua-opoe-boemios-e-insones-2529021.html>

⁶⁰ O decreto número 13.452 está disponível no site: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/dec13452.htm>

os encaminhou para uma reunião com o comandante do nono Batalhão da Brigada Militar. Quando perguntado de como conseguiram marcar estas reuniões um dos entrevistados respondeu que: “varias destas pessoas frequentam muito a nossa região, né, então, isso não foi tão difícil”.

Outro entrevistado que esteve na reunião com a Brigada Militar, a política militar do Rio Grande do Sul, relata que durante a reunião os empresários propuseram a instalação de câmeras de segurança pela região com softwares de reconhecimento de face e outros aparatos tecnológicos de segurança. Também propuseram a construção de guaritas e um posto para a Brigada Militar nas proximidades. As propostas não foram aceitas pelo representante da Brigada Militar. Porém, acertaram que os empresários arrecadariam dinheiro para concertar duas motocicletas do batalhão que estavam avariadas, para assim, intensificarem as rondas em diferentes horários, em especial os noturnos. Em paralelo iniciou-se uma intensa movimentação de empresários e condomínios para contratação de segurança privada e a instalação de câmeras de segurança nos estabelecimentos comerciais e nos prédios da região.

Contudo, o problema da falta de segurança na região persistiu. Em 2008, o Movimento Moinhos Vive tenta, mais uma vez, uma solução para o problema. Desta vez, a intenção é de tentar superar as antigas formas de se relacionar com as instituições de segurança do Estado, ou ainda, buscar uma solução para o problema da violência e conseguir assim, superar uma tradição aceita de forma tácita. Na reunião realizada na segunda feira do dia 25 de agosto de 2008, no Clube Leopoldina Juvenil, moradores e representantes da Brigada Militar, da Polícia Civil e da Feconsepro, a Federação dos Conselhos Comunitários Pró-segurança, debateram soluções para a segurança pública para além da intensificação da ronda com apoio financeiro dos moradores, pois, segundo o site do Movimento Moinhos Vive⁶¹, Anexo 30: “alguns presentes demonstraram sua contrariedade em mais uma vez apenas “passar o chapéu” para suprir necessidades materiais dos órgãos de segurança, o que é atribuição e obrigação do estado”.

Em toda a observação participante e nas entrevistas fica muito clara a ênfase dada pelos moradores e participantes de movimentos do bairro pelas relações face a face com altos dirigentes de partidos políticos e de diversas instâncias

⁶¹ Endereço do Site: <http://moinhosvive.blogspot.com.br/2008/08/reunio-sobre-segurana-pblica.html>

governamentais, Vereadores, Secretários Estaduais, Municipais e, até mesmo, Ministros de Estado que circulam pelas ruas e são abordados pelos moradores. Porém, a maior intensidade dos contatos diretos é entre os próprios moradores da região. Um dos informantes comenta que uma ex-líder da associação dos moradores, profissional liberal aposentada, circula pelas ruas reprimindo verbalmente os comerciantes que não obedecem aos limites das mesas na calçada ou as pessoas que não limpam os dejetos de seus animais de estimação.

Outro informante afirma que são constantes os contatos entre os síndicos da região. Quando perguntado do porque a adoção destes procedimentos uma entrevistada respondeu que: “A gente se reunia na UAMPA⁶², União das associações dos moradores de Porto Alegre, só que eu ficava calada, porque eles queriam era água, era luz, era regularizar o lote...” Ou seja, as necessidades das demais associações de moradores eram mais urgentes. Uma entrevistada relata que os moradores cotizaram-se também para ajudar na manutenção do Parque Moinhos de Vento, o Parcão. Isso fez com os moradores sintam-se responsáveis pelo parque, defendendo os equipamentos e as instalações do parque contra o mau uso por parte de alguns frequentadores. Assim, quando um vereador jogava futebol com seu filho no gramado, ele foi interpelado por uma moradora que solicitou mais verba para a área de esportes do parque.

Estas interações face a face ocorrem em qualquer lugar do bairro, nas calçadas, no hall dos prédios, nos parques, nos bares e cafés. Isso ocorre, segundo um entrevistado, porque muitos moradores sempre viveram no bairro. Segundo este entrevistado:

E o que tem interessante é que o Moinhos de Vento, talvez eu esteja enganado, ele é um bairro que recebe poucas famílias novas. Ele é um bairro das famílias que já estão lá, que só vão aumentando e querem continuar no bairro. Eu sou um exemplo disso, meu pai e minha mãe moram no bairro, a gente mora no bairro, a minha irmã mora no bairro e eu vou continuar morando no bairro. Se eu for a uma reunião de moradores do bairro eu irei conhecer todos por lá. Os pais de meus amigos de infância que estarão lá.

Esta é uma característica importante da estrutura de mobilização dos mo-

⁶² O blog da UAMPA é: <http://umauampadetodos.blogspot.com/>

radores da região. Os líderes dos movimentos conhecem seus vizinhos e interagem com eles. Soma-se a isso o fato da maior parte da população do bairro ser da terceira idade. Pessoas com um alto padrão de vida que interagem face a face com seus vizinhos ou via internet. O tempo livre e a utilização de novos meios de comunicação, como a internet, colocam estes moradores em consonância com as estruturas de mobilização descritas por Tarrow, na primeira parte deste trabalho, porém, com uma diferença, desta vez, ao contrário dos anos 60 do século XX não são mais os jovens, mas sim, os idosos que possuem tempo e dinheiro para se dedicar a constante mobilização.

Assim, suas ações possuem grande repercussão. Mesmo ações pequenas, com pouca visibilidade, como é o caso das passeatas de moradores contra os empreendimentos imobiliários, os “espigões”. Estas pequenas passeatas reúnem poucas pessoas, segundo relatos entre 30 e 50 pessoas, que circulam pelo bairro com algumas faixas e cartazes. Nada que provoque tumulto ou afete a circulação. Mas, com avisos fixados nas entradas dos condomínios e recados via internet, estas mobilizações conseguem colocar seus argumentos em evidência e formam um mesmo quadro interpretativo da situação de conflito e assim, transcendem fronteiras atingindo proporções, para muitos, inesperadas.

Este foi o caso da Rua Gonçalo de Carvalho, localizada no bairro Independência, que através da mobilização de seus moradores contra as obras de um Shopping Center conseguiu, via internet, grande repercussão nacional e internacional, quando um biólogo português, ao ver as imagens da rua e a mobilização da comunidade, conceituou a rua como “a mais bonita do mundo”. Este fato provocou grande repercussão e chamou a atenção do jornal Folha de São Paulo⁶³ em sua edição do dia 11 de setembro de 2011 e do Telejornal do Sistema Brasileiro de Televisão, SBT, em sua edição nacional⁶⁴ do dia 24 de agosto de 2011. Uma seleção destas reportagens está no site dos Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho: <http://goncalodecarvalho.blogspot.com.br/>.

A Rua Gonçalo de Carvalho foi a primeira rua da cidade declarada Patrimô-

⁶³ A matéria está disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/973536-rua-de-porto-alegre-ganha-fama-de-mais-bonita-do-mundo.shtml>

⁶⁴ A matéria do Jornal do SBT na íntegra está no site: <http://www.sbt.com.br/jornalismo/noticias/?c=9036&t=Rua>

nio Ambiental de Porto Alegre. A mobilização dos moradores da rua e do Bairro inicia em 2005. O movimento Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho participou ativamente dos movimentos relacionados com o Plano Diretor e o Pontal do Estaleiro. Sua luta envolve uma intrincada desavença que se inicia com a intensão de um Shopping Center em construir um teatro para a OSPA, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Uma iniciativa complexa, que envolve um grande especulador imobiliário, proprietário de um terreno ao lado do shopping, o Shopping Center, a Prefeitura e a OSPA. Este empreendimento previa também a construção de um edifício garagem ao lado de uma pequena rua com árvores, a Gonçalo de Carvalho. Esta ação foi louvada por muitos setores da sociedade, entre eles, os apoiadores da cultura. No seu blog, os Amigos da Gonçalo de Carvalho escrevem sobre as dificuldades de sua luta. No início da desavença o movimento era pequeno e considerado como opositor a OSPA. Eles eram conhecidos como “inimigos da cultura e do progresso”. Vale destacar que este projeto já estava aprovado pela prefeitura.

Mesmo assim, os Amigos da Gonçalo de Carvalho consideraram que sua luta podia ser vencida com a exposição de seus argumentos. No seu repertório de ação encontramos diversas formas de ação coletiva que também foram utilizadas nos conflitos que giraram em torno do Plano Diretor na cidade de Porto Alegre. Entre estas ações podemos citar reuniões com autoridades, protestos em praças e ruas, distribuição de panfletos, cartas e abaixo assinados, principalmente via internet. Esta mobilização que iniciou pequena faz parte de um ciclo de confronto maior. Um ciclo que apresenta compartilhamento de repertórios de ação coletiva, de estruturas de mobilização e os mesmos quadros interpretativos amplos, conforme vimos na parte teórica deste trabalho.

Por serem diretamente envolvidos, estes atores sociais possuem a representatividade necessária para contestar uma decisão já tomada pela Prefeitura. Mesmo que esta decisão seja aprovada por uma grande parcela da população, os defensores da cultura e os admiradores da música erudita. Mesmo que esta decisão contribua para o desenvolvimento econômico e seja apoiada por um conjunto de argumentos técnicos. Com tudo isso, mesmo assim, esta decisão não poderá ser considerada democrática se ela não envolver na discussão os diretamente atingidos pela decisão política administrativa. Como vimos, na pri-

meira parte deste trabalho, na teoria da sociedade civil, as decisões do Estado só podem ser consideradas democráticas quando respeitarem os procedimentos discursivos da ética do discurso. Estes procedimentos requerem que todos “os que se veem afetados determinem esta lei por si mesmo, em um procedimento discursivo de formação de uma vontade coletiva”. Estes atores “envolvidos diretamente” devem ter condições de expressar seus argumentos em condições ideais de fala, com simetria, reciprocidade e refletividade. No caso, os moradores da Rua Gonçalo de Carvalho são diretamente envolvidos neste projeto e, por isso, tem o direito de contestar a decisão da prefeitura. Estamos diante de uma situação de respeito a não-conformidade. No Anexo 31 imagens e argumentos deste conflito na narrativa dos vencedores da contenda, o movimento dos Amigos da Gonçalo de Carvalho.

A utilização de um repertório de confronto sustentado por ações na internet, relações face a face e ações no MP foram importantes na conquista dos Amigos da Gonçalo de Carvalho, como também foram importantes nos conflitos que se iniciaram em 2001 nas imediações das ruas Padre Chagas e Luciana de Abreu. Estas ações coletivas proporcionaram o compartilhamento de um quadro interpretativo comum, apoiado no conceito de sustentabilidade. Isto, somado ao apoio legal do Estatuto das Cidades foi determinante para a vitória dos argumentos do movimento dos moradores da Rua Gonçalo de Carvalho e dos movimentos da Rua Padre Chagas e do Moinhos Vive.

A utilização de novos repertórios de confronto, como a internet, é compartilhado por diversas associações de moradores da região. Uma das entrevistadas quando perguntada como são realizadas as mobilizações e qual sua opinião a respeito dos abaixo assinados comenta que:

[...] Reunimo-nos, aprovamos e sensibilizando as pessoas. Cada luta é de um tipo, não da pra dizer que existe uma regra... Eu acho uma coisa muito antiga esses abaixo-assinados. Já tem abaixo-assinado eletrônico. Lá no Higienópolis foi via internet. Nós fazíamos abaixo assinados, agora sem CPF, e assinatura. Estamos fazendo mais com endereço e telefone, por segurança. Às vezes as pessoas não assinam porque não querem ter o nome divulgado e telefone, dar de bandeja sei lá pra quem, não é? Então, hoje em dia o nosso abaixo

assinado é assim: se precisar comprovar a gente comprova... Somos muito rápidos, conforme o movimento não precisa ser muitas mil assinaturas não. É conforme a questão. Na Rua Padre Chagas, o que aconteceu ali foi resolvido numa audiência pública... Todo mundo se mobiliza cada um do seu jeito. A técnica é o boca a boca. É que a gente já se conhece né, já faz reuniões, então são técnicas rápidas e normais, qualquer associação é assim.

Outra questão que podemos observar é a intensa relação entre as associações de bairros de Porto Alegre. Existe uma constante troca de informações entre os participantes das associações desta região. Isso também foi percebido nas reuniões da RP1. Assim, informações do Bairro Independência são compartilhadas com os moradores dos Bairros Floresta, Moinhos de Vento, Higienópolis, Bela Vista, Chácara das Pedras, bairros da zona sul entre outros. Estes contatos permitem a circulação de argumentos técnicos urbanísticos e jurídicos entre os membros das associações, argumentos como sombreamento de torres, infraestrutura instalada, área urbana consolidada. Ou ainda, o conhecimento de propostas urbanísticas como bulevares, calçadas e o tombamento de prédios históricos. Além disso, muitos participantes dos movimentos de moradores são arquitetos ou conhecem experiências urbanísticas de outras cidades.

Nesta segunda parte descrevemos os principais eventos de um longo ciclo de confronto que se inicia em 1999 com as alterações no Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre e se intensificam a partir de 2002 com o surgimento de movimentos de moradores dos Bairros Moinhos de Vento e Petrópolis. Uma importante ferramenta neste ciclo de confronto foi o Estatuto das Cidades que foi instituído em 2001. Nestes dez anos verificamos que os movimentos de moradores dos bairros da região central de Porto Alegre e a RP1 tiveram um importante papel nos principais conflitos que ocorreram em torno do Plano Diretor de Porto Alegre. Neste trabalho citamos apenas alguns destes conflitos, como a revisão do Plano Diretor, a Consulta Pública do Pontal do Estaleiro, a primeira consulta pública com este perfil no Brasil, o movimento de Defesa do Viaduto Otávio Rocha, as mobilizações das Ruas Padre Chagas e Gonçalo de Carvalho, este último, um conflito contra grandes oponentes dos sistemas econômicos e políticos que resultou na primeira

rua tombada como Patrimônio Ambiental do país.

Nesta segunda parte, procuramos destacar os argumentos e os conflitos que envolvem as associações de moradores dos bairros da região da RP1. Foi nas reuniões da RP1 que, com apoio da teoria, percebemos um ativo processo de mobilização em um ciclo de confronto que opõem moradores, empresas da construção civil e a Prefeitura. Neste ciclo de confronto percebemos também uma grande troca de vivências e inovações entre os moradores, dentro e fora dos limites geográficos de seus bairros.

Esta ativa participação nos bairros revelou dois novos repertórios ações que se demonstraram eficazes para estes movimentos, a internet e as ações via MP. Contudo, a intensa utilização de ações no MP faz as demais formas de ação parecem fazer parte de um protocolo, uma liturgia necessária para caracterizar estas ações como uma ação coletiva, fundada na vontade de um grupo de pessoas diretamente envolvidas em um conflito. Ou seja, os repertórios de ações destes conflitos são modulares e parecem ser uma formalidade para gerar conteúdo na internet e apoiar uma ação judicial que expresse um enquadramento interpretativo compartilhado.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação partiu da dúvida sobre como é a participação nos bairros da região central da cidade, bairros onde as classes abastadas circulam, residem ou trabalham. Buscamos neste trabalho descrever a participação e os conflitos dos moradores dos bairros da zona central da cidade de Porto Alegre. Consideramos neste trabalho como bairros abastados um conjunto de bairros da região central da cidade que, segundo critérios da prefeitura, formam a Região de Planejamento Um, a RP1. Este recorte deve-se às características socioeconômicas e urbanísticas da região central, em especial sua infraestrutura.

A primeira constatação deste trabalho é que esta região possui alta propensão associativa, uma permanente mobilização de diversos atores sociais organizados em pequenos grupos, em especial os movimentos de moradores de bairro, como descritos por Tarrow, que conseguem acionar amplas redes interpessoais que sustentam grandes conflitos contra oponentes poderosos, como a indústria da construção civil e a governança municipal.

Neste contexto, diferentes experiências associativas convivem lado a lado em um espaço social heterogêneo e poroso aos impulsos da sociedade, o que demonstra a existência de uma esfera pública vibrante, conforme destaca a teoria da sociedade civil. Constatamos que a RP1 é um dos espaços de participação que conseguem catalisar os impulsos dos moradores da região central da cidade. O espaço participativo institucionalizado da RP1 caracteriza-se pela livre circulação de ideias e pessoas. Estas características são percebidas pelos cidadãos e os movimentos sociais da cidade, além disso, ela oferece um espaço democrático para que novos atores, individuais ou coletivos, consigam expor suas reivindicações e seus discursos.

Desta forma o espaço participativo da RP1 contribui para a manutenção de uma esfera pública vibrante. Sua configuração incentiva à participação democrática e assim, permite restringir práticas nefastas como o clientelismo e o mandonismo. Este é um espaço de contestação por excelência. Esta é maior contribuição deste espaço institucional na busca pela ampliação da democracia e dos direitos, como defendem Cohen e Arato. A “não-conformidade” deste espa-

ço revela-se no confronto de ideias e argumentos que esmiúçam todos os temas em pauta nas reuniões da RP1. A “não-conformidade” deste espaço é forte o suficiente para não deixar-se seduzir por argumentos de autoridades, de instituições internacionais, como a UNESCO, ou mesmo de universidades. Como foi o caso dos intensos debates que antecederam a formação do consenso que levou a participação da RP1 no V Congresso da Cidade.

É notável que este espaço consiga atuar e superar as adversidades que se colocam em oposição aos preceitos participativos. A sombra da ingerência do Estado e da Construção Civil representa um constante ameaça a autonomia da RP1. Por isso, devemos destacar e louvar os esforços dos participantes da RP1 que conseguem com grande esforço, sem recompensas financeiras ou reconhecimento social a altura, sustentar este espaço participativo mesmo sem o diálogo ideal com o poder público e a forte pressão da indústria da construção civil. Assim, mais uma vez, devemos destacar que, os diferentes temas abordados e a intensidade das discussões atestam que este espaço opera sob os preceitos da ética do discurso e contribui assim para a ampliação da participação na cidade de Porto Alegre.

Contudo, há dúvidas quanto ao repertório de ações adotadas pelos atores sociais deste espaço e da região central como um todo. Chama a atenção o excesso de confiança nos procedimentos jurídicos ao invés da luta pela ampliação do diálogo aberto com a governança municipal e as empresas e associações da construção civil. A mediação de conflitos via ações do MP, embora prevista no Estatuto das Cidades, inibe e embota a busca por uma sociedade mais participativa e democrática. Como vimos na primeira parte deste trabalho, as discussões da RP1 devem proporcionar os consensos que sustentariam tanto as decisões políticas quanto as decisões jurídicas. Como foi o caso da mobilização da população, em especial dos movimentos dos bairros da região central, na consulta pública que decidiu o futuro do projeto do Pontal do Estaleiro.

Por outro lado, o excesso de ações na justiça por parte dos moradores e suas associações também reflete o escasso diálogo existente com o poder público. Isso coloca em evidência a percepção do poder político que a formação do consenso é um objetivo que deve ser buscado a qualquer custo. E que quem não contribui com esta busca, quem não concorda com ela, é visto como um empe-

cilho. A visão de que quem não concorda, quem contesta, são apenas pessoas que não querem contribuir para “melhorar as coisas”, gente que se nega “a fazer sua parte”. Esta noção é enganosa. Pois, neste caso, o consenso é autoritário. A “não-conformidade”, a contestação, lembra-nos que nada pode representar um limite para os discursos, estes não devem ser pautados por nenhum obstáculo. Esta postura, de se colocar numa posição de oposição, é justamente o que faz avançar os preceitos democráticos e dos direitos em uma sociedade democrática e plural.

Diante desta constatação, devemos também salientar que o repertório de ação fundado no binômio: ação na justiça e protestos midiáticos divulgados pela internet produz interessantes efeitos no poder público e nas empresas da construção civil. Este repertório de ação parece ser o grande diferencial destes atores frente aos demais. O conhecimento adquirido durante a vida, a maior escolaridade destes atores e seu apoio tecnológico fazem com que suas reivindicações ecoem por espaços mais amplos. É desta forma que os conflitos sustentados por estes atores conseguem uma surpreendente autonomia frente aos imperativos sistêmicos do dinheiro e do poder. Assim, grande parte das ações e mobilizações dos atores sociais observados parece direcionar-se mais para o poder judiciário e o Ministério Público em particular, do que para a própria esfera pública. Se analisarmos a partir dos resultados alcançados, a RP1 participou ativamente nas surpreendentes vitórias que os moradores da região conseguiram frente ao poder público e a indústria da construção civil. Como é o caso das alterações viárias nas imediações da Rua Ramiro Barcelos, a reforma do Viaduto Otávio Rocha, o tombamento da Rua Gonçalo de Carvalho e a luta pelos limites de altura dos prédios da região. Se por um lado, as ações via MP é uma possibilidade nova que se abre com o Estatuto das Cidades, por outro, devemos mais uma vez frisar que pautar as relações com o poder público apenas via MP parece ser exagerado.

Quanto à questão da ampliação da participação, devemos destacar que, frente ao número de moradores dos bairros a participação pode ser considerada como estando aquém das expectativas. Porém, o pequeno número de participantes nas reuniões é compensado pelo alto potencial de mobilização de quem participa. Assim, temos uma configuração que aponta para pequenos grupos

que possuem uma constante e ativa mobilização que envolve diferentes atores sociais dentro e fora dos limites do bairro, até mesmo com mobilização internacional, frente a uma grande maioria indiferente à participação. São pessoas que só se mobilizam em momentos cruciais e específicos e que, em geral, os afeta de modo direto.

Assim, os moradores dos bairros centrais com suas associações conseguem criar e discutir política para além dos espaços institucionais. Percebemos que novos espaços e arenas de disputa se abrem à participação nesta região, e que existem espaços alternativos de interação entre estes atores que não se limitam aos espaços institucionalizados como fóruns, congressos e mesmo partidos políticos. Estamos falando de bares, cafés, clubes e o espaço virtual da internet. Notamos que estas simples e efêmeras relações face a face fazem parte de uma complexa estrutura que envolve toda a região e que contempla assim diferentes atores, coletivos e individuais, que compartilham, em parte ou na totalidade, os mesmo quadros interpretativos amplos.

Fato que merece uma análise mais aprofundada e que supera o escopo deste trabalho, e que não era seu objetivo, é a questão geracional que envolve os participantes dos movimentos dos bairros do centro. Muitos participantes da RP1 e ativistas dos bairros centrais são idosos. Pessoas com intensa atividade associativa em questões sociais ou urbanísticas dos bairros onde vivem. Aspectos como o tempo livre, aposentadoria e os conhecimentos adquiridos durante a vida fazem destes atores um importante agente de mobilização e pressão frente ao poder público e às organizações econômicas. Questões como o histórico de mobilização destes atores, a possibilidades das suas militâncias múltiplas ou sua representatividade frente a uma sociedade que segue rumo ao envelhecimento, como é o caso da sociedade brasileira, levantam instigantes questionamentos que podem trazer respostas e perspectivas interessantes para as questões da participação na sociedade brasileira nos próximos anos. Será que caminhamos para uma maior e mais qualificada participação na esfera pública devido ao simples fato de nossa sociedade estar vivendo um processo de envelhecimento da população? Será que esta nova configuração populacional conseguirá proporcionar um país com maior propensão à participação? Estas e outras questões merecem

uma análise mais aprofundada e assim, indicam um importante caminho para novas pesquisas sobre a participação na sociedade brasileira.

Por fim, devemos destacar que, mesmo que o Estatuto das Cidades tenha a intencionalidade de inclusão social dos setores menos favorecidos da nossa sociedade via a ampliação da participação no planejamento urbano, não perceberemos estes efeitos nos bairros centrais da cidade. Neste recorte, o aparato das leis parece incentivar a remoção dos mais pobres ao invés da sua inclusão. A inclusão de setores menos favorecidos da nossa sociedade via a maior participação não foram notados. Há um grande preconceito velado com relação aos mais pobres e seus movimentos. Os moradores das vilas da região central permanecem à margem de qualquer mobilização e conflito importante para a maioria da população dos bairros centrais. Assim, seu destino parece mesmo ser a remoção de suas áreas, como foi o caso da Vila Chocolateiro e parece ser o caso das reivindicações da ONG Integração dos Anjos. Parece não haver espaços para os mais pobres nesta área, ou ainda, para os que não conseguem alinhar suas reivindicações com os discursos contestadores dominantes e com os repertórios de ações mais usados pelos principais atores da região central. Nem mesmo o MP resolve ou é sensível às causas dos mais pobres desta região. Embora os espaços da região central da cidade de Porto Alegre sejam abertos, o movimento tanto do poder público quanto da indústria da construção indica para o afastamento dos mais pobres desta região. O planejamento urbano da cidade e as iniciativas da construção civil parecem consolidar ainda mais esta região como um espaço reservado apenas para as classes mais abastadas.

10 REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate, **Lua Nova**, revista de cultura política, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil – orientações para novas pesquisas, **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 27, XXXX. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_02.htm

_____. Uma reconstrução da teoria hegeliana da sociedade civil. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

_____; COHEN Jean. Sociedade civil e teoria social. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

_____. Representação, soberania popular e accountability, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 55-56, p. 85-103, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a04n5556.pdf>

_____. Construção constitucional e teorias da democracia, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 42, p. 5-51, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n42/a02n42.pdf>

ASSIS, Jesus de Paula. Karl Otto-Apel: a raiz comum entre a ética e a linguagem. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 14, p.196-181, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a11.pdf>

AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

_____. **Além da dicotomia Estado/mercado**. Habermas, Cohen e Arato. Revista Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 36, p. 195-212, 1993.

_____. COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos

na América Latina. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.47, n. 4, p. 703-728, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>

_____. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, revista de cultura política, São Paulo, n.49, p. 25-46, 2000. Disponível em :<http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a03n50.pdf>

_____. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS**-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.50, n. 3, p. 443-464, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>

BAJOTTO, Caroline Cancian. “Polícia Federal: a elite policial traçando identidades e distinções”. Dissertação Mestrado em Ciências Sociais - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2108

BECHMANN, Gotthard; STEHR, Nico.NiklasLuhmann. **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 13, n. 2, p. 185-200, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n2/v13n2a10.pdf>

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow, **Cultura e política**, Revista de Sociologia Política, Santa Catarina, v. 10, n. 18, p.51-73, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p51/17532>

BRUNEL, C. e DILIGENTI, M., Condomínio dos Anjos: a história de uma conquista In: ANPED/SUL, Porto Alegre. ANAIS ANPED/SUL 2000. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CATTANI, D. Antonio. Riqueza e desigualdade, **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n57/a09v2257.pdf>

_____. Riqueza: totem e tabu, **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 14-21, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a02.pdf>

_____. Desigualdades socioeconômicas: conceito e problemas de pesquisa, **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 74-99, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a05.pdf>

_____. Desigualdades socioeconômicas Brasil/Canadá: um estudo a partir dos extremos. **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, n.6, p. 49-74, 2006. Disponível em: <http://www.revistabecan.com.br/>

_____; KIELING, F. Santos. A escolarização das classes abastadas, **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 170-187, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a09.pdf>

COHEN, L. Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias, **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>

COHEN, L. Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 2000.

COHN, Gabriel. As diferenças finais: de Simmel a Luhmann. **RBSC Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n. 38, 1998. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300003&lng=pt&nrm=iso

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**, esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belho Horizonte, Editora UFMG, 2002.

_____. A democracia e a dinâmica da esfera pública. **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 36, p. 55-65, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a04n36.pdf>

_____. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. **RBSC Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 53, p. 19-32, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18076.pdf>

_____. Desprovincializando a sociologia, a contribuição pós-colonial. **RBSC Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n.60, p. 117-134, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29764.pdf>

_____. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais, **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.12, n.35, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó, Argos, 2007.

EDER, Klaus. A classe social tem importância nos estudos dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média, **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.16, n46, p. 5-27, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a01v1646.pdf>

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, vol. 2, Formação do estado e civilização. Rio de Janeiro, editora Zahar, 1993.

FARIA, C. F. **O estado em movimento**: complexidade social e participação política no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, formação do patronato político brasileiro. São Paulo, SP, Globo, 2001.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>

FILHO, João Telmo de Oliveira. A participação popular no planejamento urbano: A experiência do plano diretor de Porto Alegre. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2009. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/000712303.pdf

GALENTE, Claudia. Cidadãos conectados: a revolução das vozes alternativas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/29687>

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**, paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 1997.

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n.54, p.439-455, Set./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa, I**. Buenos Aires, Taurus, 2001.

_____. **Teoria de la acción comunicativa, II**. Buenos Aires, Taurus, 2001.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

_____. Três modelos normativos de democracia, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a03n36.pdf>

_____. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 3, n. 7, p. 4-19, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a02.pdf>

HOBBSAWM, J. Eric. **A era das revoluções**, 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

_____. **A era do capital**, 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

HOLMES, Pablo. As objeções de Albrecht Wellmer à ética do discurso e a filosofia moral fundamentada em uma teoria do reconhecimento social, **Trans/formação**, v.31, n1, p. 177-196, Marília-SP, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n1/v31n1a10.pdf>

_____. Briga de família ou ruptura metodológica na teoria crítica (Habermas X Honnet), **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 1, p. 133-155, 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v211/v21n1a07.pdf>

_____. Reconhecimento e normatividade: a transformação hermenêutica da teoria crítica. **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.24, n.69, p. 129-145, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n69/09.pdf>

HONNET, Axel. Teoria crítica. In GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria social hoje**, São Paulo, UNESP, 1999.

LAVALLE, Adrian Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n.47, p. 121-135, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a07n47.pdf>

_____. A humildade do universal: Habermas no espelho de Rawls, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 40-41, p. 145-181, 1997. Disponível em: XXXXXXXX

_____. Sem pena nem glória, o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990, **Revista Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 66, p. 91-110, 2003. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/LAVALLE_Sem%20pena%20nem%20gloria.pdf

_____; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Protagonistas na sociedade civil: redes e centralidades de organizações civis em São Paulo, **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n. 3, p. 465-497, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/02.pdf>

_____; _____. Quando novos atores saem de cena: continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais, **Cultura e política**, Revista de Sociologia Política, Santa Catarina, v. 5, n. 2, p. 35-53, 2004. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/LAVALLE_CASTELLO_BICHIR_Quando%20Novos%20Atores%20Saem%20de%20Cena.pdf

_____; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis, novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 21, n.60, p. 43-66, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29760.pdf>

_____; _____. Democracia, pluralização da representação e sociedade

civil, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 67, p.49-103, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a04n67.pdf>

_____; ARAUJO, Cícero. **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 67, p. 9-13, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a02n67.pdf>

MAIA, Rousiley C.M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a04.pdf>

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político, **Lua Nova** revista de cultura política, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02.pdf>

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro, RJ, Zahar, 1975.

_____. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro, RJ, Zahar, 1980.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos, redes de jovens e participação política, **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p.134-150, 1997. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a12.pdf>

MONSMA, Karl. Repensando a escolha racional e a teoria da agência: fazendeiros de gado e capatazes no século XIX. **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n.43, p. 83-113, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n43/006.pdf>

_____. Introdução. In: TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo, Edusp, 1996.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da sociologia e da história, **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/4864/4941>

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial, **RBSC** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.52, p. 185-202, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18072.pdf>

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo, SP, Edusp, 1999.

OTTMANN, Goetz. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil, **Revista Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 74, p. 155-175, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29645.pdf>

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia, **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 22-37, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a03.pdf>

POGREBINSCHI, Thamy. Jovem Marx, nova teoria política, **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 537-552, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a04v49n3.pdf>

POLANYI, Karl. **A grande transformação**, As origens de nossa época. Rio de Janeiro, RJ, Campus, 2000.

QUADROS, Caroline Souza. A constituição de espaços para a classe abastada. Dissertação de Mestrado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31732/000782405.pdf?sequence=1>

QUEVEDO, Josimari Poerschke. Comunicação e debate público: O caso do Pontal do Estaleiro. Dissertação de Mestrado Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2010. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24653>

REIS, P. Elisa. A percepção da elite sobre riqueza e desigualdade, **RBSC Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcSOC/v15n42/1742.pdf>

RUCHT, Dieter. Sociedade como projeto – projetos na sociedade, sobre o papel dos movimentos sociais. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 13-28, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/86/1668>

SANTIN, Rigo Janaína. A gestão democrática municipal no estatuto da cidade e

a teoria do discurso Habermasiana. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 42, n. 0, p. 121-131, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewArticle/5177>

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais, **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

_____; Luchman, H. H. Lígia. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil, **Cultura e política**, Revista de Sociologia Política, Santa Catarina, v. 3, n. 5, p.13-35, 2004. Disponível em:<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976/1725>

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. **DADOS-Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-213, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a01v46n2.pdf>

SILVA, L. Lilian; AMORIN, L. Wellington. Um balanço teórico sobre a teoria da democracia deliberativa, as críticas de Joshua Cohen a Jürgen Habermas, **Revista interdisciplinar científica aplicada**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 140-159, 2010. Disponível em: <http://unimestre.unibes.com.br/rica/index.php/rica/article/view/370/328>

SILVA, K. Marcelo. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências sociais Unisinos**, São Leopoldo-RS, v. 46, n.1, p. 2-9, 2010. Disponível em: http://www.unisinos.br/revistas/index.php/ciencias_sociais/article/view/165/35

_____. Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 156-179, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a07n16.pdf>

SOBOTTKA, A. Emil. Orçamento participativo, conciliando direitos sociais de cidadania e legitimidade de governo. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 95-110, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/48/1731>

_____. Organizações e movimentos sociais, **Civitas**-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 5-11, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/98/1678>

_____. Organizações civis, buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor”, **Civitas**-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 81-95, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/89/1671>

TAYLOR, Charles. **Hegel e a sociedade moderna**. São Paulo, SP, Edições Loyola, 2005.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**, movimentos sociais e confrontos políticos. Petrópolis, RJ, Vozes 2009.

_____. Global, conventional and warring movements and the suppression of contention. Themes in contentious politics research. **Cultura e política**, Revista de Sociologia Política, Santa Catarina, v. 10, n. 18, p.25-49, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p25/17531>

_____. Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos, **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 151-161, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/09.pdf>

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, C. Ana Claudia. Participação e democracia: velhos e novos desafios, **Civitas**-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.6, n. 1, p. 223-240, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/30/1594>

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico, **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2, p. 47-63, 2009. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v182/v18n2a02.pdf>

_____. Itinerários em análise social, **Tempo social**, revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 299-302, 2004. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v162/v16n2a13.pdf>

TREJO-MATHYS, Jonathan. The Idea of a critical theory, past, present and future. **Civitas**-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.20-45, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/4320/3262>

11 ANEXOS

Anexo 1



Anexo 2

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

FÓRUM REGIONAL DE PLANEJAMENTO – REGIÃO 1

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO I – NATUREZA, FINALIDADE E ATRIBUIÇÕES

Art. 1º. O Fórum Regional de Planejamento (FRP-1) é a instância regional de participação da comunidade no planejamento da cidade de Porto Alegre, nos termos da Lei complementar nº. 434, de 1º de dezembro de 1999.

Art. 2º. O Fórum Regional de Planejamento tem as seguintes atribuições:

I – Zelar pelo cumprimento da legislação municipal que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA);

II – Propor e opinar sobre os ajustes do Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental da Cidade;

III – Participar da elaboração do Plano de Ação Regional (PAR);

IV – Opinar sobre os Projetos Especiais e Operações Urbanas Consorciadas;

V – Aprovar ou não a desafetação de áreas caracterizadas como bens de uso comum do povo atingidas por Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS);

VI – Participar da identificação, delimitação e detalhamento de AEIS;

VII – Estabelecer critérios na criação de Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC) para avaliar e propor, alienar ou desalienar edificações ou elementos paisagísticos e ambientais urbanos que, por suas características de interesse ambiental e cultural, se destacam na cidade como bens históricos, independentemente de serem tombados ou inventariados;

VIII – Participar de indicação das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária (AUOPs);

IX – Opinar sobre ajustes dos limites da Região de Gestão de Planejamento;

X – Participar do detalhamento do Programa Viário do Município;

XI – Encaminhar aos órgãos municipais legalmente constituídos os planos, programas e projetos regionais que demandarem, total ou parcialmente, recursos públicos;

XII – Criar Comissão Local Temporária na Unidade de Estruturação Urbana, deliberar sobre ajustes propostos e encaminhá-los quando for o caso, ao Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA);

XIII – Deliberar sobre outros assuntos de interesse da região que forem submetidos a apreciação do Fórum pelo Poder Executivo ou pelo CMDUA.

Art. 3º. O Fórum Regional de Planejamento será constituído pelo número de delegados eleitos em assembléia convocada pela Secretária de Planejamento Municipal (SPM), com renovação bienal e a seguinte composição:

- a) Conselheiro da região no CMDUA, na qualidade de coordenador do Fórum Regional;
- b) Delegados eleitos pela comunidade (2/3 de representatividade);
- c) Entidades não governamentais eleitas (1/3 de representatividade);
- d) Representante da SPM;
- e) Representante do Centro de Administração Regional (CAR).

§ 1º. Os representantes do CAR e da SPM não terão direito a voto.

§ 2º. As entidades eleitas deverão enviar documento informando os nomes de seus representantes.

Art. 4º. No caso de renúncia ou impedimento do Conselheiro e Suplentes deverá ser realizada nova eleição na região, desde que o mandato não tenha atingido 1 ano.

Parágrafo único – Quando o mandato ultrapassar 1 ano e os Conselheiros e Suplentes forem impedidos ou renunciarem, os delegados do Fórum de Planejamento da região indicarão seus representantes no CMDUA.

Art. 5º. As atribuições do Conselheiro, enquanto Coordenador do Fórum Regional de Planejamento, serão:

- I – Coordenar as reuniões do Fórum Regional de Planejamento;
- II – Organizar a pauta das reuniões;
- III – Auxiliar o CAR e SPM na convocação dos membros do Fórum Regional de Planejamento para reuniões deste;
- IV – Informar as pautas e discussões do CMDUA ao Fórum da respectiva região;
- V – Trazer ao conhecimento do Fórum todas as questões que dizem respeito à região;
- VI – Receber e submeter a debate todas as proposições dos delegados.

Parágrafo Único: Em caso de ausência do Coordenador, o Fórum será coordenado pelo 1º ou 2º suplente.

Art. 6º. As atribuições do (a) representante da SPM serão:

- I – Planejar e promover, em conjunto com a Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) e CAR, o processo de escolha do representante regional no CMDUA e a organização do Fórum Regional de Planejamento;
- II – Participar da elaboração dos Planos de Ação Regional;
- III – Auxiliar na articulação dos programas, projetos e planos setoriais da Administração Municipal, do ponto de vista do planejamento e desenvolvimento urbano;
- IV – Proporcionar, em conjunto com o conselheiro, apoio ao Fórum Regional de Planejamento sobre as questões do planejamento urbano;
- V – Promover discussão regional dos empreendimentos de iniciativa privada ou pública, geradores de impacto urbano;
- VI – Subsidiar as ações da SPM (comissões, projetos, estudos), promovendo intercâmbio de informações sobre as Regiões de Planejamento;
- VII – Assessorar o Conselheiro Regional.

VIII – Disponibilizar aos Delegados, após a aprovação, o texto das atas das reuniões do Fórum.

CAPITULO II – DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 7º. As reuniões ordinárias realizar-se-ão uma vez por mês e, em caráter extraordinário, quando o Fórum assim deliberar, mediante convocação com pelo menos 5 dias de antecedência e informação prévia sobre a pauta dos trabalhos.

Parágrafo único: Na primeira reunião ordinária serão eleitos o primeiro e segundo secretários, aos quais incumbe redigir as atas dos trabalhos, zelar, em conjunto com representante da SPM, pela boa guarda de documentos e colaborar para o bom desenvolvimento das reuniões do Fórum.

Art. 8º. As reuniões do Fórum obedecerão, basicamente, à seguinte ordem:

- a) - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- b) - comunicações, pela ordem de inscrição, com limite de 2 minutos para cada delegado;
- c) - relato do coordenador sobre as últimas reuniões e decisões do CMDUA;
- d) – leitura da pauta da reunião em curso e verificação de “quorum”;
- e) – exame e votação dos assuntos em pauta;
- f) – definição das linhas básicas da pauta para a próxima reunião;
- g) – encerramento.

Art. 9º. As reuniões do Fórum Regional de Planejamento serão públicas, sendo permitida a livre manifestação dos presentes, respeitada a ordem de inscrição, que deverá ser requerida à coordenação dos trabalhos.

Parágrafo único: Os participantes não delegados poderão usar da palavra para debater, discutir e sugerir, mas não terão direito a voto.

Art. 10. O “quorum” mínimo exigido para **votação** dos processos deliberativos será de 30 membros (delegados e entidades) do Fórum Regional de Planejamento.

Art. 11. As matérias serão aprovadas por maioria dos presentes, observando o quorum estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo único: Cada delegado do FRP pode exercer um voto único, não podendo representar ao mesmo tempo a comunidade e uma entidade.

Anexo 3

DECRETO Nº 14.530, de 14 de abril de 2004.

Dispõe sobre as Áreas Especiais de Interesse Cultural previstas no art. 92 do PDDUA, explicita parâmetros para aprovação de projetos nas respectivas áreas, bem como dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a conclusão do estudo desenvolvido pelo Município de Porto Alegre em parceria com o Centro Universitário Ritter dos Reis, visando à delimitação e à definição do regime urbanístico das Áreas Especiais de Interesse Cultural, em cumprimento ao disposto no PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental; considerando que as desejáveis condições de preservação previstas pelo § 3º do art. 92 do PDDUA a serem apresentadas no Estudo de Viabilidade Urbanística, são explicitações técnicas que podem, por cautela, serem adotadas desde já,

D E C R E T A:

Art. 1º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se Áreas Especiais de Interesse Cultural todas as identificadas no Anexo 3 do PDDUA.

Art. 2º Para fins de cumprimento do § 3º do art. 92 do PDDUA, o Estudo de Viabilidade Urbanística nas Áreas Especiais de Interesse Cultural deve observar o regime urbanístico proposto pelo estudo desenvolvido pelo Município de Porto Alegre em parceria com o Centro Universitário Ritter dos Reis.

Art. 3º Os projetos, em tramitação, mesmo com o Estudo de Viabilidade Urbanística já aprovado, devem ser reexaminados a fim de verificar se estão de acordo com o estudo referido no art. 2º.

Art. 4º Não serão expedidas licenças para demolição de imóveis inseridos nas Áreas Especiais de Interesse Cultural antes da verificação de que o projeto aprovado e licenciado está de acordo com o estudo a que alude este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 14 de abril de 2004.

João Verle,

Prefeito.

Carlos Eduardo Vieira.

Secretário do Planejamento Municipal.

Registre-se e publique-se.

Jorge Branco,

Secretário do Governo Municipal

Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/dec14530.htm>

Anexo 4



Protesto no bairro Petrópolis fonte:<http://poavive.wordpress.com/>

Anexo 5

ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE CULTURAL: ARREDORES DA PRAÇA BURI

Quem sobe a Felipe de Oliveira chega num platô próximo à praça da caixa d'água. Nota-se a presença de casas construídas nas décadas de quarenta e cinquenta e a arborização das ruas, com cinamomos remanescentes da época do loteamento dessa área e várias árvores frutíferas nas calçadas: ameixeiras, pitangueiras, amoreiras, cerejeiras e até abacateiros. Os passarinhos fazem a festa.

Em algumas ruas, como a Prof. Langendonck, predominam velhos jacarandás, cobertos de epífitas, de folhas variegadas e flores rosadas. Essas velhas árvores dão abrigo para várias espécies vegetais, insetos e passarinhos. Se passarmos a pé, podemos ter a atenção chamada por um toc-toc insistente: o olhar que percorre os galhos altos terá a alegria de encontrar um enérgico pica-pau de crista vermelha cavando sua refeição.

De manhã cedo já surgem os caminhantes amigos da saúde, com seus tênis e bermudas. Solitários, aos pares ou em trios de senhoras álacres, de faces animadas pelo exercício. Vêm também os fiéis companheiros, peludos, saltitantes, pequenos ou grandalhões, parando em cada portão para saudar exageradamente os amigos que não têm a sorte de ter um dono marchador que os leve à rua pela coleira. Eles latem, pulam, fazem espetáculo. É Petrópolis, de manhã.

Logo, o pessoal volta da padaria, com o pão quentinho anunciando o perfume do café. Parece que estamos no interior, voltamos no tempo?

Não, é nosso bairro. É Petrópolis.

Um pouco mais tarde chegam os bebês à pracinha. As mães (ou papais, pois há vários deles, bem atentos e gentis) embalam os maiores no balanço. O calor aumenta e todos se recolhem.

Quantas crianças já passaram por essa praça... A caixa d'água tão característica, agora sem água, ainda tem uma importante função, ser um marco para o morador e para o passante. Uma referência para quem chega, uma lembrança querida pra quem cresceu por aqui.

Lá pelos anos trinta, aqui ainda era a Chácara Santa Casa – adquirida da Irmandade da Santa Casa, que por sua vez a havia recebido por doação testamentária. A imobiliária, Schilling, Kuss e Cia., iniciou o loteamento do bairro justamente nessa área, que ia da Farias Santos à Protásio Alves, descendo pela Felizardo Furtado e voltando pela Ferreira Viana.

O cronista Ary Veiga Sanhudo recorda que em 1933, prestando o serviço militar, executou manobras de campanha na “colina de Petrópolis, mais ou menos aí pelo local onde hoje se encontra a moderna caixa d'água, precisamente ao lado da pequena e interessante Praça Buri”.

Agora, no miolo dessa área, como se vê nos mapas, foi delimitada uma Área de Interesse Cultural, reconhecendo sua singularidade, a paisagem e a memória do lugar. Quando tempo passará até que os vereadores a protejam com a força da lei? Ela vem sofrendo agressões importantes. Quais vereadores sairão em sua defesa?

Você, morador, reconhece outros lugares especiais no bairro? Sabia que é possível incluí-los na relação das Áreas de Interesse Cultural, com direito a proteção e maior cuidado nas intervenções urbanísticas?! Basta fazer a solicitação no Fórum da Região de Planejamento 1, ligada à Secretaria do Planejamento ou diretamente à Câmara de Vereadores. Depois, é aguardar pelo parecer técnico que apreciará a solicitação. Não hesite, ajude a cuidar do que você conhece bem e valoriza. Quem melhor conhece o bairro são os moradores.

Janete Barbosa – Movimento Petrópolis Vive

(Texto publicado no Jornal Mais Petrópolis na edição de Abril de 2004.)

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2007/10/07/voce-notou-que-essa-area-e-especial/>



Foto da Praça da “Caixa D’agua” na Felipe de Oliveira, Bairro Petrópolis.

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2007/10/07/voce-notou-que-essa-area-e-especial/>

Anexo 6

**Porto Alegre
pode mudar**

Se você participar

Audiência Pública para Revisão do Plano Diretor
26 de maio, 8h da manhã, Salão de Atos - UFRGS

MOVIMENTO PORTO ALEGRE VIVE

Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus - Associação dos Moradores da Cidade Baixa - Associação dos Moradores da Rua Demétrio Ribeiro - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Três Figueiras - Associação dos Moradores do Bairro Chácara das Pedras - Associação do Bairro Higienópolis - Associação de Moradores do Bairro Ipanema - Associação Comunitária do Jardim Isabel - Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Vila Assunção, Vila Conceição e Pedra Redonda - Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista e Mont Serrat - Associação dos Moradores do Bairro Sétimo Céu - Associação Morro do Osso - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência - Instituto Chega de Violência - Movimento Higienópolis Vive - Movimento Menino Deus Vive - Movimento PetrópolisVive - Movimento Viva Gasômetro - União Pela Vida - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural/AGAPAN - Aliança Solidária pela Cidadania, Vida e Liberdade - Instituto Cultural Educacional Dr. Roberto Pellin - ICOMOS/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-RS-Brasil - Núcleo Amigos da Terra/Brasil.

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/>

Anexo 7



Revisão do Plano Diretor da cidade, audiência do dia 26 de maio de 2007.

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/>

Anexo 8

Excelentíssimo Senhor Vereador,

Hoje, quando se discute a reavaliação do PDDUA, nossa cidade continua a viver um período de surrealismo. Enquanto recebemos informações diárias sobre os efeitos do aquecimento global, nós, aqui na província, incrementamos a Verticalização dos Prédios e a densidade habitacional dos bairros. Por consequência, aumenta-se os cortes de árvores. Corta-se freneticamente, como nunca ocorreu. Isto é insano, pois mesmo que se façam “compensações” a plantar outras tantas, em 30 anos, jamais será alcançada a atividade de uma planta adulta que hoje ajuda a manter os níveis razoáveis de emissão de CO₂ na atmosfera.

O que mais precisamos é de árvores para filtrar o CO₂, e, não é para daqui 30 ou 50 anos, é para Já!!!!!!!!!!!!

Sabe-se que os efeitos do aquecimento global aumentarão com o passar do tempo se não forem estancadas todas as ações de degradação ambiental. Esta é uma trajetória sem volta, pois faltam poucos anos para que a situação se torne irreversível. Portanto, todo e qualquer corte de árvore deverá ser proibido, Já!!!!!!!!!!!!!!

Além disto, Porto Alegre está centrada no Paralelo 30. Poucos sabem o que isto representa. Nesta ampla região, se encontra a mais rarefeita camada de Ozônio. Quer dizer: aumento considerável da temperatura, câncer de pele, Isto já está provado por pesquisadores nacionais, e, incrível: aqui de Porto Alegre. Da PUC e da FFCMPA (Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre).

Porto Alegre foi projetada para ser amplamente arborizada, com uma característica muito peculiar, formando Túneis Verdes. Esta é uma marca muito nossa. Só quem mora num ambiente com estas características pode sentir a diferença em relação ao Centro de nossa cidade, uma selva de pedra.

Portanto, verticalizar prédios, significa aquecer mais e mais o meio ambiente, pois os prédios que ultrapassam a altura das árvores funcionam como placas captoras de energia solar. Se considerarmos que Porto Alegre possui uma elevada taxa de Umidade Relativa do Ar, incrementando-se este efeito às altas temperaturas, temos, certamente, uma situação tremendamente insuportável no

verão. Basta verificar as estatísticas históricas. Para sobreviver a isto, nos resta utilizar o Condicionamento de Ar. Quando temos que economizar energia, ao contrário, estaremos gastando ainda mais.

Na verdade, precisamos de ilhas urbanas no meio de florestas, e, não o contrário. Esta é a receita para sobreviver aos próximos escaldantes anos.

Convidem pesquisadores, cientistas e técnicos a participarem de eventos relativos a Meio Ambiente e Planejamento Urbano, pois estarão mostrando à população de nossa capital um outro tipo de fazer política, com responsabilidade não só municipal, mas global, com visão para o futuro, para a maioria e não para uma minoria, para as novas gerações.

Para complementar o relato, seguem abaixo, artigos que se referem aos argumentos apresentados.

Paulo Vencato

Engenheiro Civil

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2007/10/01/a-insanidade-urbana-de-porto-alegre/>

Anexo 9

PARTICIPAÇÃO POPULAR DESEJÁVEL E COM RESPONSABILIDADE

Prezado Secretário José Fortunati

Nas duas primeiras semanas de maio tivemos uma troca elegante de correspondência. Ao tom de cavalheirismo e civilidade que emprestamos às palavras naquela oportunidade invoquei o comportamento firme e leal que V.Exa. sempre apresentou nos gramados de futebol. Silenciei depois dos episódios, de triste lembrança, ocorridos na Audiência Pública do dia 26 de maio de 2007. Silêncio revelador da minha frustração com o que antecipadamente sabia que iria acontecer e agora permita-me modestamente dizer: NÃO FOI POR FALTA DE ADVERTÊNCIA!!

Respeitosamente venho novamente manifestar minha apreensão, meu desconforto e desapontamento pela forma como a Secretaria do Planejamento Municipal mais uma vez está divulgando e “promovendo” para o porto-alegrense a eleição do Conselho do Plano Diretor. Mudou o governo mas repete-se o equívoco.

Marcada para o dia 15/10/2007 torna-se incompreensível, entre as exigências de credenciamento para votar, o fato de que uma população estimada em mais de 400.000 pessoas deverá se dirigir ao 1º. andar do Mercado Público nos dias 25 e 26 de setembro entre às 10 e 20 horas. E se todos resolverem comparecer? Haverá recepcionistas suficientes para inscrever todo mundo? Haverá tempo ou dois dias serão insuficientes para absorver toda a demanda? Todos sabemos que não, e parece que nada aprendemos com os episódios de maio!

Pela maneira como se prepara para credenciar esta população, temos a sensação de que a SPM não cogita da presença de muita gente e assim procedendo parece não querer a plena e efetiva participação popular. Fosse diferente trataria de, em tempos de internet, de vida agitada repleta de compromissos, facilitar o credenciamento e democratizar a votação. Da forma como está posto, somos levados a concluir que a Secretaria do Planejamento está facilitando as inscrições para quem tem outros interesses muito diferentes do que garantir uma cidade para todos. Ainda podemos modificar este panorama e, para tal, tomo a liberdade de apresentar-vos o modelo de Paris.

(CONSTRUIRE AVEC VOUS L'AVENIR DE PARIS DONNEZ VOTRE AVIS)

Construindo com você o futuro de Paris: Aceitamos sugestões

Com este título, a prefeitura de Paris decidiu revisar o seu Plano Diretor (Plan Local d'Urbanisme ou PLU), e convocou toda a população para ajudá-la nesta tarefa. Para tal em 2001 enviou a cada residente um documento convidando os seus moradores a participar ativamente na sua elaboração e acrescentou:

“Essentiel, il se doit d'être le fruit d'une réflexion approfondie et, surtout, collective” ou seja: “É essencial que seja fruto de uma profunda reflexão, sobretudo, coletiva”.

Em 18 páginas cada morador da cidade, repetindo, CADA MORADOR DA CIDADE, foi instruído e convidado a dar sua opinião sobre a paisagem urbana, o patrimônio, a vegetação, a arquitetura, a circulação de veículos, o comércio, a habitação, os desassistidos, a criação de empregos, a construção de novos bairros, etc. Além disso CADA MORADOR recebeu um questionário com todas as instruções para responder sobre todos os itens acima e entregar as suas considerações NÃO NUM ÚNICO LUGAR mas num dos 121 “conseils de quartier”. Quem assim não desejasse poderia fazê-lo pela internet acessando o site www.paris.fr ou esclarecer dúvidas pelo tel: 08 2000 75 75 muito ao contrário do que acontece aqui em Porto Alegre.

Durante 5 anos CADA MORADOR acompanhou pari-passu tudo que dizia respeito ao PLU, seja pela internet, seja por correspondência enviada pela prefeitura seja diretamente nos “conseils de quartier”.

Secretário, tentativas como estas certamente modificariam as já claras manifestações de suspeita que começam a crescer junto ao cada vez mais numeroso grupo de cidadãos deste cidade que as interpretam como tentativa de favorecimento a corporações envolvidas até o pescoço na aprovação de medidas que só visam o lucro. Já se espera novamente uma brutal mobilização destas entidades (não preciso novamente recordar-vos dos episódios de 26 de maio) contra a manifesta vontade das comunidades. Usam a palavra chave MERCADO para promover seus lucros, esquecidos que estão de paradigmas estabelecidos por um Plano Diretor que tenha bom senso e interesses coletivos.

Fique atento Secretário!

Atenciosamente,

João Paulo Silveira Fagundes

Médico e Membro do Porto Alegre Vive

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2007/09/27/carta-ainda-sem-resposta/>



Protesto na Prefeitura de Porto Alegre 2007

Anexo 10



Pontal do Estaleiro fonte: Google

Anexo 11



Você pode perder esta vista se não fizer nada!

A orla do Guaíba está ameaçada!

Junte-se a nós na mobilização para salvar a orla.

Quando: 4 de outubro, a partir das 15h

Onde: Gasômetro

Para maiores informações sobre o assunto, visite o blog: <http://poavive.wordpress.com>

Faça a sua parte: **DEFENDA** a Orla do Guaíba.

Parque SIM



Espigão NÃO!

Participe!

Não permita que alterem a Lei!

Estas entidades são contrárias ao projeto Pontal do Estaleiro:

•AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural •Amigos da Rua **Gonçalo de Carvalho** •AMABI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência •Movimento **Viva Gasômetro** •Associação **Moinhos Vive** •AMBI - Associação dos Moradores do Bairro Ipanema •AMA - Associação dos Moradores da Auxiliadora •CCD - Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vilas Conceição e Assunção •CMVA - Conselho Gestor dos Moradores da Vila Assunção •DEFENDER - Defesa Civil do Patrimônio Histórico •Associação dos Moradores da **Cidade Baixa** •Associação de Moradores do **Centro de Porto Alegre** •ASCOMJIP - Associação Comunitária Jardim Isabel Ipanema •AMOBELA - Associação dos Moradores da Bela Vista •CEUCAB/RS - Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do RS •AMSC - Associação dos Moradores do Sétimo Céu •Movimento **Petrópolis Vive** •UPV - União Pela Vida •ONG **Solidariedade** •Movimento **Higienópolis Vive** •AMACHAP - Associação dos Moradores do Bairro Chácara das Pedras •Instituto **BIOFILIA** •InGá Estudos Ambientais •NAT/Brasil - Núcleo Amigos da Terra

Atenção!

Divulgue "boca-a-boca"

O Pontal do Estaleiro não é um projeto isolado, é a primeira manifestação de uma nova lógica de apropriação da cidade.

Nela, **poucos ganham e a maioria perde**. O Plano Diretor está em revisão e com sua discussão suspensa. Se os *projetos especiais* forem aprovados e executados, antes da revisão, esta "nova" realidade será o ponto de partida para o planejamento da cidade.

Abrace esta luta!

A cidade é de todos nós. É a cidadania que a constrói e ao "Poder Público" compete servi-la. Exija maiores explicações. Manifeste-se, participe, divulgue, **abraça esta causa**.

O projeto Pontal é só a "ponta do iceberg"

A **Lei Complementar 470** veda o uso residencial, a atividade industrial e a localização de depósitos, preservando o espaço para atividades de interesse cultural. Permite a construção até quatro pisos, o que não altera de forma significativa a volumetria do prédio que lá existe. Após anos de abandono da área, sem que o Poder Público exigisse do proprietário o cumprimento da **Função Social da Propriedade** (LC. 312) e nem mesmo do **Código de Posturas** (LC. 12), o empreendedor, BM PAR, requer dos vereadores a alteração desta lei. Alega o empreendedor, que os limites do regime urbanístico instituído pela lei 470, não garante o **lucro necessário**, para que seja um "bom negócio".

A alteração proposta para a lei permitirá o uso residencial e comercial, assim como a altura de 43m.

Os prédios, caso a lei seja alterada, serão da **altura do morro!**

Abaixo-assinado na Internet: <http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/1571>

PARTICIPE **FÓRUM**
MUNICIPAL DE ENTIDADES
Porto Alegre

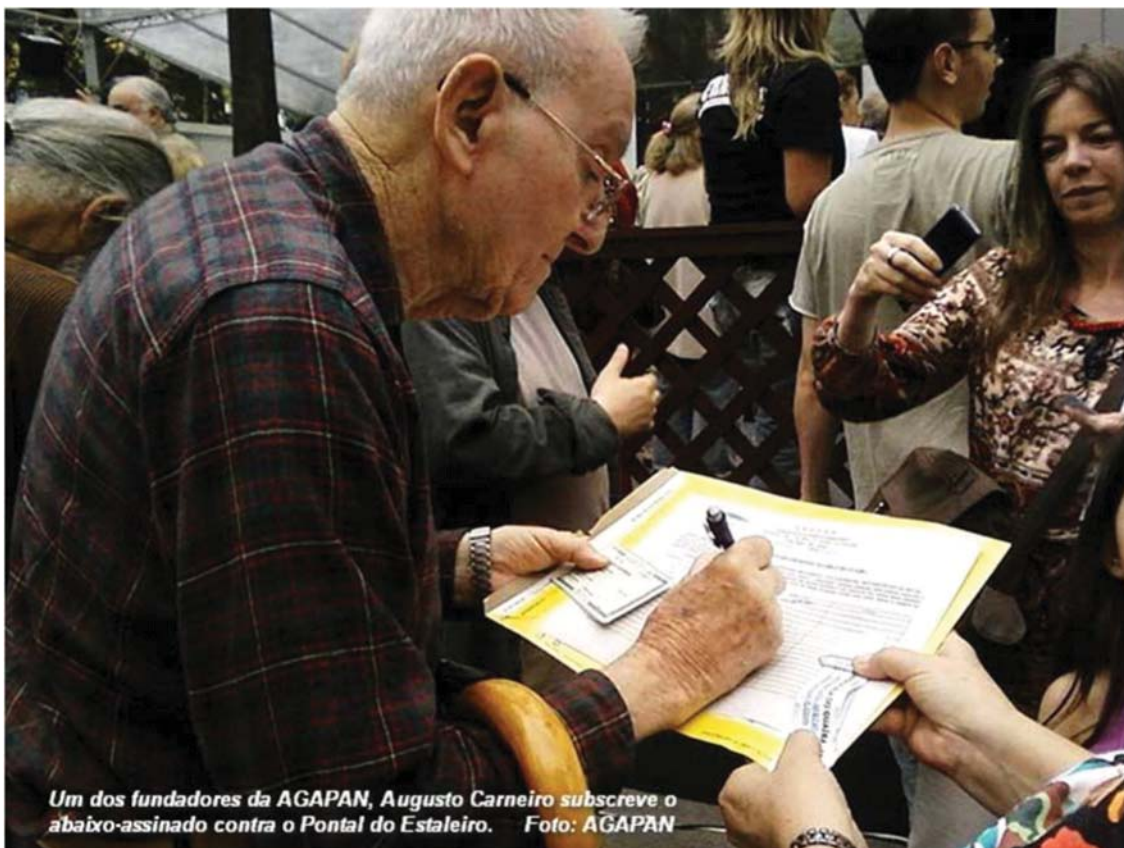
Endereços eletrônicos: forumpoa@ymail.com - forumpoa@gmail.com

Anexo 12



Protesto na Usina do Gasômetro 04/10/2008

Fonte: <http://poavive.wordpress.com>



Um dos fundadores da AGAPAN, Augusto Carneiro subscreve o abaixo-assinado contra o Pontal do Estaleiro. Foto: AGAPAN

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/>





Audiência Pública sobre o Projeto do Pontal do Estaleiro na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Fonte: <http://agapan.blogspot.com.br/>

Anexo 13



Palestra

Pontal do Estaleiro

Questões sociais, legais, ambientais e políticas

Palestrante:

Filipe Oliveira

Prof. de Física, Engenheiro, Urbanista, Ambientalista, Consultor de Imóveis, fundador do Grupo Educacional Unificado, membro do Movimento Porto Alegre Vive, da Associação dos Moradores da Chácara das Pedras, do Fórum Municipal de Entidades, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental e do Partido Verde.

Data e horário: **28/10/2008, às 18h30**

Local: **Fabico/UFRGS**

Rua Ramiro Barcelos, 2705 – Santana
Campus Saúde (próximo ao Planetário)

Apoio:

Fórum
Municipal de
Entidades



FABICO/UFERS

Anexo 14



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO PREFEITO



Of. nº 1012 /GP.

Paço dos Açorianos, 09 de dezembro de 2008.

Senhor Presidente:

VETO TOTAL

Comunico a Vossa Excelência e seus dignos Pares que, usando das prerrogativas que me conferem o inciso III do artigo 94 e o § 1º do artigo 77, todos da Lei Orgânica Municipal, decidi VETAR o Projeto de Lei Complementar nº 006/2008, desse Legislativo, que classifica como empreendimento de impacto de segundo nível o projeto de revitalização urbana do trecho da Orla do Guaíba na UEU 4036, denominado Pontal do Estaleiro, e dá outras providências.

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei em comento refere-se a projeto de revitalização urbana no trecho da Orla do Guaíba que se convencionou chamar de "Pontal do Estaleiro", e que, sob a proposta de qualificação da paisagem urbana, intenta classificar o anexo da proposição como empreendimento de impacto de segundo nível, conferindo-lhe características peculiares e possibilitando, em suma, a destinação da área para edificações residenciais, desde que protegidas contra eventuais cheias do Guaíba.

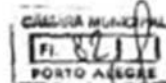
VETO TOTAL

Câmara Municipal de Porto Alegre	
Recebido no Setor de Protocolo	
18/12/2008	
Em 09, 12, 08	

A Sua Excelência, o Vereador Sebastião Melo,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO PREFEITO



Não há que discutir, uma vez que o presente Projeto de Lei está sendo enviado a essa Colenda Casa Legislativa, eventual inorganicidade e vício de iniciativa no Projeto de Lei Complementar nº 006/08, face às disposições insertas no art. 62, § 2º, do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. As razões fundantes do presente veto vincula-se à vontade manifestada pela maioria dos senhores vereadores, invocando a necessidade de promover consulta à população sobre tema tão relevantes para a cidade.

A par de manifestações de apoio à proposição, foram inúmeras também as manifestações em seu desfavor, razão pela qual, dado o conteúdo acalorado da polêmica encetada, faz-se necessário, devolver o conhecimento da matéria à soberania popular, na forma de referendo, conforme previsto pelos artigos 97, inciso III, e 99 da Lei Orgânica do Município.

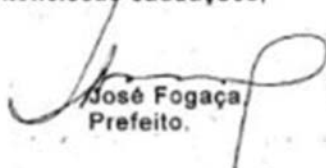
Como já é do conhecimento de Vossa Excelência e de seus nobres Pares, vários segmentos da sociedade civil organizada atuantes na temática urbano-ambiental deste Município externaram suas posições com relação ao projeto em comento, posições estas que permitimo-nos não repisar, a fim de evitar desnecessária tautologia.

Contudo, impende observar que as posições lançadas no curso dos debates, por apresentarem-se incontendivelmente contraditórias, não permitiram que fosse verificado claro consenso na opinião pública ou mesmo uma tendência predominante de maioria.

O forte dissenso gerado na sociedade porto-alegrense aliado à própria sugestão dessa Colenda Casa Legislativa em correspondência datada de 4 de dezembro de 2008, leva-nos, então a vetar totalmente o Projeto de Lei Complementar nº 006/08 e, na mesma ocasião, remeter a essa Câmara de Vereadores projeto de lei com o mesmo objeto, mas cuja validade e eficácia restem condicionadas à ratificação popular na forma de referendo, a ser convocado por este Poder Público.

São estas, Senhor Presidente, as razões de VETAR o Projeto de Lei Complementar nº 006/08, esperando reexame criterioso dessa Casa, com acolhimento do Veto ora apresentado.

Atenciosas saudações,


José Fogaça
Prefeito.

Of .nº 1013/GP.

Paço dos Açorianos, 9 de dezembro de 2008.

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência e a seus dignos Pares, Projeto de Lei Complementar que “Introduz alterações nos usos permitidos para a Subunidade 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 4036 e dá outras providências.”

A proposta de qualificação do espaço urbano conhecido como Pontal do Estaleiro constituiu-se em um dos mais acalorados debates levados a efeito no Parlamento Municipal neste ano de 2008. Assim, o consabido dissenso lançado pelos setores atuantes na temática urbano-ambiental aliado à sugestão desta Colenda Câmara de Vereadores, levou-me, nesta data, a vetar totalmente o PLCL nº 06/2008, face à impossibilidade de verificar, neste momento, claro consenso da comunidade porto-alegrense em torno do tema, ou mesmo qual a tendência predominante a respeito das questões postas em causa.

Assim, na mesma oportunidade em que veto totalmente o retrorreferido Projeto de Lei, envio-lhe o Projeto em anexo que cuida do mesmo objeto, mas devolve a proposição para deliberação popular na forma de referendo, a ser convocado por este Poder Público.

Ninguém desconhece que a Orla do Guaíba é um dos maiores patrimônios de cunho paisagístico natural e cultural da cidade de Porto Alegre, devendo sua ocupação ser criteriosa, para fins de promover um desenvolvimento urbano com qualidade ambiental.

Destarte, a presente proposição tem por objeto introduzir alterações nos usos permitidos para a subunidade 03 na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 4036, conferindo-lhe características peculiares e possibilitando a destinação para edificações residenciais.

2

A Sua Excelência, o Vereador Sebastião Melo,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Partindo das premissas de desenvolvimento urbano-ambiental sustentável, os empreendimentos decorrentes da proposição deverão, obrigatoriamente,

ser precedidos da elaboração de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), bem como da execução de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA). Tais estudos, por óbvio, apontarão as medidas mitigadoras e compensatórias necessárias à espécie e acautelatórias do interesse público.

Insta registrar que a aprovação do presente projeto de lei acarretará uma ocupação sustentável e de acesso público, uma vez que a faixa de terreno localizada entre a matrícula existente e o Guaíba será caracterizada com um parque urbano com uso público e acesso irrestrito à orla, garantindo-se, portanto, acessibilidade universal à Orla do Guaíba.

Desta forma, uma vez ratificada pela soberania popular, na forma do referendo previsto no artigo 6º do Projeto, a proposição poderá atingir seus necessários desígnios de qualificação das áreas que se localizam às margens do Guaíba e que se constituem nos mais valiosos espaços naturais e paisagísticos desta Capital.

São as considerações que faço, submetendo à análise dessa Casa, esperando a devida aprovação.

Atenciosamente,
José Fogaça,
Prefeito.

3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Introduz alterações nos usos permitidos para a Subunidade 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 4036 e dá outras providências.

Art . 1º Os projetos e os empreendimentos a serem executados na Subunidade 3 da Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 4036 deverão adequar-se às disposições da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e às normas relativas ao parcelamento do solo e observar as disposições desta Lei Complementar.

§ 1º O projeto de parcelamento do solo deve especificar e dimensionar a área total privativa, assim como os lotes a serem alienados.

§ 2º As áreas dos logradouros a serem transferidas ao Município de Porto

Alegre, bem como os lotes privativos, conforme disposições da legislação do parcelamento do solo, deverão ser apresentadas em planta própria, para fins de registro cartorial.

§ 3º Quando os projetos e os empreendimentos de que trata o “caput ” deste artigo contemplarem a implantação de loteamentos, esses deverão contar com os seguintes equipamentos públicos devidamente urbanizados conforme determina a legislação:

I – as vias públicas;

II – as obras de proteção contra cheias do Guaíba; e

III – as áreas de praças e o trapiche;

§ 4º Poderá haver Transferência de Potencial

Construtivo entre os lotes sobre os quais seja proposto o projeto.

Art . 2º Ficam permitidas edificações, cujas atividades sejam classificadas nos itens 1.1 e 1.2 do Anexo 5.2 da Lei Complementar nº 434, de 1999, na Subunidade 03 da Unidade de Estruturação Urbana 4036.

§ 1º A implantação de edificações e atividades na Subunidade 03 da Unidade de Estruturação Urbana 4036 deverá ser objeto de Estudo de Viabilidade Urbanística – EVU, que será analisado após elaboração, avaliação e aprovação de EIA/RIMA, os quais deverão apontar todas as medidas mitigadoras e compensatórias necessárias à implementação do empreendimento, especialmente, as que dizem respeito à circulação viária e à proteção ambiental.

§ 2º Sem prejuízo das demais contrapartidas exigidas pela legislação vigente, caberá ao empreendedor a instalação de sistema de proteção da subunidade de que trata o art. 1º contra eventuais cheias do Lago Guaíba.

§ 3º O esgoto cloacal decorrente de todo o empreendimento será obrigatoriamente tratado pelos empreendedores, se o Poder Público não possuir rede para tratamento à época da aprovação do projeto urbanístico.

Art . 3º A área de proteção permanente e a faixa de terreno localizada entre matrícula existente e o Lago Guaíba serão caracterizadas como um parque urbano, com uso público e acesso irrestrito à orla do lago e será urbanizada pelo empreendedor, conforme projeto a ser aprovado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM, Grupo de Trabalho da Orla Guaíba da Secretaria Municipal de Planejamento – SPM e Secretaria Especial de Acessibilidade e Inclusão Social – SEACIS.

Art . 4º A eficácia dos dispositivos desta Lei fica condicionada à sua aprovação, por maioria simples, em referendo a ser convocado pelo Poder Público e homologado pela Justiça Eleitoral, na forma do art .14, inc. I I, da Constituição Federal e do art . 97, inc. II I, e art . 99 da Lei Orgânica do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE,

José Fogaça,

Prefeito.

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2008/12/10/prefeito-vetou/>

Anexo 15

Distribuição de mais 30 urnas:

Áreas da região da Orla:

BELÉM NOVO, CRISTAL, CENTRO, ESPÍRITO SANTO, FLORESTA, GUARUJÁ, HUMAITÁ, IPANEMA , LAMI, NAVEGANTES , PONTA GROSSA, SERRARIA, TRISTEZA

Bairros próximos /relação com o Rio:

INDEPENDÊNCIA, AZENHA, BOM FIM, CAMAQUÃ, FARROUPILHA, HÍ-PICA, SANTA TEREZA.

Fonte: Site da Prefeitura de Porto Alegre disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=112727&POPULACAO+DEFINE+NO+DOMINGO+O+FUTURO+DO+PONTAL+DO+ESTALEIRO

Anexo 16



ao projeto Pontal do Estaleiro

O projeto prevê a construção de um complexo arquitetônico (6 prédios) com altura de 43 metros na área do antigo Estaleiro Só.

Cada prédio terá volume semelhante ao nosso Hospital das Clínicas.

1 - Questão Ambiental

Se aprovado, causará grande impacto ao ambiente natural da região. As construções formarão uma barreira artificial impedindo a passagem dos ventos para a cidade e da luz do sol para a vizinhança, além do grande aumento da produção de esgoto cloacal que na região é ligado ao pluvial.

2 - Questão Urbanística

O projeto trará problemas de trânsito pela Av. Padre Cacique, que já terá aumento de fluxo de automóveis pela inauguração do Barra Shopping Sul a partir de outubro.

3 - Vocação da Orla

Lazer e recreação   a voca o de qualquer orla no mundo. A constru o do empreendimento inviabilizaria a implanta o de um grande Parque, que   um anseio da popula o, independente de classe social. A Orla do Guaiba pertence a toda popula o da cidade. As orlas são ** reas de Prote o Permanente**. Não podem estar acessiveis apenas aos moradores e freqüentadores dos estabelecimentos ali localizados, o belo pôr-do-sol e a vista do nosso Guaiba.

4 - Questão  tica e Legal

O empreendedor quando adquiriu o terreno em leilão, pagou um valor mais baixo por estar impedida **por lei municipal** a constru o de prédios residenciais na  rea. Agora quer que se mude a lei para auferir maiores lucros. Caso a lei seja alterada, o município estará sendo irresponsável com as pessoas que morar o ali, pois   área com risco de enchentes e negligente, anti- tico e desrespeitar  a legisla o, sacrificando o bem-estar da maioria da popula o para favorecer a ganância de uma minoria.

Participe! Não permita que alterem a Lei!

• AGAPAN - Associa o Gaúcha de Prote o ao Ambiente Natural • Amigos da Rua Gonalo de Carvalho • AMABI - Associa o dos Moradores e Amigos do Bairro Independência • Movimento Viva Gasômetro • Associa o Moinhos Vive • AMBI - Associa o dos Moradores do Bairro Ipanema • AMA - Associa o dos Moradores da Auxiliadora • CCD - Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vilas Conceio e Assuno • CMVA - Conselho Gestor dos Moradores da Vila Assuno • DEFENDER - Defesa Civil do Patrimônio Histórico • Associa o dos Moradores da Cidade Baixa • Associa o de Moradores do Centro de Porto Alegre • ASCOMJIP - Associa o Comunitária Jardim Isabel Ipanema • AMOBELA - Associa o dos Moradores da Bela Vista • CEUCAB/RS - Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do RS • AMSC - Associa o dos Moradores do Sétimo C u • Movimento Petrópolis Vive • UPV - União Pela Vida • ONG Solidariedade • Movimento Higienópolis Vive • AMACHAP - Associa o dos Moradores do Bairro Chácara das Pedras • Instituto BIOFILIA • InGá Estudos Ambientais • NAT/Brasil - Núcleo Amigos da Terra

FRENTE do NÃO

- AGAPAN – ASSOCIAÇÃO GAUCHA DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL

- AMA – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA AUXILIADORA DE PORTO ALEGRE

- AMBI – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO IPANEMA

- ASCOMJIP – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM ISABEL

- AMOVITA – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JUDAS TADEU

- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CENTRO DE PORTO ALEGRE

- CCD – CENTRO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA TRISTEZA, PEDRA REDONDA, VILA CONCEIÇÃO E ASSUNÇÃO

- NÚCLEO AMIGOS DA TERRA/BRASIL

- ONG SOLIDARIEDADE

- SIMPA – Sindicato Municipários de Porto Alegre

- SINDIBANCÁRIOS – Sindicato dos Bancários

- SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS DO RIO GRANDE DO SUL

- MOVIMENTO EM DEFESA DA ORLA DO RIO GUAÍBA (Integrantes: •AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural •Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho •AMABI – Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência •AMBI – Associação dos Moradores do Bairro Ipanema •ASCOMJIP – Associação Comunitária Jardim Isabel •AMOVITA – Associação dos Moradores da Vila São Judas Tadeu •Associação de Moradores do Centro •Movimento Viva Gasômetro •Associação Moinhos Vive •CMVA – Conselho Gestor dos Moradores da Vila Assunção •Associação dos Moradores da Cidade Baixa •AMOBELA – Associação dos Moradores da Bela Vista •Conselho Popular do Partenon •Conselho de Usuários do Parque Farroupilha •CCD – Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vila Conceição e Assunção •CEUCAB/RS – Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do RS •AMSC – Associação dos Moradores do Sétimo Céu •AMATRÊS – Associação dos Moradores do Bairro Três Figueiras •AMA – Associação dos moradores da Auxiliadora •AMACHAP – Associação dos Moradores do Bairro Chácara das Pedras) •NAT/Brasil – Núcleo Amigos da Terra •ONG Solidariedade)

Com os apoios:

•Casa de Cinema de Porto Alegre •NEJ/RS – Núcleo de Ecojornalistas do RS •Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico •IAB/RS – Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento do RS •Grafar – Grafistas Associados do Rio Grande do Sul •Associação Profetas da Ecologia •Devoção Senhora das Águas •Pastoral da Ecologia •Associação Comunitária do Campo da Tuca •AMFA – Associação de Moradores Fim da Linha do Alameda – Bairro São José •Comissão de Moradores da Rua da Represa – Bairro São José •Associação Clube de Mães Batista Xavier – Bairro Partenon •Associação de Moradores Quinta do Portal – Bairro Lomba do Pinheiro •Associação de Moradores da Vila São Pedro – Bairro Partenon •Associação de Moradores Estrela Cristalina – Bairro Partenon •Associação de Moradores Paulino Azurenha – Bairro Partenon •Pequena Casa da Criança – Vila Maria da Conceição •MEP – Movimento Ecológico Popular.

Protestos na Câmara de Vereadores





Protesto na Câmara de Vereadores de Porto Alegre contra o projeto do Pontal do Estaleiro.

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/>

Anexo 17

Participe!



Orla do Guaíba LIVRE

Para que a ORLA DO GUAÍBA seja para sempre **área de Uso Público** para PARQUES, esporte, lazer, cultura e educação ambiental!!!

Participe da Gravação! Venha com seus amigos!

DATA	LOCAL	HORÁRIO
Dia 1º de Agosto	Usina do Gasômetro /Chaminé	15 horas

Gravação: **Casa de Cinema** de Porto Alegre

DEFENDA A ORLA!

MOVIMENTO EM DEFESA DA ORLA DO RIO GUAÍBA

<http://goncalodecarvalho.blogspot.com> - <http://poavive.wordpress.com> - <http://agapan.blogspot.com>

FRENTE do NÃO

•**AGAPAN** - ASSOCIAÇÃO GAUCHA DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL •**AMA** - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA AUXILIADORA DE PORTO ALEGRE •**AMBI** - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO IPANEMA
 •**ASCOMJIP** - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JARDIM ISABEL •**AMOVITA** - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JUDAS TADEU •**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CENTRO DE PORTO ALEGRE** •**CCD** - CENTRO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA TRISTEZA, PEDRA REDONDA, VILA CONCEIÇÃO E ASSUNÇÃO •**NÚCLEO AMIGOS DA TERRA/BRASIL** •**ONG SOLIDARIEDADE** •**SIMPA** - Sindicato Municipários de Porto Alegre
 •**SINDIBANCÁRIOS** - Sindicato dos Bancários •**SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS DO RIO GRANDE DO SUL** •**MOVIMENTO EM DEFESA DA ORLA DO RIO GUAÍBA** (•Amigos da Rua Gonçalves de Carvalho •**AMABI** - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência •**Movimento Viva Gasômetro** •Associação **Moínhos Vive** •**CMVA** - Conselho Gestor dos Moradores da Vila Assunção •**DEFENDER** - Defesa Civil do Patrimônio Histórico •Associação dos Moradores da **Cidade Baixa** •**AMOBELA** - Associação dos Moradores da Bela Vista •Conselho Popular do **Partenon** •Conselho de Usuários do **Parque Farroupilha** •**CEUCAB/RS** - Conselho Estadual da Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiros do RS •**AMSC** - Associação dos Moradores do Sétimo Cíu •**AMATRÉS** - Associação dos Moradores do Bairro Três Figueiras
 •**AMA** - Associação dos moradores da Auxiliadora •**AMACHAP** - Associação dos Moradores do Bairro Chácara das Pedras •Instituto **BIOFLUXA** - InGá Estudos Ambientais)

Apoios: •**Casa de Cinema** de Porto Alegre •**Defender** - Defesa Civil do Patrimônio Histórico •**IAB/RS** - Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento do RS •**Grafar** - Grafistas Associados do Rio Grande do Sul •Associação **Profetas da Ecologia** •Devoção **Senhora das Águas** •**Pastoral da Ecologia**

Fonte: <http://rsurgente.opsblog.org/2009/07/28/casa-de-cinema-promove-gravacao-publica-em-defesa-da-orla-do-guaiba/>

Anexo 18



DEFENDA A ORLA!

MOVIMENTO EM DEFESA DA ORLA DO RIO GUAÍBA

Porto Alegre, 1º de junho de 2009.

Sr. Coordenador:

Dirigimo-nos, respeitosamente, a esta Coordenação da Consulta Pública sobre o Projeto Pontal do Estaleiro, com o objetivo de buscar mais nitidez no entendimento do processo em curso e registrar algumas considerações.

O Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba é constituído por diversas organizações, muitas das quais também integram o Fórum de Entidades da Câmara Municipal, órgão colegiado de participação popular na revisão do PDDUA. Cabe registrar, que não concordamos com a metodologia de consulta encaminhada pela Câmara Municipal, que rebaixa o direito constitucional da cidadania ao Referendo. Neste aspecto, concordamos com o Prefeito, na redação original do projeto de lei.

Sabedores, pelas páginas dos jornais, do conteúdo da pergunta que será feita na Consulta Pública de 23 de agosto, relativa à Lei Complementar 614, causou-nos estranheza a referência à Lei Complementar 470, que não é objeto da Consulta.

Considerando que o nível de informação da opinião pública sobre a legislação municipal é precário, a confusão de leis na cédula tornaria ainda mais difícil a compreensão. Além do que, na forma como foi veiculada pela imprensa, a consulta sobre uma lei estará referendando à outra.

Outro aspecto a ser considerado é a composição e a estrutura da Comissão Coordenadora do processo de Consulta Pública. Vários aspectos nos instigam: é estranho que um processo de consulta popular sobre um projeto de lei seja coordenado pelo próprio proponente; a Câmara Municipal, responsável pela legislação, não integra a comissão; o Fórum de Entidades, órgão oficial de participação popular na revisão do PDDUA, não foi convidado. A Consulta Pública não poderia ser coordenada pelo Executivo Municipal, proponente do projeto de lei e nem pela Câmara Municipal, que aprovou o projeto com mais de 2/3 dos votos, outro ente público deveria ser chamado a coordenar o processo.

Encaminhamos estas considerações críticas, com o fito de contribuir para o andamento da Consulta Pública de uma forma imparcial e republicana, onde o principal objetivo seja o exercício da cidadania.

Atenciosamente,

Coordenação do Movimento em Defesa da Orla do Rio Guaíba
Ao Coordenador da Consulta Pública sobre o Pontal do Estaleiro
MD Vice-Prefeito José Fortunati
Em mãos

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2009/06/26/carta-ao-vice-prefeito/>

Anexo 19





Fonte: <http://poavive.wordpress.com/>

Anexo 20



Publicado no Jornal do Comércio em 22 de novembro de 2010

Moradores do Moinhos de Vento se manifestam contra demolição

Audiência no dia 1 de dezembro pode apontar rumos do imbróglio

Uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público (MP) gaúcho quer evitar a destruição de imóveis históricos localizados na rua Luciana de Abreu, no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre. O pedido é para que a Justiça reconheça seis imóveis, que formam um conjunto habitacional, construído entre as décadas de 1920 e de 1930, como construções de valor sociocultural para Porto Alegre.

A audiência de instrução, para que sejam ouvidos pela Justiça moradores das imediações e integrantes da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Moinhos de Vento, a Moinhos Vive, será realizada dia 1 de dezembro, na 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Regional da Tristeza. O grupo iniciou uma mobilização em 2002 para impedir a demolição dos imóveis. A demolição seria realizada por uma construtora, com planos de erguer novos edifícios no local. "Queremos a preservação da condição que o bairro apresenta. Condição essa em grande parte já destruída pela insensibilidade das construtoras e pela

omissão criminosa das autoridades", afirma o presidente da Moinhos Vive, Raul Agostini, que no sábado organizou um protesto em frente aos prédios. O episódio de oito anos atrás resultou na criação da associação, o que desencadeou o crescimento dos movimentos de cidadania em Porto Alegre. Questões como essa pautaram as discussões do Plano Diretor da Capital.

Conforme o líder comunitário, a intenção da construtora é erguer no local dois prédios de 16 andares cada. Um abaixo-assinado com mais de seis mil assinaturas coletadas foi entregue ao Ministério Público, que obteve da Justiça medida liminar e de antecipação de tutela impedindo a demolição e obrigando a construtora a zelar pelo patrimônio.

"Com o julgamento da ação civil pública, o MP espera que a Justiça torne definitivas as decisões, impedindo a construtora de demolir os imóveis e o município de garantir a preservação das edificações, que são de interesse socio-cultural, por meio de seu tombamento", destaca a promotora de Defesa do Meio Ambiente, Annelise Steigleder, responsável pelo caso.

Em 2008, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a rejeitar um recurso impetrado pela construtora contra a liminar que proíbe a demolição das seis casas. Com isso, a definição só será dada após a conclusão da Ação Civil Pública. "Os imóveis vivos, que ainda remanescem úteis à sociedade, mas que carregam, consigo, a memória histórica e a identidade paisagística de uma época, podem traduzir bens culturais visíveis, expressões vivas da cultura, revestindo-se de valor arquitetônico e histórico, desembocando no interesse sociocultural em sua preservação", argumenta a Ana Maria Moreira Marchesan, que assina a ação.

Segundo relatos históricos, os seis imóveis, projetados pelo arquiteto alemão Franz Filsinger, foram projetados para abrigar mestres cervejeiros que vieram da Alemanha. Agostini reclama do desrespeito com a comunidade e com a formação urbanística da região. "Eles têm um poder enorme. É muito difícil lutar contra grandes construtoras", conclui.

Fonte: <http://moinhosvive.blogspot.com.br/2010/11/moradores-do-moinhos-de-vento-se.html#more>

Anexo 21

Região de Planejamento 1
Conselheiros e delegados eleitos para o biênio 2010/2012

	Nomes (Conselheiros/ suplentes)
Titular	Ibirá Santos Lucas
1º Suplente	João Augusto Volino Correia
2º Suplente	Julio Cesar Cardia
	Delegados
	Adacir Jose Flores
	Alan Cristian Tabile Furlan
	Alzira Dornelles Ban
	Ana Lucia Lucas
	Assis Brasil Olegario Filho
	Carlos Alberto Sant'ana
	Felisberto Seabra Luisi
	Fernando Faria Guaspari
	Flávio Domingos Masina
	Ivo Rodrigues Fernandes
	Jaime Rodrigues
	Marco Antonio de Souza
	Nara Terezinha Silva Trindade
	Paulo Gilberto de Moraes Guarniere
	Pedro Aurelio Zabaleta
	Roberto Ivan Raul Jakubaszko
	Sylvio Nogueira Pinto Junior
	Tania Faillace
	Tania Maria Sfoggia
	Suplentes de Delegados
	Ana Maria Engers Lens
	Angélica Celeste Mirinha
	Marco Túlio Kalil Ferreira

Anexo 21

Reunião da RP1 de 15 de julho de 2010.



Reunião da RP1 de 1 de julho de 2010.



RP1 reunião de 01 de março de 2010



Fonte: <http://rgp1poa.wordpress.com/>

Anexo 22

Ação no Viaduto Otávio Rocha

No próximo dia 25 de março acontecerá uma ação em comemoração à Semana de Aniversário de Porto Alegre e Semana do Teatro.

Durante o dia 25, estaremos promovendo um dia de limpeza e manutenção do Viaduto Otávio Rocha, em parceria com a SMOV, DMLU e da população em geral. No final do dia será realizado um Culto Inter-Religioso no Teatro de Arena com multiplicidades de religiões, antes deste culto serão apresentados alguns shows para a comunidade.

Início das atividades: 10h

Encerramento (Culto Inter-Religioso): 19h30min

Promoção:

**Movimento VIVA Gasômetro,
Teatro de Arena-SEDAC/RS,
Permissionários e Moradores
Fórum de Entidades.**





Culto Inter-religioso no Viaduto Otávio Rocha no dia 25 de março de 2008.

Fonte: <http://poavive.wordpress.com/2008/03/22/licoes-de-bogota-2/>



Protesto no Viaduto Otávio Rocha de 17 de agosto de 2011.

Fonte: <http://www.defender.org.br/>

Anexo 23

ZH Moinhos
 AVULJADORA, FLORESTA, INDEPENDÊNCIA, MOINHOS DE VENTO E RIO BRANCO

Pães e doces com sabor francês
 Doceiras

PORTO ALEGRE, 1 DE DE JUNHO DE 2012 - R\$14,90

Moinhos @moinhosonline.com.br

Facebook www.facebook.com/moinhosonline

Telefone (51) 4000 / 3210 4042 (51) 4099 / 3210 4042 (51) 4099

Blog www.zhonline.com/moinhos

Twitter @ZHmoinhos

EM MOINHOS
 Cidade busca se adaptar à nova realidade econômica

23/05/2012



Cidade busca se adaptar à nova realidade econômica

Mantenção de espaços públicos



Projeto da prefeitura prevê a fim da criação de caminhos e mudanças nas regras para quem quiser adotar praças e parques

Páginas 1 e 5

Usuários aprovam ônibus C4



Taxistas e usuários do sistema que utiliza durante a madrugada por ônibus modernos atraem muita atenção

Página 7

Novas mudanças nas imediações da Ramiro

Foram atendidos os apelos dos moradores da região para garantir mais segurança na travessa

A Prefeitura de Moinhos, através da Secretaria Municipal de Transportes e Circulação (SETRAC), realizou uma reunião com representantes da comunidade de Moinhos para discutir as melhorias na travessa da Ramiro, no bairro de Moinhos de Vento, e na implantação de melhorias de segurança na Rua André Pires. O objetivo das mudanças, propostas após estudos técnicos da SETRAC, é garantir mais segurança e agilidade à circulação da região.



Os estudos que contêm o planejamento de melhorias de segurança, desde a melhoria da sinalização, até a instalação de equipamentos de segurança, foram realizados em conjunto com a comunidade local. O projeto prevê a instalação de equipamentos de segurança, desde a melhoria da sinalização, até a instalação de equipamentos de segurança, desde a melhoria da sinalização, até a instalação de equipamentos de segurança.

Travessa na Travessa
 Melhorias para garantir mais segurança



MUDANÇAS a Prefeitura de Moinhos, através da Secretaria Municipal de Transportes e Circulação (SETRAC), realizou uma reunião com representantes da comunidade de Moinhos para discutir as melhorias na travessa da Ramiro, no bairro de Moinhos de Vento, e na implantação de melhorias de segurança na Rua André Pires.



Busca por melhorias



Projeto prevê a fim da criação de caminhos e mudanças nas regras para quem quiser adotar praças e parques

Melhorias sugeridas em trânsito



Anexo 24

Alguns dos presentes na eleição da RP1 do dia 13 de outubro de 2011.

Cédula de Votação
Região de Gestão do Planejamento I - Centro

Para delegados representantes da comunidade:
Para NÃO anular seu voto, vote em ATÉ 19 candidatos

1	<input type="checkbox"/>	Adacir José Flores	36	<input type="checkbox"/>	Sérgio Horss
2	<input type="checkbox"/>	Alan Cristian Tabille Furlan	37	<input type="checkbox"/>	Sônia Maria Caetano
3	<input type="checkbox"/>	Alexandre Pereira Santos	38	<input type="checkbox"/>	Sylvio Nogueira Pinto Junior
4	<input type="checkbox"/>	Ana Laura de Freitas Visentini	39	<input type="checkbox"/>	Tania Jamaro Faillace
5	<input type="checkbox"/>	Ana Lucia Lucas	40	<input type="checkbox"/>	Tomaz Edison Silveira Acosta
6	<input type="checkbox"/>	Ana Maria Engers Lenz			
7	<input type="checkbox"/>	Andrez Cordeiro de Almeida			
8	<input type="checkbox"/>	Carlos Alberto Magalhães de Araujo			
9	<input type="checkbox"/>	Denis Carravetta Corá			
10	<input type="checkbox"/>	Denise Letícia dos Santos			
11	<input type="checkbox"/>	Edmundo Fuller			
12	<input type="checkbox"/>	Eliana Hertzog Castilhos			
13	<input type="checkbox"/>	Eurides Teresinha Pires da Costa			
14	<input type="checkbox"/>	Fernando Faria Guaspari			
15	<input type="checkbox"/>	Flávio Domingos Masina			
16	<input type="checkbox"/>	Francisco Argermiro Zanini			
17	<input type="checkbox"/>	Geraldo Luiz dos Santos			
18	<input type="checkbox"/>	Henrique Cezar Paz Witter			
19	<input type="checkbox"/>	Hermes Luis Beninca			
20	<input type="checkbox"/>	Humberto Tadeu Hickel			
21	<input type="checkbox"/>	Ibirá Santos Lucas			
22	<input type="checkbox"/>	Iria Teresina de Castilhos Ruviaro			
23	<input type="checkbox"/>	Ivânio Sanguinetti			
24	<input type="checkbox"/>	Ivo Krauspenhar			
25	<input type="checkbox"/>	Ivo Rodrigues Fernandes			
26	<input type="checkbox"/>	Luiz Alberto Rossi			
27	<input type="checkbox"/>	Marcelo Gotuzzo de Castro			
28	<input type="checkbox"/>	Marcelo Nunes Machado			
29	<input type="checkbox"/>	Marcelo Pubin de Lima			
30	<input type="checkbox"/>	Marília Costa Cardoso			
31	<input type="checkbox"/>	Marlise Sirlene Filber			
32	<input type="checkbox"/>	Paulo Gilberto de Moraes Guarnieri			
33	<input type="checkbox"/>	Pedro Aurelio Llanos Zabaleta			
34	<input type="checkbox"/>	Regina Beatris Rigatti Ramires Barcellos			
35	<input type="checkbox"/>	Roberto Ivan Raul Jakubaszko			

Cédula de Votação
Região de Gestão do Planejamento I - Centro

Para Conselheiro do CMDUA:

Chapa 01 Conselheiro Alan Cristian Tabille Furlan
Suplentes Ibirá Santos Lucas
Roberto Jakobazko

Para Delegados representantes de entidades não governamentais:
Para NÃO anular seu voto, vote em ATÉ 9 candidatos

01	<input type="checkbox"/>	ASBEA - Associação Brasileira de Escritor de Arquitetura
02	<input type="checkbox"/>	Associação Comunitária do Centro Histórico
03	<input type="checkbox"/>	Associação dos Moradores da Bela Vista
04	<input type="checkbox"/>	Associação dos Moradores do Bairro Moinhos de Vento - MOINHOS VIVE
05	<input type="checkbox"/>	Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência
06	<input type="checkbox"/>	Associação Gaúcha dos Advogados Direito Imobiliário Empresarial - AGADIE
07	<input type="checkbox"/>	Associação Representativa e Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha
08	<input type="checkbox"/>	Instituto de Arquitetos do Brasil
09	<input type="checkbox"/>	Sociedade de Engenharia do RS

Lista de votação da eleição da RP1 do dia 13 de outubro de 2011.

Fonte: <http://rgp1poa.wordpress.com/2011/10/14/eleicao-na-rgp1/>

Os delegados eleitos foram:

Os 12 delegados eleitos foram: Fernando Faria Guaspari, Paulo Gilberto de Moraes Guarnieri, Ana Maria EngersLenz, Ana Lúcia Lucas, Flávio Domingos Masina, Ivo Rodrigues Fernandes, Eliana Hertzog Castilhos, Marília Costa Cardoso, Pedro AurelioLlanosZabaleta, Adacir José Flores, Sylvio Nogueira Pinto Júnior, Marcelo Gotuzzo de Castro Das nove entidades que concorreram essas 6 foram eleitas: Associação Comunitária do Centro Histórico, Associação de Moradores

da Bela Vista e Entorno – AMOBELA, Associação Moinhos Vive, Associação dos Moradores e Amigos do bairro Independência – AMABI, Associação Representativa e Cultural dos Comerciantes do Viaduto Otávio Rocha, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/RS

Não foram eleitas: AsBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, AGADIE – Assoc. Gaúcha dos Advogados do Direito Imobiliário Empresarial, SERGS – Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.

Fonte: <http://rgp1poa.wordpress.com/2011/10/14/eleicao-na-rgp1/>

Anexo 25



Localização do Movimento Utopia e Luta



O antes e o depois da ocupação da Comunidade Autônoma Utopia e Luta.

Fonte: http://www.portoimagem.com/colunistas/marcelo_gotuzzo.html

Anexo 26

Edifício “esqueleto” situado na Praça XV em Porto Alegre.



Antes e o depois segundo o projeto para o edifício “esqueleto”.



Fonte: http://www.autogere.blogspot.com.br/2011_07_01_archive.html

Anexo 27



Casa de Passagem, os alojamentos dos moradores do Condomínio dos Anjos durante as obras.



Localização do Condomínio dos Anjos e da ONG dos Anjos na Avenida Ipiranga, 3340, em Porto Alegre.



A denominação “Dos Anjos” é uma referência as crianças da comunidade. Na foto uma reunião na Casa de Passagem.



O condomínio dos Anjos pronto.



A Creche Integração dos Anjos

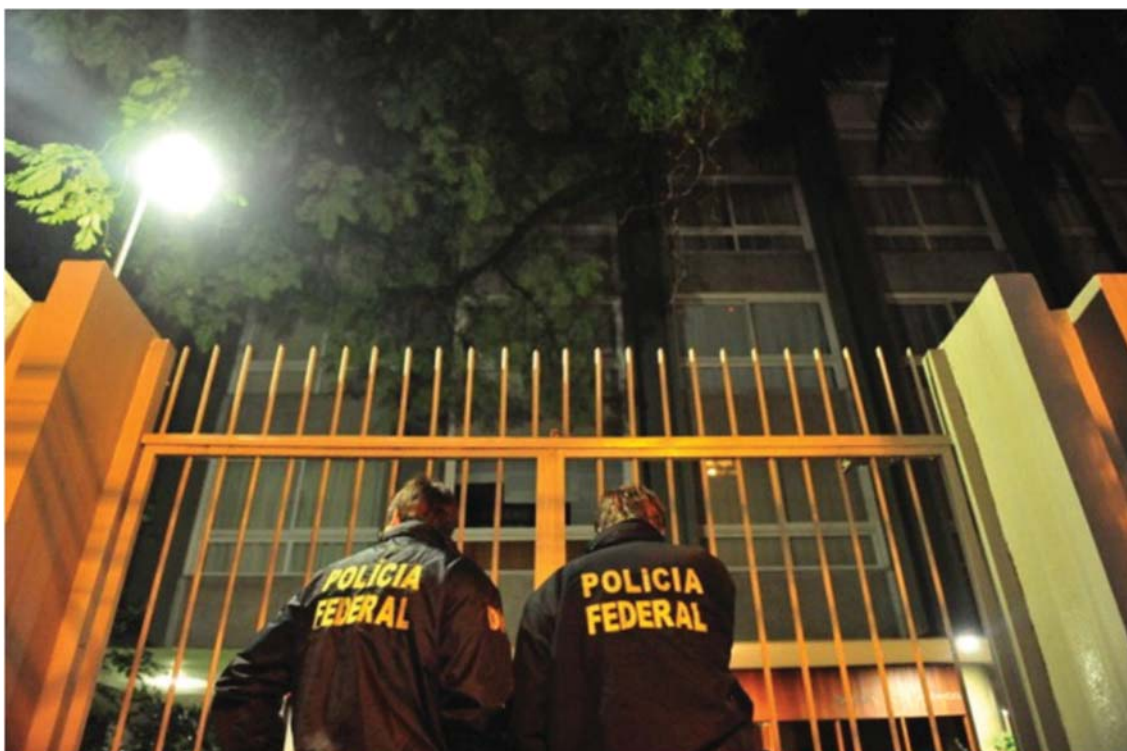
Fonte: BRUNEL, C. e DILIGENTI, M., Condomínio dos Anjos: a história de uma conquista In: ANPED/SUL, Porto Alegre. ANAIS ANPED/SUL 2000. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

Anexo 28

30/07/2011 | 01h28

Policial federal reage e mata assaltante em Porto Alegre

Caso ocorreu na noite de sexta no bairro Moinhos de Vento



Abordado por dois homens quando chegava em casa na Rua Luciana de Abreu, no bairro Moinhos de Vento, na madrugada deste sábado, em Porto Alegre, um policial federal matou um dos assaltantes.

Ao reagir, sacou a própria pistola e acertou um tiro na cabeça de um deles, que morreu na hora. A vítima, identificada como Ezequiel Pereira de Sousa, portava uma pistola calibre .40, a qual é de uso restrito. O outro rapaz fugiu do local.

RÁDIO GAÚCHA

Fonte: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2011/07/policial-federal-reage-e-mata-assaltante-em-porto-alegre-3423266.html>



CONHEÇA SEU VIZINHO

Sandra Genro em caminhada no Parcão

Contracapa

EM FOCO

Uma das ruas mais bonitas do país

Página 3



BICHARADA

Boas maneiras em quatro patas

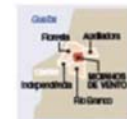
Páginas 6 e 7



PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 2011

ZH MOINHOS

Ano 6 - Nº 234



Esta edição circula com 20.800 exemplares

Circula nos bairros **Auxiliadora, Floresta, Independência, Moinhos de Vento e Rio Branco**

Novo tipo de crime **assusta** moradores



Jéssica calcula prejuízo de R\$ 800 com furto em expositor

Arrombamentos e furtos a bancas de revistas amedrontam a comunidade e intrigam a polícia

LUISSA MEDEIROS

Uma série de crimes inusitados tem amedrontado, e também intrigado, moradores da região. Nas últimas semanas, pelo menos 11 bancas de revistas foram arrombadas, durante a noite, em ações que são muito parecidas e específicas. Os arrombadores não danificam portas, trancas ou cadeados. Entram, furtam apenas revistas, livros e anuários de alto valor no mercado, e saem, deixando o estabelecimento perfeitamente fechado.

Uma das vítimas recentes foi a banca na esquina das ruas Doutor Timóteo com 24 de Outubro, no Moinhos de Vento. Os ladrões abriram apenas o expositor lateral, onde ficavam as revistas mais valiosas, e fecharam, sem danificar o cadeado ou a tranca.

— Quando abrimos e vimos que o expositor estava vazio, pensamos que tínhamos esquecido aberto. Mas aí ouvimos diversos relatos de outras bancas da região e percebemos que fomos mais uma vítima desse crime — relata a filha do proprietário, Jéssica Medeiros Tomas, 26 anos, que trabalha no local.

O prejuízo, calcula Jéssica, passou

de R\$ 800, o que motivou os proprietários a mudar um pouco a rotina do trabalho. Agora, diariamente são retirados do expositor as revistas de alto custo e realocadas em local mais seguro. Um sistema de alarme também está sendo instalado na banca.

De acordo com o titular da Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre (DPRPA), Gleber Moura Ferreira, esse tipo de crime é novo e as autoridades trabalham para que ele não se espalhe e se torne uma nova prática na cidade.

Por enquanto, não há pistas dos criminosos, nem do destino das revistas.

— Acreditamos que se trate de crimes premeditados, sob encomenda. Como já observamos em outros casos, são quadrilhas especializadas em assaltar farmácias, mercadinhos e lojas, em busca de produtos já acertados com os receptadores — diz.

Na região, os crimes mais comuns, são contra o patrimônio, como furtos, roubos ou estelionatos.

— Pode estar se criando um novo nicho de mercado de receptadores, que estamos somando esforços para cessar — garante Ferreira.

luisa.medeiros@zerohora.com.br



Medo de novos casos

Em menos de uma semana, o casal Maria Petronila, 74 anos, e João Batista Magalhães, 73 anos, sofreram três arrombamentos em sua banca na Rua Miguel Tostes, no bairro Rio Branco. Os episódios levaram o casal, que trabalha há 25 anos na região, a mudar sua rotina. Depois de recolher os últimos exemplares dos livros e revistas especializadas para devolver à distribuidora, resolveram que, trabalharlo apenas com jornais e revistas mais baratas.

— Pelo menos assim sabemos que não vamos aumentar nossa dívida — lamenta Magalhães, contando que recebia os exemplares em consignação e, com os três assaltos, perdeu cerca de R\$ 3,5 mil.

Mesmo triste, dona Maria diz que ainda é cedo para largar o negócio, que sustenta a família há anos:

— É triste o trabalho de 25 anos ir por água abaixo.

SEQUE NA PÁGINA 2 >

► ZH Moinhos circula às quintas-feiras. Próxima edição: 15/09/2011

PRODUTOS INTEGRAIS - ORGÂNICOS - NATURAIS

A GRANEL

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Acompanhe as novidades pelo twitter: @emporiodograo

SHOPPING TOTAL // QUIOSQUE 31 // 2º PISO // (51) 3018.8431

RUA SANTANA, Nº 340 // BAIRRO FARROUPILHA // PORTO ALEGRE-RS // (51) 3085.6767

Empório da Grãa

PRODUTOS A GRANEL

WWW.EMPORIODOGRAO.COM.BR

Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/zhmoinhos/files/2011/09/capinha.jpg>

Anexo 28

DECRETO Nº 13.452, de 24 de outubro de 2001.

Regulamenta a Lei Complementar nº 415, de 07 de abril de 1998, que dispõe sobre a permissão de uso de recuos e do passeio público, fronteiro a bares, restaurantes, lan-chonetes e assemelhados, para colocação de toldos, mesas e cadeiras e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

I - DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE USO

Art. 1º A permissão de que trata a presente regulamentação somente poderá ser concedida para estabelecimentos que estiverem localizados em zonas miscigenadas, estabelecidas na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 (PDDUA).

Art. 2º É vedado o uso de som em qualquer forma.

Art. 3º Fica vedado o uso dos passeios públicos, fronteiros a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, bem como o uso de recuos, para colocação de mesas após às 24 (vinte e quatro) horas, observado o disposto no Capítulo III, Título III, da Lei Complementar nº 12, de 07 de janeiro de 1975.

Art. 4º A instalação de mesas e cadeiras no passeio público deverá observar os seguintes critérios:

I - as entradas das edificações devem ter uma faixa livre de circulação, correspondente a largura do vão de entrada da edificação;

II - os acessos a garagens deverão ter uma faixa livre de 1,00m de cada lado do vão de entrada existente na edificação;

III - deverá ser preservada uma faixa de livre trânsito de pedestres de 1,50m de largura, sendo que nos locais em que houver mobiliário urbano deverá ser com estes compatibilizada;

IV - caso o estabelecimento esteja localizado na esquina do quarteirão, as mesas e cadeiras deverão ser colocadas a partir da distância de 7,00m em relação à esquina, definida pelo encontro dos alinhamentos dos lotes das faces

de quadra que compõe as esquinas, conforme anexo, preservando a acessibilidade nos cruzamentos viários;

V - em locais onde existam abrigos de ônibus, táxis e lotações, terminais de ônibus ou qualquer outro mobiliário de grande porte, a colocação de mesas e cadeiras deverá preservar uma distância linear, paralela ao meio-fio, de 15,00m a partir do eixo dos equipamentos referidos.

Art. 5º É vedada a instalação de mesas e cadeiras nos passeios públicos nos seguintes casos:

I - em passeios que possuam largura inferior a 4,00m;

II - sobre o leito de vias públicas, rótulas e canteiros viários;

III - diante de acessos de emergência e saídas de veículos em geral;

IV - em locais que possam constituir obstáculo físico visual que interfira no ângulo de visão dos motoristas e pedestres, principalmente nos cruzamentos viários.

Art. 6º É vedada a utilização de qualquer elemento fixo nos passeios.

Art. 7º A instalação de toldos nos passeios públicos ou nos recuos para ajardinamento deverão estar de acordo com o estabelecido no art. 66 da Lei Complementar nº 284/92 e na Lei 8279/99.

II - DO PROCEDIMENTO

Art. 8º A licença para autorização do uso de recuos para ajardinamento e do passeio fronteiro a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados para colocação de mesas e cadeiras, deverá ser requerida através de requerimento padrão simplificado, entregue no Protocolo Central.

Parágrafo único - O requerimento será encaminhado para exame junto à Secretaria da Produção, Indústria e Comércio.

Art. 9º Ao pedido de requerimento para colocação de mesas e cadeiras deverão ser anexados os seguintes documentos:

I - concordância expressa do condomínio ou proprietário do imóvel;

II - planta de situação e localização do estabelecimento e croqui do passeio fronteiro ao mesmo com representação de todos os elementos do mobiliário urbano e arborização existentes, bem como a disposição das mesas e cadeiras devidamente cotadas.

Art. 10 Caberá à Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio - SMIC analisar o pedido de licença para colocação de mesas e cadeiras, ouvidos os demais órgãos pertinentes, exarando manifestação fundamentada pela sua aprovação ou não.

Art. 11 A licença para autorização do uso de recuos para ajar-dinamento e do passeio fronteiro a bares, restaurantes, lanchonetes e assemelha-dos para colocação de toldos, deverá ser requerida através de requerimento padrão simplificado, entregue no Protocolo Central.

Parágrafo único - O requerimento será encaminhado para exa-me junto à Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV.

Art. 12 Ao pedido de requerimento para colocação de toldos deverá ser anexada a documentação arrolada no art. 35 da Lei Complementar 284/92.

Art. 13 Caberá à SMOV analisar o pedido de licença para colo-cação de toldos, exarando manifestação fundamentada pela sua aprovação ou não.

Art. 14 Da decisão da secretaria competente caberá interposi-ção de recur-so ao Prefeito Municipal, no prazo de 03 (três) dias a contar da ciência daquela.

Art. 15 A fiscalização das concessões de uso será exercida pe-lo órgão licenciador.

III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Serão considerados casos especiais, cuja análise ficará a critério do órgão licenciador, ouvidos os órgãos pertinentes, as situações que não se enquadrarem nos itens mencionados neste Decreto e as implantações em pas-seios que apresentarem configuração irregular.

Art. 17 O requerimento que envolver bens de interesse cultural será objeto de exame prévio pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural - EPAHC.

Art. 18 Os estabelecimentos responsáveis pela colocação de mesas e tol-dos nos passeios públicos que estiverem em desacordo com os disposi-tivos do presente Decreto terão 60 (sessenta) dias para efetuar a regularização.

Art. 19 Em caso de descumprimento do disposto no presente Decreto, apli-car-se-á a multa prevista no inc. IX do art. 18 da Lei Complementar nº 12, de 07 de janeiro de 1975.

Art. 20 Este Decreto deverá ser afixado em local visível em todos os esta-belecimentos licenciados.

Art. 21 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 24 de outubro de 2001

Tarso Genro,

Prefeito.

Cezar Alvarez,

Secretário Municipal da Produção,

Indústria e Comércio.

Guilherme Barbosa,

Secretário Municipal de Obras e Viação.

Registre-se e publique-se.

João Verle,

Secretário do Governo Municipal.

Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/dec13452.htm>

Anexo 30

Reunião sobre Segurança Pública no Moinhos

26/08/2008 por poa resiste



Nesta segunda-feira, dia 25, ocorreu uma reunião sobre assuntos de Segurança Pública e Consepro na Associação Leopoldina Juvenil.

Promovida pela Associação Moinhos Vive, vários representantes de Movimentos e Associações de Moradores de Porto Alegre debateram os problemas que a população enfrenta com a crescente violência e criminalidade em nossa cidade.

Também estiveram presentes os majores Aroldo Medina e MarloUr representando a Brigada Militar, o chefe de Polícia Pedro Rodrigues e o presidente da Feconsepro, Jovino Demari.

Foi agendada nova reunião para a próxima semana, em local a ser definido, para tratar objetivamente do interesse na criação do Consepro em Porto Alegre e especialmente qual seria sua atuação, pois alguns presentes demonstraram sua contrariedade em mais uma vez apenas “passar o chapéu” para suprir necessidades materiais dos órgãos de segurança, o que é atribuição e obrigação do estado.



Fonte: <http://moinhosvive.blogspot.com.br/2008/08/reunio-sobre-segura-na-pblica.html>

Anexo 31

A Rua Gonçalo de Carvalho.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE
RUA "CARTÃO POSTAL NO DIA DA ÁRVORE
ELEITA COMO UMA DAS CINCO RUAS MAIS
BELAS PARA SE VIVER EM PORTO ALEGRE

EU  DEFENDO

A RUA GONÇALO DE CARVALHO

AMIGOS E MORADORES DA RUA GONÇALO DE CARVALHO

Adesivo para carros e janelas



Defenda a Rua GONÇALO DE CARVALHO

Eleita como "uma das cinco ruas mais belas para se viver em Porto Alegre" (ZH, 24/11/2004)
Rua "cartão postal" no Dia da Árvore (CP, 21/9/2005)

Você que é cidadão de Porto Alegre, em especial os moradores da Rua Gonçalves de Carvalho e cercanias, tem o dever de participar de **importantíssima reunião** que será realizada no dia 19/10/05 (quarta-feira) às 19h no auditório do Colégio Bom Conselho (Ramiro Barcelos, 996).

Fomos surpreendidos com a intempestiva decisão do Shopping Total em dar saída dos veículos pela Rua Gonçalves de Carvalho. Queremos saber da legalidade desta obra e exigimos profundos estudos de impacto ambiental e de mobilidade urbana.



Defenda o direito à qualidade de vida e preservação do meio ambiente

Estão sendo aprovados projetos na Prefeitura para ampliações e modificações viárias na área do Shopping Total, cujo resultado trará grande aumento de trânsito de veículos e poluição sonora e ambiental. Exigimos participação social efetiva para juntos decidirmos sobre os projetos de ampliação do Shopping Total que irão nos afetar diretamente: projetos OSPA/Edifício-Garagem e a abertura do estacionamento para a Rua Gonçalves de Carvalho, além das inversões de sentido de fluxo de veículos nas ruas adjacentes.

Exigimos das autoridades municipais o conhecimento dos projetos e respeito aos moradores e cidadãos



Exerça sua cidadania. Participe!

Essa ação não tem cunho político e visa apenas a preservação dos interesses da comunidade através do exercício de nossa cidadania. É nosso direito!

Organização e divulgação: **Amigos e Moradores da Rua Gonçalves de Carvalho**
9978.2121 - 8419.8065 - 9853.4839

Panfletos distribuídos nas ações.





Reunião em defesa da Rua Gonçalves de Carvalho
outubro de 2005





PREVENÇÃO
de **Acidentes**
tóxicos



Adote esta ideia.
Pág. 4

Floresta

O seu jornal de bairro

<http://www.centraisdejornais.com.br/linkjornais/metropolitana/floresta.htm>

Porto Alegre, 5 de Setembro a 5 de outubro de 2005 - Ano II - Edição Nº 13

BOM
EXEMPLO
ESSA MODA
PEGA

Moradores da Gonçalves de Carvalho questionam impacto ambiental de nova etapa do shopping

Os transtornos com o barulho que pode gerar a construção de um edifício garagem e o aumento no fluxo de carros com a abertura de rua interna e sua saída pela Gonçalves de Carvalho, ambos no shopping Total, foram a principal temática de uma reunião realizada no dia 05 de outubro, nas dependências do curso pré-vestibular, Mottola, sediado na própria rua. Com um número próximo a 100 pessoas, entre moradores, representantes da prefeitura e câmara de vereadores e associações de moradores integrantes integrantes do Movimento Porto Alegre Vive, o objetivo foi debater com autoridades convidadas o problema no local e os impactos ambientais que serão causados com a poluição sonora e do ar. Os moradores questionam o fato de não serem consultados de maneira adequada.



Destques desta edição

Dom Dadeus na Santa Terezinha
Página 3

51ª Feira do Livro de Porto Alegre
Página 6

Novo restaurante no Iguatemi
Página 7

Coluna do Buteco
três dias de trabalho

Jornais de bairros divulgavam o que a grande mídia evitava falar

Não Deixe que Outros Decidam por Você

Um grande grupo econômico usará nosso dinheiro dos impostos (Lei Rouanet) para tirar vantagens descabidas.

ENTENDA:

O Shopping Total, que utiliza área cedida por prazo determinado, de propriedade privada, está pretendendo ampliar o empreendimento.

POIS BEM:

Estão usando a nossa OSPA para expandir-se em área já saturada. Dizem, os empreendedores, que estão doando parte do terreno que ocupam para a construção do sonhado Teatro e de um prédio garagem para mais de 600 carros. Entendemos que não estão doando, eis que não são os proprietários, e sim cedendo o referido espaço, que deverá ser ocupado pelos prédios da OSPA e do EDIFÍCIO GARAGEM (rotativo 24 horas – domingo a domingo), de construção obrigatória.

A garagem servirá principalmente ao Shopping. Tudo, como dissemos, com dinheiro público (para iniciar, cerca de 15 MILHÕES de reais).

Perguntamos: o teatro e a enorme garagem serão de quem, ao final da cessão?

A mídia, a sabidamente vinculada ao Shopping, vem ridicularizando os opositores às obras e, ainda, escudada na OSPA, clama por apoio da população. Esconde os malefícios: destruição da flora e fauna, poluição ambiental e sonora, danos aos prédios históricos, congestionamento do trânsito nas ruas contíguas (mais poluição) e riscos enormes às construções pelo uso de explosivos, necessário pois o terreno é rochoso.

Será que recursos públicos devem ser privatizados?

Será que não temos em Porto Alegre outro local para construir a sede da Sinfônica? Será que é preciso destruir um bem para construir outro?

Compareça! Defenda a cidade!

Consulta Pública:

Dia 20 de dezembro

no Salão Paroquial da Igreja Batista,
às 19h,30m (Cristóvão Colombo, 616).


Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho

9978.2121 - 8419.8065 - 9853.4839 - 9806.6848



Todos estes que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!
(Poeminha do Contra - Mário Quintana)

SOS
Gonçalo



**Defenda a Rua
GONÇALO DE CARVALHO**

Eleita como "uma das cinco ruas mais belas para se viver em Porto Alegre" (ZH, 24/11/2004)
Rua "Cartão Postal" no Dia da Árvore (CP, 21/9/2005)

Frente do panfleto pedindo participação na Audiência Pública

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Porto Alegre, 18 de outubro de 2005

A comunidade de moradores e amigos da Rua Gonçalo de Carvalho e adjacências (Santo Antônio, Garibaldi, Independência, André Puentes, Benjamin Flores, Cristóvão Colombo, Pinheiro Machado, Tiradentes, General Neto) preocupada com a crescente descaracterização e perda da qualidade de vida nessa área em função da instalação do Shopping Total, vem a público manifestar a sua inconformidade com a maneira como vem sendo gerenciadas e encaminhadas junto ao poder público e a sociedade as futuras expansões previstas na área, entre elas o conjunto de edifícios do projeto do complexo OSPA, especialmente o edifício-garagem OSPA/Shopping Total, e a saída de veículos pela Rua Gonçalo de Carvalho.

É desejo dessa comunidade que :

- os projetos sejam submetidos à apreciação pública de forma mais transparente e incisiva, não apenas comunicando como fato consumado, mas aceitando sugestões e reivindicações dos moradores durante todo o processo, de forma que essas possam ser ainda consideradas e inseridas nos estudos.
- o poder público cumpra todas as etapas de tramitação dos processos de aprovação e licenciamento para expansões e modificações na área com a participação efetiva do corpo técnico dos órgãos de controle e fiscalização nas diversas instâncias responsáveis e da sociedade.
- seja cumprida e respeitada a legislação para a área já edificada do shopping que afeta e prejudica a qualidade de vida dos moradores em vários aspectos (segurança, drenagem, trânsito, estacionamento, arborização, ruídos, odores, carga e descarga, etc).
- seja cumprida e respeitada a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre que trata dos Princípios Gerais da Organização Municipal.
- seja respeitada a condição de "Área Especial de Interesse Cultural" já delimitada junto a prédios históricos tombados, com todas as prerrogativas decorrentes.
- a Rua Gonçalo de Carvalho seja decretada oficialmente "patrimônio ambiental" do município pela suas características diferenciadas de arborização, o chamado "túnel verde" e pela fauna, inclusive aves migratórias em extinção, que tem ali o seu habitat. Cabe lembrar que foi eleita entre uma das cinco ruas mais belas para se viver de Porto Alegre e homenageada como cartão postal no dia da árvore.

Em função do exposto, desejamos que sejam preservadas as características dessa região. Consideramos que a instalação do Shopping Total trouxe benefícios à comunidade, contudo, entendemos que a construção de novas edificações na atual área ocasionará consequências danosas e irreversíveis.

Exigimos sensibilidade do poder público frente à mobilização da sociedade.

Atenciosamente

Amigos e moradores da Rua Gonçalo de Carvalho

FUNDAÇÃO PABLO KOMLÓS

AV. 24 de outubro 850 conjunto 305, Bairro Moinhos de Vento,
Porto Alegre, RS, 90510-000
CGC: 06.333.516/0001-34

Of.004 06

Porto Alegre, 9 de junho de 2006.

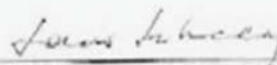
ILMA.SRA.
SUZETE BRAGAGNOLO
PROCURADORA DA REPÚBLICA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RS
PRAÇA RUY BARBOSA, 7, 9º ANDAR
PORTO ALEGRE RS 90030-100

Prezada Procuradora,

Em resposta ao ofício OF/NPPS/PR/RS Nº 3120, esclareço que é com pesar que comunico a desistência da construção do novo teatro da OSPA no local citado.

Diversos foram os fatores que motivaram tal fato.
Sendo o que tínhamos para o momento despeço-me,

Cordialmente,


Jorn. Lauro Schirmer
Presidente
Fundação Pablo Komlós

Recebido em NPPS em
21/06/06, as 17h

Comunicado a Procuradoria da República no RS da Fundação Pablo Komlós informando a desistência de construir o teatro da OSPA no shopping.

| ZH MOINHOS | Página 4 | 14 de julho de 2006

Cultura

Ospa desiste de teatro no Total

GABRIEL BRUST

Foram 11 meses de debates acalorados. Há tempos não se via um tema apaixonar tanto moradores e frequentadores dos bairros Floresta e Independência. De um lado, quem defendia a instalação do novo teatro da Ospa no estacionamento do Shopping Total. Do outro, quem temia pela preservação da Rua Gonçalo de Carvalho, caso a construção fosse erguida.

No dia 9 de junho, finalmente veio o desfecho. Por meio de um ofício endereçado à Procuradora da República Suzete Bragagnolo, a Fundação Pablo Kórnios, responsável pela captação de verbas para a construção do novo teatro, comunicou a desistência do projeto.

A notícia foi comemorada por moradores da Rua Gonçalo de Carvalho, que consideram a vitória um marco na luta por manter a via livre da poluição e da expansão imobiliária na região. Mas, acima de tudo, os meses de manifestações contra a construção do teatro da Ospa e de seu edifício-garagem no bairro mostram o poder de mobilização dos moradores.

— É uma prova de que o caminho da vizinhança é a melhor maneira de solucionar reivindicações. Ospa da Ospa, no entanto, outros dois — captação de verbas por meio da Lei

Solidariedade/ Doações no shopping

A campanha Amigo Solidário ocorrerá de 20 a 23 de julho no Shopping Total, onde entidades e organizações não-governamentais estarão arrecadando doações do público e divulgando ações sociais.

Os clientes poderão contribuir com agasalhos, alimentos não-percíveis e material escolar, entre outros itens que serão revertidos a famílias carentes. Nesta segunda edição do evento, o horário se estenderá das 10h às 22h, junto ao Balcão de Informações (térreo) e em outros pontos do shopping a serem definidos.

Rotary / Posse de presidência

O Rotary Club Moinhos de Vento e seu afiliado Rotaract Club têm novos presidentes: Luiza Tigre e Zizo Lopes, respectivamente. Eles tomaram posse no dia 25 de junho, no Sheraton Hotel, assumindo o comando da gestão 2006/2007. Para a próxima etapa, Zizo quer aumentar ainda mais o sucesso da Campanha de Inclusão Cultural, que arrecadou 10 mil livros, entre outubro e dezembro de 2005.

— Queremos 50 mil nesta edição, que iniciará em agosto e terminará em dezembro — afirma.

No ano passado, resididos e es-



Em dezembro de 2005, uma audiência pública realizada na Igreja Batista dividiu a opinião de centenas de moradores da Ospa, no entanto, outros dois — captação de verbas por meio da Lei

cial. Para a Gonçalo de Carvalho.

ZH Moinhos, página 4 do dia 14 de julho de 2006 notícia a desistência da OSPA.

Fonte: <http://goncalodecarvalho.blogspot.com.br/>

Anexo 32



Desafios da Região RP 1 e da cidade de Porto Alegre

“Qual o principal DESAFIO para o desenvolvimento da Região?”

Formalizar e dinamizar a troca de informações entre o fórum da RP 1 e o Poder Público

ENCAMINHAMENTO: os 8 desafios aprovados nas RPs serão lançados no encontro final do V CONGRESSO de cidade de Porto Alegre.

“Qual a proposta de MOTE DE DESENVOLVIMENTO para a cidade de Porto Alegre?”

Ter um Planejamento Estratégico Técnico para a cidade, construído com a população através das Regiões de Planejamento

ENCAMINHAMENTO: as 8 propostas das RPs serão apresentadas para votação e eleição do MOTE DE DESENVOLVIMENTO DE PORTO ALEGRE durante o encontro final do V CONGRESSO de cidade.

Anexo 33

Trechos de gravações das reuniões da RP1 e da CDMUA

Reunião do CMDUA 22/03/2011

A apresentação do V Congresso da Cidade no CDMUA

Na primeira parte da reunião os conselheiros da CDMUA presentes discutiram sobre prêmios e homenagens para políticos ilustres da cidade. Muitos participantes da reunião possuem um longo histórico de militância em movimentos sociais.

48'48" – Consultor 1 Técnico da governança solidária local inicia a apresentação do redesenho do V Congresso da Cidade.

– “Uma rápida explanação sobre a metodologia. A tônica principal da metodologia é a mobilização e articulação das dimensões territoriais de Porto Alegre. Na identificação destas dimensões territoriais nós temos como pratica consolidada as 17 regiões do OP. Mas ainda existe uma dimensão escondida. A dimensão territorial para além das dimensões representativas administrativas do OP, as 17 regiões. Esta dimensão são os 82 bairros, com encontros de governanças para discutir o desenvolvimento humano, econômico, cidadania, urbano ambiental.

– Nestes encontros dos bairros será criado um indicador desse desenvolvimento “A BÚSSOLA DO DESENVOLVIMENTO”, que combina indicadores anuais georeferenciados por bairro unido a percepção das lideranças(PESQUISA DA PERCEPÇÃO) em relação ao desenvolvimento do seu bairro. Assim este indicador tem duas funções uma de diagnóstico, para nivelar a compreensão do território, outra de indicador de gestão. Pois possibilita avaliar o impacto das ações desenvolvidas neste período promoveram nas quatro dimensões consideradas. Nos encontros dos bairros, os comitês de mobilização e articulado no seu esforço de desenvolvimento, não se trata de comitês deliberativos, a partir dos bairros estes encontros serão 82 encontros de abril a junho”.

– “Depois dos comitês dos bairros vai para a dimensão territorial das regiões administrativas, também realizaram seu encontro discutindo questões de articulação regional, também constando os motes”.

– “Outra dimensão territorial consolidada são as oito regiões de planeja-

mento da cidade, também questões do desenvolvimento humano, da cidadania, do desenvolvimento econômico e complementa com o desenvolvimento local de um modo mais abrangente do desenvolvimento local”.

54’33” – O Secretário da Prefeitura fala:

– “Nós temos também uma discussão temática ao lado da territorial, por exemplo, pessoas da área econômica das cidades, os empresários, economistas, enfim pessoas que mexem na economia da cidade, é difícil você conseguir que muitos deles vão para reuniões territoriais nos seus bairros, mas eles querem incidir na discussão, olhando a economia da cidade. Então o que nós pensamos, no eixo desenvolvimento econômico nós vamos fazer uma programação temática sobre a economia da cidade ao longo do ano, e convidamos para coordenar esta discussão uma grande universidade... então nós entendemos que uma universidade ela tem esta capacidade de unificação porque é uma instância reconhecida porque tem todos os saberes, então nos conseguimos um acordo onde as 4 grandes universidades que temos aqui concordaram em cada uma coordenar um dos eixos da cidadania, então a UFRGS – DESENVOLVIMENTO DE CIDADANIA, PUC – DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL, a ULBRA – DESENVOLVIMENTO ECONOMICO e a UNISINOS – DESENVOLVIMENTO HUMANO”.

50’ 08” – “ Nós trabalhamos vários meses para tentar encontrar alguém que nos ajudasse a propor uma rede colaborativa para a cidade, a rede colaborativa é como um Face Book da cidade... Mas eu sempre pensei o seguinte: Vem cá, mas se tivesse um Face Book da cidade? Só para discutir temas da cidade, do meu bairro, da minha rua, da ecologia, dos ciclistas... Os professores da UNISINOS eles já estão assim lá na frente... Eles fizeram uma proposta colaborativa, desenvolveram o REDENÇÃO.CC (CREATIVE COMMONS), uma proposta colaborativa para criar uma rede de amigos para cuidar do parque. Aí eu fui atrás dos caras para desenvolver um para Porto Alegre: PORTOALEGRECC. É uma rede colaborativa onde cada um dos um milhão e quinhentos mil portoalegrenses podem participar, por exemplo: Eu moro na La Rocelle, vou no site, no link do bairro e clica ali e vê o que todo mundo esta fazendo. Eu começo a ver tudo o que tem no lugar onde eu moro, para eu iniciar a me integrar na comunidade que estou,

e aí formo uma rede entorno de um objetivo comum, que é cuidar da minha cidade... Ou seja, a rede é uma forma de estimular as pessoas a se encontrar... são um milhão de possibilidades... não existe nada igual no Brasil, no mundo.

1:7'38" – O conselheiro S faz uma pergunta para o Secretário:

– “Eu vou levantar uma questão... Pretendo entrar numa questão fundamental, vocês está desenvolvendo uma questão de governança e planejamento participativo... a questão da diferença entre governança e o Planejamento Participativo, não quer dizer que um não possa conviver com o outro. O planejamento participativo permite que uma região fiscalize, formule propostas e determine, ou seja, tenha algum poder de determinar da mesma forma que o OP, evidentemente terá limites que o congresso da cidade terá que discutir. Mas isso é fundamental porque altera a participação popular e a dinâmica da sociedade e da cidade. Governança foi criado no Canadá, em Vancouver, onde o estatuto dela, parece que no artigo 14 dizia: recolher as reivindicações de todas as organizações locais e apresentar para os políticos para eles determinarem. Eu acho que é muito diferente... O planejamento participativo é determinante como metodologia, e ao mesmo tempo, a dinâmica de Porto Alegre e do mundo, corre por um lado para o neoliberalismo... Nós temos que ter os nossos objetivos de cidade com clareza, a nossa população de baixa renda tem que morar onde está e não ir para um local muito longe. Isso é a determinação e um congresso, O Congresso da Cidade... O transporte não pode ser só o metrô... Olívio Dutra transformou o transporte de POA e agora ele está decaindo. Então coisas deste tipo o Congresso tem que decidir”.

1:37' 07" – O Secretário responde:

– “O Conselheiro S propõem uma discussão importante, não é uma pauta fundamental do V Congresso, mas eu queria dizer que nós queremos fazer do quinto congresso um espaço de empoderamento da sociedade porto-alegrense, quer dizer, é um momento onde o cidadão... se colocam em processo de discussão da cidade e seus rumos, isso faz parte do processo democrático, do amadurecimento da democracia”.

– “Várias resoluções de outros congressos são realidade na cidade, desde o primeiro, ao longo do tempo a gente vai ver, constata que a sociedade tem evoluído, que há um avanço progressista positivo na construção democrática

de Porto Alegre. Hoje, em uma reunião de mais de uma hora, em uma conversa com a AGAPAM...É impressionante como Porto Alegre cresceu, avançou bastante em consciência ambiental, então em perspectiva evoluímos bastante”.

– “As questões centrais da cidade, não expulsar os moradores dos seus locais de moradia, resgatar a qualidade do transporte coletiva, são questões abertas em nossa pauta. Acho que há um grande consenso nestes objetivos, por exemplo: nós estamos hoje discutindo a duplicação da Avenida Tronco, e há uma consenso entre as comunidade e o governo em que as famílias que serão deslocadas na Avenida Tronco serão assentadas na própria região, isso é um consenso... Eu no governo, no qual eu estou participando, nós temos nos esforçado para resgatar o assentamento das populações no locais onde elas moram”.

1: 44': 58” – “ O Congresso não é para nós fazermos uma pauta de reivindicação para levarmos para levar ao poder público, essa não é a nossa visão, eu gostaria de discutir contigo Conselheiro S, essa não é a visão de governança com o qual eu trabalho, para mim governança é o empoderamento da sociedade, é diferente, é uma visão de governança de devolve cada vez mais o poder a quem realmente detém o poder, que é o cidadão e as suas articulações, as suas instituições e as suas redes, então, o que eu quero dizer com isso? O Congresso não é para nós fazer uma lista de reivindicações para os políticos resolverem. O Congresso é para fazer uma pauta das questões que a cidade quer resolver. E que não serão resolvidas se não houver envolvimento de toda a cidade, do poder público, iniciativa privada, organizações sociais e cidadania. Porque se não houver a participação e o comprometimento de todas as instâncias a cidade não tem solução”.

1:48'20” – “Mas se não houver uma mudança de atitude das pessoas esta cidade não ficará limpa, os prédios não ficaram cuidadas, as janelas continuarão quebradas e o transito continuará agressivo, eu pergunto: É problema do governo se o transito permanece agressivo? Não, claro que o governo deve ter suas responsabilidades. Mas vamos combinar, nós estamos vendo uma agressividade no trânsito que é constrangedora...Nós temos que parar para pensar... Isso é um chamado a reflexão cidadã, é por isso que estamos chamando o V Congresso de “Cuidando da sua Cidade”.

Reunião ordinária da RP1 do dia 16/06/2011

O coordenador da reunião inicia comentando sobre a divulgação das reuniões da RP1 nos veículos da RBS, ZH e ClicRBS, convidando os moradores a participar da reunião. Ele está decepcionado com o "retorno" da matéria, porém, comentou com humor que esperava os estacionamentos lotados e o quartel da brigada de prontidão, "esperava coordenar a reunião de megafone". Ele comenta sobre a participação, de como é difícil fomentar a participação das pessoas.

Em seguida, ele pergunta para a secretária como anda a audiência que ele solicitou com o prefeito para tratar sobre a questão da remoção Minizão do Parque Farroupilha, a Redenção. Ele responde que faz 6 meses que ele tenta marcar e conclui: "eu não esqueço".

A reunião inicia com as comunicações.

O Conselheiro R fala:

4' 28" "Vamos iniciar pelo parque, primeiro alguns cidadãos entraram no MP contra a Prefeitura contra a retirada do mini-zoo... Teve uma reunião no gabinete da Primeira Dama, eles comentaram que ocorre uns 20 ou 30 eventos no parque sem contrapartida social.

7' 36" – "E para concluir, o Parque Farroupilha saiu uma publicação (um livro) chamado "Parque Farroupilha, a redenção" do Gunter Ax e do Moacyr Scliar que fizeram esta obra. Então o conselho de usuários do parque ganhou alguns exemplares, e o Conselho de Usuários do Parque Farroupilha está doando um exemplar para a RP1 e o CDMUA, a gente pediria que todo mundo desse uma rubricada para que no futuro tenha como registro esta obra que pertence a todos nós, é uma doação ao nosso CDMUA e a nossa extensão maior que é a RP1".

9' 00" – O Professor Libino se apresenta:

– "Professor Libino, nós representamos o judiado e esquecido Bairro Independência".

21'29" – O coordenador fala:

– "Nós estamos nos fazendo presente nas reuniões do Centro Histórico, Farroupilha e Independência. A nossa posição é um paralelismo político que tá acontecendo dentro da prefeitura, criando uma nova forma de gestão da cidade, isolando o fórum, de certa maneira os fóruns das regiões. Se isso trazer o bem da cidade tudo bem. Mas a expectativa é de que os motes da cidade estão sendo

tutorados por uma ideia de cidade que não é discutida com a comunidade. Ela vem de uma filosofia da Prefeitura”.

22’ 44” – “Em reunião do CMDUA eu oficializei ao secretário, fiz que constasse em ata esta situação, inclusive em forma de denúncia, falei que estava sendo criado esta estrutura onerosa, com consultores pagos, psicanalistas pagos, tudo para criar os “cuidadores da cidade”... Este cuidadores, eles vão ser orientadores das reuniões dos bairros”.

NOVA GRAVAÇÃO DO DIA 16/6/2011.

21’ 00” O Senhor Libino fala:

– “Eu quero fazer uma intervenção a respeito da Independência, a judiada e esquecida Independência. Ela é área estritamente residencial, não tem indústria, não tem shopping, não tem fábrica...O pequeno comercio fecha as oito horas, a maioria, até porque depois das vinte horas tem os assaltos e arrombamentos, a Panvel da esquina da Garibaldi já foi três vezes arrombada. Então o pequeno comercio não é incomodo para os moradores da Independência. Oitenta por cento dos edificios as pessoas são idosas. Então não se concebe como a SMIC coloca entre edificio e moradias um cabaré, no meio povo ali. Fim de semana, sexta, sábado e domingo não se dorme... Escuta aqui, três dias por semana, feriado e véspera de feriado tu não dorme, então são 5 dias na semana, tu já pensou passar uma noite em claro, imagina três dias seguidos! Escuta aqui, a semana que vem tem feriado, feriado e véspera de feriado a bagunça começa no meio da semana... Então semana que vem 5 dias que tu não vai dormir, isso dá por ano 6 meses que tu não dorme. Eu fui atrás, eu quis mexer no MP e coisa e me disseram o seguinte: Olha o cara aquele é da polícia, a polícia não gosta da brigada e a brigada evita a polícia, tá, eu to cansado de chamar o 190 e coisa, eu fico lá em cima e olho, a viatura vem os caras olham assim e nem abanam, e disseram assim o cara é da polícia. E me disseram mais, olha o cara aquele é parente de ministro, como que quer dizer assim: olha tu vai te meter numa fria! A meia noite quando a cerveja começa a subir pela cabeça e a maconha faz efeito, aquilo é gritaria algazarra é briga a madrugada toda, quando chamo o 190 a brigada vai lá e diz que os caras tem direito de fazer aquilo. Olha aqui, seguinte, nós já fizemos reunião com o condomínio porque o pessoal não assina nada, porque tem

medo. Eu não boto nada, eu não boto meu nome, porque, eles vão perguntar, quem é o Libino, onde mora o Libino, eu vou me incomodar, eles vão ofender a mulher, vão destratar a filha. Criou-se lá um ponto clandestino de taxi, porque os taxis ficam trovando entre eles a noite toda, batem as portas, buzinaam...”

– 29, 17”– O conselheiro S fala:

– “Vocês não precisam aguardar uma nova lei, vocês tem que ir no MP, não interessa se os caras são da polícia ou não, se eles leveanterem este tipo de argumento tem que enfrentar e falar, procurarem falar com a Ministra Maria do Rosário, ou seja, não é possível se encolher nestas coisas, o negócio é enfrentar, claro a gente pode ter medo, mas tem caminho, tem as leis e tem a justiça.

O Conselheiro F fala:

– “Tem o MP, eles são obrigados aceitar este tipo de denúncia!”

35’12”– A Conselheira V fala:

– “O senhor não desista, não existe ninguém que tenha mais poder que o senhor, simplesmente o senhor tem que fazer, pegar as leis e ir no MP e dizer, eu quero que cumpra, não interessa se é coronel ou seja o que for. Só que o senhor tem que pegar e botar no papel, marcar com o MP e ir lá é dizer: eu quero que cumpra isso. Prefeito nenhum vai atender o senhor, só em época de eleição. Escreva o que o senhor está dizendo aqui e vai no MP, não desista, não existe ninguém que é superior que o senhor, nem o presidente da república. O senhor não desista, não adianta os caras falarem que são da polícia, não acredite nisso.

Reunião da RP1 do dia 01/09/2011

A apresentação da Comunidade Autônoma Utopia e Luta

Neste dia a sala de reuniões está quase lotada, temos diversos convidados que acompanham os arquitetos, entre estes convidados alguns com cabelos ao estilo jamaicano, rastafári, outros com dreadlocks e alguns com cabelos raspados.

O Coordenador, como sempre, inicia com as comunicações.

2’04”– A Conselheira X fala:

– “Eu tenho uma comunicação só: Eu fiz duas representações no MP ontem, pedindo para o MP estudar o assunto a questão do estacionamento na calçada, a calçada e o mobiliário urbano... A outra representação é pedindo a atenção do MP com relação a o que aconteceu com a estação de bombeamento

da restinga onde dois operários morreram... Alguma coisa deve ser feita, está na hora de usarmos o código de obras e edificações.

11'10" O coordenador da reunião propõem:

– “Eu gostaria de propor fazer um ofício solicitando os documentos sobre a Copa do Mundo de 2014 via SPM dirigido ao Prefeito e a Câmara de Vereadores. Vamos a votação ergam as mãos quem estiver de acordo... contrários, abstenções...APROVADO: Câmara, Estado, prefeitura.

17'07" – O coordenador passa para a apresentação do projeto do Arquiteto Marcelo Gotuzzo, sobre uma pesquisa para o aproveitamento de prédios do centro. O motivo é que a RP1 não teve nenhum projeto de habitações de interesse sociais aprovado no ano de 2010.

20'01" – O Arquiteto Marcelo Gotuzzo inicia a apresentação:

– “O valor das identidades na cidade, com cortes nas edificações segundo a obra do arquiteto Matta Clarc, a proposta de reuso das edificações abandonadas”.

23'35" – “O QUE O MUNDO PRECISA? Na verdade deveríamos fazer a pergunta do que nós gostamos de fazer, mas a resposta é que o mundo necessita de pessoas ligadas”.

24'31" – ‘A COMUNIDADE UTOPIA E LUTA trouxe um grande benefício se inserindo num contexto já consolidado. Pois utiliza-se das condições de acesso e infraestrutura que já existe...este GRUPO AUTONOMO CONSTRUIU PELA SUA AUTOREALIZAÇÃO e AUTODETERMINAÇÃO Construindo uma edificação que estava abandonada a 16 anos.

26'08" – “COMUNIDADE AUTONOMA UTOPIA E LUTA, E TENDO COMO REFERENCIAL TEÓRICO A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA, DE TARROW: “pode-se compreender que os movimentos sociais urbanos são uns dos principais catalizadores da mudança social e por decorrência da mudança espacial das cidades”.

30'33" – “A ONU CITOU A COMUNIDADE UTOPIA E LUTA como uma referência dos projetos de inclusão.

30'59" – O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO ESQUELETO DA PRAÇA QUINZE COM A OTÁVIO ROCHA.

– “O edifício pode ser usado com a participação coletiva, inclusão social e sem fins lucrativos, o projeto é composto com centro comunitário autônomo, tudo

a partir do nono andar, 10.000 quadrados de área construída, uma estrutura com conexões externas de metal para não agredir o projeto original, com materiais leves pré-montados com execução rápida e segura... com mezanino para a administração do centro comunitário...ambiente acolhedor, bar da esquina, snacks e petiscos, para movimentar o local, para as pessoas estarem circulando.

41'50" – O arquiteto se emociona com a apresentação.

44' 26" – Inicia a apresentação de alguns convidados.

Convidado I, representa o Utopia e Luta, participa na diretoria da Associação Comunitário do Centro Histórico.

Convidado II, presidente do Movimento do Centro Histórico, movimento com ação e representação da comunidade da região.

Convidado III, coordenadora do Movimento Viva Gasômetro.

Convidado IV, ativista pela cultura e produtor de um dos maiores festivais de música independente do Brasil o Morro Estoque, participante do movimento Soma e um dos representantes do Movimento Circuito Fora do Eixo em Porto Alegre.

Convidado V, da Vila Chocolatão, ele tem experiência sobre o processo de remoção da Vila do centro da cidade para a periferia.

47'35" – Convidado I, morador da Comunidade Utopia e Luta, ele faz parte dos moradores que administra o espaço, ele fala:

– “Agente procura manter vivo aquele espaço central que vem de uma ocupação de um prédio público abandonado, e hoje, após a ocupação em 2005, ele se transforma em um espaço de formação comunitária, um espaço aberto a comunidade, um espaço de geração de renda, e agora nós temos cinco núcleos de economia solidaria e autogestão... Este projeto vem no viés da busca da sustentabilidade”.

51'40" – Convidado I fala:.

– “Como os espaços que são cancerígenos para a cidade, espaços desocupados, como estes espaços podem virar em soluções muito bacanas para as cidades, eles viram espaços culturais... ou habitacionais autônomos. Quando eu vi este projeto, através das redes sociais. O vídeo, do Marcelo Gotuzzo, dele é compartilhado em todas as redes, músicos, escritores, redatores, todo mundo compartilhando, esta obra é uma solução para o centro das cidades, os mais ri-

cos se espalharam e os centros nervosos da cidade, tá ali a cultura, teatros, vida noturna e diurna, com segurança para morar no centro dia e noite.

– “A dimensão exata de que a cultura tem que estar entrelaçada com todos os poderes, a cultura é um caminho para que a sociedade atinja padrões de saúde de satisfação pessoal mesmo, não por obrigação, aí fica infeliz, satisfação tem que ser até maior”.

55’53” – “Os prédios do centro de São Paulo que estão produzindo arte lá dentro, inclusão social dentro das casas que produzem cultura, uma reestruturação do circuito cultural de São Paulo... Uma reestruturação dentro do circuito cultural de São Paulo... Pessoas como a Camila Pitanga, Tiago Camilo, atores globais estão incorporando este trabalho, rede globo aquela coisa banal que não deixa os atores viver, estes atores estão contaminados, uma série de pessoas para que estes atores, estes centros culturais recebam estes atores para fazer filmes alternativos, para reciclar como atores, como uma volta as raízes”.

– “Eu também faço parte do Circuito Fora do Eixo, que é um circuito espalhado em todo Brasil deste o norte até o sul são 160 cidades de norte a sul do país... Uma das áreas que a gente quer focar é a criação de centros autônomos comunitários, com intercambio, levar pessoas daqui, manda o pessoal da Chocolatão morar em Recife, para Fortaleza, para ter experiências, porque a circulação de pessoas gera muito mais conhecimento que uma faculdade específica onde alguns órgãos estão viciados, existe uma outra saída que não é só a sala de aula para as pessoas evoluírem... agente apoia pra caramba o projeto do Marcelo que é um grande parceiro, que viu isso em outros países, como é que funciona, isso é de se emocionar mesmo, tu vê uma ideia bacana destas querer sair do papel”.

1h 05’: 35” – Convidado V, da Vila Chocolatão fala sobre o fato dos líderes terem sido expulsos do novo assentamento por vizinhos ligados a traficantes:

– “Eu sou o Convidado V e vivo lá na Vila Chocolatão, a nova, agora esta semana o presidente da nossa associação e suas famílias foram expulsos...a expulsão dos caras pelos vizinhos ela nos remete a algo que o Marcelo falava e é super importante e infelizmente nosso poder municipal não entende bem, porque o reassentamento nosso contrariou todo o bom senso, porque as pessoas não foram consultadas, e foi feito de uma forma onde não foi feito uma autogestão um autogerenciamento...Esse pessoal que vive lá eles não sabem

se auto gerenciar, e no mundo de hoje este pessoal tem que se auto gerenciar, eles nunca estudaram em lugar algum, mesmo assim eles necessitam de casas, mas eles não tem como pagar isso, eles tem que ter uma geração de renda que permita pagar as casas, isso é essencial para pessoas de baixa renda e baixa escolaridade...Ao se fazer a casa, esta casa não é só um lugar, ela é sim o lugar onde nós vamos abrigar o nosso ser e é ali onde vamos construir a nossa vida, é a partir daquele lugar, então é muito importante que esta casa tenha o olhar de quem é que vai morar nesta casa, e o que vai acontecer com este ser que vai se abrigar nesta casa. Ele não vai só se abrigar da chuva, não, ali ele vai construir seu ser, ele vai buscar novas alternativas, o ser, ali ele vai buscar aquela Homilidade toda aquela coisa que o Heidegger fala. Tudo ali, vai acontecer na casa, então eu acho que além de ser algo bom humano bonito, mas é alguma coisa que o gestor público tem que ver aquilo como uma forma de gerenciar a cidade, aquilo vai ser onde as pessoas vão construir sua cidadania...Então, olha bem, o pessoal da prefeitura me ligou hoje dizendo que não vão mais lá enquanto que a comunidade não resolver o problema, eles disseram que é nós, a comunidade, que tem que resolver o problema. Nós queremos desde o início uma cogestão. Agora que o negócio apertou, eles querem que nós resolvemos o negocio, mas aí é brincadeira. Isso que o Marcelo falou, a cogestão isso é o novo, as nossas casas novas são lindas, mas o governo não preparou as pessoa para se auto gerenciar”.

Reunião da RP1 do dia 17/11/2011

Ao chegar a reunião notei que uma conselheira estava discutindo com dois sujeitos sobre a possibilidade de iniciar a reunião mais cedo. Ela diz que estas reuniões são oficiais, regidas por regimento interno e não se pode iniciar a reunião sem o coordenador eleito.

Entre estes dois sujeitos esta o Professor Marcos Pereira Diligente, da PUC/RS.

O clima entre os presentes é tenso, mesmo assim, a reunião inicia com os comunicados: Na próxima semana serão comemorados os 75 anos do Viaduto Otávio Rocha com diversos eventos.

15' 42" Apresentação dos consultores do Congresso da Cidade:

Consultor 1: consultor técnico do V congresso da cidade, responsável pelo redesenho da governança solidária local.

Ele comenta que já participou das reuniões em 84 bairros. Reuniram os comitês que foram formados na fase das reuniões de bairro em encontros dentro do território das regiões do OP.

Na segunda feira fizeram a reunião da RP4, leste e nordeste, hoje realizam a reunião com a RP1, centro e RP7, Lomba do Pinheiro.

Consultor 2: Ele faz a moderação dos encontros moderados, é consultor técnico contratado pela Unesco.

17'39" O Conselheiro S pergunta:

– “O congresso está sendo financiado pela UNESCO?”

– O Consultor 1 responde que a prefeitura tem um convênio com a UNESCO:

– “Inclusive, este convenio encerra-se agora no final de dezembro. E os recursos que fazem parte deste convênio estão sendo utilizados para a realização do congresso”.

18'20" O Conselheiro A pergunta:

– “Qual é a especialidade de vocês? Qual é sua área?”

O Consultor 1 responde que é desenvolvimento de territórios.

O consultor B, de forma direta pergunta:

– “Formação profissional assim...”

O Consultor 2 responde:

– “Minha formação é de Engenheiro Agrônomo.

O Conselheiro B, de imediato, pergunta ao Consultor 1:

– “E o senhor?”

O Conselheiro 1, responde:

– “Gestão empresarial”

O Conselheiro B insiste:

– “Administração de empresas? Só para nós termos uma noção assim.

O Consultor 1 responde:

– “Gestão em geral”

O Conselheiro A sentencia:

– “Mas então, teu foco não é planejamento urbano?”

O Consultor 1 responde:

– “Não, meu foco é desenvolvimento territorial”

Todos percebem que o Consultor 1 não é formado, ele percebe isso.

Contudo, ele não se abala e inicia apresentação do V Congresso das Cidades.

17’09” O Consultor 1 informa que já realizaram muitos encontros moderados de governança:

– “Estes encontros tem como objetivo mobilizar as lideranças dos territórios de Porto Alegre entorno de uma proposta de desenvolvimento local.

– “Porto Alegre é composta de várias dimensões territoriais. O trabalho iniciou pelos bairros porque o cidadão tem relação direta com o bairro, identificação, sentimento de pertencer.

– “Foi feito um pré-mapeamento das lideranças formais e informais, para estas lideranças foi enviado um convite para participar de um encontro moderado de governança. Assim foi realizado em todos 84 bairros, destes resultaram 51 comitês, reunindo lideranças de primeiro segundo e terceiro setor de cada bairro. Os encontros são moderados porque participam moderadores imparciais que fazem a moderação de grupos. Eles já realizaram nos territórios do OP e agora esta nas Regiões do Planejamento, as RP1”.

21’ 55” Após a apresentação, o consultor 1 pergunta se os participantes da reunião da RP1 querem participar deste encontro moderado. Ele acha importante porque está inserido dentro de uma reunião formal da RP1. O coordenador é um facilitador para que:

– “As características destes encontros é que nenhuma das decisões vai a voto, as decisões, eventualmente tomadas, evoluem por consensos, daí a presença de um moderador”

24’16” O Conselheiro B comenta que:

– “Os nossos conselheiros são delegados com um bom tempo de trabalho”.

O Conselheiro B pede mais informações do trabalho dos consultores.

O Conselheiro A não entendeu o assunto da reunião e pergunta:

– “você vão moderar o que, qual assunto? Se for a linha dois do metro, a gente concorda”.

O Consultor 1 comenta que na fase dois bairros, após as lideranças mapeadas, eles querem identificar as ações existentes e saber quais ações podem

gerar sustentação ao desenvolvimento do seu bairro. A elaboração de um norte para cada bairro. O que eles querem é chegar a um mote de desenvolvimento da cidade e qual é o principal desafio para o desenvolvimento da RP1.

29'14" A conselheira C pergunta:

– Eu queria saber como vocês escolheram estas lideranças? Foi dentro das associações de bairros ou foi aleatoriamente?"

O conselheiro 1 responde:

– “Não nós não elegemos as lideranças, o mapeamento de lideranças foi feito em cadastros disponíveis em instituições, de várias entidades, para ter a lista mais ampla possível. A constituição destes comitês é por adesão voluntária no momento do encontro, então não vem previamente eleito ou identificado as lideranças”.

30'33" O conselheiro S é o primeiro a falar:

Eu gostaria de colocar, ou queremos governança ou queremos Planejamento. A governança surgiu no Canadá, onde junta lideranças e estas discutem as suas opiniões e entregam para a prefeitura aceitar ou não aceitar. O planejamento não, o planejamento é participativo e ele tem poder de decisão, , evidentemente não é um poder total, é um poder mediado, por controles legais. Aí está a diferença. Por isso que vocês escolhem as lideranças, por isso que o objetivo é chegar nos acordos, se houver divergências estas serão registradas, mas isso vai para a prefeitura e a prefeitura vai se posicionar. Enquanto que, o correto, na minha opinião, seria o Planejamento Participativo, ou seja, a comunidade dizer, o que nós queremos é isso. Eu por exemplo, eu particularmente acho que o centro de Porto Alegre, a nossa RP1, está altamente prejudicado pela dinâmica geral de Porto Alegre, tudo vem para o centro, tudo condicionado, então, é necessário nós nos posicionar para dizermos: não queremos assim, queremos diferente. Queremos que a cidade de Porto Alegre tenha uma outra dinâmica, que o transporte seja outro, não só no desenho de transporte mas também nos moldes de transporte... A grande questão é conceitual.

34' 08" O coordenador da reunião pede para os conselheiros serem breves em suas falas. Ele pede que os esclarecimentos das questões levantadas ainda não façam parte do trabalho de mediação e comenta:

– “Para Nós é mais importante entendermos este processo desde sua raiz,

como se esta montando este processo, nos queremos entender se este processo inclusive é válido”.

35’09” A conselheira X fala:

– “Eu estive naquela reunião, fiquei muito mal impressionada, inclusive com a presença das psicanalistas que estavam lá para nos psicanalisar. Eu achei aquilo meio KGB, para falar com fraqueza, eu achei aquilo meio policialesco. Hoje por exemplo, quando cheguei aqui e o companheiro ali falou: Nós temos que começar já. Eu disse: “mas não pode ser, nós não temos quórum e a reunião tem que ser aberta pelo coordenador, ele está atualmente sem suplentes. Sem chegar o coordenador não tem reunião, não se começa nada. Ou então, tem que ter um quórum legal. Porque isso não é...um grupo que se juntou na calçada, essa é uma instância legal, perfeitamente definida que tem a suas atribuições. Não é um grupo de garotos que fica fazendo um blá-blá-blá e precisa vir o professor para orientá-los como se faz uma discussão. Nós temos feitos dúzias de discussões, temos divergido, temos convergido e temos quem coordena esta reunião, sempre temos uma coordenação, esta coordenação se comporta com eficiência pois como diz: “não é um grupo de garotos na calçada que estão querendo fazer seu clubinho”. São cidadãos que querem participar, as vezes concordam com coisas da prefeitura, as vezes, se colocam numa posição de oposição as propostas da prefeitura. Não tem cabimento que tenha um moderador da prefeitura dentro destas reuniões, porque se a gente considera que é um simples auxiliar, se tem a instância dos conselhos temáticos. Os conselhos temáticos são grupos auxiliares que fazem sugestões para determinados temas, segurança, criança, política da mulher. Aqui é uma instância de planejamento, então ela tem que ser autônoma e independente. Nós aqui, tiramos resoluções que vão ser levadas ao CDMUA, que é a instância que aprova ou não aprova as coisas que discutimos aqui. Eu não vejo o que que um moderador do poder público vai estar usurpando... ele vai estar em um lugar que não é o dele. Totalmente inadequado, muito infeliz e totalmente antidemocrático”.

38’19” – Conselheiro P fala:

– “É bem isso, companheiros e companheiros que vem de fora, são angustias que a gente tem quando entra em um debate, a gente que vem de longe no movimento popular, e agente quando entra nestes debates que envolvem o

planejamento da cidade, que envolvem coisa muito profunda e que envolvem muitos interesses. Eu fico me perguntando, desde que eu me criei por gente na política eu conheço o espaço de organização popular, o espaço de organização social, onde as pessoas coletivamente se agrupam. E eu sempre militei nas organizações por local de moradia, e as pessoas se organizam e se juntam com o objetivo de cuidar do seu bairro. Então uma vida melhor para aqueles que residem naquele bairro, dão de si, da sua vida pessoal e profissional para o cuidado do coletivo. Eu reconheço como espaços legítimos, nestes espaços se tira posições coletivas, e estas posições coletivas são levados para o debate com a administração pública... Por outro lado, nós temos os órgãos colegiados de participação popular, que vem da constituição, vem do estatuto da cidade, do planejamento participativo, e aqui em Porto Alegre nós já temos esta legislação bem desenvolvida, pô, nós temos várias instâncias, não só o conselho do planejamento, eu posso citar o conselho da nossa terra e habitação, posso citar o conselho do meio ambiente, só para citar os conselhos que tem relação com este tema, que tem uma legitimidade, porque são designados por uma legislação e tem todo um rito institucional para indicar estas pessoas, e aí vem a minha angústia, como é que fica este sombreamento se em dois espaços vão se discutir as mesmas coisas e o que vai ser mais efetivo para a administração se o já consolidado ou o novo?”.

41'48" O conselheiro F fala:

– “O meu problema é o seguinte, é simplesmente complicado fazer uma discussão moderada ou não, independente da questão do método que será aplicado pela Prefeitura, como é que nós vamos discutir na RP1 as questões pontuais, o que vocês desejam, segurança etc... Eu acho que tá invertida a questão: Nós temos que discutir em primeiro lugar... que cidade nós queremos? O que entende a prefeitura sobre que cidade que os cidadãos de Porto Alegre merecem, tem que perguntar para nós em primeiro lugar. E não fazer a consulta do rol de iniciativas e dificuldades que vocês tem nos bairros de vocês. A nossa dificuldade são diferentes da região sul, quem vai solidificar isso, um planejamento estratégico para anos, governo após governo... A cidade são um milhão e quinhentas pessoas, esta é a cidade real, que tem que sofrer uma intervenção planejada, agente vê no conselho de desenvolvimento agente vê isso, os interesses, os

mais diversos, políticos ou não, dos empresários da construção civil, que quando não estão mancomunados com o poder público para impor seus projetos no conselho em especial, pois no conselho eles tem a maioria... Voltados ao seus interesses específicos, não da população, mas seus interesses de mercado... O que nós entendemos por planejamento estratégico? Eu fico por aqui.

48'25" O consultor 1 fala: VOLTA A PALAVRA PARA O ABREU.

– “Acho que tá importante a conversa e o debate eu gostaria de citar o exemplo entre os bairros da região centro nós estivemos, uma conjunção de bairros...nós só fomos realizar a reunião no quarto encontro. Os três primeiros encontros ocorreram como aqui, nós consumimos três encontros para preparar a reunião como aqui, então é continuar atender e seguir o trabalho.”

– “ Primeira referência é a seguinte, nós não somos da Prefeitura”. Nós somos consultores na área de desenvolvimento de territórios. Estamos a alguns anos atuando e, dentro desta atuação, por exemplo, é a primeira vez que eu atuo em Porto Alegre. As atuações anteriores passaram por várias regiões do Rio Grande do Sul, algumas da Argentina e de outros estados, sempre atuando como consultores, facilitadores do processo de desenvolvimento de território, muitas vezes setorial ou global, temos no nosso currículo a formação de agências de desenvolvimento. Então não representamos aqui o poder público... Eu considero a prefeitura proponente”.

51' 48" A Conselheira X pergunta:

– “ É uma ONG que emprega vocês?”

O consultor 1 responde:

– “Não desta feita é a UNESCO, nosso contrato é com a UNESCO.”

-“ Mas bem, nosso trabalho então é como consultores, não representamos o poder público. O que nós propusemos a prefeitura no caso aqui, nosso trabalho de fundo foi a contratação de um redesenho da governança local, a diferença é na destinação, visando a importância de primeiro segundo e terceiro setor possam estar articulados ai, para beneficiar o território. E isso converge para o conceito que os senhores trouxeram aqui”.

– “Nós temos a expectativa que todo o trabalho possa ser direcionado as definições das reuniões, a ideia não é sobreposição de forma alguma. Os comitês de bairro não são instancias deliberativas, a intensão é que estes comitês

reúnam, formem um agrupamento de lideranças, mobilize as lideranças locais. O foco passa por mobilizar” . Os coredes no Rio Grande do Sul servem de exemplo pra isso.”

– “Na nossa proposição a mobilização tem que ocorrer para fazer as coisas, lideranças que é fundamental que atue em conjunto, e que muitas vezes faz a anulação da ação e outros”.

– “A ideia é somar a estas instancias no que diz respeito a mobilizar e articular o que já está aí”.

– “Bom... Outra que é necessário fazer é pedir desculpa pelo episódio do início”. – “Já fizemos 69 encontros em Porto Alegre”.

58’22” O conselheiro A fala:

– “Eu vou tentar te ajudar... A RP1 é disparado, de todas as regiões que eu fui, e eu já fui em todas regiões, a RP1 é a região mais politizada, e a que mais tempo as tem na média como delegados. Qual é o problema, qualquer coisa que venha da governança tem uma barreira, porque a governança sempre foi contra os conselhos”.

– “O que acontece, vocês são de um ente que sempre foi contra o conselho, a prefeitura sempre foi contra, já fomos 100 conselheiros, vocês descentralizaram os comitês, vocês tiraram isso dos conselhos”.

1: 06: 00 – O conselheiro B fala:

– “Observem que nós estamos abrindo o jogo para vocês!”

– “Não estamos escondendo nada, estamos colocando nossa opinião de coisas que estão acontecendo, não recebemos nada por isso, estamos aqui com vontade, durante todos estes anos, ninguém recebeu por isso”.

– “O que impacta é que nós temos estrutura e esta estrutura não está sendo ouvida. Citar o caso da ARCOVI. As dificuldade foi colocar o Viaduto como projeto especial na SPM, o projeto tramitou por tudo que foi maracutaia”.

– “Nós sentimos que a governança nos sente como uma oposição as suas metas, porque a governança é as metas do prefeito, quando votamos contra estas metas a máquina vem nos atropelando, esses históricos é que segura este processo e é isso que chamamos de sombreamento. Em algumas vezes ouvimos que as coisas seriam encaminhadas mais fáceis a governança, ou seja, que as reuniões de bairro conseguiriam ter acesso mais fácil a governança. Isso gera

uma competição, porque alguns órgãos teria acesso mais fácil e outros não”.

– “A dicotomia que se apresenta é: Será que esta estrutura que se está criando não é um reforço do poder do prefeito? Porque se assim for, nós somos contrários! Será que esta estrutura que esta se criando é uma estrutura que vem da população do povo para reforçar seus anseios para o prefeito? Se assim for, nós até podemos aplaudir”!

1: 9’: 50” O Consultor 1 oferece os currículos para os conselheiros constatarem que eles não são dos governos, do municípios etc... se tiver interferência política ele não trabalha.

1: 11’: 55” A conselheira X pergunta:

– “Conselheiro 1, como tu vai separar a política da governabilidade e do poder de decisão. Isso é um trabalho político! Mesmo que seja um conjunto de partidos é político, não é meramente técnico.

O Consultor 1 responde:

– “Eu quis dizer que não é político partidário”.

O Conselheiro S fala:

– “Olha a situação da Itália, o primeiro ministro não é de partido, mas ele vai aplicar uma política, que é um neoliberalismo”.

O Consultor 1 fala:

– “Nosso trabalho e articulação são com liderança de todos os setores”.

1;15’;11” O Consultor 1 fala: Vou explicar a proposta de trabalho, aí, com concordância do pessoal, realizaremos o trabalho numa próxima reunião.

1; 23’;30” O Consultor 1 inicia a apresentação:

– “A tônica do trabalho é mobilização e articulação, o principal propósito é fortalecer o capital social. Porque um dos princípios que nós trabalhamos é conhecido como endogenidade: o desenvolvimento territorial só pode ser considerado como sustentável se for articulado internamente, envolvendo os três setores da sociedade: O setor público, os a iniciativa privada e a sociedade civil organizada”.

1;32’;43” O Consultor 1 fala:

– “Realmente a presença é bem baixa, ela é baixa. Realmente de todos os bairros com este propósito a presença realmente foi bastante abaixo, no centro histórico”

– “A mobilização é pequena mas vamos começar com este pequeno grupo e, na medida que ele produz resultados concretos, a coisa aumenta, mas eles são autônomos para revisar as ações e os modos”.

1;45';40” O Conselheiro B fala:

– “Sou uma liderança dos bairros do centro, e não fui comunicado do trabalho de vocês e das reuniões, então, como já sou uma liderança, me se sentiu fora do processo. Fui colocado de lado, foi aí que pensei em sombreamento”.

Reunião da RP1 de 01 Dezembro de 2011

Nesta segunda reunião apenas um Consultor 2 do V Congresso das Cidades esta presente. Também é pequeno o número de participantes. Surge dúvidas quanto ao quórum mínimo para seguirem a discussão sobre o Congresso da Cidade.

17'50” – “O coordenador da RP1 inicia a reunião com o questionamento sobre o que fazer, devido a falta de quórum não pode ser uma reunião da RP1, mas pode ser uma reunião com o Congresso da Cidade. O Consultor 2 volta a explicar o sistema de preparação do Congresso”.

29' 00” – “O conselheiro G da RP1 questiona a representatividade dos líderes de bairro que se apresentam nas reuniões de preparação para o V Congresso da Cidade e assim eles não significam as ideias dos bairros”.

29' 13” O conselheiro B fala:

– Um dos problemas que eu vejo que a RP1 tem é que nossas votações, nossos pedidos, não tem nem respeito. Um documento, uma carta que se manda para a Prefeitura nem respondem...Se for uma questão problemática pior ainda... Então, o grande problema que vejo em funcionar isso não é uma relação com o Cais do Porto, com o viaduto Otávio Rocha, nosso problema é com a gestão municipal. O que acontece, os processos são escondidos, nós não temos acesso... O que desmotiva a participação é o nosso parecer não ter força legal, não tem força nem de um pedido de resposta. Por exemplo, se não derem uma resposta a RP1 o processo não pode seguir. Isso acontecendo mudaria os procedimentos dentro do fórum da CDMUA...

31'51” – “Por exemplo, aquele morador da Independência (O senhor Libino) que tem uma boate junto ao prédio onde ele mora, o manifesto dele foi

emocionante, a forma como ele tratou o assunto, realmente dava vontade de ir lá e fechar a casa noturna. Conseguimos fazer alguma coisa? Ninguém nos deu ouvidos, SMIC nada. Então que força tem? Eu me sinto enfraquecido, diminuído, eu um conselheiro eleito”.

36’33” O Conselheiro S fala:

– “A democracia está abalada em POA, porque, hoje existe uma questão fundamental que é o mercado imobiliário, que está dominando a cidade: Por exemplo, plano diretor, conselho municipal, câmara de vereadores, mas tem alguém que quer construir um edifício diferente, porque isso e aquilo, 30 andares, e aí entra no conselho municipal e através das manobras e passa, entra na câmara e passa”.

37’ 28” O conselheiro B corta a fala do Conselheiro S:

– “Mas aí deixa eu te cortar, se este setor está organizado, ele esta organizado, muito bem e parabéns para ele. Eles tem o direito democrático de se organizar desta forma. Se nós não conseguimos parar uma situação destas eles não são culpados de estar definindo suas demandas.

39’48” O Conselheiro G fala:

– “Claro que é democrático que o pessoal se o organiza em proveito deles, isso é lógico. O que a gente não pode confundir é que grande parte das conquistas da cidade de Porto Alegre vieram com movimentos de associações de moradores, lá no Moinhos o pessoal pôs na justiça aquele negócio da demolição das casinhas, onde estão as casinhas, derrubaram? É claro que não! O problema que é muito difícil tu fazer uma mobilização em um espectro maior, como uma região de planejamento. O que acontece de mobilização e de vitória, quando acontece, são de pequenos grupos, a região não tem esta capacidade de ativismo e de mobilização. Na minha associação, se eu quero mil e-mails para enviar ao Ministério da Cultura, eu mando via email uma solicitação para o meu pessoal e vem assinaturas da Inglaterra e tudo mais, e funciona. Então nós não podemos misturar. A região tem uma função mais técnica para amparar estas demandas da população do movimento das associações”.

Eles querem ser respeitados pela prefeitura, ganhar diploma, por outro lado, no conselho, o voto não é significativo, a população dos bairros é menor

nas votações, ele pergunta, após constatar que eles podem denunciar, mas denunciar como, no face, no blog?

50' 30" – O conselheiro B fala:

– “Para quem lê a lei acha que nós opinamos e a coisa anda, se tu pegar os caderninhos que instituem a legislação que institui e cria os fóruns, parece para o leigo, que os fóruns determinam alguma coisa. Alguns moradores que vieram aqui, para aquele pessoal, o pessoal dos Anjos (do Condomínio dos Anjos) eles estavam entendendo que nós estávamos decidindo a vida deles e se nós disséssemos ao contrário parava a luta deles ali. Na verdade não era, se disséssemos sim ou não o processo estava ocorrendo independente de nossa posição”.

52' 10" A conselheira W fala:

– “Quando eu comecei a vir aqui isso aqui estava cheio de delegados. Eu sinto uma diminuição brutal no número de participantes. Eu lembro que antigamente existia uma coisa mais ou menos assim: No passado, se o sujeito participasse de 10 ou 20 reuniões ele ganharia direito a voto, a entidade quer participar quer opinar, basta vir a quatro reuniões a prefeitura oficializa a inserção desta entidade junto ao fórum. A própria região oficializa quem participa”.

54' 23"

– “ Devemos criar um procedimento que consiga falar que a região votou contra tal empreendimento mas, mesmo assim, o empreendimento tal passou no conselho da CDMUA.

54' 41" – O Conselheiro A fala:

– “Um exemplo de um dos projetos aprovados pela região é aquele que nós votamos contra. Então perante a opinião pública está lá que nós aprovamos o projeto, mas na realidade nós não aprovamos este projeto”.

Anexo 34

Partes das entrevistas com informantes

Entrevista Um

Entrevistado 1

Terça-feira, dia 12 de abril de 2011.

Entrevistado 1 – “Então, depois de alguns anos, os vários comerciantes da região sentiram a necessidade de montar uma associação, sendo que os principais fundadores, e uma das pessoas que realmente se “mobilizaram” e começaram a se reunir fomos Eu, o entrevistado 2, e o C, S.

Pesquisador: O senhor F não?

Entrevistado 1: O senhor F participou também no início, né...e outros...esse basicamente foi o grupo...e esse foi o grupo que realmente participava das reuniões semanais e, assiduamente, e eram somente estes. Posso ter deixado alguém de fora, porque eu não me recordo, já fazem vários anos, mas além desse grupo que participava ativamente, existiam outros seis a oito participantes que... que simplesmente participavam mas não se envolviam, participavam da associação mas não se envolviam, os interesses principais dessa associação era, eram melhorar, melhorar calçamento, melhorar iluminação, melhorar segurança, principalmente segurança, por que ocorriam de tempos em tempos algum sinistro, algum assalto algum furto de veículo ou até mesmo abordagem com arma, né...então a gente se sentia muito inseguro, né...a gente...e com isso a gente começou a ter contato com brigada militar, com o comandante do policiamento...

Pesquisador: E a questão da mesa nas calçadas, esta é uma questão que perpassa o tempo?

Entrevistado 1: A questão da mesa nas calçadas, naquela época ela era mais centralizada nos problemas que o entrevistado 2 tinha, que eram poucos estabelecimentos que tinham mesa na calçada, o público em geral desconhece que existe uma regulamentação que os estabelecimentos comerciais que querem ter mesa na calçada têm que obedecer, você tem uma licença para ter mesa na calçada, a prefeitura vem, o órgão, a SMIC vem avalia o calçamento, você tem que ter 4 metros e 20 de largura no calçamento, várias informações, que se não cumpridas você não vai conseguir ter a licença para isso, no me...ai com

isso eles avaliam número de mesas na calçada, número de cadeiras que você pode ter...e sempre o horário de funcionamento das mesas na calçada, é invariavelmente uma, meia noite. Você é obrigado a retirar as mesas a meia noite, mesmo que o teu, o teu bar ou restaurante fique até duas da manhã.

Entrevistado 1 : Eu lembro que nós conversamos com a brigada e chegamos a conversar uma vez com, com o Secretário de Segurança...

Pesquisador : O Secretário de Segurança?

Entrevistado 1: É, o secretário de segurança, e com o outro senhor que era assessor dele, eu tenho o cartão mas eu não me recordo do nome, mas enfim,...

Pesquisador: Como é que vocês conseguiram marcar esse encontro com o Secretário de Segurança?

Entrevistado 1: A...acho que o Entrevistado 2, o Entrevistado 2 é uma pessoa bastante conhecida na cidade né, eu acho que várias dessas pessoas frequentavam e frequentam muito a nossa região, né, então isso não foi tão difícil...

Entrevistado 1: Mas o que aconteceu...que ao longo...com o passar do tempo nós sentíamos que ninguém fazia nada, era aquela meia dúzia que participava das reuniões, e...e a gota d'água foi quando nós quisemos na época propor uma melhoria, uma organização melhor nas mesas na calçada, fizemos um projeto pra rua inteira, pra...construir, pra estender o calçamento público em algumas regiões, como se tem na Oscar Freire hoje..

Pesquisador: Sim...

Entrevistado 1: ou mais, como se tem em Punta Del Este. Você tem, ã...

Pesquisador: Um bulevar...

Entrevistado 1: É, um bulevar. Só que esse projeto vazou na imprensa antes de nós apresentarmos para a comunidade, a comunidade se sentiu traída e aí foi a gota d'água pra existência da associação...

Pesquisador: É muito forte a associação dos moradores aqui?

Entrevistado 1: Muito forte.

Pesquisador: Mas eles são atuantes?

Entrevistado 1: Mas eles são atuantes, acho que é isso o que eles querem. Acho que eles querem... Acho que a função deles é criticar, é dizer que nada deve ser mudado no bairro, né... é reclamar... eles são fortes para impedir a construção de qualquer edifício na região...

Pesquisador: Na tua opinião, qual que é o interesse da associação de moradores?

Entrevistado 1: É manter o bairro praticamente residencial.

Pesquisador: Essa é a ideia?

Entrevistado 1: Essa é a ideia!

Pesquisador: Você participou de alguma reunião como morador?

Entrevistado 1: Não participei, por que quando eu era morador não existia associação dos moradores...

Pesquisador: A é? Desde quando que existe a associação?

Entrevistado 1: A associação dos moradores eu não sei quando é que iniciou, mas eles se mobilizaram para lutar pelos interesses deles, mas principalmente evitar construção de novos prédios, evitar a destruição do patrimônio do bairro Moinhos, que eu acho que isso é realmente louvável, só que eles vão, eles vão para o extremo, eles vão para o extremo de evitar qualquer construção né.

Pesquisador: É um consenso entre os moradores que não deve existir edifícios com mais de trinta andares aqui, ou existe uma dissidência dentro do bairro, com relação a verticalização do bairro?

Entrevistado 1: Eu acho que existe uma dissidência. Eu acho que estereotipando um pouco, eu vou dizer que as pessoas mais jovens não se importam tanto, as pessoas mais com mais idade querem mais sossego. Eu acho que essa, de novo, sem ser preconceituoso, se tiver uma forma de dividir os grupos, eu dividiria pela idade.

Entrevistado 1: A gota d'água foi esse problema que nós tivemos, que nós desenvolvemos um projeto, esse projeto para fazer o bulevar, que era o que? O projeto se baseava em, ao longo da Padre Chagas, nós íamos construir algumas extensões do passeio público, pra que? Pra aumentar o número de mesas e cadeiras? NÃO! O projeto não era isso! O projeto era deslocar as mesas e cadeiras que ficavam no passeio público básico, inicial, né, pra jogar nesses bolsões as mesas e cadeiras ficariam em bolsões, que seriam as extensões do calçamento, e o calçamento ficaria livre.... Este projeto não irá permitir o aumento de mesas e cadeiras, o número de mesas e cadeiras, e sim a liberação do passeio público básico para os pedestres.

Pesquisador: O projeto chegou a ser apresentado para a prefeitura?

Entrevistado 1: Não, ele não chegou a ser apresentado para a prefeitura, por que, como eu disse, hãmmm...esse projeto vazou na imprensa, a imprensa divulgou isso antes de ser apresentado para a associação, que é o que nós pretendíamos fazer, e eles caíram “ de pau” em cima da gente...

Pesquisador: Pode ir falando...

Entrevistado 1: Eles acabaram com a gente...eles já falaram que isso era uma ...não sei se falaram que era uma traição, mas que era uma traição, que estava sendo feito na surdina, e que não sei o que...e que isso era um absurdo, enfim, eram totalmente contra. Uma das razões de fazer esse bulevar, vários bolsões, era para reduzir também a velocidade dos veículos na Padre Chagas, por que você vai tornar a rua sinuosa,...

Pesquisador: Hummm

Entrevistado 1: Você faria uma “chicane” e, com isso, os carros andariam mais devagar, em termos de vagas de estacionamento, ia se perder aproximadamente 15% das vagas ou 10 % das vagas, que era de duzentos e poucos veículos, então íamos perder 30 vagas do estacionamento, não era alguma coisa que ia fazer muita diferença, mas enfim, ai o projeto explodiu, a associação explodiu por que as pessoas atuantes, que eram os fundadores, aqueles aquela meia dúzia de fundadores decidiu tomar conta do próprio negócio, em vez de ficar perdendo tempo com “o coletivo”.

Pesquisador: Na tua opinião, o bairro é ... violento?

Entrevistado 1: Eu acho que tá calmo o bairro, eu não tenho ouvido falar de... por que a gente ouvia eventualmente acontecer era...era furto de veículo né, e as vezes até assalto, né, mas eu não tenho ouvido falar, quer um conselho? Deve-se estacionar carro na Padre Chagas, não nas travessas, as travessas são muito escuras, as travessas, a Luciana de Abreu e a Dinarte Ribeiro, a Dinarte Ribeiro nem tanto mais... Mas a Luciana de Abreu é extremamente residencial e muito escura, por ser residencial...olha ai quando eu falei...que o comércio ajuda a iluminar, a Luciana de Abreu ela é hiper escura e se torna mais perigosa...

Entrevista Dois

14 de abril de 2011

Pesquisador: Você pode contar um pouco o histórico da relação de vocês com a associação dos moradores do bairro?

Entrevistado 2: Vamos começar pela história da formação da associação dos comerciantes, né, que é “Padre Chagas, comerciantes e associados”. Em 2002 a região já tinha se consagrado como um polo de serviço e comércio e as transformações urbanas estavam muito intensas, muito rápidas... e com a preocupação de regular um pouco essas relações urbanas e essa modificação urbana, surgiu a ideia de criar uma associação que tinha como objetivo isso que já foi dito, regular as iniciativas, regular as ações, controlar, e desenvolver coisas em benefício, desenvolver ações em benefício da região, mesmo, independente de ser não benefício dos comerciantes, sim benefício da região como um todo. A questão da ambiência urbana a questão da iluminação, enfim, todas as coisas que dizem respeito a ambiência urbana. Bom, em 2002, nós fundamos, um grupo de empresários da região, fundamos a associação e começamos a desenvolver ações nesse sentido e criamos um calendário de ações promocionais para a região, com base...isso foi feito com base em experiência de outros lugares do mundo...como tem, por exemplo, em Barcelona, as festas de graça que durante uma semana tem uma série de festividades, como tem festejos em Nova York, como tem em Paris, enfim, vários lugares do mundo, onde existem uma concentração de bares, restaurantes e um certo comércio que realizam esse tipo de ação, a gente resolveu fazer o mesmo aqui. ...e fizemos, durante um ano, fizemos muitas ações que reverteram numa visibilidade muito interessante, pra região.

Pesquisador: E essas ações elas tinham apoio da prefeitura municipal, da associação dos moradores, ou eram ações isoladas, como é que era a relação específica de vocês com a prefeitura a...para fazer reivindicações da SMIC, SMOV, enfim, questão da iluminação, da limpeza urbana...a prefeitura na época era...a prefeitura do governo do PT, e da administração popular...

Entrevistado 2: Sim, sim era do governo do PT, não havia problema direto com a associação dos empresários. Os problemas maiores, desde o início, foi com a associação de moradores que foi fundada mais ou menos na mesma época.

ca...de certa forma daria para pensar um pensamento um pouquinho mais maquiavélico, que essa associação de moradores veio para contrapor. Como se os objetivos e os interesses dos comerciantes fossem antagônicos aos moradores, o que não era... o que não é verdade. Por que absolutamente não é verdade uma vez que, a consolidação dessa região, e o sucesso dessa região se deve ao fato de haver comércio, serviço e residência. Nenhuma vide o centro de Porto Alegre, o centro de Porto Alegre entrou em decadência no momento em que a moradia saiu, por que as pessoas deixaram de residir no centro, então, sempre foi muito claro, pra nós comerciantes, que as atividades em conjunto e a harmonia entre os usos, seria de fundamental importância para a manutenção da região.

Pesquisador: E a prefeitura teve algum alguma influência na formação das associações, tanto dos empresários quanto dos moradores? E como que eram as reivindicações de vocês frente a prefeitura, vocês recebiam apoio formal, ou não?

Entrevistado 2: Até onde eu sei, não houve...da parte dos comerciantes, não houve um apoio mas também não houve nenhum ã...

Pesquisador: Empecilho...

Entrevistado 2 Empecilho,... São associações legítimas que o poder público não tem direito de interferir, acho que mesmo em relação a associação de moradores. Mas, em relação as reivindicações feitas pelos comerciantes e pelos moradores, eu posso dizer que pelos comerciantes houve uma simpatia muito grande no início, do movimento dos comerciantes, no início, ã...logo na apresentação de alguns projetos para melhoria da região, e depois. Por conta de um movimento contrário aos moradores, a prefeitura arrefeceu, ela cedeu e voltou atrás, se reposicionou, então, num primeiro momento nós tivemos muito apoio, havia total interesse em executar propostas feitas pela associação dos comerciantes, que tinha inclusive patrocínio para conquistar melhorias para o bairro, tipo melhorar a iluminação pública, criar bancos, floreiras, ã...informações culturais distribuídas ao longo das ruas...e, no início a prefeitura foi muito simpática a isso. Quando a associação dos moradores se mostrou contra, por total desconhecimento do projeto, por que não quis nem ver como é que era o projeto....a prefeitura cedeu. Ai, até por uma questão eleitoral. A população ã...o grosso da população que habita essa região é realmente de moradores, e não de comerciantes.

Pesquisador: Uma outra questão, e o projeto de transformar a via da Padre Chagas numa espécie de um bulevar, pode falar um pouco sobre isso?

Entrevistado 2: Bulevar... era um nome bonito, né, por que na verdade a transformação dizia respeito a essas questões de iluminação, de bancos, de floreiras, ou seja, um embelezamento... Tinha previsão inclusive de ter bicicletário, áreas de lazer, por que o que hoje acontece nos finais de semana, é que como tem muito movimento, as pessoas acabam sentando não só nos lugares aonde tem mesas na calçada, mas sentam nos jardins dos edifícios, ocupam espaços que não são tão públicos assim. Então, havia previsão dessas áreas de lazer públicas, né, e havia previsão também de um alargamento utilizando as vagas de estacionamento ao longo de toda a avenida. Na verdade, o que aconteceria, que seria restrita apenas duas pistas da Padre Chagas e com estacionamento alternado num e noutro lado da via. Esse basicamente era o projeto que nesses alargamentos de calçada então, que aconteceria a grande vantagem, a grande conquista para a cidade seria que as mesas iriam para os decks, no lugar das vagas dos carros e os pedestres teriam então a calçada completamente liberada para a circulação.

Pesquisador: Uma questão muito forte no bairro, é a questão da construção dos edifícios, que são duas torres de 16 andares da Goldztein na Hilário Ribeiro e duas torres também, se não me engano, da Melnick Even na Dinarte Ribeiro, não é? Qual tua visão sobre os projetos e o embargo dessas duas obras?

Entrevistado 2: Eu não sou favorável a construção dessas torres, de padrão tão elevado, assim, de tanta altura, por que cria muito sombreamento na região e por que dificulta muito o estacionamento que já é um problema bastante sério, e não há projeto público de melhorar essas questões de estacionamento.

Pesquisador: Como foi o processo da conquista do direito de colocar mesas na calçada?

Entrevistado 2: O principal pensamento, que essa lei tinha que mudar para favorecer a região, como um todo, que todos os lugares onde tivesse condição de ter mesa e circulação de pedestres deveria ser contemplada, com uma lei mais moderna, mais atualizada, por que isso acontece no mundo inteiro, e por que que aqui Porto Alegre não poderia ter, e certamente, a cidade mudou muito, a partir disso, parece uma pequena atitude, um pequeno fator mas ele é de

extrema relevância, por que as mesas na calçada geram a animação na rua, é isso que é bacana. Os moradores acho que são divididos... Não há unanimidade entre os moradores também, tem moradores que adoram, que assinaram abaixo assinado, isso lá em 1995, quando se iniciou o processo para, para conquistar as mesas na calçada, mas tem outros que não gostam, então assim, nem Jesus Cristo conseguiu agradar a todos, né, isso é, isso acho que é urbano, é uma questão da urbanidade.

Entrevistado 2: E aí...nessa ocasião, neste dia que eles estavam por uma festividade no café... e veio o pessoal da SMIC, e fez a primeira autuação.

Pesquisador: Com o prefeito...no local?

Entrevistado 2: Com o prefeito no local...eles estavam cumprindo a lei, né, eles estavam fazendo o papel deles. E, bom, a partir disso, começamos a angariar assinaturas, fizemos um abaixo assinado com moradores, inclusive da região, com formadores de opinião, com advogados, com pessoas que viajam, que frequentavam os cafés, que tinham simpatia pela causa, e esse foi um processo bastante...,quer dizer, as assinaturas foram várias, e o processo foi engrossado com uma memória justificativa, dizendo o por que da importância da, das mesas na calçada, por essa questão toda da animação...do espaço público e...e com fotos de outros lugares onde essa prática é normal, onde isso é regulamentado. Então, em 1996 início de 96, feita essa defesa que gerou um processo e que iniciou, que teve toda uma movimentação da câmara de vereadores, que acabaram desenvolvendo, então, essa nova lei que regulamenta as mesas na calçada. Que é datada de 24 de outubro de 2001.

Entrevista Três

Entrevista de 26 de abril de 2011.

Entrevistado 3 - De qualquer forma, antes disso acontecer, eu já estava preocupado com a segurança....Quando o pessoal da associação dos comerciantes conversou comigo, uma das coisas que eles disseram é: “nós estamos tentando fazer alguma coisa aqui pra aumentar a segurança da rua”. Então, eu me associei ai até umas das primeiras coisas que aconteceu, foi que eles nos disseram que o policiamento alegava que não conseguia fazer ronda porque havia duas motos que estavam paradas, por falta de peça e de conserto. Ai, a gente fez rapidamente uma vaquinha ali, eu sei que três ou quatro ali entraram, fizemos uma vaquinha, pagamos o conserto das motos e dias depois as motos estavam fazendo a sua ronda...

Pesquisador: Como é que relação do, dos moradores do bairro com os empresários do bairro e... e qual a postura deles, na tua opinião, com relação a essa transformação do bairro , de residencial para bairro misto?

Entrevistado 3: Eu acho que... Resumindo, é uma relação de amor e de ódio. Ao mesmo tempo que o cara adora que tenha um restaurante ali na esquina da casa dele onde ele pode ir fazer as refeições dele com conforto, ele detesta o lixo do restaurante depositado na rua, que venha um mendigo pegar comida no lixo depois, e assim por diante... quer dizer, eu acho que é essa que é a maneira que as pessoas que moram ali vêm a coisa.

Pesquisador: Quando tu percebeu a reorganização do... da associação de moradores, qual a tua percepção dos movimentos deles?

G: Hã....na verdade, hã... eu percebi quando... fizeram duas ou três passeatas, ali nas ruas..

Pesquisa: A...fizeram? como é que foi?

Entrevistado 3: Fizeram passeata. Fizeram inclusive passeatas contra o Espigão, e tudo... Juntavam as pessoas na rua, tinha lá 30, 40, 50 pessoas e faziam passeata com cartaz e tal, protestando contra a construção do Espigão pedindo que o bairro fosse preservado, e tal, eles se deram conta de que , hã... de uma coisa que é verdade, nenhum organismo pode fazer um crescimento de forma 100% desordenada...é necessário que tenha um tipo de organização, senão ele funciona, mais ou menos com um câncer, quer dizer, um câncer é o

crescimento desordenado de células de alguma coisa, então se tu resolve de fazer crescer desordenadamente restaurantes numa determinada área da cidade, tu corre o risco de ter problemas com isso, né, da mesma forma que se começa a construir um prédio ao lado do outro, numa determinada área...

Entrevistado 3: Eles não sabem, mas eles têm o meu apoio contra qualquer coisa que seja desorganizada, né, eles não tem o meu apoio, por exemplo, se eles disserem: não, aqui vai ser só residência, ali vai ser só comércio aqui vai ser só indústria, lá vai não sei o que, e tal, porque eu, por uma questão de filosofia, eu acho que a... o equilíbrio, a mistura ajuda no equilíbrio, quer dizer, se estiver misturado comércio, residência, indústria, fábrica, etc, etc, etc...claro que guardadas as proporções adequadas e tal, né, eu acho que isso é melhor pro ambiente, né, se ficar misturado...

Entrevistado 3 - Eu comentei contigo antes de tu ligar o gravador, vou repetir agora, não acho que seja uma coisa perdida, porque só o fato de ter atrasado a obra, esses anos todos, eu acho que tem ai dez anos ou mais que... eu não sei quanto tem que a obra tá atrasada, mas devem fazer uns dez anos já.

Pesquisador: acho que uns seis anos..

Entrevistado 3: ...seis anos... a sensação que eu tenho é que faz bastante tempo que a obra tá atrasada, mas... provavelmente eu estou, iludido.... De qualquer forma, seis anos de atraso, que seja, cinco anos de atraso, que seja... Que sejam quatro anos de atraso, é o suficiente pra desestimular qualquer cara, de querer comprar cinco ou seis casas ali, pra demolir pra construir um “prediã” no lugar... Acho que pode ter “prediã” e tal, mas especificamente no Moinhos de Vento, do jeito que o Moinhos de Vento é, eu acho que é bem provável que “prediões” não sejam adequados ao ambiente...

Entrevistado 3: Então... não, mas o síndico a síndica anterior e a síndica atual já me disseram que tem problemas, na, a impressão que eles tem e que eles me dizem é que a prefeitura, hã... tende inclusive a ignorar os apelos das pessoas do Moinhos de Vento, né, tipo assim, a gente... A gente seria... é... vocês ai não tem problema, quem tem problema é o pessoal lá da ...da periferia... vocês ai podem se virar, né...

Entrevistado 3: A mais de dez anos eu moro no Moinhos de Vento... eu

meio que cresci no Moinhos de Vento porque meus avós moravam na Barão de Santo Ângelo. Então eu meio que cresci ali, porque eu ia muito na... eu ficava muito na casa desses meus avós.

Entrevistado 3 : A rua e tudo, movimentou tudo num período muito curto de, dez anos ou coisa assim, a rua mudou... de uma rua sossegada, tranquila e desconhecida, pra uma rua de movimento pra cidade, muito grande.

Pesquisador: E a violência hoje, como é que tá ali?

Entrevistado 3: Olha, eu já fui assaltado, já tentaram assaltar meu filho, já tentaram assaltar minha mulher, não tem duvida de que tem assalto continuamente na rua...

Pesquisador: Então isso é uma realidade, a violência, então... isso recentemente?

Entrevistado 3: eu fui assaltado faz dois anos, mais ou menos. A um ano, um ano e pouco tentaram assaltar... pouco tempo depois de que eu fui assaltado, tentaram assaltar meu filho, e tentaram assaltar minha mulher, nenhum dos dois foi assaltado, os ladrões foram nos dois casos, incompetentes. Mas no meu caso eu fui incompetente, eu estava distraído quando eu vi tinham dois caras, um deles com uma 38 apontada pra mim, na hora que eu me dei conta o cara já estava na minha frente, um metro de distancia de mim, mais ou menos, e me assaltou... né, isso, segundo eu sei, acontece direto ali na redondeza e tal, e não...

Pesquisador: É uma reclamação dos vizinhos ...

Entrevistado 3: Total, todo mundo fala, se tu sair a noite na região perto da minha casa, não tem uma pessoa na rua... eu saio de vez em quando, as pessoas não saem na rua, a noite, ninguém, ninguém, tu anda de manhã cedo não tem ninguém na rua... parece um deserto... todo mundo tem medo de sair, acho eu... não tem ninguém lá... a gente entende isso como nossa vida, é uma coisa pra nós habitual, assim, mas a partir de nove horas da noite dificilmente tu anda na , até encontra, mas é exceção...

Entrevistado 3: Não, nem acho que as ruas são escuras, nem acho que, que seja esse o problema... O problema é que de fato, tem assalto ali né, eu tenho um vizinho meu que eu conheço desde criança o cara, ele é meu vizinho mora um quadra dali de casa... Pô, ele já foi assaltado duas vezes, uma vez ele estava chegando em casa, outra vez ele estava saindo de casa, se não me engano.

Entrevistado 3: Mas normalmente não se vê policiamento não, não se vê policiamento extensivo. Tem muito pouco policiamento para a quantidade de gente e quantidade de movimento que tem... na época que a gente... que eu falava com o pessoal ali dos comerciantes, todo o mundo estava disposto a investir o dinheiro que fosse necessário pra colocar câmera nas ruas... Todo mundo estava disposto a pagar para... Pagar para instalar câmeras de segurança nas ruas, e toda a área, enfim, cobrir tudo com câmeras... e tal, instalar um posto, enfim, instalar... fazer tudo, pagar tudo pra que a brigada militar, polícia, o exercito a aeronáutica... Sei lá eu, alguém... A partir de então cuidassem da segurança né, nunca se conseguiu até onde eu sei, fazer com que isso funcionasse...

Entrevistado 3: Eu perguntei isso, a gente monta uma sala bota os monitores lá, contrata o segurança, bota uma sala, bota as câmeras na rua e a gente assume, a gente faz segurança...pronto! E os caras da segurança avisam por radinho quando vem algum carinha malandro por aí... A gente compra o software de reconhecimento de face pra usar o banco de dados da “puta que o pariu” pra reconhecer a face do sujeito que ta passando e saber se aquele cara que está passando é terrorista ou é bandido ou sei lá o que...

Pesquisador: E ai, como é que foi?

Entrevistado 3: Me disseram: não, não, não pode....

Pesquisador: Quem te disse não?

Entrevistado: aaa... na época o... me disse... que tinha perguntado pro cara da brigada e o cara da brigada disse: não, vocês não podem fazer isso... isso é uma atribuição da brigada... seria um outro estágio... na verdade apenas a proteção... tipo, cuidado com aquele sujeito ali de camisa vermelha que tá andando pela Luciana de Abreu... A gente identificou aqui que ele é fichado...

Entrevista Quatro

Entrevista de 28 de abril de 2011

Entrevistado 4: Então, aí aquela Praça Mauricio Cardoso, ela teve...Eu acho que isso tu não sabe, essa praça foi uma das praças mais importantes que eu vi em Porto Alegre, por que ela era administrada por um morador milionário solteiro do Moinhos de Vento, que era o seu Camelo. O seu Camelo era o seguinte, ele era um homem milionário solteiro e a vida dele era aquela praça. Como a prefeitura não tinha dinheiro, não tinha interesse, o seu Camelo contratou um jardineiro e ele bancava a praça, os passarinhos, o jardineiro, todos os balanços, os brinquedos. Tudo era ele que administrava. Ele pagava um jardineiro chamado Alfeu. O Alfeu morava ali perto. E a praça era uma das praças, com certeza, a praça mais bem cuidada de Porto Alegre na época. Por que ela era uma praça privatizada.

Pesquisador: Já naquela época?

Entrevistado 4: Já naquela época. E aí o que acontecia, as pessoas saíam de várias localidades de Porto Alegre pra levar os seus filhos pra brincar naquela praça. Então tinha um pipoqueiro que ninguém tinha, tinha o cara da maçã, o cara da casquinha, o cara desses negócios de praça. A gente se lembra que o Parcão naquela época era pequeno. Ele era, já era o Parcão, mas era, mas era muito insipiente o Parcão.

Pesquisador: Sim, sem árvores, sem nada?

Entrevistado 4: É, o Parcão ele estava sendo construído. Ele tinha a escultura aquela...

Entrevistado 4: Então, hoje todo esse pessoal que circulava nesse bairro, as famílias muito provavelmente continuam morando lá. Muito provavelmente. Pensando assim, agora, eu acho que as famílias moram lá ainda. Porque, claro que os seus pais, os seus avós faleceram. Mas as pessoas não saíram do bairro. Porque tu vai sair do bairro, pra quê?

Entrevistado 4: Então, por exemplo assim: formada de muitas pessoas de terceira idade, pessoas que moram nesses edifícios antigos de extremo valor, tem muitas peças, obra de arte, enfim...só que o que acontece, hoje nessa questão comercial, eu acho que essas pessoas mais antigas que sempre moraram no bairro, devem relatar a mudança do modo de vida que o Moinhos de Vento

sofreu. Hoje a única rua que mantêm intacto o seu modo de viver, como era, é a Santo Inácio, porque a Santo Inácio não tem nenhum comércio, não me pergunta por que não se fez nada, ou seja, a Luciana de Abreu tem comércio, a Santo Ângelo bastante comércio e as outras ruas com comércio né? Hoje a Padre Chagas é um exemplo claro disso né, com comércio deve ter, deve estar entre os aluguéis mais caros da cidade que tem uma grande rotatividade, enfim...

Entrevistado 4: Porque afinal, o bairro não precisa desse empreendimento. Ele não precisa botar três torres porque se for analisar; não sou arquiteto, mas se for analisar é o seguinte: pra tu ter três torres ele vão ter que ter espaço. O bairro já é pequeno né? Pra quê? Isso aí é coisa pra... Não tem área de escape, pra quê fazer isso? Não precisa, não precisa. O bairro não precisa né? Então é mais um problema. Seria mais um problema, um objetivo eminentemente imobiliário e financeiro pra descaracterizar, pra fazer um projeto totalmente que descaracterizaria. Por que se for analisar, o bairro não tem grandes prédios. Eles tem os grandes prédios são prédios antigos da 24, alguns feitos nos anos 70, alguns prédios na Félix da Cunha, mais outros ali que fizeram lá o meu prédio onde é que eu vou morar, o outro ali. São coisas muito pontuais, tanto é que a demolição dessas casas, dos casarões do Moinhos de Vento eles pararam um pouco. Até porque os atuais proprietários né? Não precisam vender aqueles empreendimentos. Então eles vão mantendo né? Claro, tem o custo de manutenção. No caso específico do espigão no Moinhos de Vento; é um projeto completamente inadequado que eu acho que o morador, esse morador tradicional do Moinhos de Vento se ele fosse opinar, ele não gostaria. Ele sequer compraria. Inclusive ali nesse, onde é que estão essas casas, que hoje elas estão fechadas, embargadas todas. O que se vê é que o Moinhos de Vento, por exemplo, é um bairro onde é que várias, que as pessoas que não moram lá, vão fazer lazer no bairro. Então ele é um bairro onde as pessoas moram e fazem tudo em função do bairro né? Porque tu pode, tem toda uma infraestrutura de bairro, fazer tudo a pé. Mas, aquela parte de bares, cafés e pequenos restaurantes e bistrô, aquilo lá é frequentado por pessoas que não moram no bairro né?

Pesquisador: Você sempre viveu no Moinhos?

Entrevistado 4: Eu vivi, sempre vivi. A minha irmã casada também mora no Moinhos de Vento.

Pesquisador: E os teus pais moram lá?

Entrevistado: Então eu sou o legítimo morador. Aquele perfil de morador. Acho que deve ter muitos no bairro que não que não sairia do Moinhos de Vento de jeito nenhum! Mas que observa todas essas modificações sociais e modificações de estilo de vida que transformou o bairro.

Pesquisador: E no passado, tu te lembra de alguma reivindicação dos moradores do Moinhos de Vento frente a prefeitura, ao Estado, existia uma associação de moradores na década de 70 ou 80?

Entrevistado: Não. Sobre questões pontuais eu não saberia. Eu nunca fui procurado. Eu não me lembro de ter sido procurado pela associação. O que eu soube já há vários anos é que tinha alguns... teve alguns episódios que a associação acabou se manifestando, uma que eles queriam botar um bar no Parcão.

Pesquisador: Ah é? Como é que foi isso, me conta?

Entrevistado 4: Não, eles queriam botar uma espécie de um... que nem tem na Redenção, um bar no entorno do cata-vento do Moinho. Porque hoje tem uma questão, que é uma questão que atrapalha que é essa série de eventos que o Parcão recebe no fim de semana. É a questão do som e isso aí tem limitações de uso. Então a situação do Parcão, provavelmente ela tem uma série de normas e de pedidos dentro da prefeitura pra vetar esse tipo de empreendimento, isso e dois ou três episódios de instalações de danceterias no que foi o antigo Cinema Coral que não saiu.

Pesquisador: Era um empreendimento do irmão do Governador na época?

Entrevistado 4: Isso. Que não vingou, foi abortado. E ali um outro empreendimento que seria uma danceteria ali na Florêncio do lado direito né? Onde é que depois teve uma loja de artigos da Indonésia chamada Garuda, era ali perto. Então hoje, essa é uma... eu acho que é uma vitória da associação do Moinhos.

Pesquisador: Já presenciou alguma mobilização deles, da associação?

Entrevistado 4: Não. O que eu vi recentemente é a questão essa dos espigões. Eu vi faixas e vi um que outro protesto que eu tomei conhecimento do que estava sendo proposto, o que era esse projeto enfim né?

Pesquisador: Que tipo de protesto foi?

Entrevistado 4: Não, foi uma coisa pacífica assim, eles botaram uma faixa, fizeram uma caminhada.

Pesquisador: Caminhada, Pelo bairro?

Entrevistado 4: Pelo bairro, e eles botavam... algumas casas tinham faixas “Espigão Não”, “Fora Espigão”, né? Isso é o que eu me lembro. E o que chama a atenção também é que agora o bairro, do ponto de vista comercial, ele tá avançando em áreas que antes eram... daqueles prédios tombados. O bairro tem uma questão muito interessante que é na Tobias Da Silva, que continua com uma predominância de consultórios médicos.

Pesquisador: Na tua opinião, qual são hoje os maiores problemas do Moinhos de Vento?

Entrevistado 4: Acho que hoje os problemas do Moinhos de Vento... acho que é um bairro muito pouco policiado, muito pouco policiado, iluminação não é boa... a iluminação é pequena. Se eu não me engano, o Morro Ricaldone ele foi fechado com doações, foi doado aquele aço pra fazer aquelas grades, porque a prefeitura não iria fazer aquilo lá. É uma coisa recente, não tem dois anos.

Pesquisador: Cercaram o morro é?

Entrevistado 4: É, eles fizeram um cercamento porque tinha problemas de invasão ali, de pessoal... de marginais. Outra questão de que eles não conseguem manter limpa aquelas escadarias ali que fica ali na... Entre o Morro Ricaldone e a Santo Ângelo.

Entrevistado 4: É, Ali tá sempre com coisas depredadas, quebradas. Enfim, eles não conseguem manter. Então o bairro, ele carece de serviços básicos assim. Pela contribuição dos impostos municipais que os moradores pagam; e deve ser um dos mais caros da cidade, a contraprestação da municipalidade é baixa.

Pesquisador: Baixa com relação...

Entrevistado 4: Ela é baixa né! Porque se tu for, hoje se tu for lá no Moinhos de Vento, fica lá de noite tu vai ver a iluminação é precária, as ruas não estão devidamente pintadas os meio fios e o calçamento não é bom né? Então, são prestados no Moinhos de Vento serviços públicos eminentemente básicos, nada além disso né? Tu vê, muito pouco policial muito pouco né? E acho que isso não deve satisfazer muito os moradores mas eu reconheço que em termos de serviços, transporte, taxi-lotação, ônibus, supermercados, restaurantes, ou seja, com certeza um dos bairros mais completos de Porto Alegre, com certeza é isso.

Pesquisador: A violência é um problema?

Entrevistado 4: Sim. A violência no Moinhos de Vento é bastante séria, muito séria, devido á falta de iluminação, à pouca circulação em determinadas ruas, em determinados horários, então, eu até gosto de citar um exemplo: teve um...que eu não conheço a pessoa, ele teve o carro roubado, uma caminhonete roubada na frente do Juvenil, num horário de tarde, ele comprou a mesma caminhonete, na outra semana roubaram de novo a mesma caminhonete do cara.

Pesquisador: Duas vezes?

Entrevistado 4: Duas vezes a mesma caminhonete no mesmo lugar. Então, ele é um bairro que deve ter um índice de criminalidade alto e dev... até porque ele fica três, quatro quadras da Farrapos, duas quadras de avenidas de fácil escape, da Ramiro né? E o policiamento do Moinhos de Vento dá pra dizer assim que é inexistente, não tem né? Apesar da grande quantidade de circulação. E agora a gente está nessa disputa aí que é essa questão das calçadas dos bares e pequenos restaurantes com as mesas que é um modo de fazer a sua, o seu lazer que é da pessoa. Até o final da noite ali, final da tarde, final da noite, e esses estabelecimentos colocaram essas mesas pras pessoas ficarem ali nos seus bares e tal. Só que as pessoas, os pedestres, não conseguem circular e os bares são autuados, porque tem um... uma população que frequenta esses bares, os bistrôs, os pequenos cafés diariamente, sempre as mesmas pessoas.

Pesquisador: E essa força do movimento na rua, tu acha que ela vem da mobilização dos moradores ou vem da ação direta de um sujeito extremamente rico que pega o telefone e liga pra prefeitura?

Entrevistado 4: Olha, eu acho que as duas situações né! É, eu acho que, por exemplo, assim, primeiro, esse pessoal reivindica muito via meios de imprensa né? Enfim, tem muita gente, até o próprio governador ele não mora no bairro, ele mora no Rio Branco, mas o governador usa todos os serviços do bairro.

Pesquisador: É comum de ver ele ali?

Entrevistado 4: Ele tá sempre lá! Por exemplo, assim, a gente tinha um vereador que era o vereador que estava sempre ali, até já é falecido, o Isaac Ainhorn, morava na Comendador Caminha, ali no Parcão. Ele era o vereador das demandas do bairro. Era o Isaac era o cara né? Tinha, então o que acontece, a associação, ela tem uma... eu nunca vi a associação fazer uma campanha, uma

questão específica, eu vi eles se articularem para administrar ou contra ou a favor de grandes projetos. Então eu acho que isso é que ela consegue cumprir com seu objetivo, ela barra ou retarda a questão do espigão, ela barra uma utilização eminentemente comercial do Parcão, ela barra uma utilização inadequada de horários e de som do Parcão, ela barra danceterias e coisas inapropriadas no Parcão. Então acho que ela participa de repente de um modo mais discreto, mas a gente vê que algumas coisas que eram para ter acontecido do ponto de vista comercial no bairro, não aconteceram. E eu acho que tem esse lado né! Mas eu acho que tem gente que participa com certeza né? Porque o bairro tem... ele é eminentemente... se eu não me engano, deve ser um bairro de classe de terceira idade. Se tu pegar a faixa etária do bairro, é um bairro de terceira idade, ou seja, de pessoas... Que foram para o bairro jovens, vindas através dos seus pais e continuaram a ficar no bairro, porque não tinham motivo por quê sair do bairro, os seus filhos cresceram, uns saíram do bairro, mas eles mantêm... então as famílias deve ser praticamente um percentual muito grande de famílias que nos anos 60/70 foram morar no bairro, com certeza algum integrante dessa família ainda tá no bairro. Então o bairro com certeza... ai teria que fazer um outro tipo de pesquisa, ele é de terceira idade. Quem é de terceira idade tem um tempo disponível, são pessoas que tem uma renda muito boa, elas tão sempre atentas às coisas, essas questões que modifica a rotina delas, então uma danceteria, um cinema inadequado, uma rua que não... elas tão sempre atentas a isso. Então, é com certeza elas devem saber os seus canais. Eu que... eu não tenho tempo, não sei quem são as pessoas né? Quem é o presidente da associação, mas com certeza essas pessoas que estão muitas horas no bairro e vivem o tempo inteiro no bairro, eu tenho certeza, porque essas pessoas... o pessoal da terceira idade é mais suscetível a essa questão da tradição de manter o modo antigo que o Moinhos vivia. Então, quando acontece novos empreendimentos, essas pessoas... elas reivindicam.

Pesquisador: Tu conhece outros políticos que moram ali na região?

Entrevistado: Político, sim, mora o Celso Bernarde, mora ali... o governador atual mora ali, mas ele é um bairro que tem muitos empresários e vários políticos circulam muito dentro do bairro né? Eu acho que o Dibb também. O Dibb também, o Antonio Dibb. Ele fazia uma política de proteção a algumas questões inclusive de interesses do bairro.

Pesquisador: Moram muitos empresários ainda no Moinhos?

Entrevistado 4: No Moinhos de Vento sim. No Moinhos de Vento o perfil de profissionais que moram no Moinhos de Vento são de empresários e profissionais liberais, eminentemente isso. E o que tem interessante é que o Moinhos de Vento, talvez eu esteja enganado, ele é um bairro que recebe pouca, eu acho que ele recebe poucas novas famílias assim... ele é um bairro das famílias que já estão lá, que só vão aumentando e querem continuar no bairro. Eu sou um exemplo disso, meu pai e minha mãe, a gente mora no bairro, a minha irmã mora no bairro e eu vou continuar morando no bairro.

Entrevistado 4: O metro quadrado... por exemplo assim... já são poucos os apartamentos novos no Moinhos de Vento, são poucos os apartamentos. Os que tem, devido a questão da especulação imobiliária em Porto Alegre, do metro quadrado extremamente caro, com certeza tá entre os bairros mais caros residencial, pra se morar, ou seja, com o IPTU e as taxas, ai a pessoa vai escolher ir morar num outro bairro...

Entrevistado 4: Mas eu acho que é muito difícil tu conseguir reter um empreendimento nessas dimensões né? Tu pode retardar, de repente trocar o projeto, agora evitar um empreendimento assim é difícil né? Eu acho que é por que... ali é realmente o coração do Moinhos, se tu mudar a questão arquitetônica hãã... muito bruscamente, os moradores não vão admitir, por que o que que tá acontecendo, se tu analisar mesmo a... Mudança de perfil... comercial do bairro né? Não tá havendo demolições das casas, as casas, elas deixam de ser residenciais, elas passam a ser comerciais mas as casas elas são reformadas, elas são adaptadas pra essas novas atividades, e isso é uma questão que até acho que não desagrada tanto. O ruim é tu ter num bairro que tem construído nos anos 50/60 até antes né? Tu ser trocado por um prédio de característica moderna, e isso na arquitetura eu acho que o pessoal não quer. A nossa questão no espigão é que aquelas casas são casas dos anos 60 com certeza, deve ser dos anos 60 até né? Todas no mesmo estilo enfim, estilo alemão ali, por que o bairro foi colonizado por Alemães, muitos né? Tanto é que o Hospital Moinhos de Vento era um hospital Alemão, um hospital Alemão né. E ali então... o Hospital Moinhos de Vento, o primeiro nome é Hospital Alemão, se a gente analisar e como eu não sou arquiteto, eu estou pensando um pouco; a maioria das construções que exis-

tem das antigas, quase todas devem ter influência Alemã. Essas casas estariam onde o espigão... provavelmente seja isso então, o que acontece, se tu pegar e demolir essas casas pra botar um projeto residencial com prédios de oito, dez, ou seja que o plano diretor aprove, vai ficar um negócio meio ruim né?

Entrevistado 4: É, essa questão da arquitetura do bairro, essa questão de alguns empreendimentos não decolarem ou não terem uma extratividade, é por essa questão estética, de mudar a estética do bairro, penso eu né?

Entrevista Cinco

Entrevistado 5

Dia 25 de maio de 2011

Pesquisador: O Entrevistado 5 vai narrar pra nós um pouco, as lembranças e as experiências, nas lutas comunitárias do bairro.

Entrevistado 5: Então, a historia das lutas comunitárias que eu participei aqui, iniciaram com a criação do parque Moinhos de Vento, o parque foi criado primeiro numa permuta do Jóquei Clube, é...o jóquei estava com uma área que vamos dizer, obsoleta pra eles, e eles queriam então uma nova área, então na época, era o Loureiro da Silva, e ele achou que naquela época Porto Alegre não podia perder um pulmão verde...que naquela época praça era chamada de pulmão verde... então o Loureiro da Silva, junto com os vereadores da época, que foram varias pessoas, se encarregou de fazer essa permuta acontecer e o Jóquei então foi pra zona sul. A Partir daí, então, foi feito um projeto do parque num concurso entre... interno lá na prefeitura, e ai ganharam uns arquitetos pra fazer o parque e fizeram o parque já com essa avenida mais baixa em relação ao parque e que criou a avenida Goethe, mas já era uma área vamos dizer, uma bacia que tinha vários problemas já de olhos d'água no jóquei clube... então, a parte de água dos morros todos vinha parar tudo aqui no parque, então, o parque foi todo vamos dizer... Essa área toda urbanizada, a prefeitura fez as permutas, adquiriu a área, então varias vezes ... vários vereadores, políticos, empresários todos se movimentaram para criar esse parque... que foi efetivada a construção na época do Guilherme Socias Vilela ... Então foi aquele parque maravilhoso... pronto tá... luminária baixa, toda feita, bancos, as arvores foram transplantada e foi surgindo nessa época no Brasil, foi criada a primeira Secretaria do Meio Am-

biente, foi aqui em Porto Alegre na prefeitura... que era o Roberto Xavier e pra acontecer tudo isso tinha que ter uma administração do parque, então veio uma administradora trabalhar no parque coincidentemente nessa época, havia uns trailers de cachorro-quente na Mostardeiro, que se instalaram na época da torta de panelas, não sei se tu lembra...

Pesquisador: Sim, lembro.

Entrevistado 5: Tá, então ai que começou duas coisas: uma, vamos dizer, do lado da ecologia que nem se falava naquela época, tá, e preservar porque as pessoas vinham a noite na torta de Panela e eles quebravam as arvores, quebraram toda a iluminação baixa, arrancavam os postes, era assim um depredação pública, era um horror, então tu acordava de manhã e via aquilo tudo detonado. Então junto com a administração do parque naquela época era Maria Angelica Telimi, se viu que se continuasse assim não adiantava ter um parque na cidade, com mau uso noturno porque de dia estava tudo bem, mas de noite era uma loucura, então houve o primeiro conflito na área, que era um conflito entre os jovens da noite, além do que eles desciam correndo a Mostardeiro, batiam os carros, era uma loucura, e não tinha telefone publico nem celular naquele tempo.

Pesquisador: Acidentes, tudo mais.

Entrevistado 5: Tudo, tudo o que possa imaginar, eram duas mãos a Mostardeiro, enfim. Ai se resolveu então criar a associação comunitária do Parque Moinhos de Vento, então foi criada dia 13 de junho de 1978, tá, e teve varias gestões, pessoas interessadas, então eles fizeram o estatuto, e sempre unindo essa parte de cuidar do parque, o estatuto é bem claro... o bem estar, é ter um comportamento e a partir disso, a gente trabalhou bastante, né, em épocas da associação a gente foi confundido com uma associação de bairros, porque realmente surgiram uns problemas do bairro pra gente...

Pesquisador: Vocês resolviam?

Entrevistado 5: Resolvia. Mas daqui a pouco cada vez mais os conflitos vão se tornar maiores a medida que passa o tempo, porque aqui, vamos dizer, era uma área que determinantemente era residencial, e a gente aqui, outra coisa que é interessante, é quase uma vida de interior, porque tu conhece as pessoas ao longo do tempo, aquela vizinhança não muda muito, né, então, é estável. Então os empreendimentos vão acontecendo as coisas vão acontecendo, tu tem

uma vida que tu conhece o bairro, e isso é comum em qualquer cidade, né, bom então os conflitos que de certa forma fortificaram, foram esse cuidado com o parque e ai, e sempre eram ideias que vinham ou do empresariado ou do próprio poder publico, e era mais triste ainda de resolver quando era do poder público. Ideias estapafúrdias.

Pesquisador: Por exemplo?

Entrevistado 5: Por exemplo, pessoas que queriam uma pista coberta de Cooper, pra caminhar. Teve alguém que levou isso a um vereador e a uma secretaria, meu Deus, então vai pra um clube... Graças a deus tem a brigada militar lá (ginásio da brigada militar nas esquinas da Av. Silva Só com a Av. Ipiranga). Vai correr na brigada né. E a proposta é essa, é lazer, não é contemplativo, mas pra que a pessoa faça esporte, caminhe tranquila, segura, tem gente que corre as cinco da manha, a noite, mas que tenha uma certa segurança e que possa aproveitar o parque e os arredores... Bom, ai por questões viárias foi feito o binário, que era uma moda, uma rua vai numa Mão, e a outra vai pra outra, para o fluxo de carros. Não resolveram as perimetrais, então resolveram assim. Então foi na época do Collares, tinha um cantão do parque e ia tirar um canto muito maior se a gente não se mobilizasse, então ali quando tu chega na Goethe, e passa por baixo da sinaleira, tu faz uma certa curva, ia ser reto e ia perder toda aquela conto do parque, vamos dizer...

Pesquisador: A segunda metade.

A: É, por causa da via publica, né. Então fomos vitoriosos, fomos vitoriosos até hoje, vamos dizer, reunidos e quando a gente sabe que tem alguma coisa rapidamente a gente se reúne e se organiza, então tivemos esses problemas com os bares. O Chanadu, era um na esquina da Rua Comendador Caminha também, que trancava o fluxo das pessoas era um horror. E tiveram outras ideias, fazer um jardim sensorial no parque, que é pra cegos, a ideia é boa, mas descobrimos que com dois mil reais, esse jardim pode ser ativado, e que já existe o jardim Botânico, um que é pra cegos, então a pessoa chega e tem no do Rio também, são plantas que o cego vê e tem a textura, a informação científica, numa placa com leitura em braile, porque sempre a medida que o tempo passou, ficou o Moinhos de Vento uma referência, e na época da Torta de Panela, que era do amigão, do magrão, o parque virou parcão, e hoje em dia eu fico contente que

o parque ... Tem parcão em Triunfo, em Cachoeirinha, tem na zona norte, tem em Gravataí, Parcão virou uma palavra do nosso idioma e uma maneira de viver, porque se tu vai a Triunfo ou Gravataí os parques tem as pessoas caminhando, fazendo uma caminhada, claro que toda na parte social, tu bem sabes que exige já uma nova vida mais esportiva, tu vê pessoas da quarta idade, fazendo a caminhada esportiva, acompanhou um modismo também né, outros movimentos que fomos vitoriosos, foi o “cercamento” dos parques, porque havia uma proposta pra cercarem todos os parques de Porto Alegre, para todo mundo, então a gente conseguiu passar que cada parque é um, cada praça é uma, então os exemplos disso... lá em Paris, o jardim de Luxemburgo é fechado mas é outra coisa, outra cultura, aquilo já era assim, a cidade avançou sobre ele ou sobre um castelo, enfim, ...tá na hora da gente mostrar ... eu acho que o teu trabalho é muito importante, que a gente tem condições de fazer a nossa própria caminhada, a nossa própria história, e essa história parece as vezes gozado, tu ver as pessoas que não precisariam lutar por alguma coisa estão lutando... voluntariamente...então o que eu vi nesse tempo todo de comunidade, a gente se reunia na UAMPA, União das Associações dos Moradores de Porto Alegre, só que eu ficava calado, porque eles queriam era água, era luz, era regularizar o lote... é isso que tu já sabe que existe de documentação...

Pequisador: As mazelas da vida.

Entrevistado 5: É, nos éramos prejudicados, porque nunca chegava a vez da gente falar, então cada vez...não podia nem expor numa reunião, dizer a nos não queremos sei lá o que, que a rua avance, ou alargue a rua pra passar...

Pesquisador: Sim, diante de tantas necessidades.

Entrevistado 5:...a, passar o ônibus, a tem que passar o T9, tem que passar o T não sei o que, tem que passar ... mas não vai ser em cima do parque, então assim, era proteger esse parque como área verde, porque na real ele não é um clube, teve gente que queria botar florista, outro queria botar uma banca de cerveja, agora se quiser clube tem o Juvenil, o União, não pode, não é o caso de nós proporcionar para os moradores ou pra comunidade, é o verde, é isso ai, então tinha uma época que a prefeitura não podia receber nenhum ... vamos dizer dinheiro, e não pode receber até hoje, então a associação funcionou como uma coleta de dinheiro e a gente comprava equipamentos, pranchas...tudo a associação que se mobilizou.

Pesquisador: De ginástica?

Entrevistado 5: De ginástica. O Moinho, a administração não tinha um lugar para trabalhar, era na capatazia com os empregados, então surgiu a ideia da prefeitura fazer o Moinho. Então tinha que ter uma área né, então ai se viu a possibilidade de fazer o Moinho, seria uma coisa, um atrativo turístico né, mas ai claro, os arquitetos malharam horrores, porque tu está construindo uma coisa que não era real, não existia mais Moinho no bairro, então como é que tu ia construir um Moinho, então começa toda uma discussão, mas na época, se definiu que era importante ter um Moinho, e hoje ele é um cartão postal, só que tem que botar ali uma placa, esse Moinho, é uma réplica, de um Moinho Português, então tem que estar ali pra crianças entenderem, hoje em dia ali é uma biblioteca, que o uso no parque também vai mudando, então a administração também achou melhor ir lá pro outro lado do parque, que é o lado esportivo que antigamente havia assim o lado de cá, que a gente chamava, era administrado pela secretaria do meio ambiente, e o de lá era o da secretaria do desporto, então no fim, mas quem fazia toda a manutenção era a SMAN, então eles se acertaram. O desporto entra com os professores e o ...sei lá... os que ajudam assim né, e arrendam aquela cancha pra alguns clubes, assim, então a parte de lazer e esporte ficou com... foi pra lá, pro prédio que existe, eles não cuidavam, por que como não tinha vigia, era todo quebrado aquele prédio, volta e meia a gente mandava arrumar e eles quebravam tudo... e a depredação custou a parar de acontecer, e volta e meia aparece pessoas com problemas mentais que andam por ai, e quebram.

Pesquisador: Os moradores de rua?

Entrevistado 5: É, mas também tem outras pessoas, vândalos, né.

Pesquisador: Como vocês fazem a mobilização? Vamos pegar um exemplo, se o pessoal quiser construir um bar do lado do Moinho de Vento, do próprio Moinho.

Entrevistado 5: A gente ficou sabendo disso e aí já nos reunimos, aprovamos sensibilizando pessoas, foi...cada luta é dum tipo, vamos dizer, não da pra dizer que existe uma regra.....

Pesquisador: Colhem assinaturas?

Entrevistado 5: É, eu acho uma coisa muito antiga esses abaixo-assinados,

mas já tem abaixo-assinado eletrônico lá no Bairro Higienópolis, lá foi via internet.

Pesquisador: Vocês ainda não tem na internet?

Entrevistado 5: Não, nós fazíamos agora sem CPF, E ASSINATURA. Estamos fazendo mais com endereço e telefone, pra segurança, isso ai sim, por segurança, as vezes a pessoa não assina porque não quer ter o nome divulgado e telefone, dar de bandeja sei lá pra quem, né, não quer, então hoje em dia o nosso abaixo assinado é assim se precisar comprovar a gente comprova.

Pesquisador: E vocês conseguem as assinaturas? Quantas mil?

Entrevistado 5: Sim, sim, a gente é muito rápido. A não, da de tudo, conforme o movimento, não precisa ser muitas mil, não, é tem de tudo conforme a questão que já foi... Na Padre Chagas que aconteceu também, no fim foi resolvido numa audiência pública, até um colega meu fez o estudo de um calçamento mais largo na Padre Chagas, te lembra?

Pesquisador: O Bulevar?

Entrevistado 5: É, os bulevares, maravilhosos, isso tem em Punta Del Este, tem na cidade do Uruguai, tem sei lá... na Florida, mas acontece que ali é uma via muito importante e até por exemplo, a questão dos bombeiros, segurança, então eu me dei ao trabalho naquela ocasião, de ficar na Padre Chagas vendo toda a carga e descarga antes das 9 horas da manhã, não tem noção do que é! Porque existe aquele movimento de entregador de bebida, de lenha pros edifícios, existe assim toda uma vida que as pessoas não...só pra tá o bulevar funcionando... não ia...ali é complicado. E ali foi a associação do Moinhos de Vento que tomou parte, eu ajudei só na parte, vamos dizer, técnica né, e, realmente aquilo foi resolvido numa audiência pública, que teve e foi resolvido, e não aconteceu...

Pesquisador: E não aconteceu o bulevar?

Entrevistado 5: Não. Não porque é impossível tu, as ruas hoje em dia, todo mundo quer alargar e para ser única rua na cidade que vai diminuir... porque calçamento é uma coisa, vamos dizer, que começou na Alemanha tá, como uma revitalização de centros que ai tem toda uma cultura, um pessoal já sofrido, de uma guerra, sei lá o que, e ai resolveram fazer aqueles calçadões, também lá em Boston tem.... Que é as vezes uma área deteriorada, que se faz, mas se nos fossemos fazer alguma coisa ...no quarto distrito, de repente criar um calçamento

alguma coisa, pra agregar ficar mais cômodo do visitante, sei lá... o DC Navegantes, é um calçadão interno aquilo né? Então, aqui não se aplicaria né! Não tem é uma via de... E ali é um conflito, eu acho difícil a parte vamos dizer, com restaurantes e junto da área residencial, ali é uma área de conflito. Então isso eu te digo sempre, quando tem conflito em dois toques tu reúne a população, a pessoa sente o conflito, prevê, ela já se reúne porque ...

Pesquisador: E todo mundo se mobiliza?

Entrevistado 5: Todo mundo se mobiliza cada um do seu jeito. E as técnicas são o boca-a-boca. A gente já se conhece né! Já faz reuniões, então é... são técnicas rápidas e normais, qualquer associação é assim, eu participei de reuniões do Bairro Chácara das Pedras, que antes também, numa época de mudança de plano diretor, eles diziam, o primeiro escalão mora na zona sul. Lá não saia edifício, o segundo escalão da prefeitura morava na Chácara das Pedras, então não saia edifícios, era por isso... por que senão já tinha tudo esticado, quer dizer, se tu olhar mesmo a Chácara das Pedras, até hoje eles conseguiram... Junto aos que moravam, sei lá ... conseguiram fazer isso...

Pesquisador: Sim, ali não tem verticalização.

Entrevistado 5: Não, e nem na zona sul na parte mais interna, que antigamente se ... não sei se tu tem conhecimento, existia um limite da cota do Guaíba, existia a cota verde, então acima dessa cota do morro, a gente não podia construir, ... não podia, e ai foi o Collares que tirou essa lei, e ai, então por isso que então houve essa verticalização que mudou o plano. E hoje em dia há um problema da baixa verticalização por causa que, o aeroporto, tu sabe que tem uma área...

Pesquisador: A, eu sei...na Carlos Gomes não pode...

Entrevistado 5: A não, aqui também. Aqui pega sim uma área imensa da cidade, se tu pensar, nosso código seria que nem esse código que foi votado ontem, é área de aproximação de vôo...

Pesquisador: De aproximação de vôo...

Entrevistado 5: É... então até aqui... antigamente os voos passavam aqui em cima... agora só as vezes, conforme o vento eles vem pra cá...é raro... agora eles abrem mais lá pro... com essa pista nova...

Pesquisador: Mas eu li uma entrevista, do comandante da aeronáutica, ele

falou que é de fato perigoso, construir prédios altos, em especial na região da Carlos Gomes.

Entrevistado 5: Sim, mas às vezes conforme o vento eles precisam passar por aqui. Eu mesmo já passei varias vezes aqui, em voos mais diferenciados, assim né...E é uma área que eles não deixam mais... já baixou aqui... por causa, na real porque como é que a prefeitura vai conflitar com isso aqui... Eu não sei, criou-se um impasse. Outra coisa, por exemplo, assim, em termos de plano diretor, criaram aqui uma época, lojas embaixo e edifícios residenciais em cima, por que era a ideia de Copacabana, Ipanema, Rio de Janeiro, um outro tipo de vida, né. Tem pessoas que já moraram aqui no bairro que hoje em dia moram em Brasília que dizem ai que saudade da Avenida 24 de Outubro, do meio fio... Porque essa coisa ainda encanta as pessoas. Tu passear, ver lojas, caminhar, e isso ai é uma coisa que une as pessoas, tem gente que tem saudade dessas desse tempo né! E outra coisa, o crescimento da cidade, vem do centro, e vem vindo, só que a gente reuniu aqui e não quer sair daqui, a gente vai ficar aqui, e não tem proposta que nos tire daqui, entende, porque agora já estava vendo uma cidade consolidada, aqui praticamente. E a gente não pretende sair porque realmente sempre a área residencial da cidade é empurrada pra fora, isso ai tu nota, então o que tem esses condomínios, Terra Ville, sei lá o que, estão mandando as pessoas morar com segurança lá em Guaíba! Agora, é outra maneira de viver, se tu consulta alguém da prefeitura eles vão te dizer olha segurança hoje em dia é morar em condomínio, é duro né, tu escutar isso ai. Quer dizer que então a própria cidade não foi capaz de criar alguma coisa em que a cidade tenha vida, então por isso a nossa luta tão grande, porque isso aqui seria uma área se a gente não se cuidasse uma área abandonada, imensa, um problemão, né! Seria um horror.

Pesquisador: Sem dúvida.

Entrevistado 5: Que nem as amigas da minha mãe dizem: morar na frente de pracinha é horrível. Então, no entanto nos conseguimos mudar a luta. Claro que tem todo um empenho da prefeitura mas a gente sabe que a gente paga IPTUS altos pra isso e o retorno, as vezes, se conta no lápis nem sempre é proporcional. Existe problemas de esgoto, nos somos uns dos batalhadores do conduto forçado, esse, da Padre Chagas, no tempo do Dib, fomos lá no Dib, só

que naquele tempo ele dizia: Aaa... tem que vir verba federal pra conseguir isso, se não, não se consegue fazer. Tem que vir verba de Brasília. No fim, o conduto forçado foi com o Banco Mundial. Hoje em dia nem as prefeituras trabalham mais com o dinheiro que vem de Brasília, trabalham com coisas que vem do mundo né... então mostram que é necessário, que vai atingir um numero grande de pessoas e por incrível que pareça a nossa rua Comendador Caminha, não foi atingida pelo conduto forçado, nos temos um problema enorme de esgoto pluvial e não tá solucionado, então isso ai é uma outra luta que nós já estamos começando de infraestrutura...

Pesquisador: De trabalhar por melhorias de infraestrutura?

Entrevistado 5: É, porque inclusive esse edifício aqui na frente, ele não podia ser construído porque o esgoto passa por baixo, mas ai eles deram um jeito de transformar o esgoto pela rua. A própria empresa pagou, pra poder fazer o edifício em cima. Se não fosse em cima do esgoto, que fosse lateral... só a gente sabe... então, as vezes vem a equipe da prefeitura e não sabe nem onde passam os canos, então é tudo tão terceirizado as vezes, e os funcionários antigos são poucos, né, e a antiguidade somos nós...risos.

Pesquisador: Então, vocês guardam mais a memória do que a própria prefeitura, não é? Uma outra dúvida que eu tenho, como que é a receptividade da prefeitura com as demandas de vocês?

Entrevistado 5: Sim, isso não tem problema nenhum, eu acho que a política vamos dizer, ela existe, né, e quem trabalhar bem trabalhou bem. Não tem, acho, que a questão é: O governo ser uma coisa administrativa que desce retorno, não importa o partido, não. Acho que pra uma cidade crescer, o importante é fazer o serviço bem feito, administrar bem e atingir...vamos dizer, outro dia veio uma pessoa ai, política, e disse assim, qual é o representante político dessa área, não tem? Ai eu digo, mas o que é isso? Ele não sabe o que nos temos, nos temos a comunidade! Eu acho que a política maior nossa é a própria comunidade, isso é uma política, vamos dizer, de bem viver, enfim, e essa política administrativa tem que trabalhar, não adianta, a gente cobra muito isso sim, a gente cobra, acho que ate acaba imerso sempre todos os projetos, quando querem mostrar alguma coisa começa por aqui, então quer dizer que nos somos bem de certa forma respeitados, né.

Pesquisador: Sim, vocês se auto representam... não existe nenhum vereador que tenha uma base eleitoral aqui, pelo o que eu saiba não é?

Entrevistado 5: Não, não porque eu acho que é muito.. acho que não tem, porque é muito difícil né.

Pesquisador: São poucos moradores, não é?

Entrevistado 5: É, então representam... o que as vezes uma prefeitura é decidida na periferia... não é aqui.

Pesquisador: Com certeza não.

Entrevistado 5: É na periferia. Isso a gente sabe, mas não é por causa disso que a gente... que nós não vamos ter né... nós nos relacionamos muito bem com todo o mundo, não tem problema.

Pesquisador: E as demandas, quando vocês encaminham, vocês encaminham elas prontas pra prefeitura ou vocês constroem junto com a prefeitura?

Entrevistado 5: Depende, como vem a coisa, se a coisa vem pronta, certinho, a gente malha. É na luta...se vem muitas assim, de cima, que a gente sabe que né...

Pesquisador: Tipo um canetaço da prefeitura?

Entrevistado 5: É, ai já tá morta. As demandas tem que partir da comunidade, a comunidade com em relação as coisas vamos dizer, tá consolidado, não adianta dizer, aqui é nossa área... está praticamente consolidada... não da pra criar muito, não tem o que inventar mais, tem que manter, manter isso ai, e mesmo assim eu acho que é uma trabalhadeira... a administradora do parque imagina, ela tem que administrar tanta coisa né... o parque é o uso, é uma área pública, e de várias pessoas que usam...é complicado...

Pesquisador: Sim, sete dias por semana...

Entrevistado 5: É uma coisa que, imagina, tem que cuidar, e qualquer coisinha... Um reclama, os moradores são muitos, vamos dizer, se acham donos de certa forma do Parcão, né, e cuidam ajudam a manter... Eu fui reclamar pra um senhor, e a o senhor esta jogando futebol, em cima da grama...A gente queria motivar a área esportiva... bom era um vereador conhecidíssimo, com seus filhos, e aí eu tanto insisti... Mas aí... depois, ele nunca... foi pra lá, assim chateado, mas a pessoa quer fazer o que tem vontade...

Pesquisador: Fazer o que bem entender não é?

Entrevistado 5: Báh, estragar aquele momento de liberdade dele, com os guris ali...

Pesquisador: E era vereador?

Entrevistado 5: Era vereador. E eu tive que manter o pedido vários dias, senhor faça o favor... (risos) No fim ele ficou aliado, entendeu a luta. E ai no fim foi resolvido essa cancha de futebol, que até os operários até ao meio dia jogavam, ai depois se resolveu com um certo taludezinho... aí a bola já não rolava mais...

Pesquisador: Alguma historia peculiar, que tu te lembre, de uma briga?

Entrevistado 5: Não, deixa eu pensar... No plano diretor das cidades elas estão divididas em regiões de planejamento, se o bairro pertence a RP1, tá... É a zona central da cidade, mas sempre dividiram a cidade de uma maneira, que nós estamos vizinhos na região, pra discutir os assuntos da cidade, é o centro, é a floresta, de certa forma nos estamos num meio termo, nos teríamos mais afinidades com o Bela Vista, que é outra RP, entende, nos dividiram errado, de certa forma, mas nos participamos muito das reuniões de planejamento, e ai tu tem uma macro visão da cidade, de certa forma, então vamos dizer a área essa central, então tu vêes que realmente a nossa área tá muito bem, tem realmente problemas, mas estamos bem, olha a tristeza que era o centro de Porto Alegre, agora está um pouquinho revigorado, mas teve ocasiões que ele estava sendo... vamos dizer, decrescendo o numero de população não tanto pela... a densidade baixando drasticamente, aqui vamos dizer, também esta baixando, mas ai é uma questão vamos dizer social, do tempo, da etapa, mas esta cuidado, agora baixar a não ter atrativos né... Então agora que acho vai dar uma melhorada, mas muito lento tá esse centro, já tinha que tá bombando, teria condições de estar bem melhor.

Pesquisador: Quais eram as discussões que vocês participaram no planejamento da cidade?

Entrevistado 5: Ai era assim, eram projetos que vinham por empresários, enfim... Para o planejamento para... Ou problemas dos bairros em si, para serem discutidos, então tem na terça-feira a noite uma reunião do plano diretor, por exemplo algum projeto que é especial, vamos dizer, que é uma área cultural, que é um grande shopping, tem que ter hoje em dia, pelas leis do estatuto da cidade, uma aprovação do entorno né, não pode sair uma coisa sem ninguém saber, não cola mais, tem que ter discussão.

Pesquisador: Canetaço não dá mais?

Entrevistado 5: Não. Então tem que ter discussão. O que acontece então tinha essa reunião e a gente persistiu durante muito tempo a participar, era a época do shopping Total, e houve uma polêmica. Seria da Ospa lá, ou não, lembra? Uma pena eu acho que a Ospa podia estar hoje localizada naquele prédio onde foi o DA, lembra? Departamento de Laticínios, lá na perimetral da Cristovão Colombo...

Pesquisador: A eu sei, sei.

Entrevistado 5: Aqui tem uma área grande lá, porque hoje em dia na... vamos dizer na Europa, enfim, se constrói esses centros culturais que a pessoa possa ir de bicicleta, porque o mundo todo tá querendo voltar a andar de bicicleta, e tem que dar condições pra isso, de repente tem que fazer esse ... a Ospa num lugar de fácil acesso, e não uma coisa...

Pesquisador: E vocês participaram da discussão da Ospa?

Entrevistado 5: Não, nos participamos da questão da ampliação do shopping Total, que acho que para preservar aquele prédio, realmente tem que ter uma compensação do empresário, pra poder sair o negocio né. A gente apoiou então a área revitalizada, boa, e a influência dela no bairro Floresta foi bastante importante, o bairro vamos dizer, valorizou. Eu acho que, ai tu tem que estar aberto, eu acho assim, o crescimento já se estima uma coisa inédita, por exemplo lá em Boston, o Mcdonalds queria se instalar no Beacon Hill, um bairro antigo, e a comunidade determinou que não era possível acontecer isso, e eles fizeram um movimento e se reuniram rapidamente, quer dizer tem coisa que a gente sabe que o Mcdonalds é dono das esquinas mais ricas do mundo, mas o pessoal se movimentou e acho que o grupo entendeu e não fez o seu negocio lá. Então, seguiu com seus clientes normais e não...acho que assim, hoje em dia tem que ter uma aproximação, ver as coisas acontecerem sem conflito.

Entrevistado 5: O navio é o mesmo...hehehe, tem que cuidar... e acho que assim, o que eu lastimo é que realmente o crescimento da cidade, vamos dizer, tocando a parte residencial pra periferia cada vez mais né, isso eu acho que nos tinha que dar uma certa equilibrada, né, e também se tu olhar as cidades, elas tem excesso de áreas comerciais assim, esta muito misturado, então essa miscigenação ao qual o plano diretor levou a cidade, eu acho que não é uma boa, tem soluções melhores de criar polos, áreas de vizinhança em que a pes-

soa se abastece em determinada área, antigamente posto de gasolina tinha que ter licença sei lá de quem pra construir, hoje em dia tu vê postos de gasolinas na mesma rua, tu desce a Ramiro ali, tem um Ipiranga de um lado e o outro que eu nem sei qual é...e foi uma concorrência aquilo, o cara quis aquele lugar, quis, quis, e conseguiu, porque já tinha um ali, meu Deus, né, e outra coisa, partes culturais, cinemas não deram lugares pra...cinemas antigos quer dizer...que eram de certa forma teatro-cinema e eles, vamos dizer, ou são estacionamentos, quer dizer eu acho assim que nos estamos emburrecendo, acontecendo isso... o coral esta fechado, tá, o empresário que esta administrando quer fazer uma feira, também não é o perfil da região, eu acho... até esses dias eu falei com ele, ele esta pensando, ele diz que recebeu 11 processos quando fez a outra feirinha, mas ele esta enganado, não é o perfil... tem que ser uma coisa cultural... e tem... então essas áreas de cultura, vamos dizer que são de convivência ... elas tão diminuindo, elas estão acontecendo nos clubes, acaba que o Juvenil e o União fazem a orquestra sinfônica tocar lá... enfim, os clubes estão chamando alguma parte cultural pra dentro da área deles, e essa parte que já existia eu sei que é uma evolução dos costumes, hoje em dia parece que é mais importante assim o futebol, porque tá todo um Brasil esperando pra daqui a 4 anos ...o futebol mundial é a coisa mais importante que se fala... agora estive lá na Barra, diz que vão construir 700 mil unidades residenciais em vista da copa do mundo.. Olha pensa bem, que loucura isso ai, é uma expectativa muito grande eu acho que antes disso nos tínhamos que mostrar muito mais coisas...porque também não é bobo, de vir aqui e ser assaltado numa esquina, não é legal.

Pesquisador: Falando nisso, e a questão da segurança...aqui como é que é?

Entrevistado 5: Bom, a no parque temos a guarda municipal, que é uma luta.

Pesquisador: Armada né?

Entrevistado 5: Sim, foi uma luta até do... vereador que jogava futebol com os filhos na grama, que ele era do... da segurança naquela época, e era uma lei que foi se consolidando, que chegou na vez dele, e ai ele tinha que treinar aquelas pessoas E acho que é muito importante, tu vê em qualquer cidade tem isso, agora mesmo lá em Búzios, tem aquela guarda deles, tudo funciona, tem que ter uma segurança, pelo menos pra uma ocorrência, né, eles podem fazer ocorrência. E a segurança eu acho que já teve vários tipos de coisa que

aconteceram, aqueles ladrões de caixas de banco, aquelas coisas que existem.

Pesquisador: Vocês tem facilidade de arrecadar 6 mil assinaturas, por exemplo?

Entrevistado 5: Não, mas ai depende de cada demanda é uma demanda, o importante é já sair atrás das coisas...

Pesquisador: Essa próxima aqui vai... (sobre um conflito da comunidade comentado em off)

Entrevistado 5: A, essa ai eu vou ter que pensar...

Pesquisador: vocês vão ganhar ou não? Tranquilo?

Entrevistado 5: Não sei, depois a gente vê o que acontece, essa eu não quero tocar... essa ai eu estou chegando...

Pesquisador: Tá, então não vou falar nela.

Entrevistado 5: Quando tu estiveres com teu trabalho pronto ai, tu diz...

Pesquisador: Recebi a informação que foi uma lei que permitiu as mesas na calçada, foi uma iniciativa deles, ali...

Entrevistado 5: Sim, porque já que não podia, não tinha bulevar né, não... E eles botaram muito caótico, o estudo assim... Agora tem uma certa demarcações. Outro dia, ontem mesmo, eu falei com uma amiga minha que tem uma loja lá, ela estacionou o carro perto da loja pagando o ticket, tudo, e quando ela foi sair de noite, tinha uma mesa encostada no lado do carro dela, né, não tá certo, não não tá, é demais, e ai, a própria empresaria da rua fazendo uma coisa pra outra empresaria, não, não, não tá certo. Aí gera conflito, te digo, que é ruim ter muita regra, mas tu tem regra num edifício, e se criaram coisas assim, vamos dizer, que a rua Padre Chagas... Porque é uma rua simples, o que é essa calçada da Fama (Rua Fernando Gomes, rua perpendicular a Padre Chagas que concentra diversos bares noturnos frequentados pelas classes abastadas) o que vem de fora imagina, sei lá as pessoas que vê de fora, perguntam: Mas isso aqui é a caçada da Fama? Se tu vai em outros lugares, tu imagina mais coisas, mas pessoas não se encantam na calçada da Fama, se encantam mais no Parcão. Os que estão nos hotéis aqui vem caminhar, se encantam muito com o centro da cidade, se encantam na... todo mundo adora o por do sol do Guaíba, eles se encantam na água, e na beleza da água, das ilhas ... quer dizer que o olhar do turista não é o olhar do que mora. É um olhar totalmente diferente, então essa

coisa de mesa na calçada, é linda em Paris, aqui as vezes gera conflito. Mesmo que se eu pegar um jornal e ficar a manhã inteira numa mesa, não vão gostar, não vão deixar eu ler. Em Paris tu fica, Buenos Aires tu fica filosofando... lá na Ricoleta, se tu pensar é uma área classe A, e eu sempre me pergunto, como é que as pessoas que moram ali naqueles prédios residenciais, porque alguns são residenciais, convivem com isso? Eles convivem porque as mesas ali é a área de lazer dos prédios, eles descem ali, vão tomar seu chá, encontram seus amigos, e a educação... Tá nos faltando, pra conseguir essas coisas funcionarem bem, é muita educação, então lá tu não vê ninguém reclamar, eu sei porque tem uma amiga que mora ali, não tem reclamação, todos convivem legal, e tu vê, tem aquela feira, tem o cemitério, é tudo junto, seria uma área altamente conflitante, e não tem conflito.

Pesquisador: Eu queria te perguntar agora, tu falou só das vitórias, vocês tiveram alguma derrota que te magoou, que o pessoal ficou triste?

Entrevistado 5: Não. A derrota que digo assim... nas demandas né... não. Derrota não tivemos graças a Deus, mas as vezes certas pessoas se magoam porque a ideia dela não foi aceita, enfim...

Pesquisador: Na relação de vocês com a prefeitura?

Entrevistado 5: Não.

Pesquisador: Quantas associações tu sabe que tem no bairro? Vocês se relacionam com as outras associações?

Entrevistado 5: Sobre as outras associações... Relacionamos e sabemos dos problemas, cada... Os conflitos estão na cidade, eles existem, o pessoal da Auxiliadora que fez toda aquela obra que do conduto forçado, aquilo foi um canteiro de obras na casa deles, então a gente que volta e meia existem os conflitos pro crescimento da cidade existem os conflitos urbanos, de novos, por exemplo uma rua era planejada em tal lugar e a rua se transforma em praça, quer dizer a cidade evolui com as ideias... Mas eu acho que a gente tem que se unir, as associações do planejamento da cidade, pra chegar a uma coisa maior.

Pesquisador: Quais associações vocês tem mais afinidade?

Entrevistado: Pelo típico caráter residencial, a Bela Vista, Higienópolis, Petrópolis, Floresta, pelo tipo de área urbana já consolidada... No Bairro Bela Vista tem o problema da rotula que agora foi resolvido com a sinaleira, era uma rotula

que funcionava sem uma perna, então ela jamais seria... pequena né... não da um gabarito e para o fluxo de carros que tinha, e tinha uma que eles tiraram... a rótula da Rua Carazinho virou mão única, as vezes é muito bonito o papel aceita qualquer coisa... mas a realidade aí tu mostrar... Olha o tempo que a prefeitura ficou pra resolver esse problema...lá de baixo, foi difícil, e hoje em dia se tu olhar a verticalização da Bela Vista e as ruas são as mesmas e a infraestrutura é a mesma, é terrível. Porque antigamente pelo plano diretor, acima de uma certa cota de morros não poderia construir...enfim, como é que vai levar tudo pra cima, de canalizações, muito complicado...Por exemplo a Rua Bordini foi feita por um empreendimento né... particular...e porque...pra ter um empreendimento senão não teria condições...

Entrevistado 5: VERDADE! Segreditos da cidade. Aqui então o plano diretor antigo, o cara foi para Copacabana, Ipanema e achou que lojas embaixo e edifício residencial em cima era ótimo. É ótimo, mas a gente tem que criar...tá na hora de mostrarmos que estamos numa cidade de um milhão e meio de habitantes, na beira do Guaíba maravilhoso. Nós não temos que ir a Manaus ver o píer, nos temos que resolver logo nossos problemas, nos temos condições, e sempre os paulistas dizem que gaúcho é aquele que sempre tem um monte de projetos para fazer mas deixa na gaveta. A gente é muito devagar, tem que acelerar, por exemplo Curitiba, Jaime Lerner, arquiteto tinha uma visão, mas tu vê áreas degradadas em Curitiba...foram cada vez modificado, aquilo anda né...

Entrevistado 5: Mas essa Vila dos Papeleiros, aquilo ali qualquer um que veria, se aquilo foi perfeito para a melhoria da cidade, plano de entrada da cidade, tem uma sigla, e isso se fosse uma coisa que... A gente batalhou até pra mostrar que ali não seria o espaço deles, que eles crescem muito...e eles não tem educação... Se tu passar ali é uma zona que caiu urbanisticamente, é sujeira. Na época não ia ter nem centro de convivência, tem que ter escola, teria que ter muita coisa pra ser entrada e saída da cidade, na real ali é a saída... Desce a Ramiro e sai... Então é um problema conflitante, porque é uma rua de via rápida e tem as pessoas que atravessam de qualquer jeito, é muito perigoso, então em vez da cidade construir uma coisa para solucionar, criou pra cidade um problema, porque cresceu rapidamente e se não forem educados, vai gerar problema, outra coisa que a gente batalhou muito foi o grupo da zona de planejamento , a

gente lutou na Vila Chocolatão, e fez o senso da Vila Chocolatão na época, se entrou dentro da Vila... dentro de uma vila, as vezes... o que aconteceu a gente pode entrar na vila, com a brigada, foi uma visita organizada...

Pesquisador: E tu, foi? E aí?

Entrevistado 5: Fui, fui. Então o que aconteceu naquele dia se conseguiu então que se fizesse o registro das crianças que não estavam registradas e é incrível! Tu vê aquele pai e aquela mãe, todos arrumadinho, parecia que era um batismo... Mas eles iam registrar a criança. O ser humano tem as mesmas ambições, não importa a classe social. Eu acho que é uma coisa que é clara, que tu podes viver bem com uma faca, um pratinho, uma coisa ... uma coisa básica tu vive bem, e pode ser feliz, ou infeliz com muita coisa, isso aí é o mínimo que as pessoas querem naquilo né, naquela vila, era registrar os filhos, eles sabiam que eram ilegais, invasores. É gente que veio do interior, não conseguiu emprego, o sonho de um era construir um banheiro pro filho, que era excepcional, queria que eles tivesse higiene, todo mundo tem noção do que que, todo mundo tem noção, agora ali era uma área hiper-conflituosa, porque as prefeituras diziam que estava tudo OK, mas não estava.

Pesquisador: Eles foram removidos né?

Entrevistado: Agora foram, graças a Deus..

Pesquisador: Casa de alvenaria?

Entrevistado 5: Porque ali era um horror, tu via uma pessoa passando no meio do lixo ... era gente... uma pessoa problemática, vamos dizer... madeira e coisa jogada...e tu via... assim gente fazendo a triagem assim, e na hora de tu dizer o que era o teu sexo, porque a pessoa tinha que responder né, aaa “eu sou homem”, heheheeh, coitado, era... parecia uma menina e era um homem, é isso, coitadas das pessoas... é a vida da cidade é uma coisa muito complexa...

Pesquisador: Sim, pessoas completamente desamparadas.

Entrevistado 5: É, ali no meio da parte administrativa, né, olha só que problema... Então, aí eles tinham medo. De certa forma, que se antes eles não resolvessem a questão do lixo, no centro, porque eles recolhiam muito o lixo do centro...

Pesquisador: Sim, sim, sempre me chamou a atenção... tinham montanhas de lixo.

Entrevistado 5: Ai ia dar um problema... Não tinham como recolher... o lixo se não fossem eles também, porque tinha uma dependência... não se diz essas carroças atravessando o Guaíba, ai.... Existe uma dependência sim...

Pesquisador: É, eles fazem um serviço que a prefeitura deveria fazer, né?

Entrevistado 5: É, então quer dizer, tem coisas, não teria que ter essas vilas de papaleiros, se tu pensar.... bem... agora então, inventaram esses containers, tomara que de certo.

Pesquisador: Vai ter contêineres?

Entrevistado 5: É, eu também, mas ai assim, o que vai acontecer... em Montevideo tem esses containers, só que quem receber um container na frente de sua casa vai chorar, claro...

Entrevistado 5: então não precisaria nem do auditório, porque se tu quer acontecer alguma coisa... acontece com terra, não precisa nenhum equipamento...

Pesquisador: Sim. Basta qualquer espaço e a comunidade se reúne?

Entrevistado 5: É isso, eu acho que também a nossa comunidade é reforçada porque na hora que tu passa ali, tu vai levar o neto... tu já da a palavrinha que está precisando... "help nisso"...

Pesquisador: Sim. São contatos face a face rápidos?

Entrevistado 5: É. Boca a boca mesmo.

Pesquisador: Boca a boca mesmo, no cruzar já resolve?

Entrevistado 5: É. Resolve as coisas que tem que resolver.

Anexo 35

Atas da reunião da RP1

Minuta

Ata da Plenária da RP1

28/04/11

Aos 28 dias do mês de abril de 2011, às 19 horas, reuniu-se a plenária do Forum Regional de Planejamento Urbanístico 1 de Porto Alegre nas dependências da Secretaria Municipal de Planejamento. Estavam presentes o conselheiro, os delegados e vários visitantes, do Movimento Integração dos Anjos, observadores, e representante da Secretaria de Governança do Município: Ibirá Lucas, Ana Lúcia Lucas, Pedro Zabaleta, Adacir Flores, Ana Maria Lenz, Francisco Zanini, Sylvio Nogueira, Marília Costa, Ivo Fernandes, Jaime Rodrigues, Franciele Ruppenthal, Tania Faillace, Flávio Masina, Assis Olegário, Paulo Guarnieri, Fernando Guaspari, Marcos Botelho, Marcelo Gottuzzo, Carlos Mothes, Izaltina Soares, Maria Margarida Machado, Angela Heller, Angela Machado, Z. de Oliveira, Jose C. da Sulva, Juliano Tripp, João Souza, Carlos Hundsertnarker. Ibirá apresentou a pauta do dia: informes sobre o Viaduto Otávio Rocha, e o programa Minha casa Minha vida, em relação ao Movimento Integração dos Anjos. Tania fez três informes sobre o contrato com a Fórmula Indy para corrida de rua na cidade, sugerindo reunião para discutir o assunto entre os moradores e assumir posição; a proposta de instalar um teatro no morro Santa Teresa por parte da prefeitura, em confronto com a luta que vem sendo travada pelos moradores; e a questão do Código Florestal, que vai influir decisivamente nas cidades, pela permissão às ocupações hoje consideradas irregulares e de alto risco. Flores historiou a longa batalha dos permissionários do Viaduto Otávio Rocha por seus direitos e a preservação daquele monumento; a desconsideração como foram eles tratados pelo secretário de Indústria e Comércio; informou que até já promoveram uma audiência pública sem chegar perto de uma solução; que a inadimplência dos pequenos comerciantes aumenta pela dificuldade de se chegar a um acordo; e que a intenção da prefeitura é montar um esquema de shopping no Viaduto, violando suas características históricas; também frisou que pouco de-

pois da lavagem e reunião com o Patrimônio Histórico, o Viaduto tornou a ser depredado. Ibirá lembrou que a RP1 tem compromisso de apresentar um projeto para o Viaduto até 2 de julho; que seja retirado da SMIC o projeto que lá está para sua apreciação pela RP1. Jaime considerou fundamental preservar o caráter histórico e cultural do Viaduto. Zabaleta acrescentou que, além da conservação, a responsabilidade da prefeitura com os permissionários não tem sido enfrentada, pois a situação atual é consequência direta de sua irresponsabilidade no caso. Assis acredita que a solução passa principalmente pela Secretaria Municipal de Cultura ; que é diferente da situação do Mercado Público, em que os permissionários são comerciantes de médio e grande porte; que não há sentido em grandes investimentos para pequenas lojinhas, que os permissionários não terão condições de arcar com o fundo de manutenção, e que, portanto, nesse caso, o maior investimento deve provir do Município para constituir esse Fundo de Manutenção do Viaduto; diz ter feito articulação na Câmara de Vereadores e ter havido ruído de comunicação, sendo que um assessor lhe disse que a orientação era retardar a apresentação do projeto em plenário, enquanto Flores lhe havia dito que o interesse era apressar a tramitação. Com várias intervenções, foi esclarecido que o termo “botar na ordem do dia” não significa urgência, mas simplesmente acrescentar a uma pauta sem prazo para cumprir-se; e que é necessário falar em “urgência” para ser priorizado o assunto. Ibirá informou que a SMP encaminha os projetos à Câmara, e que a RP1 pediu que no projeto sobre o Centro estendesse fisicamente a praça Julio Mesquita até a Usina do Gasômetro, com passagem subterrânea de carros, mas que isso não aconteceu. Sylvio mencionou que esse projeto, a Esplanada do Gasômetro, estava ligado a recomendações da revisão do Plano Diretor. Ana Lucas lembrou que o Viaduto Otávio Rocha vai fazer 80 anos em 2012 nas condições atuais, e ser preciso cobrar do Patrimônio Histórico uma solução. Ibirá propôs votar a solicitação da RP1 via SMP do projeto Viaduto Otávio Rocha, o que foi aprovado por unanimidade. Ibirá apresentou Marcos Botelho, da Governança do Estado para falar a respeito do projeto Minha Casa Minha Vida no Centro. Botelho informou que o projeto Integração dos Anjos reúne 5 vilas, da região Centro, lado direito da avenida Ipiranga, entre Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, uma demanda que já tem 10 anos, sendo que o pedido original incluía 240 unidades habitacionais, mas não

há espaço no local para elas, e que foi reduzido para 125, as restantes devendo ser contempladas em outra área no bairro (Jardim Botânico); que o problema foi a descoberta de um gravame para praça no local; que o DEMHAB pediu à SMAN para desgravá-la, e a SMAN sugeriu transferir a praça para a Restinga; Botelho acrescentou que o processo ficou parado na SMP durante vários meses; que foi tentada uma reunião nessa secretaria para resolver o assunto, mas o representante Breno Ribeiro nada falou a respeito nem adiantou alternativas; já existe uma licitação junto com a CEF, mas não há ainda uma proposta acabada da prefeitura, por causa desse impasse junto à SMP e SMAN. Juliano, da comunidade, informou ser conselheiro do OP Centro e historiou brevemente a questão, afirmando que a prefeitura tem verbas para iniciar o projeto; reconhece que uma praça é importante, mas a habitação é mais. Foi mostrada a imagem aérea do local, onde se percebeu a existência de outra praça a alguns metros da área gravada para praça, que pertence ao DEP, e que é usada para recreio de seus funcionários, segundo informações cruzadas na plenária. Chiquinho, também da comunidade, destacou a existência da outra praça, e informou ser a comunidade constituída de “restos” populacionais de outros agrupamentos da antiga Ilhota, e de moradores de rua, ao qual se acresceu agora o Movimento das mulheres negras na luta pela Moradia, e que nessa área está sendo feito também um trabalho de assistência social. Ibirá informou que alguns terrenos estão gravados como praça há muito tempo, e que o caminho é pedir seu desgravame; informou aos integrantes dos moradores da área que a RP1 não tem o poder legal de desgravar a área, mas pode fazer o parecer solicitando isso ao poder público. Ana Lucas destacou que tanto moradia como áreas verdes são importantes, e quis saber onde vão ser replantadas as árvores que serão retiradas com a urbanização; que a compensação deve ser feita no próprio bairro, e não em bairros distantes, frisando que esse bairro é o Jardim Botânico. Sylvio lembrou as remoções que estão sendo feitas em nome do PAC da Copa; que acontece pela incompetência da prefeitura em satisfazer as necessidades da população, embora mostre muita competência para satisfazer os grandes investimentos; destacou a contradição de ações entre os órgãos da prefeitura, como ficou claro pelo depoimento de Marcos Botelho; e também enfatizou a necessidade do ambiente saudável para a população. Ibirá disse que já há um consenso no CMDUA de que as

compensações devem ser feitas na mesma região, e não transpostas a grandes distâncias. Zabaleta declarou que conhece a luta da Integração dos Anjos e admira sua persistência; que é um escândalo que a SMP não estivesse presente para esclarecer seu lado; que se trata de uma tentativa de tumultuar o processo e confundir a cidadania jogando uns contra os outros; lembrou a questão dos Repots (Regiões de referência tecnológica) e que a Ipiranga é um desses locais, e provavelmente se deseje reservar o espaço para outros usos; acrescentou que as árvores existentes não constituem problema, pois a margem do Dilúvio, a poucos metros, comporta um número muito maior de árvores; também informou que a prefeitura está comprando áreas em Porto Alegre, portanto, tem dinheiro. Assis esclareceu o histórico da questão e informou de outras praças a pequena distância, inclusive a praça Nações Unidas; enfatizou que a demora ou rapidez na resolução dos problemas locais depende da classe social do peticionário, e que, para alguns, a solução é muito rápida. Ibirá acrescentou que na solicitação será enfatizada a compensação na própria região. Guarnieri considerou que o principal era o conceito de sustentabilidade urbana; que a avenida Ipiranga divide a cidade, e a compensação deveria considerar as diferenças entre as margens; mencionou a necessidade da regularização fundiária de Porto Alegre; mencionou 14 áreas centrais da cidade vendidas pela prefeitura para fazer caixa; e falou do grande número de prédios desocupados no Centro, propondo um movimento para levar o poder público a recuperar esses prédios para uso popular. Ibirá apresentou o arquiteto Marcelo Gottuzzo, presente, informando que o mesmo fez um esboço de projeto para o “esqueleto” da praça XV (ao lado da Galeria Rosário). Ana Lenz acentuou a necessidade de observar o projeto predial do conjunto. Jaime opinou que algumas das disposições públicas são uma maneira de dominar a cidade de Porto Alegre, sendo que o interesse é empurrar para fora da área central a população de baixa renda. Ibirá lembrou que essa expulsão de moradores dos centros urbanos é comentada até pelos órgãos de comunicação da Inglaterra. Zabaleta corroborou as denúncias sobre o assunto, e o grave risco de excluir grandes populações de Porto Alegre. Ibirá colocou o assunto em votação: parecer favorável ao desgravame e compensações na região. A votação foi realizada e a proposta aprovada por unanimidade, 14 votos. Para encerrar a reunião, Ibirá lembrou que a RP1 tem muitos assuntos (títulos)

pendentes, e que se referme a demandas importantes, como o metrô, mencionando também o caso do minizoo. Em tempo, houve, durante a plenária, comentários gerais sobre a terceirização comercial do Viaduto Otávio Rocha a cargo do Shopping Total, como uma PPP, o que talvez explique a facilidade como esse Shopping obtém a aprovação de suas demandas, como a construção do edifício-garagem e a questão da rua Tiradentes. Esta minuta foi redigida por Tania J. Faillace e está aberta a correções por parte dos participantes da plenária.-----

MINUTA DE ATA

PLENÁRIA DA RP1

30/06/2011

Aos 30 dias do mês de junho de 2011, reuniu-se a plenária do Forum Regional de Planejamento Urbanístico 1, nas dependências da SMP, em Porto Alegre. Compareceram: Marília Costa Cardoso, Leon Dziekaniak, Alan Furlan, Marcelo Rubin de Lima, Ibirá Lucas, Franciele Ruppenthal, Tania Faillace, Juliano Fripp, Eduardo Hargime, Adacir Flores, Pedro Zabaleta, Paulo Guarnieri. Ibirá principiou por esclarecer a entrevista que concedeu à ZH sobre os assuntos do bairro Bela Vista, que pertence à RP1, mas cujos moradores não têm participado das plenárias. Marília levantou a preocupação com os contêineres que serão instalados no bairro para a coleta de lixo, dizendo que buscou informações e soube que se destinam a lixo orgânico, que não serão forrados com sacos plásticos, nem sofrerão lavagem, embora o que isso possa significar em matéria de cheiro e poluição. Ibirá lembrou que o dia seguinte seria o último dia para apresentação dos projetos a que as Regiões têm direito, devendo a RP1, conforme discussão e decisão da reunião anterior, propor o projeto do Viaduto Otávio Rocha e da mobilidade urbana na Região, e uma audiência pública sobre os mesmos. Tania levantou algumas questões da mobilidade, como a inoperância do COMTU e sua composição sem participação do Planejamento, a questão da Ramiro Barcelos como acesso ao previsto estacionamento de 5 mil carros no cais, a questão da Tiradentes atravessando a Ramiro, e o acúmulo de projetos junto à Rodoviária. Ibirá destacou o estudo do Viaduto. Marília criticou a circunstância de as

reuniões regionais não terem repercussão na SPM, que seria o caso de redigir um documento sobre as propostas da Região e encaminhá-lo a cada um dos vereadores. Ibirá considerou que esse encaminhamento daria respaldo oficial à Região, inclusive para entrar com recursos judiciais a partir do MP; contou ter feito um contato com a Promotoria do Bem Estar Animal sobre a questão do minizoo, e que foi posta em dúvida sua legitimidade, até que ele exibisse o diploma de nomeação na posição de conselheiro do CMDUA e representante da Região; em relação ao Viaduto, opinou que a melhor saída seria a elaboração de um Termo de Referência, pois até o momento a SMIC estaria misturando a questão do contrato comercial com a recuperação predial. Zabaleta lembrou a responsabilidade da prefeitura nos problemas do Viaduto. Ibirá informou ter tentado levar o assunto do minizoo ao âmbito do CMDUA, sem obter sucesso; que nem a SMAM nem a SPM quiseram envolver-se no assunto. Alan, relativamente ao Viaduto, disse ser necessário um memorial descritivo e um projeto físico; o revestimento original do Viaduto foi danificado pela lavagem inadequada com mangueiras de lavagem de calçada, feita por pessoas leigas sem orientação técnica, embora tratando-se de monumento histórico tombado, tendo como resultado a fragilização do revestimento, que hoje isso poderia ser feito com teflon, embora de custo muito maior que o revestimento comum. Ibirá levantou a circunstância de haver duas correntes de opinião quanto a restaurações: usar o material original, e usar material novo desde que respeitando o aspecto original. Alan falou que hoje há possibilidade de um controle tecnológico que não existia no passado, e mesmo usando um material de tipo antigo, pode-se obter uma durabilidade muito maior. Adacir referiu palestras assistidas feitas por técnicos em restauração, inclusive sobre o cirex, impossível de reproduzir hoje; também referiu a proposta de um concurso público universitário para o restauro do Viaduto; e a proposta de usar o espaço sob os arcos para a pintura de grafitis. Alan foi de opinião que a preservação dos espaços depende de seu uso garantido. Adacir disse que as duas palavras usadas pelo movimento de que é coordenador, é revitalização e humanização; que a retirada dos camelões de sob as arcadas, deixou o Viaduto abandonado aos depredadores; aproveitou para falar da feira multicultural realizada na semana de aniversário do Viaduto. Alan sugeriu que esse elenco de atividades e usos do Viaduto constasse do projeto a ser feito.

Ibirá apoiou essa sugestão para constar no Termo de Referência. Alan fez outra sugestão, a do aproveitamento de paredes cegas do Viaduto para exibição de imagens e filmes, o que animaria o local após o horário comercial. Adacir contou mais detalhes sobre a Feira, a realização de seminários, atividades teatrais, etc; e que o movimento está buscando patrocinadores junto ao Bannisul, CEF, etc; tendo recebido apoio da Secretaria de Cultura; e que se o movimento conseguir recursos para a próxima semana do Viaduto, já estão planejadas algumas atividades, inclusive apresentação de um audio-visual histórico, uma exposição de fotos, e eventos culturais, técnicos e artísticos. Marília lembrou a questão da segurança. Adacir informou que o local ficou mais tranquilo, pois antes havia a infiltração de pessoas estranhas junto aos moradores de rua, mas que a distribuição de alimentos na rua provoca concentração no local. Marília sugeriu pedir a presença das três corporações policiais no local. Guarnieri informou sobre as propostas da Associação dos Moradores do Bairro Centro, de utilizar duas das lojas atualmente fechadas e que são seguidamente invadidas por marginais, para se tornarem postos policiais (Guarda Civil e BM). Adacir contou que isso já foi pedido mas as corporações alegam que essas lojas não dispõem de banheiro. Guarnieri disse que há muito a Associação do Centro tenta fazer contato com a UFRGS para discutir temas do bairro; que em contato com a professora Alessandra Passuelo, chegaram a ser levantados os assuntos: recuperação dos prédios desocupados do Centro Histórico para adaptação a residência popular; e a recuperação do Viaduto também em relação a atividades de geração de renda. Leon frisou que o projeto deve ser global: arquitetônico, comercial, e de segurança pública, e que a BM montou um posto no abrigo da Praça XV, e que isso serviu para tornar o ambiente seguro. Tania levantou a necessidade de formar comissões especiais para os dois projetos. Ibirá disse não haver pressa, porque levaria uns 15 dias apenas para levantar os dados dentro do CMDUA, se as propostas da RP1 forem aprovadas no Conselho. Adacir citou o interesse de uma frente apartidária para motivar emendas parlamentares relativas ao Viaduto, e que foi formalizada a Associação Cultural do Viaduto, tornando-se juridicamente capaz de receber incentivos. Ibirá achou interessante ser formalizada uma proposta para pedir a presença policial no Viaduto. Guarnieri lembrou que nenhuma loja dispõe de sanitários próprios, e todos os permissionários usam os sani-

tários públicos. Alan revelou que o problema dos sanitários específicos para as corporações é menos uma questão de conforto que de disposições legais de âmbito trabalhista, que obrigam a instalação de sanitários duplos, para os dois sexos, nos locais de trabalho. Adacir disse já ter o movimento pensado no terreno desocupado atrás do hotel Savoy, que tem saída para a rua Marechal Floriano, e que poderia sediar todas as entidades culturais da região, além dos postos policiais. Ibirá informou que, na próxima reunião, que será no dia 7 de julho, próxima quinta-feira, trará uma proposta do documento sobre os projetos, pois já preencheu os formulários prévios. Alan sugeriu a realização de um concurso de idéias para reciclagem do Viaduto, a partir do qual se faria o projeto a ser executado, sendo que da comissão julgadora deveria participar a Associação do Viaduto, e contou um exemplo de descompasso entre prefeitura e usuários dos espaços urbanos e comerciais na rua Uruguay, de que participou. Ibirá pediu a Juliano Fripp que se manifestasse sobre a questão da Integração dos Anjos, um projeto do Minha Casa Minha Vida. Juliano informou que as coisas não evoluíram desde o dia em que os moradores se apresentaram na RP1 junto com o representante da Secretaria de Governança, para obter apoio no desgravame de uma área permitindo a execução do projeto de moradias no local; lembrou uma intervenção de Zabaleta na ocasião, dizendo que a avenida Ipiranga estava reservada como pólo tecnológico, e portanto, não interessaria ocupá-la com moradias populares; destacou que o projeto estava praticamente pronto, quando, três meses atrás, surgiu inesperadamente o gravame de uma praça no meio da área, que já é fisicamente limitada. Ibirá disse acreditar que há desconcerto entre a Governança e a SPM; lembrou a visita de Botelho, da Governança faz um mês, e que caberia a este encaminhar e protocolar o pedido de desgravame junto à SPM, com o funcionário Gomes; e que isso, ao que tudo indica, não foi feito; e que, portanto, caberia aos moradores da área pressionar que isso acontecesse, uma vez que não houve empenho da Governança em realizar o que tinha sido combinado e aprovado por unanimidade dentro da RP1. Nisso, foi secundado por Alan quanto à necessidade de trazer à SPM o representante da Governança para protocolar esse pedido diante dos representantes dos moradores. Juliano aproveitou para também enumerar alguns dos problemas do Camelódromo. Essas notas foram tomadas por Tania Jamardo Faillace e estão sujeitas à corre-

ções e emendas por parte dos participantes da plenária.-----

MINUTA DA ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DA RP1

16/06/2011

Aos dezesseis dias do mês de junho de 2011, reuniu-se a plenária do Fórum Regional de Planejamento 1, nas dependências da Secretaria Municipal de Planejamento. Estavam presentes, entre delegados e visitantes, as seguintes pessoas: Ana Lucas, Ibirá Lucas, Pedro Zabaleta, Sylvio Nogueira, Jaime Rodrigues, Ivo Fernandes, Flávio Masina, Alberto Gabellini, Lydia Gabellini, Roberto Jakubazko, Marília Costa Cardoso, Ana Lucia Dangelo, Libino Hahn, Marcelo Rubin de Lima, Adacir Flores e Tania Faillace, além da observadora Franciele Ruppenthal, e ds representantes da SPM, Regina e Tania de Lima (?). Ibirá iniciou a plenária discorrendo sobre a divulgação da reunião em encontro de bairros, e perguntou à funcionária Regina, da SPM sobre a audiência pedida com o prefeito para tratar do minizoo do Parque Farroupilha. Regina informou nada ter ainda a comunicar. Jakubazko opinou ser dificilmente obtida essa audiência por causa de as posições conhecidas da RP1 e da prefeitura serem opostas; disse que várias pessoas entraram com representações no Ministério Público defendendo a manutenção do minizoo; também discorreu sobre outras modificações propostas para o local por iniciativa da prefeitura, inclusive a coibição de alguns eventos; informou ter participado do fórum de mobilidade urbana, surpreendendo-se por não ter encontrado qualquer membro do CMDUA no mesmo; e apresentou um livro comemorativo ao Parque Farroupilha, de autoria do recentemente falecido escritor Moacyr Scliar e Gunther Axt, dizendo que doava um exemplar ao Fórum, e pedindo que todos autografassem o exemplar. Jaime Rodrigues pediu a palavra para referir-se e fazer uma homenagem póstuma a Gessi Pratts, ex-sindicalista e política, recentemente falecida, elogiando sua trajetória pública e pessoal; e informou ter participado, no início da semana, de um núcleo de pesquisas sobre a Região Metropolitana, referindo ainda a crise econômica gerada pelo setor da construção. Adacir Flores referiu-se ao V Congresso sobre o Centro Histórico, ao qual não compareceram as lideranças do CMDUA, por não terem sido convidadas, ao que parecia; mas que se fizeram presentes Guarnieri e

Ana Maria Lenz, da Associação dos Moradores do Centro. Ibirá explicou sua análise sobre o paralelismo político que está sendo construído na cidade, de forma a isolar os foruns regionais, numa iniciativa da Secretaria de Governança; também mencionou a criação de centenas de cargos de cuidadores da cidade “como se nós não fôssemos exatamente cuidadores da cidade”. Ivo Fernandes levantou a circunstância de Porto Alegre ter sido o terceiro pólo industrial do Brasil, e, no governo Vilela e posteriormente, ter-se convertido num centro de serviços e compras a varejo; disse ter proposto há vários anos que a RP1 se dispusesse a construir um projeto estratégico, que abrangesse áreas sociais e econômicas e de mobilidade urbana, como a linha 2 do metrô; destacou que oito cidades do Brasil estão construindo seus metrôs, menos Porto Alegre; levantou a questão do distrito industrial da Restinga, que não se concretiza; sugeriu o aparelhamento da cidade como local de turismo; e que se apresentasse um esboço estratégico a ser discutido com as demais Regiões, visando um futuro a longo prazo (2050). Ibirá sugeriu que mais algumas pessoas se agregassem à proposta de Ivo para elaborar fazer um parecer sobre a mesma e trazê-lo para a próxima reunião. Sylvio lembrou que o planejamento estratégico da cidade foi/é atribuição do PDDUA, mas que, por coabitação de interesses entre os governos e o poder econômico, existe a figura do “projeto especial”, que desfigura completamente qualquer projeto estratégico e/ou espacial que se faça para a cidade; que o grande problema é materializar as idéias que possam ser levantadas, e que a discussão é também política, devendo-se buscar a harmonia entre as Regiões. Ibirá afirmou que os foruns não têm poder legal nem capacitação técnica para elaborar e propor projetos completos, mas tem a possibilidade de apontar diretrizes; e reforçou sua proposta de que a sugestão de Ivo tivesse a participação de mais algumas pessoas. Roberto Jakubazko se dispôs a isso, assim como Sylvio Nogueira. Flávio Masina sugeriu que o GT sobre planejamento estratégico fosse adiado. Pedro Zabaleta alertou não ser possível estabelecer um governo/poder paralelo, mas haver necessidade de reconhecer que as conferências urbanas havidas não passam de estratagemas político-partidários da prefeitura, e não vão além da propaganda, não acenando com programas reais. Jaime Rodrigues referiu o jogo político em andamento, que precisa ser contestado, e que a Governança é uma forma de esvaziar a participação popular, destacando pontos

de caráter político como habitação, meio ambiente, cais, etc. a merecer posicionamentos. Ibirá propôs que na próxima reunião, primeira quinta-feira de julho, fosse apresentado um parecer conjunto de Jakubazko, Sylvio e Ivo sobre o que seria um projeto estratégico; e dentro de um mês, que se realizasse uma pauta especial sobre o assunto; informou ter pedido uma audiência pública (a ser realizada na Assembléia Legislativa em julho) sobre mobilidade urbana, que contemplaria as questões da RP1, inclusive a questão da rua Tiradentes, e disse ter ficado surpreso com a realização do fórum sobre mobilidade urbana de iniciativa da prefeitura, dirigido especificamente à classe empresarial, sem participação da comunidade; informou ter falado com o representante da EPTC (Júlio Miranda) para comparecer à presente reunião e discutir com a comunidade a questão da mão dupla na rua Tiradentes atravessando um ponto perigoso da Ramiro Barcelos, e que o representante da EPTC disse que o projeto agora disponível já não era o mesmo antes apresentado à RP1; aparentemente, a grande obra seria apenas a derrubada de uma árvore protegida e o arredondamento de duas esquinas. Houve manifestações sobre se essa pequena obra poderia justificar uma audiência pública. Tania Faillace lembrou que não se trata de uma obra construtiva, mas de uma alteração viária importante; disse ter procurado e falado com Miranda, e este declarou ser a alteração uma exigência do Hospital Moinhos de Vento, que vai pagar a obra como contrapartida de outras concessões; informou ter destacado ao representante da EPTC que a grande preocupação da comunidade é com a segurança de trânsito e prevenção de acidentes no local; que Júlio Miranda teria levantado a opção de o estacionamento do Hospital sair pela rua General Neto, e ela mesma ter sugerido a travessia do estacionamento do hospital até a Dr. Valle para descer à Cristóvão Colombo. Generalizou-se a discussão, e foi levantado que a General Neto não pode ser usada como desafogo de tráfego, porque os caminhões do Supermercado Záfari estacionam de ambos os lados. Ana Lucia declarou ser necessário saber a quem beneficia a modificação do trânsito no local; que o interesse seria do Shopping e não do Hospital, cujas ambulâncias não usam aquele trajeto. Travou-se uma discussão bastante acesa de que participaram vários delegados e visitantes, generalizando-se a opinião de que há necessidade de mobilização física da comunidade para impedir que a modificação prevista do fluxo de tráfego se concretize. Flávio Masina propôs a

reabertura da Pinheiro Machado para que o Shopping desafogasse seu estacionamento em direção à Independência. Recebeu várias constestações, porque essa proposta já foi rejeitada pela comunidade ainda em 2010, e envolveria a invasão de um corredor de ônibus na contramão. Libino Hahn argumentou que é impossível colocar mais um semáforo na avenida Independência, que já tem um “a cada 30metros”; mantendo a palavra, denunciou a situação da algazarra noturna por parte de boate, enquanto a rua é predominantemente residencial, e com grande número de moradores idosos, que não podem descansar numa média de quase 15 noites por mês. Sylvio comentou que os moradores do Centro sofrem problemas semelhantes em relação a estabelecimentos da Marechal Floriano. Jaime Rodrigues aconselhou a denúncia ao MP. Libino levantou a questão dos imóveis deteriorados mas tombados na Independência, que correm o risco de pegar fogo, ou desmoronar por falta de cuidados. Ana Lucas reforçou o conselho de encaminhamento formal ao MP das reclamações existentes, na promoção de ordenamento urbanístico. Marília informou ter feito denúncia da arruaça ao Ministério Público, sem resultados, e que a boate teria feito um fumódromo, sem cobertura onde outras drogas são consumidas. Libino foi de opinião que os bombeiros não são mais chamados a fazer laudos sobre prevenção a incêndios e concessão de habite-se. A reunião, em sua parte final foi muito animada, e portanto, sem inscrições formais. Mesmo assim, mantiveram-se as propostas levantadas durante a mesma, acrescidas da sugestão de que a comunidade da Independência faça um estudo filmado do fluxo de trânsito no trecho referido e em disputa, dos pontos problemáticos, e das outras irregularidades observadas, para apoiar suas teses e reivindicações. Lydia foi a última a falar, afirmando ter gostado muito da reunião e de seu entusiasmo, e da necessidade da união e entrosamento da comunidade; que ela teria chegado pessimista e sem grandes perspectivas, e saía esperançosa. Ibirá sugeriu que ela escrevesse um pequeno texto para ser acrescido à presente ata. Esta minuta foi redigida por Tania Jamar-do Faillace e encontra-se à disposição dos participantes para as correções e emendas necessárias.-----